

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas
Arquidiocesana do Rio de Janeiro (1976-1982)*

BÁRBARA GEROMEL CAMPANHOLO

Orientadora: Prof. Dra. Samantha Viz Quadrat

Niterói,
2019

Folha de Aprovação

ANTES DO REFÚGIO: A HISTÓRIA NÃO CONTADA DA CÁRITAS
ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO (1976-1982)

Bárbara Geromel Campanholo

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovado por:

_____ - Orientadora

Prof. Dra. Samantha Viz Quadrat (UFF)

Prof. Dra. Angela Moreira (FGV)

Prof. Dra. Dulce Pandolfi (FGV)

Suplentes:

Lucia Grinberg (UNIRIO)

Maria Paula Nascimento Araujo (UFRJ)

**Niterói,
2019**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C186a Campanholo, Bárbara Geromel

Antes do refúgio : a história não contada da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (1976-1982) / Bárbara Geromel Campanholo ; Samantha Viz Quadrat, orientador. Niterói, 2019.

248 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.05977387776>

1. Cáritas. 2. Ditadura. 3. Refúgio. 4. Cone Sul. 5. Produção intelectual. I. Quadrat, Samantha Viz, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

*Aos meus pais, Maria Helena e
Valter*

Agradecimentos

O esforço de pesquisa e escrita de qualquer trabalho é, em grande medida, um processo solitário e vivido na introspecção. São horas de leitura e confronto com documentos somadas a outras tantas horas em frente ao computador pra a escrita de poucas frases ou, quando de modo inesperado, parágrafos inteiros são formulados no trânsito, no banho ou antes de dormir. Contraditoriamente, é um processo dividido e concretizado através de muitas mãos, fato que torna verdadeira a fala de minha irmã, proferida em tom de descontração, mas certamente após algum desconcerto familiar: “Aqui em casa todo mundo faz mestrado”.

É chegado (finalmente!) o momento de agradecer – um gesto muito pequeno para algo tão valioso como a confiança e o apoio – a todas as mãos que de uma forma ou outra me ajudaram a colocar o último ponto final nesta dissertação.

À minha orientadora, professora Samantha Quadrat, quem subiu comigo mais um degrau desta escalada contínua que é a vida acadêmica. Antes de tudo, agradeço por instigar reflexões que me permitiram contar parte desta linda história. Agradeço pelos conhecimentos compartilhados, pela confiança transmitida e por acalmar a pisciana que há em mim, insistindo sempre que todo o processo deveria ser divertido. Obrigada, principalmente, por acreditar no meu trabalho – por vezes mais que eu mesma – me incentivando a concluí-lo.

Às professoras Angela Moreira e Dulce Pandolfi, agradeço por terem aceitado compor as bancas de qualificação e defesa. Obrigada pela leitura atenta, pelas observações e sugestões oferecidas.

Aos professores Laura Antunes Maciel, Marieta de Moraes Ferreira, Carlos Fico e Verena Alberti, cujas disciplinas ministradas ao longo do primeiro ano favoreceram o contato com importantes obras e análises que enriqueceram a pesquisa e a produção textual.

Aos funcionários do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Obrigada pela simpatia a cada manhã de pesquisa, pela atenção e disposição em ajudar.

Às vozes que me ajudaram a contar essa história: Dr. Cândido, Armenia, Juçara, Dr. Mauro, Padre Mario, Maria Amélia e Jácomo. Obrigada por confiarem a mim suas memórias. Essa dissertação é de vocês também.

Às “mestrandas desesperadas”, Amanda Bastos e Andressa do Carmo, agradeço a solidariedade e a troca de informações e experiências sobre tudo o que diz respeito à vida acadêmica. Foi mais fácil percorrer esses dois anos dividindo dúvidas, angústias e mesmo as frustrações com vocês. Melhor, sem dúvida, foi compartilhar as conquistas: cada prazo cumprido, cada artigo enviado, cada capítulo entregue. Chegamos à defesa!!!

Aos amigos, acumulados ao longo dos anos e dos lugares por onde passei (colégio, faculdade, estágios e trabalho): vocês são parte fundamental de todas as experiências que vivi; responsáveis pelas boas conversas, pelos sorrisos mais sinceros e pelas gargalhadas sem fim. Obrigada por trazerem leveza a um cotidiano tomado pela correria, cobranças e incertezas.

Agradeço às minhas amigas de toda uma vida: Bruna, Camila, Carolina, Ingrid, Larissa e Rafaela. Obrigada por não desistirem de mim e compreenderem as muitas ausências deste último ano. Levo-as sempre em pensamento. Ainda sobre amigos e as alegrias que nos dão, agradeço ao Matheus pelo maior e melhor presente que poderia ter me dado: uma “patota” inteira e muito mais. Não os citarei nominalmente por medo de esquecer alguém. De modo coletivo – como de fato deve ser –, agradeço pelo acolhimento e carinho de sempre. Sou mais feliz com vocês.

Em especial, agradeço novamente à Ingrid, que à época do começo da pesquisa era funcionária da Cáritas e intermediou meu contato inicial com a instituição, me permitindo trançar os primeiros fios de uma importante rede de nomes/personagens da história que busco contar; obrigada, também, por já na parte final esclarecer dúvidas quanto ao trabalho realizado hoje pela entidade. Ao Pedro/Pedrinho/Pipico, meu querido amigo dos tempos de graduação na UFF: obrigada pelas conversas apressadas e regadas a café nos pilotis da PUC, e por me ajudar com os livros que precisei ler e não tinha acesso. Ainda te devo um presente.

Agradeço ao meu avô Ermelindo e à minha tia Ana Lúcia, que mesmo distantes demonstram preocupação e afeto desmedidos.

À minha irmã, Raísa: obrigada por entender as pilhas de livros e textos que tomaram conta do nosso quarto e se espalhavam por toda a casa; pela imprescindível consultoria jurídica diante de tantas leis, tratados e convenções lidos e por me ajudar com sinônimos que não encontrava para um “juridiquês” engessado (neste ponto incluo meu cunhado Guilherme, melhor nos sinônimos que minha irmã, rs.). Agradeço por não confrontar meu mau humor matinal e o estresse dos últimos meses; pelo incentivo constante e pelo choque de realidade sempre que necessário.

À minha mãe, Maria Helena, certamente a pessoa mais doce e amorosa que existe. Obrigada pela dedicação à nossa família e por seu amor incondicional. Ao meu pai, Valter, homem de braço forte, riso solto e coração grande. Obrigada por ser o melhor que pode.

As páginas que se seguem falam sobre refúgio, que em sentido *latu* transcende o aspecto protetivo que essencialmente o caracteriza, significando, enfim, o acolhimento desinteressado e sustentado pelo amor ao próximo. Não poderia deixar, então, de agradecer aquele cujos braços e abraços foram meu lugar favorito em todo o mundo. Matheus, meu grande amor, você foi o *meu* refúgio durante todo esse tempo. Obrigada por me trazer a paz necessária em tempos tão turbulentos. Jamais as palavras conseguirão expressar a gratidão que sinto por ter você ao meu lado. Obrigada por tudo. Por sempre.

Resumo

CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. **Antes do refúgio: a história não contada da Cárita Arquidiocesana do Rio de Janeiro (1976-1982)**. Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/IHIST/PPGH, 2019. Dissertação (Mestrado em História)

O presente estudo busca recuperar a história por trás do início do trabalho da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro com refugiados, o qual nasce da assistência prestada pela entidade aos perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul. Para tanto, analisa os principais atores envolvidos com a situação-problema trazida pelos milhares de sul-americanos – uruguaios, chilenos e argentinos, principalmente – ao cruzarem as fronteiras nacionais em busca de proteção: os organismos governamentais internacionais, através da Organização das Nações Unidas e seu Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR), o governo militar brasileiro e a Igreja Católica, compreendida nesta dissertação como uma das principais motivadoras e grande viabilizadora do refúgio no Brasil, sobretudo ao empreender o primeiro serviço sistematizado de atendimento à refugiados no país no âmbito da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que tinha à sua frente dom Eugênio de Araújo Sales, figura controversa e personagem central nas relações Igreja-Estado.

Palavras-chave: Cáritas, ditadura, refúgio, Cone Sul

Abstract

CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. **Antes do refúgio: a história não contada da Cárita Arquidiocesana do Rio de Janeiro (1976-1982)** Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/IHIST/PPGH, 2019. Dissertação (Mestrado em História)

This study's intent is to recover the history behind the beginning of Caritas Archdiocesan from Rio de Janeiro's work with refugees, which is born of the support provided by the organization to the chased people from the Southern Cone's dictatorships. For that purpose, an analysis has been made regarding the major actors involved with the problem aroused by the millions of South Americans – mostly from Uruguay, Chile and Argentina – when crossing the national boundaries craving for protection: the international governmental organisms, through United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), the Brazilian military government and the Catholic Church, the last one pointed in this essay as one of the great promoter of the refuge in Brazil, particularly because has created the first systemized service of assistance to refugees in the country within The Archdiocese from Rio de Janeiro, that had Dom Eugênio de Araújo Sales as leader, a dubious and central character among Church and State relationship.

Key words: Caritas, dictatorships, refuge, Southern Cone

Siglas e abreviaturas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AI – Ato institucional
CAISMUR – Comissão de Ajuda Intereclesiástica, Serviço Mundial e Refugiados
CCAS – Comisión Coordinadora de Acción Social (Argentina)
Celam – Conselho Episcopal Latino-Americano
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CIE – Centro de Informações do Exército
CIME – Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CIV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CJP-BR – Comissão Brasileira Justiça e Paz
CJP-SP – Comissão Justiça e Paz de São Paulo
Clamor – Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul
CNAR – Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados
CRLA – Coordenadoria de Refugiados Latino-Americanos
CSN – Conselho de Segurança Nacional
Convenção de 1951 – Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados
DOI – Destacamento de Operações de Informações
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DPF – Departamento de Polícia Federal
DSI – Divisão de Segurança e Informação
GB – Guanabara
Ibrades – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPM – Inquérito Policial-militar
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MJ – Ministério da Justiça
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirantes
ONU – Organização das Nações Unidas
OIR – Organização Internacional para Refugiados
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Protocolo de 1967 – Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados
SAR – Serviço de Assistência Rural
SNI – Serviço Nacional de Informações
SR – Superintendência
Triple A (AAA) – Aliança Anticomunista Argentina
UNRRA – Administração das Nações Unidas para o Socorro e a Reconstrução

Sumário

Introdução	14
<u>Capítulo 1</u> Refúgio: da emergência do tema à ajuda humanitária internacional	22
1.1 O refúgio nas relações internacionais	23
1.1.1 A Organização das Nações Unidas (ONU)	23
1.1.2 O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)	27
1.1.3 A tradição do asilo político na América Latina e a atuação do ACNUR na região	34
1.2 A Igreja Católica frente à questão do refúgio no mundo: a Cáritas	41
<u>Capítulo 2</u> Uma onda autoritária invade o Cone Sul: ditadura, repressão e exílio ..	47
2.1 Uruguai	51
2.2 Chile	58
2.3 Argentina	66
<u>Capítulo 3</u> “Destino ou parada?”: contexto e possibilidades do refúgio sul-americano no Brasil	75
3.1 Entre partidas e chegadas	80
3.2 Panorama histórico do refúgio no Brasil e a presença do ACNUR no país	87
3.3 O refúgio na agenda do regime militar	97
<u>Capítulo 4</u> A Igreja Católica e a ditadura militar no Brasil	109
4.1 Igreja e ditadura: os primeiros anos	109
4.2 “A voz dos que não tem voz”: Igreja, justiça social e direitos humanos	118
4.3 Dom Eugênio de Araújo Sales: ação, diálogo e controvérsias	134
4.3.1 O bispo do Nordeste	138
4.3.2 Dom Eugênio e o regime militar	149

4.3.3 <i>Dom Eugênio e os direitos humanos</i>	159
4.3.4 <i>Para além das controvérsias</i>	166

Capítulo 5 Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro: uma história de solidariedade no atendimento aos refugiados das ditaduras do Cone Sul170

5.1 A rede Cáritas	170
--------------------------	-----

5.2 “Rua da Glória, 446”: o endereço do refúgio no Rio de Janeiro	178
---	-----

5.3 O início dos trabalhos	191
----------------------------------	-----

5.4 O mais amplo sentido da palavra “acolhimento”	197
---	-----

5.5 O Palácio vigiado e o perigo à espreita	207
---	-----

5.6 Nas tramas da ação: o pioneirismo da Cáritas	220
--	-----

Conclusão	227
------------------------	-----

Caderno de imagens	234
---------------------------------	-----

Fontes e bibliografia	239
------------------------------------	-----

“Eu não acredito em caridade. Eu acredito em solidariedade. Caridade é tão vertical: vai de cima para baixo. Solidariedade é horizontal: respeita a outra pessoa e aprende com o outro. A maioria de nós tem muito o que aprender com as outras pessoas.”

Eduardo Galeano

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, a dissertação aqui apresentada versa sobre a solidariedade experimentada no exílio, considerando-o como local favorável à sua manifestação por entender que a solidariedade surge reativamente aos contextos que determinaram o abandono do país de origem – via de regra marcados pela intolerância, pela violência e pela perseguição.¹ Afinal, conforme afirmou Jean-Luc Mathieu, “[...] em todas as culturas e todos os continentes, encontram-se mãos estendidas que protegem e asilam. Tolerância, pacifismo, diálogo, compreensão, partilha, tais são também as características, não menos permanentes, da história da humanidade”.²

Contudo, uma análise dedicada aos deslocamentos forçados não é, pessoalmente, o que de novo este trabalho traz. A primeira vez que as portas do exílio se abriram para mim – como a historiadora que eu pretendia ser – analisei em meu trabalho de conclusão de curso o duplo desterro vivido pelos brasileiros exilados no Chile de Salvador Allende e que, acometidos pelo golpe que o depôs, colocando fim à experiência chilena e instaurando uma violenta ditadura no país, viram-se impelidos a novas partidas.³ Adentrei um universo complexo, permeado de questões múltiplas, e rico em sentimentos e contradições. Um universo que fascina por sua construção a partir de antônimos tão latentes: perseguição/proteção; expulsão/acolhimento; intolerância/solidariedade.

Ingressei no mestrado instigada pela descoberta de que muitos perseguidos políticos das ditaduras vizinhas percorriam o caminho contrário ao dos milhares de

¹ Esta conclusão tem origem nas contribuições de João Bosco Hora Góis trazidas por Samantha Quadrat. Segundo o autor: “confere à retórica da solidariedade um aspecto reativo, na medida em que surge como resposta a uma situação previamente construída. Vale dizer, uma situação em que a violência se institucionaliza de forma a deixar pouco espaço para a sua contestação. No que tem de mais importante, a retóricas da solidariedade apresenta-se como uma enorme força criadora de verdades, de razões, lógicas, padrões e, principalmente, de novos homens. Ao opor-se à selvageria, abandono, indiferença, violência e preconceito ajudou a salvaguardar direitos e tradições humanitárias, assim como operou no redesenhar de amplas áreas do nosso comportamento que constituem muito da própria noção de civilização humana”. GÓIS, João Bosco Hora. “A solidariedade como um projeto: o aporte teórico de Richard Rorty” in: Em pauta (Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ), UERJ, RJ, n. 17, p. 87-103, jan./jun. de 2002, *apud*, QUADRAT, Samantha Viz. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. In: Jornada de Trabajo sobre Historia Reciente, IV, 2008, Rosario – Argentina. Rosario: Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario, 2008a, p. 05.

² Jean-Luc Mathieu, *Migrants et réfugiés*, Press Universitaires de France (Coleção “Que sais-je?”), nº 2.597, 1991, *apud*, ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 24.

³ CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. *Entre o acolhimento e a perseguição: de Allende a Pinochet, o exílio brasileiro no Chile a partir das conjunturas favorecidas pelos dois governos*. 87 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

brasileiros exilados.⁴ Vinham ao Brasil fugidos das conjunturas autoritárias e de violência institucionalizada que viviam. Acossados pelo medo de se tornarem mais uma vítima dos regimes vigentes, arriscavam suas vidas cruzando fronteiras até chegarem em solos brasileiros. A pergunta incômoda era, num primeiro momento, uma só: por que o Brasil? Em outros termos: por que sair de uma ditadura para entrar em outra?

Para mim isso era impensável e todos os casos com que eu tinha me deparado até então indicavam para uma fuga constante daqueles que viviam o exílio, sempre em busca de um lugar onde fosse possível gozar de segurança e de uma margem considerável de liberdade e militância: muitos brasileiros deixaram a “pátria amada”, primeiramente rumo ao Uruguai e, posteriormente, ao Chile⁵ – fosse pelo golpe que acometeu o primeiro ou pela efervescência política que se vivia nos anos de Allende –, até serem definitivamente expulsos do continente e partirem para a Europa e outras partes do mundo.⁶ O mesmo se deu com os uruguaios, que se juntaram aos exilados brasileiros no Chile. Após setembro de 1973, o destino mais evidente era a Argentina, onde se reuniram aqueles que conseguiram permanecer no Cone Sul. O golpe de 24 de março de 1976 no país é entendido como um divisor de águas nos deslocamentos pelo continente. À vaga dos uruguaios e chilenos remanescentes se somavam os milhares de argentinos que decidem partir. São muitos desses os que chegam ao Brasil, fosse este parada ou destino final.

De alguma forma o país se tornava uma opção realmente considerada e empreendida. Outras questões surgiam: como o regime militar permitiu que essas pessoas permanecessem em território nacional – ainda que por tempo determinado e bastante limitado? Afinal, se tratava de pessoas que se diziam perseguidas por governos que compartilhavam o *status quo* brasileiro. Quais as questões em jogo? Quais as posições

⁴ Agradeço à minha orientadora, professora Samantha Quadrato, por me apresentar fatos totalmente desconhecidos, instigando curiosidades e insistindo na importância de contar uma história tão pouco conhecida, e de um valor histórico e humanitário inestimável.

⁵ Na análise de Denise Rollemberg sobre o exílio brasileiro, Montevidéu, no Uruguai, e Santiago, no Chile, (juntamente com Paris) são consideradas as duas capitais do exílio, respectivamente, para a primeira e a segunda geração de exilados que identifica. ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*, p. 50.

⁶ À época do golpe, encontravam-se no país cerca de 1.200 brasileiros. A truculência da Junta Militar encabeçada por Pinochet, desde os primeiros instantes no poder, e a forte perseguição aos estrangeiros por ela estimulada, forçou muitos deles a buscar refúgio nas embaixadas para assim deixarem o país. Neste processo, enfrentaram recorrentes negações dos governos latino-americanos em conceder asilo, impossibilitando a permanência no continente. Nas palavras de Mario Sznajder: “Os países anfitriões não contemplaram a necessidade de exilados em série encontrar asilo político. De uma perspectiva psicológica e política, o golpe chileno de 1973 foi a *cause célèbre*, enquanto a tomada militar do poder no Brasil em 1964 já havia sido esquecida. Os exilados chilenos eram vistos como solicitantes ‘legítimos’ de asilo, enquanto os brasileiros estavam relegados a uma área cinzenta de migrantes não documentados. Sua única via para sair desta condição seria um reconhecimento internacional de seu *status* como refugiado”. SZNAJDER, Mario. Os exílios latino-americanos. In: QUADRATO, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 79.

assumidas? Quais as providências realmente levadas a cabo pela ditadura no Brasil? O período abarcado pela pesquisa se concentra na chamada transição democrática. Era imperativo, então, questionar sobre os reflexos deste contexto particular no tratamento dado pelo Estado brasileiro à problemática trazida pelo elevado número de sul-americanos que chegavam ao país.

Entendi que havia aqui uma instituição responsável pela acolhida e proteção dessas pessoas. A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro foi a primeira entidade a desenvolver um serviço formal e sistematizado de atendimento a refugiados, essencialmente criado para os perseguidos do Cone Sul. O objetivo naquele momento era amparar aqueles que a procuravam enquanto aguardavam o processo de reassentamento em um terceiro país movido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas, já que a legislação brasileira não previa a concessão de refúgio àqueles que não fossem europeus.

É este trabalho pioneiro e calcado nas bases sólidas da solidariedade e do amor ao próximo o grande objeto desta dissertação. Procuo conhecer o início deste projeto e como se desenvolveu, suas consequências para o contexto de então e ressonâncias no presente dado o conhecimento de ter a Cáritas, até os dias atuais, um importante papel na promoção do refúgio no país. Novas questões a considerar: quais as estratégias traçadas para empreender este trabalho? Quais os limites dessa ação e do serviço oferecido ao grupo? Em que de fato consistia essa ajuda a que tantos recorriam?

Que surpresa não foi, porém, tomar conhecimento de que por trás deste movimento estava a decisão de dom Eugênio de Araújo Sales, então cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. Tido como conservador, anticomunista, combatente implacável da Teologia da Libertação e de seus adeptos, e, principalmente, amigo dos generais e grande colaborador do governo militar, era também um impensável ator na luta pelos direitos humanos. Mais questões: quem era dom Eugênio? Por que, contradizendo as opiniões e expectativas a seu respeito, teria determinado o desenvolvimento de um trabalho com perseguidos políticos? Todas essas questões nortearam o trabalho aqui introduzido e é a elas que procuro responder ao longo desta dissertação.

Para além da curiosidade despertada pelo fato recém-descoberto e do antigo interesse no tema, animava a pesquisa o conhecimento de um conjunto de documentos que permitiria a análise da operacionalidade desenvolvida pela Cáritas naqueles anos. Tratava-se das fichas de registro dos refugiados, elaboradas quando pela primeira vez chegavam à instituição; notas informando a organização financeira e o auxílio oferecido a cada indivíduo e seus familiares; das listas dos apartamentos alugados para a

hospedagem dos grupos contados às centenas; de escritos produzidos pelos refugiados, os quais continham suas demandas e eram encaminhados às assistentes sociais que conformavam a equipe para este trabalho.

Todos esses documentos haviam sido consultados pelo jornalista José Casado para uma série de matérias divulgadas no *O Globo*, em 2008, e que tratam, justamente, sobre a ação de dom Eugênio nos anos em que a ditadura vigorou no Brasil. A indicação era de que os encontraria nos arquivos da Arquidiocese. Foi um susto descobrir que os arquivos da Cúria não guardavam nada daquilo que esperava encontrar. Nem mesmo a documentação sobre o período do apostolado do cardeal Sales estava lá. Comecei então uma verdadeira caçada aos documentos da Cáritas e por dedução óbvia imaginei que seria na sede da entidade que os encontraria.

Fui à Cáritas, mas a busca se mostrou infrutífera em resultados concretos: os documentos também não estavam lá. Explicaram-me que por ocasião da transferência para o Maracanã – até 2008 a sede permaneceu no pátio do Palácio São Joaquim⁷ –, muitas coisas haviam sido descartadas na mudança, ainda que ninguém soubesse informar ao certo se estes papéis tinham sido preservados até aquele momento. Neste sentido, é importante frisar que a oficiosidade com que este trabalho foi desenvolvido e os perigos em torno desta ação condicionaram uma produção mínima de qualquer escrito. Falava-se mais do que se escrevia, e quando se escrevia a utilização de códigos e números prevalecia sobre nomes e identidades verdadeiras. Tratava-se de uma metodologia própria que tinha por objetivo a segurança dos indivíduos postos sob proteção direta.

Entretanto, a ida à Cáritas mostrou-se favorável a resultados possíveis. Saí de lá com um importante contato: Dr. Cândido – assessor de dom Eugênio naqueles anos e responsável pelo trabalho com refugiados desde os primeiros momentos. A partir de então, comecei a tecer uma rede de nomes, conseguidos entrevista após entrevista. O recurso às fontes orais havia sido cogitado desde a fase de projeto, contudo, eram pensadas como um contraponto aos demais documentos. Na ausência dos documentos que tanto desejava ter acesso, os relatos assumiram grande importância, e para o contraponto pretendido recorri aos documentos dos órgãos de informação do regime e, sobretudo, à imprensa. Um e outro se articulavam às memórias trazidas à tona a fim de contar essa história tão cheia de brechas e imprecisões.

⁷ Rua da Glória, 446 – Glória, Rio de Janeiro – RJ, 22211-120.

As dificuldades encontradas na pesquisa não se limitaram a ausência de fontes. Era impensável uma análise sobre o início do trabalho da Cáritas com refugiados que não se atentasse para a figura por trás da decisão que o viabilizou. Neste sentido, fazia-se necessário um exame sobre a figura de dom Eugênio de Araújo Sales. Considerado o principal interlocutor entre a Igreja e o Estado, atuou em favor da conciliação entre as duas instituições nos anos mais críticos da ditadura, quando a perseguição e a violência do regime incluíam entre suas vítimas militantes católicos e membros do clero, e colocava em xeque uma relação secular. É pelo papel desempenhado nestes anos que o cardeal é normalmente lembrado. Entretanto, sua influência e prestígio devem-se, também, à relevância do trabalho social que empreendeu no nordeste brasileiro desde o início da vida religiosa, constituindo uma liderança na região e angariando suspeitas dos setores mais conservadores da sociedade civil e do mundo católico.

A inegável importância – “para o bem ou para o mal” – contrasta com a escassez de escritos sobre ele elaborados, já acusada em alguns trabalhos preocupados com a sua trajetória ou que inevitavelmente a perpassam ao tratarem das relações entre Igreja e Estado.⁸ Consequência direta, as análises e opiniões surgidas tendem a se limitar a um aspecto ou outro de um todo extremamente complexo, mostrando-se insuficientes.

Em tempos recentes, Jessie Jane Vieira identificou uma “operação memorialística”, na qual partiria de dom Eugênio a preocupação em se inserir à memória institucional consolidada – problemática por desconsiderar matizes e oscilações – de uma Igreja resistente, opositora ao regime militar e engajada na defesa dos direitos humanos e no processo de redemocratização do país.⁹ Esta operação teria sua vitória final com a cobertura midiática dada ao seu falecimento, em julho de 2012, onde sobressaía o enquadramento do cardeal a esta memória através do enaltecimento de ações como o acolhimento a perseguidos políticos – para citar a mais controversa delas – em detrimento do autoritarismo com que parece ter regido a Arquidiocese carioca, e a sempre comentada colaboração com a ditadura e silenciamento ante as brutalidades cometidas. O posicionamento da imprensa despertou reações naqueles que viveram o período e

⁸ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 57; FERRAZ, Silvio. *Dom Eugênio de Araújo Sales: 50 anos de sagração episcopal*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2005, p. 13.

⁹ VIEIRA, Jessie Jane. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. *Passagens: Revista de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 3, n. 2, maio/agosto 2011, p. 203-216.

guardam lembranças que contradizem a imagem imposta.¹⁰ Mais do que a busca de uma narrativa “verdadeira”, as disputas em torno de pontos tão controvertidos reafirmam o imperativo de uma análise consistente sobre sua trajetória.

Sem grandes trabalhos sobre sua pessoa e obra sacerdotal, não foi uma tarefa simples falar sobre aquele que é considerado “o príncipe da Igreja”. Para tanto, recorri, como já mencionado, aos trabalhos que perpassam sua atuação ao procederem uma análise das relações entre Igreja e Estado. Reafirmo, contudo, a insuficiência destes. A pesquisa foi completada com a consulta aos arquivos da ditadura e aos periódicos dos tempos do presbiterado no Nordeste à sua morte.

A análise desenvolvida se afasta de uma produção biográfica por não ser este o objetivo deste trabalho, e para a qual seria necessária uma maior atenção aos seus escritos e contato com mais de seus interlocutores. Constitui-se, assim, um limite. Não tenho dúvidas das lacunas abertas. Entretanto, espero lançar luz aos objetivos pretendidos, permitindo que outros trabalhos se valham das informações aqui compiladas.

Antes de proceder à exposição resumida de cada capítulo, acredito necessário um pequeno excuro com vistas a esclarecer a utilização de termos como exílio/exilado e refúgio/refugiado. A passagem tranquila de um ao outro se deve ao sentido amplo atribuído ao primeiro. Por “exilado” compreendo todos aqueles que abandonaram seus países de origem em função das políticas repressivas promovidas a partir do Estado, e que por isso deixaram uma reduzida margem de ação e resistência àqueles a que são dirigidas. O exílio é pensado, então, como um movimento não limitado à acomodação para além das fronteiras nacionais, moldando-se na subjetividade do indivíduo a ele condenado. É, antes de tudo, um sentimento caracterizado pelo profundo e incessante desejo de retornar à pátria mãe, frustrado pelos impedimentos à sua realização. Assim, há no exilado “um toque de solidão e espiritualidade”, do qual nos fala Edward Said.¹¹

Por outro lado, o refúgio é um instituto jurídico estabelecido internacionalmente através da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951). “Refugiado”, portanto, são todos aqueles assim reconhecidos com base neste dispositivo, conformando uma categoria jurídica. Conforme veremos, o refúgio difere do asilo político.¹² Entretanto, ambos são mecanismos de que um exilado pode lançar mão a fim

¹⁰ Cf. <https://jornalggn.com.br/historia/dom-eugenio-sales-e-seu-apoio-a-ditadura-militar/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019; <http://www.hildeangel.com.br/dom-eugenio-salles-otima-relacao-com-os-jornais-antes-da-morte-e-depois-dela/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

¹¹ SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 25.

¹² Essa diferença será abordada no primeiro capítulo desta dissertação.

de conseguir em outro Estado a proteção perdida em seu país de origem. Entende-se aqui que o Rio de Janeiro foi o início do exílio para muitos sul-americanos – mesmo àqueles que solicitaram o *status* de refugiado – e que todo refugiado é, conseqüentemente, também um exilado. É a partir desta compreensão que o termo exílio/exilado é utilizado nesta introdução e nos capítulos que se seguem.

Por fim, esta dissertação recupera a evolução do tema e das políticas voltadas ao refúgio no Brasil, impulsionada, sobretudo, pelo grande fluxo de sul-americanos ao país na década de 1970. Papel fundamental neste processo desempenhou a Igreja Católica através das Arquidioceses do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para o caso da capital carioca, onde as ações se deram via Cáritas, a entidade representou a acolhida e a proteção *antes do refúgio* definitivo em um país que os aceitasse receber. De igual maneira, *antes do refúgio* no Brasil ser permitido aos perseguidos de todas as nacionalidades, com o levantamento das reservas existentes e do estabelecimento de uma lei nacional para a matéria, um trabalho pioneiro foi empreendido, determinando a inclusão do tema nas pautas do governo e conduzindo as discussões fundamentais a respeito. Todos esses aspectos fazem parte de uma *história não contada*, a história da *Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro*, a qual, dentro dos limites da pesquisa, me proponho a recuperar.

O primeiro capítulo apresenta o refúgio enquanto condição – experiencial e jurídica – criada pelo contexto particular do século XX, introduzindo-o no debate que se seguirá. *Da emergência do tema à ajuda humanitária internacional*, o capítulo analisa os principais dispositivos institucionais e os seus instrumentos normativos, criados no âmbito das relações governamentais internacionais para o enfrentamento do problema gerado pelo grande contingente de refugiados no mundo e no qual pode contar com ajuda humanitária das organizações católicas, estabelecendo uma relação de parceria que se estende aos dias atuais.

O segundo capítulo debate a *onda autoritária que invade o Cone Sul* na década de 1970, analisando caso a caso os contextos políticos que determinaram a derrocada democrática e a instalação das *ditaduras* no Uruguai, no Chile e na Argentina. A dura *repressão* desencadeada pelos governos emergentes contra seus opositores – um grupo sempre alargado pela atribuição indiscriminada do termo subversivo – foi a responsável por conduzir milhares de nacionais ao *exílio*, condicionando um movimento sem precedentes no continente e considerado como marco zero para a nossa pesquisa.

O terceiro capítulo expõe o *Contexto* – também marcado por uma experiência ditatorial e, conseqüentemente, de repressão e exílio – e esclarece sobre as *possibilidades*

do refúgio no Brasil aos milhares de sul-americanos que adentravam o país fugidos da violência institucionalizada em seus próprios. Para tanto, analisa o ordenamento jurídico brasileiro e as discussões na esfera do governo sobre o tema; expõe os planos engendrados pelo regime militar e as ações de fato empreendidas no enfrentamento da situação-problema derivada de tais deslocamentos em um período específico da ditadura, marcado pelo anunciado processo de transição democrática.

Na conjuntura formada pela intensificação dos fluxos de perseguidos pelas ditaduras do Cone Sul ao país, a Igreja Católica foi a grande responsável pela ação de acolhimento àqueles que viviam a experiência dos deslocamentos forçados, fato que nos impele a uma análise sobre sua atuação nos anos em que a ditadura prosperou no país e sobre sua relação com o governo dos militares. Com isso em mente, o quarto capítulo faz uma análise sobre a *Igreja Católica e a ditadura militar no Brasil*, dividindo-se em três seções. As duas primeiras abordam os principais pontos deste relacionamento dos primeiros anos ao momento de maior tensão, quando o recrudescimento do regime, sobretudo com a decretação do AI-5, impulsiona setores da Igreja a assumirem o importante papel de ser “*a voz dos que não tem voz*” na luta pelos *direitos humanos e justiça social*. A terceira seção analisa alguns aspectos da vida sacerdotal de dom Eugênio de Araújo Sales, proeminente nome do catolicismo brasileiro, figura central em nosso estudo e cuja trajetória, entre *ação, diálogos e controvérsias*, é alvo de disputas, embora permaneça pouco estudada.

O quinto e último capítulo conta a *história de solidariedade no atendimento aos refugiados das ditaduras do Cone Sul* da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Considerando, antes de tudo, a rede internacional que integra, esclarece sobre as características institucionais da entidade católica, abordando, ainda que superficialmente, seus objetivos e principais ações até chegar à esfera local, onde se concentra nossa análise. Como objetivo maior, busca apreender os meandros que conduziram ao estabelecimento de um trabalho de atendimento a refugiados, refletindo sobre as parcerias que buscou e os principais atores envolvidos nesta empreitada. Admitida sua concretização, o capítulo se propõe a recuperar a operacionalidade desenvolvida a partir das estratégias arquitetadas e dos desafios enfrentados, principalmente ao ter em mente o contexto ditatorial em que se insere e a preocupação constante com um atendimento embasado no respeito absoluto à dignidade humana e capaz de amenizar os sofrimentos nascidos do desterro.

1 – REFÚGIO: DA EMERGÊNCIA DO TEMA À AJUDA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

Os deslocamentos humanos fazem parte da história mundial desde os tempos mais remotos. Com razão Pablo Yankelevich diz que “desde a bíblica expulsão do paraíso até o atual conflito em Dafur, a história poderia ser relatada como uma inesgotável sucessão de desterros”.¹³ Contudo, o século XX foi especialmente eficaz em produzir massas de pessoas deslocadas de seus países de origem e em trânsito por todo o globo terrestre, permitindo pensar nosso tempo como a “era do refugiado”.¹⁴

Atravessado por dois conflitos mundiais, revoluções e uma série de violentos embates decorrentes dos processos de libertação nacional, é a guerra que o define, como explicita Eric Hobsbawm: “não há como compreender o breve século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam”.¹⁵

O impacto humano deste quadro beligerante e tensionado ao limite pela polarização da Guerra Fria apreende-se pelos milhões de mortos, entre civis e militares, e outros milhões de pessoas “sem pátria” ou desenraizadas em todo o mundo. Em ambos os conflitos mundiais, o genocídio de um povo aponta a barbárie exacerbada pela guerra: estima-se em 1,5 milhões de armênios mortos pela Turquia, durante a Primeira Guerra Mundial, e em 5 milhões os judeus vítimas do holocausto praticado pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial.¹⁶

Sobre as massas desterradas pela Primeira Grande Guerra e a Revolução Russa, as estimativas indicam entre 4 e 5 milhões de refugiados entre os anos de 1914 e 1922. Esse número sofreria vertiginoso aumento com a Segunda Guerra Mundial. Em maio de 1945, avaliava-se em aproximadamente 40,5 milhões a cifra de pessoas deslocadas apenas na Europa, número que excluía os trabalhadores forçados dos campos alemães.¹⁷

¹³ YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 11.

¹⁴ SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 47.

¹⁵ HOBBSAWM, Eric. *A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 30.

¹⁶ Sobre os judeus mortos no holocausto, Hobsbawm diz ainda serem os números “alvos de disputa”. Idem, p. 57.

¹⁷ Idem.

Entretanto, a realidade do êxodo forçado não foi uma particularidade europeia. Como mencionado, os confrontos foram uma característica do século e ocorreram em todos os continentes. A descolonização da Índia, em 1947, e a Guerra da Coreia, entre os anos 1950 e 1953, produziram 15 e 5 milhões de pessoas desenraizadas, respectivamente.¹⁸

Na América Latina, a série de golpes de Estado e a consequente emergência de ditaduras militares – uma experiência inaugurada com o Paraguai na década de 1950, passando pelo Brasil, em 1964, mas que encontra o auge na década de 1970 com a derrocada em cadeia dos governos no Uruguai, em junho de 1973, no Chile, em setembro do mesmo ano, e na Argentina, em março de 1976 – condicionou a saída de um número expressivo de indivíduos dos países em questão. As análises calculam, para cada caso, na casa dos milhares o número dos que optaram por cruzar as fronteiras nacionais, motivados pelo cerceamento das liberdades e, sobretudo, pela repressão imposta pelos novos regimes àqueles que supunham ameaçar a nova ordem.

1.1. O refúgio nas relações internacionais

A experiência da guerra moderna, própria do século XX e travada em escala global, trouxe consequências devastadoras para o mundo. Disputadas à exaustão pelas potências envolvidas, o nível de destruição material e humano – para vencedores e derrotados – não encontra precedentes históricos. Tanto a Primeira como a Segunda Guerra Mundial reconfiguraram o mapa geopolítico europeu e promoveram, além das incontáveis baixas, um elevado contingente de pessoas desterritorializadas. Fosse em 1918 ou em 1945, acompanhava o término desses confrontos a consciência da necessidade imperiosa de instrumentos capazes de evitar a recorrência de conflitos dessa magnitude e de soluções para um novo problema internacional: os refugiados.

1.1.1. A Organização das Nações Unidas (ONU)

A ideia de um organismo que congregasse as antigas e novas nações que compunham a comunidade internacional e que fosse capaz de dirimir conflitos,

¹⁸ Idem.

resguardando o mundo de um novo confronto nos moldes do que havia sido a Primeira Grande Guerra, e, portanto, garantisse a paz e a segurança mundiais, materializou-se na Liga das Nações.^{19 20}

Criada em 1919, como uma das deliberações do acordo de paz estabelecido com o fim da guerra, a organização foi eficiente na resolução de alguns conflitos isolados como a disputa entre a Finlândia e a Suécia pelas ilhas Aland e nas regiões dos Bálcãs, além de prestar assistência e proteção aos refugiados. Contudo, fracassou em impedir a invasão japonesa da Manchúria (1931), a agressão italiana à Etiópia (1935), e, conseqüentemente, em evitar a eclosão da Segunda Guerra Mundial.²¹

Na interpretação de Hobsbawm, a recusa do Congresso norte-americano em ratificar o acordo de paz então elaborado e a conseqüente negação em participar da Liga das Nações, por ele estabelecido, “privou-a de qualquer significado real”.²² Sua dissolução ocorreu em 1946, cedendo espaço à recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU).

As discussões para a criação da ONU começaram antes mesmo da rendição incondicional do Japão, em 14 de agosto de 1945. O acontecimento identificado como marco zero no processo que culminaria no seu estabelecimento foi a assinatura da Declaração do Palácio St. James, em Londres, em 12 de junho de 1941, onde os representantes dos 14 países aliados assumiram o compromisso de “trabalhar, juntos e com os demais povos livres, na guerra e na paz”.²³ Pouco tempo depois, em 14 de agosto

¹⁹ Em alguns trabalhos é denominada por Sociedade das Nações. De acordo com Liliana Lyra Jubilut, a utilização do termo “liga” decorre da ênfase ao aspecto militar da organização, enquanto a opção pelo termo “sociedade” marca seu aspecto consensual. JABILUT, Liliana Lyra. *O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007, p. 44.

²⁰ Os esforços de organização internacional com vistas à cooperação em temas específicos e à manutenção da paz eram uma realidade já no século XIX. Seus resultados foram as criações, em 1865, da União Telegráfica Internacional, hoje conhecida como União Internacional de Telecomunicação, e, em 1874, da União Postal Universal – atualmente ambas são agências da ONU. Outro exemplo foi a ocorrência, em 1899, da primeira Conferência Internacional para a Paz, em Haia, na Holanda. A Conferência tinha por objetivo a elaboração de instrumentos que solucionassem conflitos pacificamente, a prevenção das guerras e a normatização de um eventual conflito bélico. Cf. <http://www.un.org/es/sections/history/history-united-nations/index.html>. Acesso em 09 de maio de 2018.

²¹ HOBSBAWM, Eric, *op. cit.*, p. 42; “Liga das Nações” em dossiê *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes>. Acesso em 09 de maio de 2018.

²² HOBSBAWM, Eric, *op. cit.*, p. 42.

²³ “La única base cierta de una paz duradera radica en la cooperación voluntaria de todos los pueblos libres que, en un mundo sin la amenaza de la agresión, puedan disfrutar de seguridad económica y social; nos proponemos trabajar, juntos y con los demás pueblos libres, en la guerra y en la paz, para lograr este fin.” Trecho da Declaração do Palácio St. James. Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/history-united-nations-charter/1941-declaration-st-james-palace/index.html>. Acesso em 11 de maio de 2018.

daquele ano, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o primeiro ministro britânico, Winston Churchill, assinaram a Carta do Atlântico, documento onde propõem uma série de princípios para a colaboração internacional, com o objetivo de manter a paz e a segurança. Reunidos em Washington D.C., em primeiro de janeiro de 1942, 26 países que lutavam contra as potências do Eixo reafirmaram tais princípios através da assinatura da Declaração das Nações Unidas.²⁴

Uma série de conferências, ocorridas entre 1943 e 1945 e envolvendo as principais potências aliadas, reiteraram a necessidade e o empenho de se criar uma organização internacional capaz de manter a paz e a segurança, e traçaram seus contornos, com a definição de seus objetivos, estrutura e funcionamento: em Moscou e Teerã (outubro e dezembro de 1943, respectivamente), Dumbarton Oaks (outubro de 1944) e Yalta (fevereiro de 1945).²⁵ Esta última convocou a Conferência de São Francisco, nos Estados Unidos, para 25 de abril daquele ano, onde seria elaborada a carta da nova organização.

Reunindo delegados de 50 nações, a Conferência de São Francisco elaborou um documento de 111 artigos, que foi aprovado no dia 25 e assinado no dia seguinte, em 26 de junho de 1945. A Carta das Nações Unidas entrou em vigor em 24 de outubro de 1945, com a sua ratificação pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança²⁶ da então criada Organização das Nações Unidas, composto pela República da China, França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e os Estados Unidos da América.

O preâmbulo do documento fundador da ONU reflete a consternação de seus membros ante a guerra e suas consequências, e reafirma como objetivo principal a manutenção da paz e da segurança, o respeito aos direitos humanos, e a cooperação na busca de soluções aos problemas econômicos e sociais com vista ao progresso de todas as nações:

²⁴ A expressão “Nações Unidas” foi uma sugestão do presidente norte-americano Franklin Roosevelt e utilizada pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas. O documento estabelecia o compromisso de cada governo signatário em empregar todos os seus recursos – militares e econômicos – na guerra contra o Eixo, além do acordo em não assinarem um armistício ou paz em separado com os inimigos. Declaração das Nações Unidas. Disponível em <https://www.unmultimedia.org/searchers/yearbook/page.jsp?volume=1946-47&page=36>. Acesso em 11 de maio de 2018.

²⁵ Um resumo destas conferências e os principais documentos produzidos podem ser encontrados na página da ONU: <http://www.un.org>.

²⁶ A organização é composta de seis órgãos principais, conforme o artigo 7º do Capítulo III da Carta das Nações Unidas: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimento indizível à humanidade; e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas; e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos; e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla;

E para tais fins, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos; e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais; e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum; a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos;

Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos.

Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.²⁷

A temática dos refugiados, cuja realidade e contingente alarmavam a comunidade internacional, esteve presente na agenda da ONU desde os seus primeiros momentos. Em 1946, sua Assembleia Geral estabeleceu alguns princípios próprios da questão: o caráter internacional do tema; a impossibilidade de se devolverem os refugiados para situações de risco²⁸; a necessária criação de um órgão internacional para cuidar da proteção dos refugiados e pessoas deslocadas; e o estímulo ao retorno dos refugiados aos seus países de origem e auxílio para tanto, o qual deve ser encarado como o objetivo principal no trabalho com refugiados.²⁹

A demanda por um órgão que se ocupasse da temática dos refugiados foi atendida em 1947, com a criação da Organização Internacional para Refugiados (OIR), que entrou em vigor no ano seguinte. A OIR foi sucedida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), cujas atividades se iniciaram em 1º de janeiro de 1951, estendendo-se até os dias de hoje.

²⁷ Carta das Nações Unidas.

²⁸ Tal princípio é hoje consagrado como *non-refoulement* e estabelece a impossibilidade de se devolver o solicitante de refúgio e/ou refugiado ao país de origem ou proveniência que consista em um risco à vida ou à integridade física do indivíduo.

²⁹ BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. A Lei Brasileira de Refúgio – sua história. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 14.

1.1.2 O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

Antes de traçar em linhas gerais as competências do ACNUR, e comentar sua atuação e os principais aportes jurídicos à questão do refúgio, cabem algumas palavras a respeito dos caminhos que conduziram à instituição do Direito Internacional dos Refugiados.

É no âmbito da Liga das Nações que surge o instituto do refúgio. De acordo com José Henrique Fischer de Andrade, embora não houvesse no Pacto da Liga das Nações qualquer menção direta aos refugiados ou aos direitos humanos, “o sentimento geral era de que esta seria a instituição que melhor poderia combinar a autoridade moral para representar os direitos dos refugiados com a necessária abordagem prática dos problemas criados para os Estados que os recebiam”.³⁰

Assim, foi instituído, em 1921, o Alto Comissariado para Refugiados Russos. Apesar do imediato reconhecimento pela comunidade internacional, a Liga das Nações não assumiu qualquer responsabilidade por seus atos. À sua frente estava o Dr. Fridtjof Nansen, dedicado a causa do refúgio e responsável pelo desenvolvimento de um documento específico de identificação para os refugiados: o passaporte Nansen.³¹

A qualificação das pessoas como refugiadas através de critérios coletivos – em função de sua origem, nacionalidade ou etnia – respondia satisfatoriamente ao contingente elevado daqueles que à época careciam de proteção internacional. No caso dos russos, estivessem eles fugindo da Revolução Russa ou da Guerra Civil desencadeada no país, algumas estimativas apontam para dois milhões o número de pessoas sem pátria.³² A manutenção da crise dos refugiados motivou a extensão das competências do Alto Comissariado para Refugiados Russos a outros povos que necessitavam de proteção, como os armênios³³, a partir de 1924, e os assírios, assírios-caldeus, turcos e montenegrinos, a partir de 1927.³⁴

³⁰ ANDRADE, José Henrique Fischel de. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In: ARAÚJO, Nádía de; ALMEIDA, Guilherme Assis de (Coord.). *O Direito Internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 120.

³¹ JABILUT, Liliana Lyra, *op. cit.*, p. 74-75.

³² ANDRADE, José Henrique Fischel de. O Brasil e a organização internacional para refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48 (I), p. 60-95, 2005, p. 61.

³³ Hobsbawm fala em 300 mil armênios que fugiam do genocídio. HOBBSAWM, Eric, *op. cit.*, p. 57.

³⁴ JABILUT, Liliana Lyra, *op. cit.*, p. 75-76.

Em 1930, com a aproximação da data de extinção do Alto Comissariado para Refugiados Russos, prevista pelo seu estatuto para 1931, a Liga das Nações criou um novo órgão, sob sua direção, para tratar da questão dos refugiados: o Escritório Nansen para os Refugiados. De acordo com Liliana Lyra Jubilut, o maior mérito da nova organização foi a elaboração da Convenção de 1933, que apesar de ter um conteúdo limitado, em suas palavras, “possibilitou o início da positivação do Direito Internacional dos Refugiados, trazendo, inclusive, um dispositivo acerca do princípio de *non-refoulement* [...] de vital importância para os Refugiados”. O Escritório Nansen para Refugiados foi sucedido pelo Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados, em 1938.³⁵

Paralelamente, criou-se, fora da alçada da Liga, o Comitê Intergovernamental para Refugiados, em 1938, e a Administração das Nações Unidas para o Socorro e a Reconstrução (UNRRA), em 1943.³⁶ Em nota, José Henrique Fischel de Andrade chama a atenção para o fato de ambos os organismos citados terem sido estabelecidos sob influência dos Estados Unidos e como alternativa à incapacidade operacional da Liga das Nações.³⁷

Com o fim do Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados, no marco do declínio da própria Liga, em 1946, a questão dos refugiados, gritante em um mundo saído da Segunda Grande Guerra³⁸, passou a ser discutida no âmbito da recém-criada ONU. Como mencionado, desde o seu início, reconhecia-se a urgência de tal problemática, tendo sido abordada já em sua primeira sessão, em fevereiro de 1946. De suas resoluções foi estabelecido o Comitê Especial para Refugiados e Deslocados, o qual decidiu pela criação de um órgão internacional encarregado desses grupos, ideal materializado na Organização Internacional para os Refugiados (OIR)³⁹, que entrou em vigor apenas em agosto de 1948.⁴⁰

³⁵ Idem, p. 77.

³⁶ A UNRRA foi uma organização criada pelos aliados e encarregada de assistir as vítimas dos territórios ocupados. Idem, p. 79.

³⁷ Nota 2. ANDRADE, José Henrique Fischel de, *op. cit.*, 2005, p. 65.

³⁸ O número apresentado por José Henrique Fischel de Andrade estima em 53.536.000 pessoas deslocadas para o período de 1939-1947. Idem, p. 61.

³⁹ As reuniões do Comitê ocorreram de 08 de abril a 1º de junho de 1946. O Projeto de Constituição da Organização Internacional para os Refugiados foi aprovado pelo Conselho Econômico e Social, em outubro, e encaminhado à Assembleia Geral para análise e votação, o que ocorreu no dia 15 de dezembro daquele ano. Idem, p. 63.

⁴⁰ Idem, p. 67.

Durante o intervalo entre a decisão pelo estabelecimento da OIR e o início de suas atividades, foi formada uma Comissão Preparatória⁴¹ que tinha por objetivo garantir a continuidade do trabalho com refugiados e deslocados desenvolvido pelo Comitê Intergovernamental para os Refugiados e a UNRRA até as suas extinções, previstas para meados de 1947.

Um dos grandes avanços introduzidos pela Constituição da OIR foi a individualização do conceito de refugiado e das razões de sua perseguição. Nas palavras de José Henrique Fischel de Andrade:

Com uma redação que desenvolvia a perspectiva individualista de forma muito mais avançada que o Comitê Intergovernamental ou a UNRRA, a OIR chegou bastante perto de adotar um esquema de determinação puramente subjetivo, a partir do momento em que considerou como admissíveis (*elegible*) pessoas que, fora de seu país de nacionalidade, expressassem objeções válidas de a ele retornar, sendo suficiente que as opiniões políticas do refugiado o levassem a não desejar se valer da proteção de seu país de origem.⁴²

A Organização Internacional para os Refugiados foi criada com um prazo para o exercício de suas funções, devendo ser extinta em 30 de junho de 1950. Esse prazo foi alterado algumas vezes com vistas a garantir uma transição eficaz ao novo órgão criado sob domínio da ONU para cuidar das questões referentes à temática – o ACNUR –, o que permitiu a coexistência de ambos. O marco mais recorrente para o encerramento das atividades da OIR é janeiro de 1952, enquanto sua extinção definitiva teria ocorrido apenas em 28 de fevereiro daquele ano.⁴³

Em 1949, mediante deliberação da Assembleia Geral da ONU, decidiu-se pela criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados⁴⁴, sendo aprovado o seu estatuto em 14 de dezembro de 1950.⁴⁵ Como supracitado, suas atividades se iniciaram em 1º de janeiro de 1951 e tinham previsão de encerramento para o dia 31 de

⁴¹ A Comissão Preparatória para a Organização Internacional para os Refugiados foi fruto do Acordo sobre Medidas Provisórias a serem tomadas concernentes aos Refugiados e Descolados (Acordo de 1946) e justifica-se pela premência do enfrentamento da problemática dos refugiados e simultânea impossibilidade de início imediato das atividades da OIR. De acordo com José Henrique Fischel de Andrade, a existência oficial da Organização Internacional para Refugiados dependia do recebimento de 15 instrumentos de comprometimento (ratificação ou adesão). *Idem*, p. 65.

⁴² *Idem*, p. 69.

⁴³ *Idem*, p. 71.

⁴⁴ Resolução 319 A (IV), de 03 de dezembro de 1949.

⁴⁵ Resolução 428 (V).

dezembro de 1953, prazo condicionado ao reexame pela Assembleia Geral, que decidiria sobre a continuidade de suas funções – o que se verificou.⁴⁶

O ACNUR surge como um órgão subsidiário da ONU⁴⁷, com caráter apolítico, humanitário e social⁴⁸, e assume como suas principais funções a proteção aos refugiados, o desenvolvimento de soluções permanentes à problemática, e a assistência aos governos e organizações privadas, objetivando a repatriação voluntária ou a sua integração no país de acolhida.⁴⁹ Apesar de possuir sede em Genebra, na Suíça, o órgão conta com escritórios regionais.⁵⁰

Seu estatuto traz uma definição das pessoas sob condição de refúgio a qual prevê, primeiramente, a manutenção do *status* de refugiado àqueles que assim foram consideradas pelos instrumentos internacionais anteriormente elaborados.⁵¹ Além disso, a definição que propõe é bastante semelhante à adotada, posteriormente, pela Convenção de 1951. Diferentemente desta, contudo, não estabelece reservas temporais ou geográficas⁵², caracterizando-se por ser um dispositivo abrangente, capaz de permitir que

toda pessoa que se enquadre nos critérios do Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados pode invocar a proteção da Organização das Nações Unidas através do ACNUR, independentemente de se encontrar em um país que seja Parte da Convenção de 1951 ou do Protocolo de 1967, ou de ter sido reconhecido pelo país de acolhida como refugiado com base em qualquer um destes instrumentos. Os refugiados reconhecidos sob o mandato do ACNUR denominam-se “refugiados sob o mandato”.⁵³

⁴⁶ Estatuto do ACNUR, capítulo 1, parágrafo 5.

⁴⁷ Em nota (361 e 364, respectivamente), Liliana Lyra Jubilut aponta os três tipos de órgãos subsidiários da ONU – os fundos, como o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF); os comissariados, como o ACNUR; e os programas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – e os distingue das agências especializadas, considerando como principais diferenças a criação por resoluções da Assembleia Geral e sua ligação a esta e ao Conselho Econômico Social pelos primeiros, e a criação mediante tratados específicos e ligação apenas ao Conselho Econômico Social pelas segundas. JABILUT, Liliana Lyra, *op. cit.*, p. 151-152.

⁴⁸ Estatuto do ACNUR, capítulo 1, parágrafo 2.

⁴⁹ Estatuto do ACNUR, capítulo 1, parágrafo 1.

⁵⁰ “Normalmente existem escritórios continentais e sub-regionais, que trabalham diretamente com os escritórios nacionais ou com os parceiros do ACNUR”. JABILUT, Liliana Lyra, *op.cit.*, p. 152.

⁵¹ Os Acordos de 12 de Maio de 1926 e de 30 de Junho de 1928; as Convenções de 28 de Outubro de 1933 e de 10 de Fevereiro de 1938, do Protocolo de 14 de Setembro de 1939, ou, ainda, da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados. Estatuto do ACNUR, capítulo 2, parágrafo 1, A (i).

⁵² Cf. Estatuto do ACNUR, capítulo 2, B.

⁵³ ACNUR. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados, p. 7. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado. Acesso em 12 de março de 2018.

Motivada pela necessidade de um ordenamento jurídico capaz de definir o termo “refugiado”, bem como de estabelecer o alcance deste instituto e outras diretrizes a ele concernentes, foi convocada a Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas.⁵⁴ Através desta, foi adotada em Genebra, em 28 de julho de 1951, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, a qual constitui, juntamente com o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967, os principais instrumentos normativos da condição jurídica de refugiado.

A Convenção de 1951 entrou em vigor em 22 de abril de 1954 e seu 1º artigo define como refugiado qualquer pessoa:

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.⁵⁵

O parágrafo 1º da seção B do mesmo artigo apresenta duas interpretações para a expressão “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951”: (a) acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro na Europa; (b) acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou alhures. A essa distinção a literatura trabalhada dá o nome de reserva geográfica. A opção por uma ou outra interpretação deve ser feita pelo Estado Parte no momento da assinatura, ratificação ou adesão ao documento, estando a extensão de suas obrigações da fórmula (a) para a fórmula (b) facultada aos Estados mediante uma notificação dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas.⁵⁶

Dois fatores principais da definição de refugiado apresentados pela Convenção de 1951 são o temor e a perseguição. A opção pelo “temor” como conceito definidor da

⁵⁴ Resolução 429 (V) da Assembleia Geral, de 14 de dezembro de 1950.

⁵⁵ O documento em língua portuguesa não apresenta a expressão “fundado temor de perseguição” para a qual chama a atenção o manual do ACNUR e que se mostra fundamental para a compreensão do processo para a obtenção do *status* de refugiado. A leitura em espanhol da Convenção de 1951 informa, para o mencionado artigo, que o termo refugiado se aplicará a qualquer pessoa “que, como resultado de acontecimientos ocurridos antes del 1.º de enero de 1951 y debido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raza, religión, nacionalidad, pertenencia a determinado grupo social u opiniones políticas, se encuentre fuera del país de su nacionalidad y no pueda o, a causa de dichos temores, no quiera acogerse a la protección de tal país; o que, careciendo de nacionalidad y hallándose, a consecuencia de tales acontecimientos, fuera del país donde antes tuviera su residencia habitual, no pueda o, a causa de dichos temores, no quiera regresar a él”.

⁵⁶ Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, capítulo I, artigo 1º, seção B, parágrafo 2º.

situação de refúgio é justificada pela sua relevância, conforme coloca o “Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados”. A respeito desta escolha, Denise Rollemberg observa como

mesmo utilizando uma linguagem jurídica e impessoal, o que caracteriza a busca de uma objetividade racional, o critério básico para definir refugiado dificilmente seria mais subjetivo e emocional: “o temor”. Talvez apenas um sentimento semelhante poderia ser alçado à condição de denominador comum em meio a tão grande diversidade, estando presente em indivíduos e populações de toda e qualquer origem. Um latino-americano, um africano, um europeu do Leste, um vietnamita, de diferentes faixas etárias, níveis sociais, em conjunturas históricas *sentem medo*. Em outras palavras, para se chegar a um critério unificador das diferenças, só recorrendo-se a um aspecto próprio da “condição humana”.⁵⁷

Com essa subjetividade em mente, a definição se centra na figura do solicitante de refúgio, de modo que “a determinação da condição de refugiado fundamentar-se-á, principalmente, não em um julgamento da situação objetiva do país de origem do solicitante, mas na avaliação das declarações por ele prestadas”.⁵⁸ Contudo, e justamente por se tratar de um conceito subjetivo, o referido temor deve ser *fundado*. Para tanto, torna-se necessária sua averiguação ante as situações objetivas que o teriam gerado.⁵⁹

No que concerne à perseguição, o manual lançado pelo ACNUR admite não existir uma definição universalmente aceita de “perseguição”.⁶⁰ Contudo, extrai da própria Convenção de 1951 (artigo 33) uma possível interpretação para o termo: “a ameaça à vida ou à liberdade em virtude da raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou pertencimento a um grupo social específico é sempre caracterizada como perseguição”.⁶¹ A recomendação do manual, por fim, é a de que sejam analisadas “caso a caso” as

⁵⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Record: Rio de Janeiro, 1999, p. 39.

⁵⁸ ACNUR. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados, p. 12.

⁵⁹ O manual do ACNUR estabelece que deve ser o solicitante de refúgio a fornecer “fatos relevantes” e “qualquer elemento de prova” para a análise do seu caso. Contudo, reconhece a sua dificuldade em fundamentar em provas documentais ou outros meios o seu relato, justamente pela situação delicada em que se encontra, chegando a afirmar que “Casos em que o solicitante conseguirá fornecer elementos de prova para todas as suas declarações serão mais a exceção do que a regra. Na maioria dos casos, após fugir de uma perseguição, uma pessoa chega apenas com o indispensável e, muito frequentemente, sem documentos pessoais.” A solução sugerida pelo manual é, então, o compartilhamento entre solicitante e examinador da responsabilidade no processo de análise das evidências possíveis. Idem, p. 40-41.

⁶⁰ Idem, p. 14.

⁶¹ Idem.

circunstâncias que conduziram à solicitação do *status* de refugiado para determinar se há ou não perseguição.

A definição de refugiado elaborada pela Convenção de 1951 não contempla a figura do migrante, fato que é deixado claro pelo manual:

Um migrante é uma pessoa que, por razões diferentes daquelas mencionadas na definição de refugiado, deixa voluntariamente o seu país para se instalar em outro lugar. O migrante pode deixar seu país de origem motivado pelo desejo de mudança ou de aventura, por razões familiares ou de caráter pessoal. Se a motivação for exclusivamente econômica, trata-se de um migrante e não de um refugiado.⁶²

Nestes termos, tem-se que um migrante é determinado, antes de tudo, pela voluntariedade de sua partida – de onde se deduz a possibilidade de retorno – e pela motivação econômica desta. Contudo, o mesmo instrumento reconhece as dificuldades em se distinguir entre um migrante econômico e um refugiado pelo tênue limiar que divide medidas econômicas “gerais” daquelas que guardam objetivos direcionados a grupos específicos.⁶³

Ademais, alguns autores chamam a atenção para a consequência econômica da chegada ao poder de governos ditatoriais. Além da perda de empregos por indivíduos mal quistos pelos novos regimes e da dificuldade de reinserção no mercado de trabalho – problema enfrentado por muitos acadêmicos perseguidos, aposentados e dispensados das universidades brasileiras e dos profissionais ligados à psicologia e à psicanálise na Argentina –, há que se mencionar que, em alguns casos, os projetos econômicos delineados por tais governos conduziram à uma piora nas condições trabalhistas e aumentaram os índices de desemprego.⁶⁴

É esta consciência que, segundo Denise Rollemberg, permitiria uma flexibilização da ideia de voluntariedade e escolha na decisão pela partida do migrante. Para a historiadora:

⁶² Idem, p. 16.

⁶³ À título de ilustração, o manual cita, por exemplo, “Quando as medidas econômicas comprometem a sobrevivência de uma parcela específica da população (por exemplo, impedimento do direito ao comércio ou imposição de impostos discriminatórios sobre um grupo étnico ou religioso específico), as vítimas dessas medidas podem, tendo em conta as circunstâncias, tornar-se refugiados ao deixarem o país.” Idem.

⁶⁴ Yankelevich, Pablo, *op. cit.*, p. 16-17; SZNAJDER, Mario. Os exílios latino-americanos. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 66-68.

A migração é um fenômeno social, não individual, e a partida deve ser entendida numa perspectiva ampla, não estando limitada à ideia da escolha individual, da possibilidade legal da volta, nem tampouco à presumida ausência de “imposição” e “brutalidade”, mesmo se comparada à violência sofrida pelos exilados. Tais violências estão presentes onde há pobreza, miséria e desemprego, fatores que motivam os processos migratórios. Seria melhor dizer que o migrante não opta individualmente pela partida e sim é levado socialmente a escolher esta opção. Em sociedades marcadas pela desigualdade, sobretudo em períodos de crise econômica – realidade dos países e dos momentos de emigração –, é difícil encontrar o lugar da opção entre os excluídos. Se tal opção existe – e, sem dúvida, pode-se dizer que há escolha –, ela é realizada sob fortíssimos constrangimentos.⁶⁵

O estabelecimento de uma data limite aos acontecimentos que determinariam a condição de refugiado refletiu o interesse de alguns Estados em limitar as suas obrigações às situações de refúgio que eram conhecidas à época ou que poderiam surgir como consequência dos eventos já ocorridos.⁶⁶ Contudo, quase duas décadas após a elaboração da Convenção de 1951, o contexto internacional, marcado por novos conflitos, condicionou a aparição de novas situações de refúgio que não eram contempladas pelo documento, de modo que não se podia garantir proteção internacional aos grupos em questão.

Foi com o intuito de ampliar as disposições da Convenção de 1951 que se elaborou o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967.⁶⁷ Este instrumento manteve a definição de refugiado prevista pela Convenção, mas colocou fim à reserva temporal sustentada pela expressão “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951”. O Protocolo de 1967 foi assinado na cidade de Nova Iorque, em 31 de janeiro de 1967, e entrou em vigor em 04 de outubro do mesmo ano.

1.1.3 A tradição do asilo político na América Latina e a atuação do ACNUR na região

Se os deslocamentos fazem parte da história da humanidade, igualmente a compõe a prática do asilo. Afinal, se considerarmos que no cerne destes deslocamentos reside o banimento e/ou a perseguição na comunidade de origem, a busca pelo acolhimento e a

⁶⁵ ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*, p. 43.

⁶⁶ ACNUR. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados, p. 6.

⁶⁷ Convocado pela Resolução 1186 (XLI) do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), de 18 de novembro de 1966, e pela Resolução 2198 (XXI) da Assembleia Geral, de 16 de dezembro de 1966.

proteção perdidos em outros territórios é uma consequência natural. Neste sentido, igualmente antiga é a concessão de guarida por outros povos aos indivíduos nas condições descritas. Tal costume fundamenta o conceito de asilo e remonta à Antiguidade clássica, sendo particularmente presente na civilização grega.⁶⁸

Com o tempo, a prática do asilo sofre um processo de juridicização pela necessidade de normatizá-lo enquanto um instituto concreto, assegurando sua capacidade de proteger as pessoas e garantindo seu reconhecimento internacional. Assim, o instituto do asilo passa a atrelar ao Estado “o poder discricionário de conceder proteção a qualquer pessoa sob sua jurisdição”⁶⁹ e a subdividir-se em duas modalidades: o “asilo territorial” e o “asilo diplomático”.⁷⁰

O direito de asilo foi por muito tempo entendido de forma abrangente e indissociável, significando, antes de tudo, a proteção do ser humano. É com este sentido que aparece em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, onde se lê: “Todo homem tem direito de procurar e gozar de asilo em outros países”⁷¹; e na própria Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951), que diz:

Considerando que da concessão do direito de asilo podem resultar encargos excepcionalmente pesados para alguns países e que a solução satisfatória dos problemas cujo alcance e natureza internacionais a Organização das Nações Unidas reconheceu, não pode, portanto, ser obtida sem cooperação internacional.⁷²

A partir do século XIX, contudo, ocorre o desmembramento do gênero “asilo” em “asilo político” e, nos anos 1920, em “refúgio”, conforme visto.⁷³ É partindo deste conhecimento que se faz referência ao “direito de asilo” *latu sensu*, com vistas a abarcar

⁶⁸ “A pessoa que buscava asilo era, via de regra, um estrangeiro, o que em muito o favorecia perante os gregos, pois para estes, a hospitalidade para com os alienígenas era um critério que moldava a cultura ou a barbárie de um povo.” Além disso, o mesmo autor afirma que “Os próprios gregos recorreram, inúmeras vezes, ao instituto do asilo, posto ter sido a proscrição uma arma política de importância para os helênicos.” ANDRADE, José Henrique Fischel de, *op. cit.*, 2001, p. 103, 104.

⁶⁹ JUBILUT, Liliana Lyra, *op. cit.*, p. 38.

⁷⁰ O asilo territorial se verifica quando a solicitação de proteção ocorre dentro do perímetro territorial do Estado capaz de concedê-la; o asilo diplomático, por sua vez, ocorre quando esta solicitação é feita na extensão do território do Estado solicitado, como os locais de representação diplomática (embaixadas, por exemplo), navios ou aeronaves com sua bandeira.

⁷¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 14, parágrafo 1º, *apud*, JUBILUT, Liliana Lyra, *op. cit.*, p. 36.

⁷² Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, preâmbulo, 4º parágrafo.

⁷³ ANDRADE, José Henrique Fischel de, *op. cit.*, 2001, p. 113.

os dois institutos⁷⁴, noção empregada nos documentos mencionados no parágrafo anterior.

A análise do ordenamento jurídico latino-americano sobre a proteção internacional de pessoas perseguidas aponta para uma tradição do instituto do asilo e seu aspecto essencialmente político.⁷⁵ O desenvolvimento desta tradição e o viés que assume são atribuídos à instabilidade política da região, atravessada pelas lutas emancipatórias do século XIX e posterior busca por consolidação dos novos governos.⁷⁶ Nesse sentido, o instituto do asilo foi amplamente utilizado e crescente passou a ser a necessidade de regulá-lo, condicionando a elaboração de uma série de tratados e acordos firmados desde o final daquele século. Iniciada com o Tratado de Direito Penal de Montevideu, de 1889, segue-se uma lista de documentos que positivam o direito de asilo: a Convenção sobre Asilo de Havana, aprovada na VI Conferência Internacional Americana, em 1928; a Convenção sobre Asilo Político de Montevideu, aprovada na VII Conferência Internacional, em 1933; o Tratado sobre Asilo e Refúgio Políticos de Montevideu, aprovado no Segundo Congresso Sul-americano de Direito Internacional Privado, em 1939; e a Convenção sobre Asilo Diplomático de Caracas e a Convenção sobre Asilo Territorial de Caracas, ambas de 1954.⁷⁷

Apesar do engajamento pela promoção e positivação do asilo, no momento em que assume protagonismo nas relações internacionais a discussão sobre a problemática dos refugiados, desenvolvida no âmbito da ONU, verifica-se, por parte dos países latino-americanos, uma postura desinteressada no processo que culminaria com a aprovação da Convenção sobre o Estatuto de Refugiado, de 1951.⁷⁸

De acordo com Jaime Esponda Fernández, quem analisou as intervenções dos delegados dos países latino-americanos enviados à Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas – e vale mencionar que apenas quatro o fizeram (Brasil, Colômbia, Cuba e Venezuela) –, é possível identificar alguns motivos para a adoção deste comportamento: a) a reticência ao controle ou à

⁷⁴ JUBILUT, Liliana Lyra, *op. cit.*, p. 36.

⁷⁵ FERNÁNDEZ, Jaime Esponda. La tradición latinoamericana de asilo y la protección internacional de los refugiados. In: ACNUR. *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina*. San José, C.R.: EDITORAMA, 2004, p. 113.

⁷⁶ ANDRADE, José Henrique Fischel de, *op. cit.*, 2001, p. 113-114; JUBILUT, Liliana Lyra, *op. cit.*, p. 38.

⁷⁷ SAN JUAN, César Walter; MANLY, Mark. El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina: Análisis crítico del dualismo “asilo-refugio” a la luz del Derecho Internacional de los Derechos Humanos. In: ACNUR. *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina*. San José, C.R.: EDITORAMA, 2004, p. 26.

⁷⁸ FERNÁNDEZ, Jaime Esponda, *op. cit.*, p.108.

supervisão por um órgão internacional dos Estados latino-americanos; b) a ideia de que a Convenção em elaboração seria aplicável apenas aos europeus, e que a América Latina não precisava dela, uma vez que sua prática consuetudinária demonstrava o respeito do asilo; c) a convicção de que a legislação interna dos países latino-americanos era suficiente para garantir os direitos dos refugiados.⁷⁹

O baixo número de ratificações da Convenção de 1951 e a lentidão que caracterizou este processo comprovam as ressalvas ao documento pelos países da região, segundo o autor. Apenas o Equador a ratificou durante a década de 1950.⁸⁰

Na tentativa de compreender esse momento, algumas interpretações chamam a atenção para a crença dos Estados latino-americanos de que poderiam dispensar um instrumento como a Convenção de 1951, ideia sustentada pelo eficaz sistema de asilo, o qual, inclusive, teria sido suficiente para atender os europeus que chegavam. Outras privilegiam a ideia de um rechaço à ingerência de um órgão internacional em assuntos internos.⁸¹ Sem pretender discutir o mérito das vertentes explicativas para a pouca influência da Convenção de 1951 na América Latina, há que se atentar para sua consequência direta: a fragilidade ou inexistência de um trabalho para refugiados e a ausência dos órgãos internacionais especializados como o ACNUR, cujo primeiro escritório regional, localizado em Buenos Aires, Argentina, data de 1965.⁸²

A década de 1960 representou o início de uma mudança de paradigma no que diz respeito à temática dos refugiados. A Revolução Cubana, de 1959, teve como efeito o afluxo em grande escala de indivíduos que deixavam o país, impondo aos demais uma revisão dos seus dispositivos para atender a situação gerada e que não encontrava precedentes no continente. O êxodo de haitianos e dominicanos é também posto como determinante neste momento.⁸³

Um informe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de 1965, dá conta de reforçar o caráter inédito da situação inaugurada com os refugiados de então e aponta a incapacidade do sistema latino-americano de asilo de administrar a conjuntura presente,

⁷⁹ Idem, p. 109.

⁸⁰ Idem, p. 125.

⁸¹ Idem, p. 113-114.

⁸² SAN JUAN, César Walter; MANLY, Mark, *op. cit.*, p. 28; <http://www.acnur.org/donde-trabaja/america/argentina/>. Acesso em 18 de maio de 2018. Apesar da criação do escritório regional do ACNUR, em 1965, o texto de César Walter San Juan e Mark Manly estabelece para a década de 1970 o início da proteção aos refugiados da América Latina por este órgão, com um trabalho verificado no Cone Sul. Idem, p. 66.

⁸³ FERNÁNDEZ, Jaime Esponda, *op. cit.*, p. 116.

sobretudo ao contrapor o contexto para o qual foi criado ao que se vivenciava no momento:

El problema de los refugiados políticos americanos ha cambiado fundamentalmente en los últimos años. Ya no se trata de los refugiados de antaño, los que por general eran pocos en número y constituidos fundamentalmente por dirigentes que gozaban de medios de fortuna. En la actualidad el problema radica en que, como resultado de los movimientos políticos acaecidos en la mayoría de los países americanos y la falta de estabilidad democrática en algunos de ellos, gran cantidad de personas, la mayoría de ellas sin bienes de ninguna especie, se trasladan al territorio de otras Repúblicas americanas a causa de las persecuciones de que son objeto.⁸⁴

O sistema latino-americano de asilo fora desenvolvido, conforme já se demonstrou, em um contexto de grande instabilidade política e visando a proteção de indivíduos⁸⁵, mais que de um grupo ou grandes contingentes. Além disso, destinava-se às pessoas de considerável poder aquisitivo e grau de instrução, como confirma Pablo Yankelevich:

Dezenas de líderes ou figuras públicas como legisladores, militares, jornalistas e intelectuais foram desterrados ao longo da história continental. Mas sempre se tratou de um exílio de elites, em que a saída do país se processava como uma escala obrigatória em um percurso pelo desempenho de um papel mais ou menos protagonista no momento do retorno.⁸⁶

Os desafios impostos pelo novo cenário exigiam novas respostas. Ao buscá-las, chegou a ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, em 1965, a Segunda Conferência Interamericana Extraordinária, a qual recomendou ao Comitê Jurídico Interamericano a elaboração de um projeto de Convenção sobre Refugiados, que não chegou a ser adotado.⁸⁷ Em contrapartida, cresceu o número de ratificações aos instrumentos internacionais de proteção dos refugiados da ONU: a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967. Até o final da década de 1960, somariam sete os países da região a ratificarem

⁸⁴ CIHD, Informe sobre refugiados 1965, *apud*, FERNÁNDEZ, Jaime Esponda, *op. cit.*, p.116.

⁸⁵ SAN JUAN, César Walter; MANLY, Mark, *op. cit.*, p. 27.

⁸⁶ YANKELEVICH, Pablo, *op. cit.*, p. 14.

⁸⁷ SAN JUAN, César Walter; MANLY, Mark, *op. cit.*, p. 28. Não são fornecidos indícios do porquê tal instrumento não foi adotado.

o primeiro documento, número que subiria para 14 ao final da década seguinte⁸⁸, e quatro e 13 para o segundo documento, respectivamente para os períodos mencionados.⁸⁹

A conjuntura apresentada no marco desses anos se agravaria, na década de 1970, com a eclosão em cadeia de golpes de Estado e a emergência de regimes autoritários, o que condicionou a saída em massa de uruguaios, chilenos e argentinos de seus países. O continente vivenciaria naqueles anos uma intensa movimentação uma vez que o estabelecimento em um país contíguo ao de origem era visto como o mais desejado entre os exilados, tanto pela semelhança cultural, como, principalmente, pelo objetivo basilar – e, até determinado momento, crível – de retorno e retomada do projeto interrompido.

A incapacidade dos países de lidar, sobretudo materialmente, com os numerosos grupos de exilados que adentravam suas fronteiras para escapar das perseguições desencadeadas em seus próprios, e de organizar a saída destes indivíduos, levou-os a recorrer ao apoio do ACNUR.⁹⁰ Para o enfrentamento da problemática gerada pelo contingente de exilados latino-americanos, o órgão da ONU abriu novos escritórios regionais, em Lima e em San José, e subescritórios, em Santiago e no Rio de Janeiro.⁹¹

Paralelamente, a afinidade ideológica dos novos governos, centrada na Doutrina de Segurança Nacional, e a rede coordenada de repressão, materializada pela Operação Condor, estabeleceram os limites da permanência no continente. Se inicialmente, os esforços dos exilados foram envidados com vistas a continuar na América Latina, a conjuntura política desfavorável forçou a saída. A procura pela assistência oferecida pelo ACNUR pelas vítimas das ditaduras passou a ocorrer com mais frequência.⁹² Como refugiados, os exilados latino-americanos eram reassentados em outros países, principalmente europeus.

Neste momento, o exilado é posto em uma situação contraditória e para entendê-la é preciso ter em mente as subjetividades que moldam esta categoria. É o aspecto político que o define, e é por seu questionamento e confronto a um sistema vigente que este, perseguido e reprimido pelos instrumentos do poder, se vê obrigado a deixar ou é realmente expulso do seu país, não podendo a ele retornar sob risco de ser preso, torturado

⁸⁸ Equador (1955); Brasil (1960); Colômbia e Argentina (1961); Jamaica e Peru (1964); Canadá (1969); Paraguai e Uruguai (1970); Chile (1972); República Dominicana, Costa Rica, Panamá e Suriname (1978).

⁸⁹ Argentina (1967); Estados Unidos (1968); Equador e Canadá (1969); Uruguai (1970); Brasil e Chile (1972); República Dominicana, Costa Rica, Panamá, Paraguai, Peru e Suriname (1978).

⁹⁰ Já em 1971, por exemplo, o governo chileno, que até aquele momento não havia ratificado a Convenção de 1951, requisitou o auxílio deste órgão para atender adequadamente uma leva de refugiados bolivianos. FERNÁNDEZ, Jaime Esponda, *op. cit.*, p. 117.

⁹¹ SAN JUAN, César Walter; MANLY, Mark, *op. cit.*, p. 28.

⁹² FERNÁNDEZ, Jaime Esponda, *op. cit.*, p. 117.

e morto. Sair do país para o exilado, ainda que em alguns casos seja fruto de uma escolha, representa, antes de tudo, um meio de sobrevivência.

Entretanto, a definição de refugiado proposta pela Convenção de 1951, baseada no temor, implica sua qualificação como vítima⁹³, o que não é bem encarado pelo exilado. Nas palavras de Denise Rollemberg:

Como o exilado é classificado oficialmente como refugiado, ele é desqualificado como ser político, exatamente o que lhe dá identidade. [...] Evidentemente, ele deixa o país de origem devido a um regime que o ameaça fisicamente ou sob o qual se recusa a viver. Mas não deve ser vitimizado. Ele é um ser político que, de uma forma ou de outra, desafia e enfrenta o poder constituído, segundo suas ideias e posições e, por isso mesmo, está nessa condição.⁹⁴

A contradição a que estão submetidos os exilados explica-se, assim, pela recusa à vitimização imposta pelo enquadramento na condição de refugiado e pela consciência de sua necessidade, tanto para que pudessem sair da situação de risco em que se encontravam, como pela assistência legal e material que eram oferecidos pelos organismos internacionais e pelo país de acolhida, posteriormente.⁹⁵

Neste sentido, é válido dizer que um dos aspectos que diferenciam o asilo político do instituto do refúgio são justamente as obrigações internacionais do Estado de acolhida com o refugiado por ele assim reconhecido. O não cumprimento de tais deveres está condicionado à responsabilização internacional, fato que não ocorre quando da concessão do asilo político, uma vez que advém de um ato discricionário do Estado concedente.⁹⁶

A importância de se levar em conta a percepção exilada sobre si mesmo é sustentada por Pablo Yankelevich, quem diz: “o termo ‘exílio’ por sua força simbólica, outorga identidade ao perseguido destravando subjetividades que o historiador [e todos aqueles que estudam o tema] está obrigado a considerar”.⁹⁷

⁹³ De acordo com Denise Rollemberg, o contexto da Guerra Fria, no qual se insere a Convenção de 1951, e sua redação, visando a atender, principalmente, os refugiados do leste europeu, explicam a vitimização do refugiado. ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*, p. 39.

⁹⁴ *Idem*, p. 39-40.

⁹⁵ *Idem*, p. 40-41.

⁹⁶ JUBILUT, Liliana Lyra, *op. cit.*, p. 44.

⁹⁷ YANKELEVICH, Pablo, *op. cit.*, p. 17.

1.2 A Igreja Católica frente à questão do refúgio no mundo: a Cáritas

As situações de refúgio veem acompanhadas de inúmeros outros problemas que extrapolam as barreiras do medo, fundamental para suas identificações. Fome, doenças, desemprego, preconceito e o esgotamento físico e psicológico de suas vítimas são algumas dessas mazelas.

Apenas para exemplificar a força do abalo emocional que se impõe a homens e mulheres sob essa condição, vale comentar o auge do drama vivido pelos refugiados húngaros após a invasão do país por forças soviéticas, em 1956. Muitos se viram obrigados a abandonar o país e buscar asilo nas nações vizinhas, lotando campos de refugiados preparados para acolhê-los. A partir dos campos austríacos correu a notícia de que 48 casos de tentativas de suicídio haviam sido contabilizados após o conhecimento pelo grupo da interrupção da emigração aos Estados Unidos, que até aquele momento havia recepcionado 31.400 refugiados.⁹⁸

No enfrentamento destes problemas outros agentes somavam seus esforços aos organismos governamentais internacionais, prestando um auxílio imprescindível no angariamento de donativos e atendimento direto aos refugiados. Entre eles as instituições católicas.

A Igreja possui um longo passado de atuação frente às questões sociais, assumindo para si a responsabilidade no suporte e assistência às pessoas em situações vulneráveis, como quando enfermas, abandonadas e diante da pobreza extrema. Neste sentido, estimula a formação de obras beneficentes e assistenciais, coordenando-as segundo os preceitos da sua doutrina social. Destaca-se aqui a experiência da Cáritas, cujo trabalho junto aos refugiados remonta à origem da problemática, localizada no século XX, o qual desejamos recuperar.

A primeira organização “Cáritas” surge na Alemanha, em 1897. Fundada pelo padre alemão Lorenz Werthmann e batizada em latim, seu nome traduz a ação desprendida e embasada no amor e na compaixão: caridade. Voltou-se desde o início aos mais necessitados, a quem dedicava atenção e cuidados, amparando-os em suas carências evidentes. A experiência alemã inspirou o surgimento de novas Cáritas em outros países, que com a mesma disposição escutavam e acolhiam os sofrimentos alheios em uma ação assistencial essencialmente caritativa, embora de grande importância.

⁹⁸ *Tribuna de Imprensa*, edição de 08 de abril de 1957, p. 08; *Jornal do Brasil*, edição de 07 de abril de 1957, p.07; *Jornal Diário do Paraná*, edição de 07 de abril de 1957, p. 01.

A ocorrência de dois confrontos globais em tão curto intervalo de tempo e suas consequências, já comentadas, despertaram mais ainda o mundo católico para o imperativo de uma ação humanitária em áreas devastadas e direcionada aos povos mais afetados, estimulando um novo movimento de criação de Cáritas, que passa a ter presença, também, na América do Norte. Inclusive, seguindo as orientações da Santa Sé, a Cáritas naquele momento concentrou seus esforços, sobretudo, no socorro às vítimas dos embates decorrentes da Segunda Grande Guerra.⁹⁹ Por seu trabalho e empenho até então, a Cáritas se afirmou como uma reconhecida e respeitada organização de socorro às emergências em todo o mundo.

A importância que assume e o tamanho que adquire, com diversas entidades estruturadas a nível nacional, impulsionaram o estabelecimento de uma entidade capaz de coordenar as organizações católicas de caridade já existentes, além de animar a criação de outras novas.¹⁰⁰ Papel importante neste processo desempenhou Giovanni Battista Montini – futuro papa Paulo VI. Precedida por uma Conferência Internacional de Cáritas, a qual, em 1951, reuniu suas 13 organizações em Roma, a Caritas Internationalis foi oficialmente reconhecida, em 1954.¹⁰¹

Sem nos depararmos com trabalhos que mencionassem ou elucidassem sobre a atenção prestada pela Cáritas à problemática dos refugiados em todo mundo, sua apreensão e análise ocorreram mediante pesquisa nos periódicos brasileiros que de forma esporádica noticiavam sobre essa missão.

As primeiras matérias datam do período pós Segunda Guerra Mundial. Tal fato, contudo, não exclui a possibilidade de haver uma ação voltada à causa do refúgio em períodos anteriores. Devemos, então, reafirmar – conforme demonstrou toda a análise

⁹⁹ CARITAS INTERNATIONALIS. Que é, que faz. (folheto informativo) s/d, *apud*, CARDOSO, Ana Helena Varela Correia. *A Cáritas Caboverdiana: desenvolvimento e impactos da sua acção social em Cabo Verde (1976-2001)*. Trabalho científico apresentado para a obtenção do grau de Licenciado em Ensino de História. ISE. 2006, p. 19.

¹⁰⁰ Um primeiro movimento neste sentido data de 1924, quando uma organização com tais fins teria sido fundada em Lucerna, na Suíça, e com a aprovação da Santa Sé. Idealizada após a ocorrência do Congresso Eucarístico de Amsterdã, esta organização já albergava sob sua alçada as diversas Cáritas nacionais existentes. Cf. CARITAS INTERNATIONALIS. Que é, que faz. (folheto informativo) s/d, *apud*, CARDOSO, Ana Helena Varela Correia, *op. cit.*

¹⁰¹ Foram poucos os trabalhos encontrados que tratem da Cáritas remontando à sua origem. Desta forma, a reconstrução histórica aqui esboçada baseia-se, sobretudo, nas informações disponibilizadas no site da Caritas Internationalis. Cf. <https://www.caritas.org/>. Acesso em dezembro de 2018 e janeiro 2019. De acordo com o documento consultado por Ana Helena Cardoso em seu trabalho sobre a Cáritas Coboverdiana, a adoção e oficialização do nome “Caritas Internationalis” decorre de uma deliberação do conselho executivo, em sua 10ª reunião, em fevereiro de 1957, substituindo a nomenclatura utilizada anteriormente – “Conferência Internacional de Caridades Católicas”. Devido às diferentes informações, dei preferência às obtidas através site oficial da entidade.

feita até aqui – que é este o momento em que a temática assume maior vulto tanto entre os organismos governamentais, como pela sociedade civil e as instituições religiosas, e justamente pelas massas de refugiados espalhados pela Europa e alhures.

Em reportagem publicada pelo jornal católico *A Cruz*, do Rio de Janeiro, esclarecia-se sobre “A Obra de Caritas na Áustria”¹⁰², fornecendo indícios para pensar seu trabalho frente à grave crise dos refugiados que se vivia então:

Para demonstrar a obra de auxílio que os católicos austríacos sustentam por si mesmos, D. Jacob Weinbacher, chefe da Associação Caritas, na Arquidiocese de Viena, publicou um folheto que descreve as numerosas atividades que esta grande organização vem realizando durante este último ano e a energia com que os católicos, ainda que açoitados pela pobreza, triunfaram em uma empresa exemplar de caridade cristã. À própria miséria do país, soma-se o inumerável enxame de refugiados que chegaram à Áustria, e especialmente à Viena, verdadeiras invasões de miséria e desespero. Caritas enfrentou dupla tarefa: combater a fome e as enfermidades e procurar o bem-estar espiritual.
[...] Somente em Viena, Caritas achou asilo para 64.603 refugiados e pessoas sem lar recolhidos nas estações férreas, e a 82.287 pessoas jovens de alimento diário.

No início da década de 1950, foi noticiada por diversos jornais a vinda ao Brasil de suábios da região do Danúbio, inicialmente refugiados na Áustria e na Alemanha. A realocação em território nacional – os dois estados receptores mencionados pelas matérias são Goiás e Paraná (onde realmente parece ter se efetivado a instalação de diversas famílias suábias) –, mais especificamente em áreas agrícolas para o cultivo da terra, foi fruto de uma negociação envolvendo organizações suíças, como a Cáritas e o “Auxílio Suíço para a Europa”, e o governo brasileiro.¹⁰³ De acordo com algumas dessas matérias a Cáritas teria atuado inclusive como patrocinadora da viagem desses refugiados¹⁰⁴, responsabilidade também atribuída à Organização Internacional de Refugiados, que custearia tanto o transporte ao país, quanto o traslado ao interior.¹⁰⁵ Outra matéria confere grande importância no desenrolar do processo ao “Auxílio Suíço para a Europa”.¹⁰⁶ Esta última informa que o ministro do Brasil na Suíça, D’Álamo Louzada, “agradeceu a manifestação de simpatia que era oferecida ao Brasil na sua pessoa,

¹⁰² *A Cruz*, órgão da paróquia de S. João Baptista (RJ), edição do dia 30 de janeiro de 1949, p. 04.

¹⁰³ *Diário de Notícias*, edição de 18 de fevereiro de 1951, p. 04.

¹⁰⁴ *Correio da Manhã*, edição de 16 de março de 1950, p. 02.

¹⁰⁵ *Jornal do Brasil*, edição de 14 de janeiro de 1950, p. 06.

¹⁰⁶ *A Noite*, edição de 04 de janeiro de 1952, p. 13.

louvando o trabalho humanitário da ‘Ajuda Suíça à Europa’, especialmente na parte pela qual foi responsável a Caritas”.

Nesta mesma década, a entidade católica não deixaria de socorrer os refugiados húngaros, cujo drama foi apresentado acima. Na edição do dia 14 de novembro de 1956, o jornal carioca *Correio da Manhã* informava o envio de cinco mil toneladas de donativos, entre alimentos, remédios e roupas, à Viena, na Áustria, e destinados aos refugiados húngaros. Este era o segundo carregamento enviado ao grupo por intermédio da Cáritas portuguesa.¹⁰⁷

Em 1960, o jornal *Correio Rio-Grandense* abordou a importância das organizações católicas alemãs sob a égide da Cáritas do país no que concerne à ajuda humanitária para além de suas fronteiras e trouxe suas contribuições ao problema dos refugiados, que continuava a assolar a Europa. Com o título “Auxílio mundial eficaz e generoso da Cáritas Alemã”, o texto dizia:

Os 125.000 dólares enviados pelos católicos alemães ao Chile assolado por terremotos e maremotos não representa senão pequenina parte do trabalho eficiente e generoso das organizações católicas alemãs de caridade, em auxílio aos necessitados internos e externos, a doentes e desvalidos, aos perseguidos e às vítimas de desastres naturais.

A Alemanha parece animada em sua generosidade pela lembrança da ajuda que recebeu há anos de seus antigos inimigos, quando foi esmagada pela derrota.

[...] Os programas assistenciais atingem países nos quatro continentes: África, Ásia, América Latina e Oceania. E junto com a ajuda material imediata há a colaboração humana com técnicos e especialistas para melhoria dos países atrasados.

Mas a tarefa mais importante é sem dúvida a de atender aos refugiados, que representam a quinta parte da atual população da Alemanha Ocidental. Muitos já se incorporaram à vida civil e contam portanto com recursos próprios, mas outros ainda precisam de auxílio de todo gênero, sobretudo para encontrar trabalho e teto.¹⁰⁸

A última parte da matéria se atém à estrutura da Cáritas, à frente que assume em diversas obras e aos seus números:

As organizações assistenciais católicas agrupam-se numa associação, a Deutscher Caritasverband, ou Cáritas, com sede em Friburgo. Compreende um sistema de 24 secretariados diocesanos, com 600 centros de distrito e 12.000 paróquias. Patrocina mais de 1.500

¹⁰⁷ *Correio da Manhã*, edição de 14 de novembro de 1956, p. 01.

¹⁰⁸ *Correio Rio-Grandense*, edição de 19 de outubro de 1960, p. 07.

hospitais, com 170.000 camas, atendidos por 23.000 religiosas e 40.000 enfermeiras leigas.

Funcionam ainda uns 1.000 orfanatos e lares juvenis católicos, que amparam 115.000 crianças e adolescentes e as casas para anciões somam outras mil, com 67.000 beneficiados.

As situações de refúgio se repetiam pelo mundo tal como a assistência prestada às suas vítimas pelas organizações Cáritas das diversas nações que compunham a rede internacional da entidade. Neste sentido ainda faltaria comentar o apoio dado aos chineses fugidos do regime comunista e que lotaram Hong Kong; aos vietnamitas e palestinos; e aos refugiados de Biafra durante a Guerra Civil Nigeriana, entre tantos outros. Certa vez, o apelo à ação de socorro veio do próprio papa, como no caso da invasão da Tchecoslováquia pelas tropas soviéticas, em 1968:

O Papa, por outro lado, proporcionou grande soma de seus fundos pessoais para ajudar os refugiados tchecos, segundo informou o 'L'Osservatore Romano', jornal da Santa Sé.

Preocupado com o sofrimento dos refugiados, Paulo VI também pediu à Cáritas, organização católica internacional de auxílios e socorros, que ajudasse as pessoas no momento desalojadas.¹⁰⁹

Apesar dos inúmeros exemplos trazidos com o intuito de demonstrar a preocupação e o cuidado permanentes da Cáritas com refugiados em todo o mundo – principalmente a partir de suas organizações nacionais, mas por vezes através da ação direta da Caritas Internationalis¹¹⁰ –, não fica claro em que momento se estabelece uma parceria entre a entidade católica de caridade e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, nos moldes que se tornaria protocolar do órgão da ONU.¹¹¹

Ademais, é justo dizer que não apenas a Cáritas, enquanto instituição religiosa, dedicou-se à proteção e assistência aos refugiados. Na Argentina, na década de 1970, a Comisión Coordinadora de Acción Social (CCAS), conformada por diversas

¹⁰⁹ *Correio Rio-Grandense*, edição de 18 de setembro de 1968, p. 01.

¹¹⁰ Como no caso da tragédia vivida no Paquistão, onde “Cerca de 500.000 refugiados paquistaneses, abrigados em campos de emergência, vítimas de furacão e da guerra civil estão sendo assistidos pela ‘Cáritas Internacional’”. *A Cruz*, órgão da paróquia de São João Baptista, edição de 17 de outubro de 1971, p. 02.

¹¹¹ No desempenho de sua principal função – a proteção internacional aos refugiados assim reconhecidos –, o ACNUR conta com a colaboração de organizações públicas e privadas, responsáveis pelo contato e assistência direta às pessoas em situação de refúgio. São os parceiros do ACNUR que mediante contrato trabalham pela integração dos refugiados nos países de acolhida e por sua reintegração quando da repatriação dos refugiados. Tais parceiros e também os seus governos recebem permanente assessoria do órgão da ONU para a problemática.

organizações cristãs, foi reconhecida como agência do ACNUR no país, responsável pela assistência aos refugiados e pelo seu assentamento no território argentino.¹¹²

Fato importante, entretanto, é que a parceria, nascida da consciência comum de uma necessária ação voltada ao socorro e à proteção dos refugiados, se afirmou, estendendo-se aos dias atuais. Dados coletados em 2007 informam que 21 Cáritas nacionais eram até então parceiras implementadoras do ACNUR.¹¹³

Ao introduzir esta trajetória de solidariedade e cooperação nos deparamos com a história da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, cuja experiência de acolhimento e assistência aos perseguidos políticos dos regimes militares ditatoriais do Cone Sul, desde meados dos anos 1970, é objeto desta dissertação. Ao longo desta década muitos indivíduos, motivados pelo medo da violência indistinta, fruto da ruptura da ordem democrática e do estado de direito, decidem salvar suas vidas e buscar segurança longe de seus países origem, conformando um significativo fluxo exiliar no continente, o qual busco recuperar no capítulo que se segue.

¹¹² AZCONEGUI, María Cecilia. Chilenos en Argentina, entre la protección del Alto Comisionado de Las Naciones Unidas (ACNUR) y la política de expulsión de la ditadura militar. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, Soledad (Orgs.). *Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 221.

¹¹³ JUBILUT, Liliana Lyra, *op. cit.*, p. 172. Não foram encontradas informações atualizadas a esse respeito. Na busca pela recuperação do histórico da parceria entre a Cáritas e o ACNUR e pelo número supramencionado foi enviado um e-mail ao contato disponibilizado pelo órgão em seu site, o qual não obteve retorno.

2 - UMA ONDA AUTORITÁRIA INVADE O CONE SUL: DITADURA, REPRESSÃO E EXÍLIO

A história política da América Latina é normalmente apresentada a partir da instabilidade que lhe caracteriza desde os processos de independência, no século XIX. Golpes de Estado e ditaduras compõem um enredo onde as Forças Armadas assumem protagonismo, atuando como a mediadora de conflitos e o bastião da ordem e dos valores nacionais, sempre exaltados.

Na região, o século XX foi palco de profundas transformações. Marcado pela forte presença do capital estrangeiro, o desenvolvimento econômico de muitos países ocorreu de forma dependente, através da exploração da força laboral e acentuando desigualdades. Em resposta, surgiram movimentos contestatórios em diversos setores das sociedades que reivindicavam o atendimento de suas pautas. As demandas isoladas cederam lugar às lutas sociais fundamentadas em projetos reformistas ou revolucionários que alarmaram as elites locais e os grupos dominantes.

Em tempo de Guerra Fria, marcado pela polarização política e econômica, e, sobretudo, após vitória da Revolução Cubana, os dirigentes latino-americanos se sentiram acoçados com o que tudo fazia crer fosse o avanço do comunismo internacional. Visando o combate da subversão e a contenção revolucionária, foram deflagrados golpes, encabeçados pelos militares, mas com ampla participação e respaldo da sociedade civil, seguidos da ascensão de governos autoritários.

Considerada dentro da Doutrina de Segurança Nacional que orientou as ditaduras do Cone Sul das décadas de 1960 e 1970, a subversão, enquanto ameaça ao *status quo* e, portanto, à unidade nacional, deveria ser eliminada. Com o escopo de preservar a nação não deveriam ser poupados esforços no enfrentamento do inimigo interno. Fala-se, então, em uma guerra permanente e travada com amplo recurso à força.¹¹⁴

Por “amplo recurso à força” entende-se uma série de mecanismos que ajudaram a compor o aparato repressivo dos estados de exceção emergentes. Embora cada país guarde especificidades quanto aos métodos empregados e à organização das suas forças

¹¹⁴ Cf. PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terrorismo de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

de segurança¹¹⁵, comum a todos foi a intenção de eliminar seus adversários através da institucionalização da violência, utilizada de modo consciente, escalonar e irrestrito. Espionagem, perseguição, cárcere, tortura e execução conformaram as principais práticas da repressão. Juntas, elas ajudaram a criar uma atmosfera de insegurança e medo que atingiu amplos estratos das sociedades, e não apenas os indivíduos diretamente ligados com o que, aos olhos dos novos regimes, poderia ser considerado subversão. Como corolário surgia, então, o exílio.

O exílio é um mecanismo de exclusão dirigido àqueles que representam um transtorno aos governos estabelecidos. Como mencionado, foi amplamente utilizado na América Latina no contexto das lutas emancipatórias do século XIX, atingindo, principalmente, as elites políticas envolvidas nos conflitos. Contudo, suas origens são encontradas em períodos anteriores da história continental, remontando à época colonial, quando o desterro era o destino de criminosos, rebeldes e marginais. Nesses termos, o exílio cumpria dupla função: controle social, e defesa e povoamento do território no ultramar.¹¹⁶ Nos novos Estados Nacionais, consolidado o seu caráter político, o exílio funcionou como pena complementar ao encarceramento e às execuções, evidenciando sua utilidade repressiva.

É com estas características e atribuições que perdurou durante o século XX. À diferença do período anterior, há que se destacar a condição massiva que assumiu, atingindo não apenas a classe política dirigente, como indivíduos de classe média e baixa. A justificativa para tanto reside, justamente, nas transformações pelas quais passaram as sociedades latino-americanas ao longo do século passado. Os protestos e discursos dissonantes impulsionados pelas novas conjunturas econômicas foram vistos como uma ameaça, sendo, em muitos casos, duramente reprimidos. Consequência direta, intensificaram-se os fluxos exiliares.¹¹⁷

A emergência dos regimes militares, a partir da década de 1960, acentua o aspecto massivo que o exílio adquire. Para Pablo Yankelevich ocorre sua ressignificação neste contexto, uma vez que a natureza política e demográfica que assume, capaz de gerar o que chama de “ondas de exilados”, não encontra precedentes na história do continente.

¹¹⁵ Cf. QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 223 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, capítulo 1.

¹¹⁶ RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 1, p. 91-122, 2010, p. 93.

¹¹⁷ Luis Roniger defende a ampliação da participação política como determinante no processo de massificação do exílio. *Idem*, 99-102.

Nesse sentido, lembra a necessidade de pensá-lo como “um dos efeitos de uma política de extermínio inscrita na doutrina de segurança nacional”.¹¹⁸

Denise Rollemberg, apesar de ter como objeto o caso brasileiro, propõe uma análise sobre a face repressiva do exílio que pode ser atribuída às demais experiências exiliares no marco das ditaduras militares da década de 1970. Em suas palavras:

O exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura militar. [...] É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como mais um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual; de destruição de toda criação contestatória e de uma determinada experiência política.¹¹⁹

Assim, o exílio, enquanto mecanismo de repressão, ambicionou a desarticulação e desmobilização dos inimigos dos novos governos, e o abandono definitivo da política do país que deixavam para trás. Para os atingidos significou a imediata anulação de projetos de vida e militância; a destruição de sonhos e utopias; a necessária reavaliação e reestruturação dos mesmos projetos e ilusões.

Contudo, ainda que compondo a gama repressiva dos regimes autoritários, o exílio frustrou, em grande medida, a expectativa de exclusão política e silenciamento dos indivíduos a ele condenados. Pouco a pouco, os exilados perceberam a capacidade mobilizadora das denúncias da tortura e demais violações aos direitos humanos vigentes em seus países, redefinindo suas estratégias de militância a partir das campanhas contra as ditaduras feitas desde o exterior. A abertura da esfera pública internacional e a conformação de redes transnacionais de apoio potencializaram essa estratégia, gerando um verdadeiro constrangimento aos governos ditatoriais na América Latina, preocupados com a imagem que queriam projetar de si mesmos ante a comunidade internacional.¹²⁰ Mais do nunca o entendimento do exílio como a “negação da negação, a luta pela afirmação, a resistência”¹²¹ ganha sentido.

¹¹⁸ YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 14.

¹¹⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Record: Rio de Janeiro, 1999, p.47.

¹²⁰ De acordo com Luis Roniger, o século XX assiste à transição da *estrutura triangular do exílio*, onde exilado, estado expulsor e país anfitrião interagem mutuamente, para uma *estrutura quadrangular de exílio*, onde aos outros três agentes se agrega o elemento transnacional, materializado, por exemplo, nas redes transnacionais de solidariedade. É a emergência deste quarto fator que promoveria uma alteração na funcionalidade do exílio político. RONIGER, Luis, *op. cit.*

¹²¹ ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*, p. 24.

Os exílios das décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se, por fim, pela sua heterogeneidade. Significa dizer que, desde as motivações até a efetivação das partidas, ele foi múltiplo. Obviamente, saíram do país aqueles que se viram pessoalmente ameaçados pelos sistemas repressivos; vítimas diretas da perseguição e da violência porque diretamente envolvidos na luta contra a nova ordem estabelecida; aqueles para quem partir equivalia a preservar a vida. Mas retiraram-se, também, aqueles que negavam o cerceamento das liberdades e direitos; os que se recusavam a viver sob um clima de terror e crescente vulnerabilidade; parceiros, filhos e parentes próximos daqueles que iam na frente. Variadas foram, então, as rotas ao exílio: se legalmente ou a partir da clandestinidade; através do asilo diplomático, com o apoio das organizações internacionais de direitos humanos ou banido pelo governo.¹²²

A pluralidade aparece também nos inúmeros destinos apresentados e que em muitos casos não foram mais do que uma primeira parada no que viria a ser um exílio em série.¹²³ A necessidade de mudar de país foi um traço a mais dos casos sul-americanos, cujo deslocamento acompanhou a cadeia de golpes que tomou conta da região. Se para alguns o estabelecimento em dado país se deu pela falta de opção, onde a saída às pressas, a falta de documentos e recursos financeiros eram agravantes, para aqueles que puderam escolher pesava a proximidade cultural e, principalmente, geográfica com o país de origem, além da afinidade com o projeto político daquele ao qual se dirigiam.

As incontáveis variantes que compõe o exílio dificultam a fixação de padrões, perfis e o estabelecimento de um quantitativo preciso. Os números que surgem não são mais que estimativas. Entretanto, podemos afirmar sem medo de incorrer em erros que milhares de pessoas se viram forçadas a se deslocar, reiterando a assertiva de que foi um fluxo de massas sem precedentes registrados. Pela importância que assumiu no continente, nas relações internacionais e para o Brasil – local para onde muitos desses exilados se dirigiram, num movimento entendido como “marco zero” para nossa pesquisa – consideramos relevante uma análise caso a caso dos contextos que condicionaram tais partidas.

¹²² Para o caso brasileiro, o banimento foi a forma que o regime militar encontrou para lidar com o a libertação de presos políticos trocados por diplomatas sequestrados no país através da ação de grupos guerrilheiros. *Idem*, p. 75-76.

¹²³ Mario Sznajder define o exílio em série “como o subsequente e às vezes recorrente deslocamento de um lugar de exílio a outro, dado que os países nos quais os indivíduos se refugiam restringem sua liberdade de ação” e diz ser “o desejo político dos exilados por continuar com a luta contra a ditadura em seus lugares de origem” um dos motivadores que condicionam tal fenômeno. SZNAJDER, Mario. *Os exílios latino-americanos*. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 76.

2.1 Uruguai

Vicente Foch Puntigliano Prezioso, Médico, e esposa Shirley Alves Fagundez, uruguaio. Vicente Puntigliano inicia sua militância política durante a faculdade de medicina, sendo parte da “Asociación de Estudiantes de Medicina” (AEM) em 1964. [...] Em 1972, por razões familiares, abandona a militância, um afastamento que seria acentuado em 1973 com o golpe militar. A partir de 1974 começa a sofrer limitações à sua capacidade de conseguir emprego como consequência de seu passado militante e impossibilidade de conseguir o “Certificado de Antecedentes” ou “Certificado de Lealdad Patriótica”, exigência laboral naquele período de acordo com o relato. Em agosto de 1978 teve sua casa invadida por quatro pessoas identificadas como membros das forças conjuntas uruguaioas. Na ocasião, Vicente Puntigliano é detido conjuntamente com sua esposa Shirley Fagundez. Interrogados e torturados sobre sua militância, são liberados após confessarem sua militância e assinar termo de que haviam sido bem tratados em setembro de 1978, quando fogem ao Brasil.¹²⁴

O Uruguai, até meados da década de 1960, era conhecido por sua estabilidade política. O país tinha sua história caracterizada, do início do século XX até então, pelo sucesso de um projeto liberal fundamentado em uma democracia social e política, observável através de um consolidado sistema político bipartidário. Este sistema era determinado muito mais pela negociação e compromisso no poder entre os dois partidos majoritários – blancos e colorados –, do que pelos embates aferrado e de laivos golpistas.¹²⁵

Tal cenário definiu o papel que as Forças Armadas assumiram no país até o momento assinalado. Sem grandes confrontos ou qualquer ameaça significativa ao *status quo*, a instituição militar teve uma atuação discreta no campo político¹²⁶, e adquiriu um perfil civilista e legalista de respeito à constituição que balizavam o exercício de suas

¹²⁴ Relatório Preliminar produzido no âmbito da Comissão Nacional da Verdade através de consultas aos arquivos do ACNUR, em Genebra, e intitulado “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Estudo sobre os instrumentos legais internacionais, aplicação e consequências”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003525201429, p.10.

¹²⁵ CHIRICO, Selva López. Uruguai. Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, FGV, 2000, p. 180-181.

¹²⁶ Selva López Chirico chama a atenção para três intervenções que encerram a atuação das Forças Armadas: a participação no processo de consolidação da propriedade rural, em fins do século XIX; o combate à insurreição do Partido Blanco, liderado pelo caudillo Aparicio Saraiva contra o governo do presidente José Batlle y Ordóñez; e o combate ao Movimento de Libertação Nacional (Tupamaros), já na década de 1970, mais precisamente de 1971 a 1972. Idem, p. 180.

funções. Essa situação deu origem à uma “crise de identidade” nas Forças Armadas¹²⁷ que não deixou de ter importância quando da oportunidade de assumirem o protagonismo na cena política, a partir da década de 1970.

A realidade descrita se alteraria com a emergência de um contexto de instabilidade – econômica e política¹²⁸ – esboçada no início dos anos 1960 e que assumiu contornos mais firmes no final da década, coincidindo com a chegada à presidência, em 1968, de Pacheco Areco. O governo de Areco marcou o começo de uma escalada autoritária que culminou com o golpe de Estado, em junho de 1973. A violência era empregada contra estudantes e operários na tentativa de apaciar os movimentos sociais que conduziam e tornou-se prática nos presídios, como torna patente a conclusão de uma Comissão Parlamentar datada de abril de 1970:

o sistema de maus tratos, brutalidade e tortura usados pela polícia de Montevideu, contra prisioneiros tornou-se habitual e, por assim dizer, normal. [Isso] inclui, desde os simples maus-tratos pessoais com palavras e fatos, golpes, brutalidades, privação de água e alimento, proibição de atender às necessidades fisiológicas nos lugares normais, torcedura de membros, uso de algemas e outros grilhões dolorosos e desnecessários, ao uso de agulhas, queimadura de órgãos genitais e ânus etc. com cigarros. [...] As torturas e brutalidades descritas foram infligidas a pessoas inocentes que ainda não haviam sido julgadas por um tribunal, pessoas inocentes que foram julgadas com base em depoimentos extraídos delas por esses métodos. [...] Métodos particularmente neféticos foram usados contra as mulheres.¹²⁹

Aos problemas econômicos e à deterioração das relações políticas se somava a exacerbção do conflito social marcado pelo fortalecimento dos movimentos de esquerda e pelo surgimento de grupos mais radicais como o Movimento de Libertação Nacional (Tupamaros), que se voltaram à ação guerrilheira desenvolvida, principalmente, na capital Montevideu.

Visando arrecadar fundos e libertar seus companheiros, o grupo se engajou em ações arriscadas, como assaltos a bancos e sequestros de políticos, diplomatas e

¹²⁷ Idem, p. 181.

¹²⁸ Com uma percepção multicausal do golpe que conduziu à implantação da ditadura no Uruguai, Gonzalo Petito faz uma análise da situação econômica e política do país, apontando tanto para a estagnação da economia uruguaia, desde o final dos anos 1950, quanto para a ausência de uma solução no campo político para o problema. PETITO, Gonzalo Varela. El golpe de Estado de 1973, revisitado. In: MARCHESI, Aldo; MAKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; YAFFÉ, Jaime (Comps.). *El presente de la dictadura*. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

¹²⁹ WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 112, *apud*, QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, 2005, p. 53-54.

autoridades no país. Gonzalo Varela Petito assim define a atuação dos tupamaros e a ressonância dos seus empreendimentos:

El MNL – buscando “vanguardizar el proceso” por medio de “hechos consumados” – cristalizó resultados causando periódicamente una disrupción de la política que concentraba en forma absorbente la atención de los partidos, la opinión pública y el gobierno en el desafío guerrillero. Aparte de suscitar críticas y desconcierto en la propia izquierda, ello estimuló una opinión conservadora adversa que el gobierno manipuló en su provecho.¹³⁰

Uma operação em especial merece menção tanto pelo seu desfecho, como pela reação adversa que ensejou: em fins de julho de 1970, o grupo sequestrou o norte-americano Dan Mitrioni¹³¹ e o cônsul do Brasil em Montevideú, Aloísio Dias Gomide. Dias mais tarde, à dupla de sequestrados juntou-se Claude Fly, outro norte-americano. Os guerrilheiros exigiam a libertação de 150 presos políticos, mas, diante do insucesso das negociações com o governo, Dan Mitrione acabou executado.

À morte de Mitrioni se seguiu uma dura reação por parte do governo. Em setembro de 1971, Pacheco Areco declarava “guerra interna”, assumia poderes excepcionais e encarregava as Forças Armadas do combate contra a subversão. Contraposta à crise de identidade ora mencionada, oferecia-se aos militares uma oportunidade irrecusável de reposicionamento dentro do sistema político que seria bem aproveitada. Se inicialmente estavam subordinadas ao governo de Areco, passariam a ter cada vez mais importância.

Em março de 1972, assumiu a presidência do país Juan María Bordaberry. No mês seguinte, o novo governante decretou Estado de Guerra Interna, com a suspensão das garantias constitucionais e nova convocação das Forças Armadas a agirem. A canalização dos esforços ao combate dos focos revolucionários e, em especial, dos tupamaros desencadeou uma forte onda repressiva, marcada pela presença ostensiva das tropas nas ruas, pela invasão aos domicílios, pela perseguição, prisão e assassinato dos opositores.¹³² O grupo guerrilheiro foi desmantelado diante da ofensiva militar operada, sobretudo, a partir de abril daquele ano, período em que se identifica a última ação tupamara.¹³³

¹³⁰ PETITO, Gonzalo Varela, *op. cit.*, p. 97.

¹³¹ Dan Mitrioni era um agente da CIA. Havia sido enviado ao Uruguai a fim de garantir a qualificação repressiva da polícia local através da transmissão de técnicas de tortura. PADRÓS, Enrique Serra, *op. cit.*, 2008, p. 165.

¹³² QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, 2005 p. 54.

¹³³ De acordo com Samantha Quadrat, a última ação dos tupamaros teria ocorrido em 14 de abril de 1972, marcada pela morte de quatro integrantes de um esquadrão da morte responsável pela execução de pessoas da esquerda uruguaia. *Idem*, p. 55.

Vitoriosa, as Forças Armadas se enalteciam aos olhos da sociedade ansiosa por segurança e estabilidade.¹³⁴

O golpe, que vinha sendo gestado após anos de autoritarismo e ensaiado em abril de 1972, foi deflagrado pelo próprio presidente com o apoio das Forças Armadas, em 27 de junho de 1973. Dissolvido o Parlamento, este foi substituído por um Conselho de Estado. O anúncio do golpe foi feito em cadeia nacional pelos meios de comunicação.

A repressão, que já caracterizava a relação entre o Estado e a sociedade desde o tempo em que Pacheco Areco ocupou a presidência, se fez presente ao longo dos doze anos em que vigorou a ditadura civil-militar uruguaia. Contudo, é possível periodizá-la, identificando tanto os grupos mais afetados em dado momento como um ponto auge. No intervalo que vai de 1973 a 1975, a repressão voltou-se, especialmente, aos tupamaros, e de 1976 a 1981 aos militantes do Partido Comunista Uruguaio e demais opositores.¹³⁵ Entretanto, é no período que vai de 1975 a 1979 que se percebe a repressão praticada de tal modo a configurar uma situação de terrorismo de Estado, ou seja, quando adquire uma dimensão, pelo acúmulo de casos e sofisticação dos seus métodos, capaz de produzir um efeito inibitório no restante da população, que teme tornar-se igualmente vítima.¹³⁶ Nesse caso, o que se observa é a resignação, a desmobilização e o silêncio da sociedade.

De acordo com Samantha Quadrat, a repressão foi uma responsabilidade, principalmente, das Forças Armadas, não ocorrendo o estabelecimento de um “elaborado sistema de inteligência e repressão”.¹³⁷ Esta se conformou através de uma série de práticas comuns às demais ditaduras latino-americanas do período: sequestro, tortura, desaparecimento, roubo de crianças e execução. Esta última, contudo, empregada em menor escala, como chama atenção Jaime Yaffé.¹³⁸ O principal mecanismo do sistema repressivo da ditadura uruguaia foi o encarceramento, de modo que o país chegou a possuir um contingente bastante elevado de presos políticos.¹³⁹ Além disso, o período passado nas prisões era extremamente longo. Alguns presos chegaram a permanecer

¹³⁴ PETITO, Gonzalo Varela, *op. cit.*, p. 98

¹³⁵ QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, 2005, p. 55.

¹³⁶ YAFFÉ, Jaime. La dictadura uruguaya (1973-1985): nuevas perspectivas de investigación e interpretación historiográfica. *Estudios Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 13-26, jan./jun. 2012, p. 20.

¹³⁷ QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, 2005, p. 56.

¹³⁸ YAFFÉ, Jaime, *op. cit.*, p. 20.

¹³⁹ “o país era conhecido no exterior [...] por possuir, percentualmente, uma das maiores populações carcerárias de presos políticos do mundo”. PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, p. 495-517, jul/dez 2012, p. 516.

quinze anos no cárcere¹⁴⁰ sob condições desumanas, e sendo submetidos a recorrentes sessões de tortura e também ao trabalho forçado.¹⁴¹

A opção pelo encarceramento, de acordo com Nilson Mariano, assenta-se em dois pontos. O primeiro considera a dimensão territorial do Uruguai e sua demografia. Sendo um país pequeno e com uma população pouco numerosa, tornava-se inviável a promoção de grandes extermínios, tais como viriam a ocorrer nos países vizinhos. Esta ideia explica a percepção dos reduzidos casos de assassinatos, ora referenciada. O segundo ponto diz respeito à preocupação do regime com os grupos de direitos humanos e com as denúncias que já ocorriam no exterior. Acreditava-se que a opção pelas prisões atrairia menos os olhares dessas organizações à realidade uruguaia¹⁴², fato que parece não se comprovar, uma vez que Enrique Serra Padrós comenta a identificação do país no exterior a um “enorme campo de concentração” – certamente em alusão ao alto número de presos políticos que o regime logrou ter.¹⁴³

O controle social exercido pelo Estado não se pautou apenas pelo uso da força física. Ele também foi promovido através da supressão do exercício da cidadania, da restrição de direitos constitucionais e da vigilância ostensiva dos indivíduos. Medidas como a dissolução do Parlamento, o controle do poder executivo, a proscrição dos partidos políticos e a cassação de seus quadros eleitos são indicativas do empenho em impedir a organização e a manifestação da sociedade.¹⁴⁴

A restrição dos direitos estava diretamente vinculada a um sistema de classificação dos cidadãos a partir dos antecedentes políticos e sindicais conseguidos junto aos serviços de inteligência.¹⁴⁵ O enquadramento nas categorias A, B ou C determinavam o tratamento e as sanções dispensadas a cada um, como nos permite conhecer Samantha Quadrat:

O grau A indicava que a pessoa não possuía antecedentes políticos negativos. A classificação B era o nível mediano, ou seja, as implicações políticas poderiam ser consideradas inofensivas desde que a pessoa ficasse sob os olhares de um superior. Já o nível C impedia que a pessoa exercesse qualquer tipo de cargo público.¹⁴⁶

¹⁴⁰ CHIRICO, Selva López, *op. cit.*, p. 189.

¹⁴¹ QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, 2005, p. 58.

¹⁴² *Idem*, p. 57.

¹⁴³ PADRÓS, Enrique Serra, *op. cit.*, 2012, p. 516.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 515.

¹⁴⁵ *Idem*.

¹⁴⁶ QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, 2005, p. 58.

No que diz respeito à vigilância exercida pelo regime, além do desenvolvimento de um sistema de espionagem e análise das informações coletadas, que na ânsia por identificar seus opositores não se limitou ao monitoramento de pessoas consideradas suspeitas com base em seus antecedentes, estendendo suas diligências a todos os indivíduos que pudessem ser assim qualificados, foram aprovados dispositivos com vistas a exercer o controle máximo da sociedade. É exemplar a obrigatoriedade de comunicação prévia à polícia local dos encontros que reunissem mais de cinco pessoas.¹⁴⁷

A perseguição política, a violência institucionalizada e o cerceamento das liberdades civis e dos direitos constitucionais conformaram um ambiente hostil e sufocante, abrindo as portas do exílio aos que se recusavam a viver sob tais condições e/ou tinham sua sobrevivência condicionada ao abandono da terra natal.

Tal como a repressão, as violações dos direitos humanos e, conseqüentemente, a insegurança recuam no tempo para serem percebidas já no governo Areco, os primeiros movimentos de saída do país também remontam a este período. De acordo com Teresa Cristina Schneider Marques, foi a declaração do presidente de “caça aos comunistas” e sua efetivação através das “Medidas de Seguridad” que forçaram essa decisão, indicando um primeiro fluxo uruguaio ao exterior.¹⁴⁸

Se a consolidação do golpe de Estado, em 27 de junho de 1973, representou uma impulsão no número de partidas pelo evidente fechamento do regime, é no ano de 1975 que Silvia Dutrénit Bielous identifica um aumento nas solicitações de asilo diplomático pelos uruguaios. O recurso tardio a este instrumento jurídico de proteção – dois anos após o golpe – explica-se, segundo a autora, tanto pelo caráter crescente da repressão e pelas estratégias do regime para desarticulação dos seus opositores, que em momentos diferentes centrou-se em grupos diversos de resistência e oposição, como em estratégias das próprias organizações políticas remanescentes.¹⁴⁹

Em um período que se estenderia até o início de 1977, foram numerosas as solicitações de asilo recebidas pela embaixada do México no Uruguai, fato que gerou superlotação do edifício, feito de abrigo aos solicitantes até que estes estivessem

¹⁴⁷ YAFFÉ, Jaime, *op. cit.*, p. 19.

¹⁴⁸ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedade transnacionais: A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. 271 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 33.

¹⁴⁹ BIELOUS, Silvia Dutrénit. Represión política y asilo diplomático em el Cone Sul. In: MARCHESI, Aldo; MAKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; YAFFÉ, Jaime (Comps.). *El presente de la dictadura*. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004, p. 111.

autorizados a deixar o país. A grande maioria das solicitações recebeu o aceite do governo mexicano, dando início a uma batalha diplomática com o governo ditatorial uruguaio pela expedição dos salvo-condutos. De acordo com Bielous, a resistência em fornecer os documentos de saída encontra justificativa na preocupação do regime com sua imagem, sobretudo ante a comunidade internacional, já que ao outorgar os salvo-condutos a ditadura reconhecia um contexto de perseguição política no país, fundamental para a concessão de asilo. Para resolver o impasse o governo ditatorial apresentava a possibilidade de emitir um passaporte com validade para apenas uma viagem de ida ao México. Através da embaixada mexicana em Montevidéu, estima-se que tenham deixado o país, aproximadamente, 400 perseguidos.¹⁵⁰

Apesar do estudo de Bielous centrar-se na experiência mexicana de concessão de asilo diplomático e defender sua proeminência no processo¹⁵¹, sua análise permite perceber tanto a atuação de outras embaixadas no Uruguai como o igual recurso a formas não convencionais para viabilizar a saída dos uruguaiois perseguidos pelo regime.¹⁵² Um caso, contudo, chama a atenção: desde 1974, a uruguaia Teresa Shirley Canalda Pereira de Alcaráz dividia-se entre o seu país de origem, onde seu marido se encontrava preso, e a Argentina, para onde decidiu fugir em função da sua precária situação de segurança, haja vista a constante vigilância a que estava submetida e recorrente invasão de seu apartamento. Em sua última visita ao marido, em 1978, foi detida (esta foi a quarta detenção de Teresa desde 1972). Após ser liberada, buscou proteção na embaixada da Suécia – sem ficar claro se no Uruguai ou na Argentina –, onde a aconselharam a partir para o Brasil.¹⁵³ Teresa chegou ao Brasil em setembro de 1978, acompanhada dos dois filhos.¹⁵⁴ Nesses anos o país figuraria na rota de fuga de incontáveis perseguidos uruguaiois.

¹⁵⁰ Idem, 112-114.

¹⁵¹ Um ponto determinante para a importância que assumiu a embaixada mexicana em Montevidéu no auxílio aos perseguidos políticos no país foi o trabalho do embaixador Vicente Muñiz Arroyo, durante o governo de Luis Echeverría Álvarez. Pablo Yankelevich, comenta os diversos trabalhos escritos sobre o embaixador mexicano, “quem legitimamente merece ser lembrado por sua coragem e solidariedade para com os perseguidos uruguaiois”, teve. YANKELEVICH, Pablo, *op. cit.*, p. 19. A política de concessão de asilo desenvolvida por Muñiz Arroyo sofreria um forte revés com a nomeação de Rafael Cervantes Acuña embaixador, a partir de 1977, pelo novo presidente mexicano José Lopez Portillo. BIELOUS, Silvia Dutrénit, *op. cit.*, p. 113-114.

¹⁵² Idem, p. 110 e 119.

¹⁵³ Relatório Preliminar produzido no âmbito da Comissão Nacional da Verdade através de consultas aos arquivos do ACNUR em Genebra e intitulado “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Estudo sobre os instrumentos legais internacionais, aplicação e consequências”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003525201429, p. 09.

¹⁵⁴ Há uma diferença de grafia para o nome de Teresa no relatório da CNV – onde aparece “Reresa” – e os documentos do ACNUR enviados ao governo brasileiro por ocasião da comunicação do reconhecimento

A impossibilidade de se precisar o número daqueles que se viram forçados a sair do país deixa margem a estimativas de diversas naturezas. Uma delas aponta para 300 mil o número de uruguaios a cruzar as fronteiras nacionais, um número expressivo, principalmente, ao se considerar a pequena população, que contava com 2.788.429 habitantes, em 1975.¹⁵⁵ Da observância de um quantitativo elevado, infere-se o importante papel que o exílio assumiu na repressão da ditadura civil-militar uruguaia.

2.2 Chile

Já tínhamos sido denunciados por uma vizinha que conhecia a nossa relação com o governo, minha participação entusiástica na campanha presidencial de Allende, as reuniões que eram feitas em minha casa quando o golpe militar ia se tornando iminente. Por tudo isso, não voltamos para casa. Passamos um mês mudando de um lugar a outro, com as três crianças e as coisas mais indispensáveis, fugindo da morte que nos pisava os calcanhares, até que o cerco tornou-se tão asfíxiante que nos meteu a força no túnel do exílio.¹⁵⁶

O Chile, à exemplo do Uruguai, apresentou, até a década de 1970, um quadro de estabilidade política assentada em um sistema democrático consolidado que destoava da fragilidade político-institucional verificada no restante da América Latina. Foi essa “tradição democrática” que permitiu – ainda que a contragosto das elites políticas e econômicas do país – a confirmação de um governo socialista na presidência, quando da eleição de Salvador Allende, candidato pela Unidade Popular (UP)¹⁵⁷, em setembro de 1970.

A posse de Allende, em novembro do mesmo ano, não ocorreu, contudo, sem resistência por parte dos grupos descontentes com o desfecho eleitoral. A conquista da maioria relativa dos votos¹⁵⁸ condicionou a ratificação do resultado ao Congresso, que deveria decidir entre os mais votados, colocando a disputa entre Allende e Jorge

como refugiados dela e de seus filhos. Todos deixaram o Brasil com destino aos “Países Baixos” em 15 de outubro de 1978. Cf. BR. RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0058, folhas 66, 67 e 107.

¹⁵⁵ MARQUES, Teresa Cristina Schneider, *op. cit.*, p. 33.

¹⁵⁶ GARCÍA MÁRQUEZ. *As aventuras de Miguel Litín, clandestino no Chile*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 32.

¹⁵⁷ A Unidade Popular era uma coalizão de esquerda formada pelo Partido Comunista (PC), Partido Socialista (PS), os Radicais, o Partido Social-Democrata, a Ação Popular Independente e o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU).

¹⁵⁸ Allende consegue 36,3% dos votos, enquanto Jorge Alessandri, do Partido Nacional, e Radomiro Tomic, da Democracia Cristã, 35% e 27,8% respectivamente.

Alessandri, candidato da direita pelo Partido Nacional. Apesar das articulações entre o Partido Nacional e a Democracia Cristã para promover a anulação da vitória da Unidade Popular, e de uma conspiração golpista, que contou com forte apoio norte-americano e culminou no assassinato do líder das Forças Armadas, o general René Schneider¹⁵⁹, o Congresso terminou por confirmar a presidência de Salvador Allende. Tal solução era, na perspectiva de Fernando Mires, a única viável para o impasse político que se apresentava, uma afirmativa que se baseia na própria história chilena. Em suas palavras:

lo que se evidenciaba como legalmente posible, no lo era en el terreno político, pues nunca en toda historia del país el Congreso había dejado de ratificar la voluntad popular. Un presidente elegido por el Congreso habría sido sin duda legal, pero ilegítimo, lo que en las condiciones de agitación social que vivía el país habría sido igual que encender la mecha de un barril de pólvora.¹⁶⁰

A chegada de Allende ao Palácio de La Moneda era a conclusão de um processo iniciado meses antes e que contou com intenso apoio popular. Defendendo a ideia de um governo apto a criar as condições institucionais e econômicas capazes de conduzir a uma transição democrática ao socialismo, a UP surgia como uma alternativa diante de fracassadas tentativas dos governos anteriores em solucionar problemas econômicos e sociais permanentes no país.¹⁶¹ Sua vitória foi algo inédito para o Chile e para a América Latina: o primeiro governo socialista democraticamente eleito. O fato aguçou curiosidades e despertou fascínio nos círculos de esquerda acerca do que logo ficou conhecido como “experiência chilena”.

Em contrapartida, suscitou também a insatisfação dos grupos dominantes, que viam seus interesses diretamente ameaçados pelo projeto político e econômico que o novo governo encarnava. Assim, durante os três anos em que esteve na presidência, Allende enfrentou uma forte oposição, dentro e fora do país. Contando com apoio instrumental, logístico e financeiro desde o exterior, sobretudo dos Estados Unidos, mas também do Brasil¹⁶², a direita chilena empreendeu incontáveis ações visando a desestabilização do

¹⁵⁹ A trama golpista se orquestrava a partir do sequestro do general René Schneider. Esperava-se que o alarde provocado entre os militares os retirasse dos quartéis e conduzisse a uma intervenção política.

¹⁶⁰ MIRES, Fernando. *La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 2001, p. 342.

¹⁶¹ WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 59-66.

¹⁶² “Além de recursos financeiros, fornecidos por empresários de São Paulo, vários carregamentos de armas e munições, entre 1972 e 1973, saíram do porto de Santos, com destino a Valparaíso, em caixas de maquinaria agrícola e de outros produtos, importados pela firma do Senador Pedro Ibáñez Ojeda, a fim de abastecer a organização direitista Patria y Libertad”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil e os golpes

governo e a mobilização das camadas médias da sociedade, compreendidas como ponto chave no processo contrarrevolucionário que se iniciava.

Merece destaque a atuação do grupo paramilitar de extrema direita Pátria y Libertad, criado em abril de 1971 e financiado com capital internacional. Através de atentados terroristas, o grupo objetivava criar uma imagem de ingovernabilidade que obrigaria à intervenção militar. As mulheres e os estudantes também foram mobilizados. As primeiras ao saírem às ruas portando suas painéis vazias em resposta à escassez de alimentos que o governo enfrentava, na conhecida “marcha das painéis vazias”, em fins de 1971; os segundos constituindo um braço de apoio da oposição e respondendo imediatamente ao chamado de ocuparem as ruas. As ações estudantis iam desde a formação de barricadas ao incêndio de automóveis.¹⁶³ Se nos centros urbanos a situação era tensa, nas periferias e no campo o autoritarismo se fazia ainda mais presente.¹⁶⁴

Em 1973, o país se encontrava dividido politicamente. A tensão política, agravada por uma forte crise econômica que elevava os índices de inflação a níveis recordes¹⁶⁵, era sentida nas ruas pelos enfrentamentos cada vez mais frequentes entre grupos de esquerda e direita. A edição de 27 de junho do jornal *El Mercurio*¹⁶⁶, clamava pela intervenção militar:

Hay que escoger para las altas funciones a los hombres de vida más perfecta, más severa y más profunda, de preferencia a hombres maduros, sensatos, austeros, inteligentes [...] Para llevar a cabo esta empresa política salvadora, hay que renunciar a los partidos, a la mascarada electoral, a la propaganda mentirosa, envenenada y entregar

na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 28, setembro de 2003, Mensal, ISSN 15196186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28bandeira.htm>. Acesso em 10 de março de 2016.

¹⁶³ MIREs, Fernando, *op. cit.*, p. 364.

¹⁶⁴ “En provincia la situación era todavía peor. Allí los jefes de guarnición se erigían en autoridades absolutas. La ciudad más austral, Punta Arenas, estaba prácticamente ocupada por las tropas del general Torres de la Cruz. En Tamuco, a fines del mes de agosto, campesinos y militantes de la izquierda eran brutalmente torturados. Lo mismo ocurría con obreros de San Antonio, Rancagua, Concepción, Talca. Como en una verdadera guerra, los militares comenzaban ocupando las fábricas y después las ciudades.” *Idem*, p. 370.

¹⁶⁵ WINN, Peter, *op. cit.*, p. 135-152.

¹⁶⁶ O diário *El Mercurio* pertencia a Agustín Edwards, importante empresário chileno que mantinha estreita relação com o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, grande defensor e articulador da intervenção militar no Chile. O periódico direitista funcionou como porta voz do governo norte-americano, além de atuar diretamente no golpe que depôs Allende por meio de suas opções jornalísticas. Ao manter um espaço em suas edições para as forças militares, apresentar o movimento de resistência ao golpe como desordeiro e trazer com frequência escândalos do governo, foi bem sucedido em produzir uma imagem negativa deste. WINN, Peter, *op. cit.*, p. 70; PACHECO, Vitória Terencastro; MENEZES, Eduardo Silveira de. *A influência da mídia na ditadura chilena: Clarín e El Mercurio sob a perspectiva dos aparelhos ideológicos de estado*. In: Intercom - XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2015, p. 7.

a un corto número de militares escogidos la tarea de poner fin a la anarquía política.¹⁶⁷

Dois dias depois, em 29 de junho, ocorreu uma fracassada tentativa de golpe, considerada por muitos o “ensaio geral” do que aconteceria em setembro daquele ano. Seguiram-se dias de intensa mobilização e expectativa.

Em 11 de setembro, o Palácio de La Moneda foi bombardeado por aviões da Força Aérea chilena. Obrigado à renúncia Allende se suicidou no interior do palácio. O general Augusto Pinochet assumiu a presidência da Junta de Governo, estabelecida com o sucesso do golpe de Estado.¹⁶⁸

A repressão foi sentida no imediato ao golpe. Nas palavras de Denise Rollemberg, ela “teve que calar não grupos ou segmentos sociais isolados, mas populações inteiras, envolvidas e atuantes no processo de transformação em curso”.¹⁶⁹ As fronteiras e aeroportos do país se fecharam, situação que apenas seria revertida dias depois. Invasões nos domicílios, universidades, fábricas e demais locais de trabalho ou onde se desenvolvia a vida privada; abordagens, revistas, prisões em larga escala, tortura, fuzilamentos sumários e arbitrários. O estabelecimento do “toque de queda” acentuava o clima de guerra já evidente. Comumente se comenta os corpos deixados nas ruas ou acumulados nas margens dos rios. Os Estádios Chile e Nacional foram feitos campos de concentração, cujas arquibancadas abrigavam os milhares de presos que a ditadura produziu nos primeiros dias. Em seu interior ocorriam interrogatórios, tortura e execuções.¹⁷⁰

A violência atingiu não apenas seus nacionais, mas também os muitos estrangeiros que se encontravam no país. Como mencionado, o governo de Allende fomentara curiosidades e interesses. Muitos fizeram do Chile seu exílio ou lá estavam na expectativa de viver a “experiência chilena”.¹⁷¹ Alfredo Sirkis compunha o grupo de exilados

¹⁶⁷ *El Mercurio*, 27 de junho de 1973, *apud*, MIREs, Fernando, *op. cit.*, p. 368.

¹⁶⁸ De acordo com Samantha Quadrat, “a nomeação de Pinochet, um conspirador de última hora, para chefe da Junta Militar que assumiu o país deve-se ao fato dele ser o principal líder militar, ainda que tivesse sido nomeado pelo presidente deposto. A ideia inicial era fazer um rodízio entre os quatro membros que compunham a Junta Militar. Contudo, isso jamais chegou a ser feito, pois Pinochet acabou assumindo a posição de chefe máximo das Forças Armadas e da nação, concentrando em torno de si todos os poderes e decisões.” QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, p. 61.

¹⁶⁹ ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*, p. 169.

¹⁷⁰ Fala-se em 20 mil prisioneiros apenas no Estádio Nacional. COMITÉ Carlos de Ré. *Sítios de memória do Chile recebem lista de brasileiros*. Comitê da Verdade de Porto Alegre. Disponível em <https://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/2015/10/27/sitios-de-memoria-do-chile-recebem-lista-de-brasileiros/>. Acesso em 11 de março de 2016.

¹⁷¹ De acordo com a Anistia Internacional, havia entre 13.000 e 15.000 asilados no país. AMNESTY INTERNATIONAL. *Chili. Un rapport d'Amnesty International*. Bruxelas, 1974, *apud*, ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*, p. 169.

brasileiros e sofreu com o caos dos primeiros instantes do regime militar no Chile. É em suas palavras que a arbitrariedade daqueles dias pós-golpe assume contorno:

Era assim a repressão daqueles dias: massiva, totalmente arbitrária e sem critérios definidos. Você podia ser fuzilado por terem encontrado na sua casa um livro ou um jornal de esquerda, se esse fosse o estado de espírito do chefe da patrulha. Mas houve casos de pessoas que foram encontradas com armas dentro de casa e os carabineiros simplesmente viraram a cara para o outro lado e foram embora. [...]

Neste caos sangrento a falta de critérios era total e a sobrevivência uma questão de acaso, um jogo, uma roleta chilena... [...]

A Roleta Chilena: a vida ou a morte ao bel-prazer do oficial de dia ou do chefe da patrulha encarregado de visitar a sua casa...¹⁷²

Atentando para a situação dos exilados radicados no país, é digna de nota a dura perseguição que enfrentaram, muitas vezes motivada apenas pelo fato de serem estrangeiros, assinalando toda a vulnerabilidade que esta condição lhes imprimia. São muitos os casos onde a simples identificação de estrangeiros pela polícia, carabineiros ou militares chilenos bastava para a condução aos centros de investigação, como relata Solange Bastos:

Nas *Investigaciones*, o DOPS local, até aquele momento dirigido por um membro do Partido Comunista, nem quiseram saber quem eu era: “Estrangeira? Visto de turista com quatro meses? Que história é essa de aguardando o resultado do exame na faculdade? Mora nas Torres San Borja? *P’a dentro!*” Madrugada de terror, entre dezenas de estrangeiros amontoados em uma sala. Parece que nos mandam para o Estádio Nacional. [...]¹⁷³

Nos momentos finais do governo de Allende já se vinculava nos meios de comunicação – muitos controlados pela elite chilena – uma forte propaganda contra os estrangeiros. Com a vitória do golpe a situação do grupo tornou-se extremamente delicada. Se antes as propagandas trabalhavam de modo a alertar sobre o perigo de sua presença no país, a partir de então assumiram o tom de campanha, intimando a população a uma posição vigilante e denunciatória. Partindo principalmente do governo, o empenho na perseguição dos estrangeiros através da convocação da sociedade a uma atuação conjunta se evidenciou já nas primeiras horas após o golpe, com os comunicados feitos

¹⁷² SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 79-80.

¹⁷³ Relato de Solange Bastos. FERRER, Elisete (Org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: Relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, p. 574.

pela Junta Militar na televisão e nas rádios.¹⁷⁴ O impacto da cruzada travada contra os estrangeiros é muito presente na memória exilada.¹⁷⁵

Neste primeiro momento, a repressão ocorreu sem uma coordenação específica, de onde se apreende a coexistência de orientações distintas nas Forças Armadas para o combate da oposição. De acordo com Samantha Quadrato, havia tanto a exigência por um tratamento “mais duro” pelo governo no enfrentamento desta questão, quanto demandas por uma ação nos limites da lei.¹⁷⁶ A alternância entre essas duas tendências caracterizou a repressão durante a ditadura de Pinochet e pode ser percebida a partir de uma análise sobre os métodos dos dois principais órgãos repressivos do regime militar no Chile: a Direção de Inteligência Nacional (DINA) e a Central Nacional de Informações (CNI).

Oficialmente criada em 14 de junho de 1974, embora suas operações tenham ocorrido desde a deflagração do golpe, no ano anterior, a DINA surge como um primeiro esforço de estruturar a repressão. Foi sucedida em agosto de 1977 pelo CNI, “numa tentativa do ditador Pinochet de profissionalizar a repressão, torná-la mais seletiva, sem a prática do desaparecimento”.¹⁷⁷ De acordo com Pablo Policzer:

ao contrário da DINA, a CNI exerceu a coerção de maneira muito mais dirigida, organizada e disciplinada. Enquanto a DINA utilizava a tortura generalizada e os desaparecimentos, a CNI usou a tortura seletivamente e, nos poucos desaparecimentos que ocorreram depois de Mena¹⁷⁸ (1980-1989), os agentes da CNI não deixaram, virtualmente, quaisquer vestígios que pudessem ser recolhidos pelas organizações de direitos humanos.¹⁷⁹

¹⁷⁴ “A junta malvada que governava o país mostrava-se implacável. Assassinos. Desde as primeiras horas do golpe, apareciam na televisão exigindo que os estrangeiros se apresentassem nas delegacias, como se criminosos fôssemos. Exortava a população a denunciar qualquer estrangeiro vizinho ou conhecido. Toda hora aqueles três impiedosos agentes do mal surgiam na televisão com dedo em riste, assustando, gritando... Terrorismo de Estado.” Relato de Elisete Ferrer. FERRER, Elisete (Org.), *op. cit.*, p. 591.

¹⁷⁵ O boom no número de denúncias encontra sua justificativa em fatores que vão além do pânico comunista, exaltado pelos canais midiáticos, e da adesão ao novo governo, inegáveis. Nesse sentido, há que se considerar também as motivações de cunho extremamente egoístas e que, por isso mesmo, assumiam um tom de leviandade. Muitas vezes tais denúncias eram respostas a anúncios postos em jornais e que ofereciam recompensa aos delatores de pessoas simpáticas ao governo deposto, sobretudo estrangeiros, ou baseadas em problemas pessoais e de convivência, conformando um cenário onde, “Tudo virou motivo!”, palavras de Teodoro Buarque de Holanda e Livínia Borges em entrevista a Teresa Cristina Schneider Marques. De acordo com o relato, os dois foram denunciados por seus vizinhos, com quem tinham dificuldades de relacionamento. MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Frágeis e perigosos: a repercussão internacional da violência contra estrangeiros durante o golpe de 1973 no Chile. *Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 13, n. 1, p. 182-198, jan/abr 2013, p. 184-185.

¹⁷⁶ QUADRATO, Samantha, *op. cit.*, 2005, p. 63.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 64.

¹⁷⁸ Diretor do CNI em seus primeiros anos.

¹⁷⁹ POLICZER, Pablo. “A polícia e a política de informação no Chile durante o governo Pinochet”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, p. 325-356, 1998, p. 349-350, *apud*, QUADRATO, Samantha Viz, *op. cit.*, 2005, p. 65.

No Chile a experiência autoritária inaugurada com o golpe de Estado protagonizado pelas Forças Armadas, em setembro de 1973, assume um forte caráter de ruptura, fato que o distancia, por exemplo, do caso uruguaio. Se para os dois países é possível falar em estabilidade política ao longo do século XX – o que por si só já os discrimina ante a realidade dos demais Estados latino-americanos –, observamos para o Uruguai uma escalada autoritária a partir da vigência de um regime democrático, por mais frágil que este estivesse em seus momentos finais.¹⁸⁰ Para o caso chileno, o golpe representou a derrocada de fato de um governo legitimamente instaurado, o fim de um projeto político, a busca por destituir de significado tudo o que a administração anterior representava e uma repressão em larga escala dirigida a amplos setores da sociedade.

Tal fato condicionou algumas peculiaridades para o exílio chileno. Nas palavras de Pablo Yankelevich:

O chileno não foi um exílio ao qual foram condenados inimigos potencialmente perigosos, mas consequência da expulsão do poder de pessoas que legitimamente o estavam exercendo. [...] Saíram para o exílio os sobreviventes de um governo e milhares de seus simpatizantes, à diferença dos outros casos, nos quais o exílio aparece como produto de uma atividade de dissidência ou oposição ao regime da vez.¹⁸¹

A primeira consequência que se pode estabelecer é, então, o aspecto massivo que este assumiu desde anunciado o sucesso do golpe. Ainda que se admita um fluxo contínuo daqueles que deixaram o país nos anos subsequentes, é, sobretudo, nos meses iniciais do novo regime que se dá a debandada em massa do país. A repressão desencadeada imediatamente após a queda de Allende iniciou uma corrida às embaixadas na capital Santiago, causando a superlotação desses prédios que muitas vezes não eram mais que pequenos espaços sem a mínima infraestrutura para abrigar contingentes que chegaram a 800 pessoas, como no caso da embaixada Argentina.¹⁸²

Além das embaixadas, a demanda por proteção no Chile deu origem aos “santuários”, mais de cem lugares de refúgio deliberadamente criados para acolher

¹⁸⁰ Jaime Yaffé sustenta a ideia de uma “transição ao autoritarismo” para o caso uruguaio, onde o golpe de Estado de junho de 1973 apresentaria menos traços de uma ruptura que de continuidade política. Recorrendo à análise de Álvaro Rico (2005), Yaffé comenta que “fue desde adentro mismo de las instituciones democráticas, que la democracia fue siendo restringida y comprometida en un proceso de avance autoritario que es previo y habilitante para el golpe y la dictadura.” YAFFÉ, Jaime, *op. cit.*, p. 14-16.

¹⁸¹ YANKELEVICH, Pablo, *op. cit.*, p. 15-16.

¹⁸² ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*, p. 179.

aqueles que buscavam asilo em outro país, neles permanecendo até o momento de partida ao país que os aceitasse receber. Cerca de 10 mil pessoas teriam passado por esses estabelecimentos.¹⁸³ As estimativas para o exílio chileno sugerem cifras em torno de 200 mil nacionais que se viram forçados a partir.¹⁸⁴

Apesar dos números, a experiência exiliar no Chile pode contar com uma notável rede de apoio e solidariedade. A violência generalizada e a singularidade do seu processo político chocaram a opinião pública internacional, o que condicionou a interferência de variadas organizações, e atraiu a atenção da esquerda mundial e de setores progressistas simpáticos ao projeto derrotado de Allende, que em diversos países trabalharam junto aos seus representantes pelo acolhimento dos milhares de refugiados da ditadura de Pinochet. Para Yankelevich, foi a atuação desta rede que permitiu a saída de setores mais humildes, como os trabalhadores das cidades e do campo, conferindo ao exílio chileno um componente popular pouco verificável para os demais casos, onde a composição dos exilados se dá, majoritariamente, por integrantes das classes médias.¹⁸⁵

Além disso, atuaram diretamente no país o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CIV) e o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME). Articulados entre si e juntamente com o recém-formado Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados (CNAR), essas organizações providenciaram a saída e o reestabelecimento em um novo destino para milhares de pessoas, entre chilenos e estrangeiros:

O CIME promoveu, primeiro, a retirada dos estrangeiros e a sua reinstalação em outros países. Depois, partiram os chilenos. Trinta e cinco embaixadas solicitaram-lhe ajuda para evacuar 6.456 refugiados, 75% dos quais de nacionalidade chilena. Em maio de 1974, o “programa especial para reinstalação dos refugiados do Chile” do CIME, que contou com a participação de 43 países, foi encerrado.¹⁸⁶

O golpe militar no Chile marcou a derrota da “experiência chilena” de Allende e significou, em grande medida, o fim da esperança socialista na América Latina. Para muitos, sobretudo os exilados de outras nacionalidades, o continente se fechava dando

¹⁸³ IMAZ, Cecilia. *El asilo diplomático en la política exterior de México*, Revista Mexicana de Política Exterior, Instituto Matías Romero de Estudios Diplomáticos, México, otoño-invierno 1993, p. 53 y ss, *apud*, FERNÁNDEZ, Jaime Esponda. La tradición latinoamericana de asilo y la protección internacional de los refugiados. In: ACNUR. *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina*. San José, C.R.: EDITORAMA, 2004, p. 118.

¹⁸⁴ MARQUES, Teresa Cristina Schneider, 2011, *op. cit.*, p. 35.

¹⁸⁵ YANKELEVICH, Pablo, *op. cit.*, p. 16.

¹⁸⁶ ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*, p. 171.

início a uma fase de dispersão pelo mundo.¹⁸⁷ A Europa passou a ser o principal destino. Entretanto, um número significativo de chilenos conseguiu permanecer na região estabelecendo-se no México e na Argentina, onde, em 1974, encontravam-se cerca de 15 mil chilenos exilados.¹⁸⁸ Apenas dois anos mais tarde estes e tanto outros seriam novamente forçados a cruzar fronteiras em busca de segurança e proteção.¹⁸⁹ Um novo golpe completava a onda autoritária que invadiu o Cone Sul.

2.3 Argentina

Alberto Ignacio Chiappe e sua esposa Marta Herminia Suarez de Chiappe, estudantes argentinos. Estes iniciam sua atividade política na AUL “Agrupación Universitaria por la Libertación” em 1969. Em 1974, Alberto Chiappe participa da formação do Partido Peronista Autêntico. Em 1976, após o sequestro de membros da família de sua esposa e do fato de que vinte e seis membros desse partido são sequestrados por membros das forças armadas, a família começa a viver semi-clandestina. Em 1978, Marta Herminia Chieppe é “sequestrada por pessoas em civil” e enviada a uma estação de polícia onde é interrogada sobre o passado político de seu esposo. Um vez em liberdade, a família busca a proteção política da embaixada do Canadá, e posteriormente foge ao Brasil.¹⁹⁰

A Argentina, diferentemente do Uruguai e do Chile, tem a instabilidade política como traço constitutivo de sua história. Em um cenário marcado por golpes e ditaduras, as Forças Armadas foram atores ativos, assumindo responsabilidade na tomada de poder em três momentos diferentes apenas na segunda metade do século XX: em setembro de

¹⁸⁷ Exemplar foi situação dos brasileiros no Chile, embora exilados de outras nacionalidades também tenha tido tal sorte após chegada dos militares ao poder, em setembro de 1973.

¹⁸⁸ De acordo com María Cecilia Azconegui, com o golpe no Chile e a fuga à Argentina de milhares de perseguidos chilenos e de outras nacionalidades, aos primeiros teria sido concedido um “tratamento preferencial” pelas autoridades argentinas, fato que teria permitido sua instalação no país como migrante ou refugiados. Tal situação sofreria um grande revés com o golpe militar, em março de 1976. Cf. AZCONEGUI, María Cecilia. Chilenos en Argentina, entre la protección del Alto Comisionado de Las Naciones Unidas (ACNUR) y la política de expulsión de la ditadura militar. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, Soledad (Orgs.). *Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014.

¹⁸⁹ Com o golpe na Argentina, o ACNUR interveio e reinstalou aproximadamente 30 mil chilenos em outros países da América Latina, Europa e Austrália. ANGELL, Alan. La cooperación internacional en apoyo de la democracia política: o caso de Chile. *Foro Internacional*, v. 30, n. 2, p. 215-245, 1989, *apud*, SZNAJDER, Mario, *op. cit.*, p. 70.

¹⁹⁰ Relatório Preliminar produzido no âmbito da Comissão Nacional da Verdade através de consultas aos arquivos do ACNUR em Genebra e intitulado “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Estudo sobre os instrumentos legais internacionais, aplicação e consequências”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003525201429, p. 07-08.

1955, com o golpe que tirou Perón do poder e o forçou a um longo exílio do qual retornou para assumir a presidência, em 1973; em junho de 1966, com a chamada “Revolução Argentina” que derrubou Arturo Illia e colocou os militares à frente da nação por sete anos; e em março de 1976, quando um novo golpe e uma nova ditadura militar deram início a um dos capítulos mais violentos e sombrios da história do país.

A mencionada “Revolução Argentina”, inaugurada com a ocupação do governo pelo general Juan Carlos Onganía, sucedido por outros dois militares, fracassou em seus objetivos. Tendo optado pelo reestabelecimento da democracia no país, o também general Alejandro Agustín Lanusse convocou novas eleições para 1973. Apesar de suspensa a proibição do Partido Justicialista de Perón, esta foi mantida para o seu líder. A solução encontrada foi lançar o nome de Héctor Cámpora à presidência. Candidato de Perón no pleito, firmou-se a máxima: “Cámpora ao governo, Perón ao poder”.

Vitorioso, o peronismo retornava à cena política após quase vinte anos de proscricão. Cámpora assumiu a presidência a 25 de maio de 1973; Perón retornou à Argentina em 20 de junho; Cámpora e o seu vice-presidente, Solano Lima, renunciaram ao cargo no dia 13 de julho, convocando novas eleições para setembro daquele ano. Com 62% dos votos, Perón foi eleito presidente, tendo como vice sua esposa, María Estela Martínez, e assumindo o país em 23 de outubro.

Durante os meses em que governou, Perón buscou o entendimento da sociedade através de uma política conciliatória entre os diversos setores que a compunham – o chamado Pacto Social. Contudo, se mostrou incapaz de convencer e cooptar grupos mais radicais como os Montoneros e a Juventude Peronista, acentuando uma situação de evidente instabilidade e conflito. Havia um descompasso entre as expectativas surgidas com o retorno do líder e a política por ele levada a cabo, que Liliana de Riz sustenta ao dizer que “Perón no alcanzó a comprender la novedad que encerraba el fenómeno político y cultural representado por la Juventud Peronista” e mais, “no alcanzó a medir la radical intransigencia, el rechazo de toda la conciliación y la impugnación del orden existente que albergaban las ‘formaciones especiales’ que él mismo contribuyó a crear.”¹⁹¹

Neste contexto, observa-se o incremento das ações, lideradas pelas Forças Armadas e respaldadas pelo governo, de combate à proclamada subversão. Uma escalada de violência e terror que coincidia com a organização da Aliança Anticomunista

¹⁹¹ RIZ, Liliana de. De la movilización popular al aniquilamiento (1973-1976). In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comps.). *Argentina, 1976*. Estudios en torno al golpe de Estado. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007, p. 41.

Argentina. Também conhecida por Triple A e cujo principal nome era José Lopez Rega, foi um grupo paramilitar de extrema-direita, responsável pela perseguição política e assassinato daqueles que considerava opositores, além de uma série de atentados.

A última aparição pública de Perón ocorre em 12 de junho de 1974, quando ao falar para uma multidão concentrada em frente à Casa Rosada ameaça renunciar. Seu discurso emana o ressentimento em face à falta de apoio e compreensão da população, permitindo perceber a fragilidade e o desgaste do pretendido Pacto Social:

Sin el apoyo masivo de los que me eligieron y la complacencia de los que no lo hicieron pero evidenciaron una gran comprensión y sentido de la responsabilidad, no sólo no deseo seguir gobernando sino que soy partidario de que lo hagan los que puedan hacerlo mejor.¹⁹²

Perón faleceu dias depois, em 01 de julho de 1974. Em meio à tensão e expectativas, assumiu o país sua esposa e vice María Estela Martínez de Perón.

Os dois anos que seguiu governando foram marcados pela exacerbação do conflito social que acarretou um clima de violência e insegurança crescentes. As ações de guerrilha dos grupos da esquerda radical se opunham aos atos terroristas praticados pela Triple A e pela polícia regular, e ambos se tornaram cada vez mais frequentes. A este contexto o governo respondeu com o estabelecimento do estado de sitio e, em fevereiro de 1975, com a assinatura de decreto que colocava ao encargo do Comando Geral do Exército o combate da subversão.¹⁹³ Como corolário de uma situação pouco favorável à governança, a Argentina vivia uma forte crise econômica que combinava queda da produção industrial, desemprego e inflação. Enfraqueciam-se as bases de sustentação do governo que se mostrava incapaz de sair da paralisia em que se encontrava e de solucionar os problemas que acometiam o país.¹⁹⁴

Em 24 de março de 1976, deflagrou-se o golpe. Os militares destituíram María Estela Martínez de Perón e tomaram o poder através de uma junta composta pelos três comandantes-em-chefe das Forças Armadas – o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti – e que governaria o país até 1983.

¹⁹² Idem, p. 44.

¹⁹³ Lia-se no Decreto Secreto nº 261: “Art 1 – El Comando General del Ejército procederá a ejecutar las acciones militares que sean necesarias a efectos de neutralizar y/o aniquilar el accionar de los elementos subversivos que actúan en la Provincia de Tucumán.” MONTAÑO, Diego García. *Responsabilidad compartida*. Córdoba: Del Copista, 2003, p. 98, *apud*, QUADRAT, Samantha, *op. cit.*, p. 70.

¹⁹⁴ RIZ, Liliana de, *op. cit.*, p. 45-55.

De acordo com Liliana de Riz, a saída golpista para a crise foi recebida sem grandes sobressaltos pela sociedade argentina:

Acostumbrados a descifrar los signos premonitorios de la crisis, la mayoría de los argentinos lo recibió como un desenlace inevitable; no imaginaban otra solución. [...] Los militares habían esperado que la profundización de la crisis política confiriera legitimidad a su intervención. Entraron en la Casa Rosada sin que nadie les ofreciera resistencia. Nunca antes había sido tan fácil, se dijo: “en la Casa del Gobierno no había nadie”.¹⁹⁵

A ditadura conduzida pelos militares arrogava a condução de um “Processo de Reorganização Nacional”. Ainda nas palavras de Liliana:

Como nunca en el pasado, las Fuerzas Armadas se percibieron como corporación militar por encima de la sociedad, convencidas de que esa identidad les otorgaba la capacidad para hacerse cargo de una sociedad enferma e imponerle su disciplina militar. La “democracia integrada” que impulsaba Perón había fracasado. Una democracia “gobernada” por el fuego, confiaban, habría de recrear el sistema político en el que un fuerte movimiento conservador, descendiente del proceso iniciado en 1976, y el drástico recorte del poder sindical llevarían a la Argentina a su “destino de grandeza”.¹⁹⁶

Tal processo se operou mediante a institucionalização da violência que já deixava vítimas antes mesmo da concretização do golpe. Para alcançar seus objetivos e preservar a nação de seus supostos inimigos, empreendeu-se uma dura perseguição a todos que se pudesse enquadrar como terroristas ou subversivos, categoria genérica utilizada indiscriminadamente.¹⁹⁷ Os números arrolados para as atrocidades cometidas pelo regime militar argentino dão conta da intensidade da repressão no país e nos permite concluir, concordando com Marcelo Fabián Sain, “que o terrorismo de Estado não foi uma reação

¹⁹⁵ Idem, p. 56.

¹⁹⁶ Idem, p. 56-57.

¹⁹⁷ “No delírio semântico, encabeçado por qualitativos como ‘marxismo-leninismo’, ‘apátridas’, ‘materialistas ateus’, ‘inimigos dos valores ocidentais e cristãos’, tudo era possível; desde indivíduos que propiciavam uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam às favelas (‘villas-miseria’) para ajudar os moradores. Todos caíam no ‘arrastão’ [...]. E os amigos de qualquer um deles, e amigos desses amigos, gente denunciada por vingança pessoal e por sequestrados sob torturas. Todos na sua maioria inocentes de terrorismo ou de pertencer, sequer, aos quadros ativos das guerrilhas, pois esses lutavam e morriam nos enfrentamentos de verdade, ou suicidavam-se em vez de entregar-se; e poucos eram os que chegavam vivos às mãos dos repressores.” COMISSÃO Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas. *Nunca mais*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985, p. 3.

lógica e proporcional à ação da ‘subversão’. [...] que os objetivos do PRN iam mais além”.¹⁹⁸

Neste sentido, deve-se ter claro que a repressão se desenvolveu segundo uma metodologia pensada e orientada desde as mais altas instâncias do poder – ainda que executadas por amplos setores das Forças Armadas –, como permite entrever a declaração feita pelo general Santiago Omar Riveros, então chefe da delegação argentina na Junta Interamericana de Defesa, em 24 de janeiro de 1980: “Fizemos a guerra com a doutrina na mão, com as ordens escritas dos Comandos Superiores.”¹⁹⁹ Deste pronunciamento emerge, ainda, a sustentação de uma “guerra suja”, segundo a qual os “excessos” inevitáveis da repressão eram admissíveis e justificáveis porque em nome de um propósito maior: a salvação da pátria e preservação de seus valores inalienáveis.

Residem na casa dos milhares as estimativas das vítimas da ditadura argentina. No período que vai de 1976 a 1983, são oficialmente declaradas desaparecidas 8961 pessoas, número que não passa de uma “lista aberta”, já que corresponde apenas aos casos identificados por meio da denúncia de familiares e das listagens elaboradas por organizações nacionais e internacionais. Análises que levem em consideração os casos não denunciados ou registrados sugerem para 30 mil o saldo de mortos e desaparecidos pela repressão no país.²⁰⁰ Nas estatísticas contabilizam-se ambos os sexos, todas as faixas etárias além das diversas ocupações laborais e profissões – operários, estudantes, intelectuais, artistas e religiosos.

No rol das vítimas da ditadura militar argentina, merece um comentário à parte as grávidas prisioneiras e seus filhos nascidos nos cativeiros, além das crianças raptadas pelos militares no momento do sequestro e da detenção de seus pais. Tanto para os bebês separados de suas mães no imediato pós-parto, quanto para as crianças testemunhas da invasão dos seus domicílios, o destino foi semelhante. Algumas eram levadas aos mesmos

¹⁹⁸ SAIN, Marcelo Fabián. Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, FGV, 2000, p. 22.

¹⁹⁹ CONADEP, *op. cit.*, p. 2.

²⁰⁰ Números apresentados pelo relatório da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), publicado em 1984 e que apurou os casos de desaparecidos durante a ditadura militar argentina que vigou de 1976 a 1983. A ideia de uma “lista aberta” é própria do relatório que diz: “Até este momento fez-se o controle da mesma [lista] por sistema computadorizado. Sem prejuízo disto, podem existir erros: como o caso de alguma pessoa – desconsideramos que seja um número significativo – que tenha omitido oportunamente a comunicação do término do seu desaparecimento às respectivas organizações. Sabemos também de muitos desaparecimentos que não foram denunciados, pelo fato da vítima não ter familiares, por estes preferirem manter reserva ou por viverem em locais muito distantes de centros urbanos: tal como comprovou esta Comissão em suas visitas ao interior do país, muitos familiares de desaparecidos declararam que durante os anos passados ignoravam a quem dirigir-se.” *Idem*, p. 214.

centros clandestinos de detenção que seus pais para lá assistirem as sessões de tortura a que eram submetidos ou serem a elas sujeitadas – muitas dessas crianças figuram hoje como desaparecidas. Outras, contudo, foram entregues à famílias militares ou civis, as quais os registravam como filhos naturais ou adotivos. Uma das justificativas para essa ação era a pretensa “salvação” do menor, baseada na possibilidade de crescer livre da influência subversiva de que acusavam seus verdadeiros progenitores.²⁰¹ É nas palavras de Samantha Quadrat que melhor apreendemos o traumatismo na história destas crianças a partir de então:

A partir daí qualquer registro anterior da criança estava perdido. Seu passado, sua herança e referências familiares lhes eram subtraídas. Elas ganhavam uma nova identidade, dada muitas vezes pelo responsável direto da morte de seus pais ou por pessoas a eles diretamente relacionados. Outras crianças foram abandonadas em instituições sem nenhum tipo de identificação ou até mesmo vendidas. E, em alguns casos, a adoção por uma família militar não foi garantia de inclusão na instituição familiar visto que muitas crianças tiveram uma infância de abandono e maus tratos.²⁰²

A máquina repressiva estatal se caracterizou pela ausência de uma coordenação central. Sua organização se dava com a criação de grupos de Força de Tarefa ligados aos serviços de inteligência das três armas – exército, marinha e aeronáutica – além da Secretaria de Inteligência do Estado (SIDE). Esse aspecto descentralizado da repressão refletiu a violência indistinta e praticada em escala sem precedentes e a organização dos vários centros clandestinos de detenção.²⁰³ Cogita-se a existência de aproximadamente 340²⁰⁴ centros espalhados por todo o território nacional, dentre os quais o mais conhecido é a Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA).

Apesar da descentralização, é possível identificar um esquema repressivo baseado na sequência sequestro-desaparecimento-tortura. Os sequestros não tinham hora nem local para ocorrer, sendo empreendidos inclusive na presença de testemunhas e em locais públicos, como nas ruas, em ambientes de trabalho e de ensino, embora fossem mais comuns as ações na residência das vítimas. A partir daí, estas “deixavam de ter presença

²⁰¹ Outras possibilidades elencadas para o caso das crianças testemunhas dos sequestros de seus pais ou outros familiares eram: a entrega das mesmas aos cuidados dos vizinhos para que estes fizessem a devolução aos familiares das vítimas; a condução aos Institutos de Menores para a adoção; a entrega direta a algum parente; abandoná-las sozinhas no local onde se desenrolou a operação que levou seus responsáveis. *Idem*, p. 11.

²⁰² QUADRAT, Samantha, *op. cit.*, 2005, 76.

²⁰³ *Idem*, p. 72.

²⁰⁴ CONADEP, *op. cit.*, p. 41.

civil”. Para os familiares, iniciava-se uma busca por respostas nunca encontradas: “as autoridades não ouviram falar deles, as cadeias não os contavam entre seus detidos, a justiça desconhecia-os e os Habeas-Corpus só eram respondidos com silêncio”.²⁰⁵

Levados aos incontáveis centros clandestinos de detenção, tinham seus nomes substituídos por números pelos quais seriam chamados dali em diante. O intuito era, além de suprimir a identidade do sequestrado, impedir sua identificação, fosse por guardas ou outros prisioneiros, evitando o conhecimento de sua passagem naquele lugar. Dava-se mais um passo no processo de desaparecimento, concluído, na maioria dos casos, quando as sessões de tortura culminavam com o óbito da vítima ou quando, sob o pretexto da transferência de um grupo de prisioneiros se praticava a execução coletiva por meio do fuzilamento ou dos lançamentos ao mar.²⁰⁶

Sobre a metodologia do desaparecimento, vale ressaltar sua conveniência ao regime. Além de assegurar a impunidade dos executores de tais crimes – afinal não havia corpos que os pudessem comprovar²⁰⁷ –, possui um aspecto neutralizador, ao menos em um primeiro momento, sobre os familiares das vítimas. A incerteza do destino destas impele à esperança do possível aparecimento com vida. Além disso, consideravam a possibilidade de represália por parte do Governo contra os entes queridos após movimentos de denúncia ou protestos contundentes, culminando em suas mortes.²⁰⁸

O contexto exposto ajuda a compor a atmosfera de terror e medo que dominou a Argentina durante a vigência da ditadura militar. Consolidou-se um quadro de vulnerabilidade e insegurança onde qualquer um, indistintamente, poderia cair nas malhas da repressão, já que a perseguição e a violência dirigidas ou respaldadas pelo Estado ocorriam sem critérios. Novamente, o abandono do território nacional despontava mais como meio único de preservar a vida do que como uma alternativa da qual se poderia

²⁰⁵ Idem, p. 3.

²⁰⁶ Conhecidos como “voos da morte”, a operação que conduziu os prisioneiros de muitos centros clandestinos de detenção à morte era mais um entre os métodos da repressão argentina para a consecução do extermínio posto em prática desde o início do regime. Mediante o anúncio da “transferência”, um grupo de presos era obrigado a deixar suas celas e recebiam uma injeção que os fazia adormecer, sendo então embarcados em um avião. Em alto mar e ainda dopados, eram arremessados para fora da aeronave. Não raros foram os casos em que os corpos eram devolvidos à costa pela força das correntezas, sendo encontrados totalmente desfigurados. Cf. CONADEP, *op. cit.*

²⁰⁷ A fim de conseguir a eliminação dos corpos, além dos lançamentos ao mar, foram estratégias recorrentes a incineração e o sepultamento coletivo em valas comuns, sem qualquer identificação ou cuidado com os cadáveres que eram, normalmente, enterrados nus e sem qualquer revestimento. Idem.

²⁰⁸ “Mantendo-lhe a imprecisa qualidade de pessoa desaparecida, criou-se uma ambiguidade que obrigou ao isolamento do familiar; a não fazer coisa alguma que pudesse irritar o Governo; atemorizado pela única ideia de que fosse sua própria conduta o fator determinante de que seu filho, seu pai ou irmão passasse a constar na lista das pessoas mortas”. Idem, p. 174

prescindir. Muitos que assim não perceberam a situação vivenciada acabaram constando na lista das pessoas mortas ou desaparecidas. Novamente, o exílio surge como resultado da ampla gama repressiva levada a cabo pelo Estado.

Contudo, ainda que se possa ter claro que o maior fluxo exiliar argentino foi verificado quando da deflagração do golpe militar de 1976, é possível identificar um primeiro movimento de partida a partir de 1966, quando, no contexto da chamada “Revolução Argentina”, uma forte repressão, sobretudo contra segmentos ligados à cultura e à intelectualidade no país, forçou-os ao desterro. Neste momento, muitos procuraram asilo no Brasil, o que, como veremos, voltaria a ocorrer com a tomada de poder dez anos depois. Nesta segunda ocasião, as partidas começaram em virtude da instabilidade política que caracterizou o governo de María Estela Martínez de Perón, marcado pelas ações praticadas pela Triple A e pela repressão protagonizada pelas Forças Armadas, que contavam com sanção presidencial.²⁰⁹

Esta segunda leva conduzida ao exílio conformou-se por amplos setores da sociedade argentina, o que se explica justamente pela generalização da violência que não distinguia entre suas vítimas. Não foi um fenômeno restrito aos líderes políticos, militantes ou filiados a um ou outro partido. Partiram homens e mulheres de todas as idades, formações profissionais²¹⁰ e classes sociais, motivados pelo justificado medo da repressão.

Os meios encontrados para deixar o país foram variados – fato constatável em todas as experiências ditatoriais latino-americanas, como já mencionado. Em sua grande maioria as saídas se deram por conta e recursos próprios, muitas vezes através de viagens via terrestre às nações limítrofes e de lá a um terceiro país. O recurso ao asilo diplomático também se verifica, apesar de reduzidos os casos²¹¹, assim como a atuação de organizações internacionais como o ACNUR e a Cruz Vermelha, que viabilizaram a outros tantos o *status* de refugiado.

²⁰⁹ QUADRAT, Samantha Viz. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. In: IV Jornada de Trabajo sobre Historia Reciente, 2008, Rosario – Argentina: Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario, 2008, p. 1-2.

²¹⁰ No campo profissional, verifica-se uma forte perseguição aos psicólogos e psicanalistas no país, fato que conduziu muitos deles ao exílio. Cf. SZNAJDER, Mario, *op. cit.*, p. 68.

²¹¹ De acordo com Pablo Yankelevich, os reduzidos casos de recurso ao asilo diplomático como mecanismo de saída do país, justificam-se pela vigilância ostensiva às embaixadas pelos militares. Dentre as que se mostraram mais ativas no processo de concessão do instituto de proteção aos perseguidos aponta as do Peru e do México. YANKELEVICH, Pablo. Exilio y dictadura. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comps.). *Argentina, 1976*. Estudios en torno al golpe de Estado. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007, p. 209 e 215-216.

O exílio argentino pode contar, contudo, com um dispositivo legal que permitia aos presos políticos trocar a prisão pelo desterro. Chamado “derecho de opción”, este estava previsto no artigo 23 da Constituição Nacional. Foi comumente invocado durante o governo de Maria Estela Martínez de Perón, fato que conduziu alguns prisioneiros do cárcere diretamente ao exílio. A suspensão deste direito foi parte de uma das primeiras medidas adotadas pela Junta Militar que assumiu o país, de modo que tal alternativa de partida ficou facultada ao arbítrio das autoridades militares.²¹²

A quantificação do fenômeno exiliar argentino encontra seus entraves nos motivos já elencados e determinantes, também, para os outros casos analisados. Um fator a mais para dificultar esta tarefa reside na inexistência de estatísticas oficiais de emigração publicadas durante boa parte da ditadura militar. De qualquer forma, as cifras normalmente levantadas variam entre 300 e 500 mil o número daqueles que deixaram o país, ainda que muitas vezes não se façam distinções entre as motivações para tanto.²¹³

Os itinerários escolhidos variaram bastante. Para considerá-los há que se refletir sobre as condições em que tais exílios se desenvolveram, fato que muda de caso para caso, pois depende de variáveis como, por exemplo, as condições financeiras para o custeio da viagem e o estabelecimento, bem como os meios de partida. Aqueles que receberam o *status* de refugiados foram acolhidos, em sua maioria, pela França e Suécia, que tiveram uma atuação destacada no contexto. Aos dois países europeus devemos agregar a Espanha e Itália entre aqueles com maior concentração de exilados argentinos. Para os que decidiram permanecer na América Latina, os países privilegiados foram o México, Cuba, Venezuela e o Brasil.²¹⁴

O fato de o Brasil figurar como um possível destino àqueles que deixavam seu país em função da repressão vigente intriga, afinal este também vivia um governo militar autoritário, ainda que em anunciado processo de abertura política. É no esforço por compreender esse movimento que se configura o próximo capítulo.

²¹² Idem, p. 217-218. Para uma análise mais detalhada sobre a suspensão do “derecho de opción” Cf. CRESPO, Victoria. Legalidad y dictadura. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comps.). *Argentina, 1976*. Estudios en torno al golpe de Estado. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

²¹³ YANKELEVICH, Pablo, *op. cit.*, 2007, p. 210-211.

²¹⁴ Idem, p. 211.

3 - “DESTINO OU PARADA?”: CONTEXTO E POSSIBILIDADES DO REFÚGIO SUL-AMERICANO NO BRASIL

Com um golpe desferido desde os quartéis, mas que contou com o suporte e a legitimação de amplos setores da sociedade civil, em 31 de março de 1964 tinha início a ditadura militar no Brasil. Alegava-se a salvação da democracia, ameaçada pela desordem e a subversão que dominavam o país e derivavam da corrupção, dos protestos crescentes e do avanço do comunismo – exaltado, sobretudo, no contexto polarizado da Guerra Fria.

Alardeados pela imprensa, esses fatores compunham um quadro de instabilidade e desgoverno contra o qual era “admissível” e “desejável” a quebra institucional, justamente para que fossem preservadas as instituições democráticas. Desfechado o golpe que depôs João Goulart, a euforia era vista nas ruas e eternizada pelos meios de comunicação. Foi em clima de festa e comemoração que uma multidão percorreu as ruas do Rio de Janeiro na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 02 de abril de 1964. Neste mesmo dia, o jornal *O Globo* lançava um editorial onde deixava claro seu apoio à tomada de poder pelos militares:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradição. Como dizíamos no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, ante a Nação horrorizada.²¹⁵

O reforço dado pela matéria à motivação democrática por trás da intervenção das Forças Armadas endossava o compromisso com a reestruturação da democracia assumido pela Junta Militar, composta pelos chefes das três Armas – o general Arthur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo

²¹⁵ Jornal *O Globo*, “Ressurge a democracia”, 02 de abril de 1964, *apud*, ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 127.

–, em suas primeiras declarações à frente do país.²¹⁶ Antes de assim proceder, contudo, eram necessárias medidas que viabilizassem o reestabelecimento da ordem, o controle social e barrassem uma possível insurreição comunista; eram precisos mecanismos capazes de neutralizar os entraves à “revolução”, personificados nos simpatizantes e antigos apoiadores do governo deposto além, de grupos e partidos de esquerda.

Em 09 de abril de 1964, tal mecanismo surgiu sob a forma de decreto. A Junta recém-formada, auto intitulando-se Comando Supremo da Revolução, promulgou o Ato Institucional nº 1 que limitou os poderes do legislativo, concentrando-os nas mãos do Presidente da República a ser eleito indiretamente no prazo de dois dias. Entre outras determinações, suspendeu por seis meses garantias constitucionais de vitaliciedade e de estabilidade; concedeu à Junta Militar, na figura dos Comandantes-em-Chefe que editavam o referido Ato, o poder cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos – quando da posse do novo presidente tais prerrogativas seriam a ele transferidas.

Imediatamente se procedeu à cassação dos líderes do governo destituído e de membros do Congresso Nacional.²¹⁷ Seria este Congresso, livre dos parlamentares mais associados ao projeto das reformas de base, a eleger, em 11 de abril de 1964, Humberto de Alencar Castello Branco presidente da República, o primeiro dos cinco generais que se alternariam no cargo de chefe da nação.

A depuração nos círculos de oposição, autorizada pelo AI-1 e que não raro ocorreu com o recurso da força e à margem da lei, continuou e se intensificou nos dias e meses seguintes. Os principais atingidos foram, além dos membros do governo anterior, políticos identificados com o projeto político derrotado, militares tidos como legalistas e as categorias ligadas aos movimentos sociais atuantes na conjuntura pré-64, particularmente os dirigentes sindicais e trabalhadores sindicalizados, estudantes, acadêmicos e intelectuais.

Os expurgos pretendidos se concretizaram nos mandatos cassados; nas demissões nos meios civis e castrenses; nas aposentadorias compulsórias dos professores universitários e de outros funcionários da máquina estatal; na passagem à reserva dos

²¹⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005, p. 63.

²¹⁷ Junto ao Ato constava uma lista daqueles que perderiam imediatamente seus mandatos e teriam suspensos seus direitos políticos. Encabeçava a lista o nome do ex-presidente João Goulart e outros 40 parlamentares. Além disso, arrolava outras 100 pessoas que teriam suprimidos seus direitos políticos. *Idem*, p. 67.

militares; na intervenção aos sindicatos e afastamento de suas lideranças; e na tentativa de desmantelamento do movimento estudantil, sobretudo, com a extinção oficial da União Nacional dos Estudantes (UNE).²¹⁸

São significativos, também, os elevados casos de prisão em todo o país.²¹⁹ Neste sentido, torna-se importante mencionar o caráter exemplar e, justamente por isso, inibidor dessas ações, neutralizando as tentativas oposicionistas e permitindo um maior controle social pela ditadura. Concluía-se a operação limpeza característica do que podemos considerar uma primeira fase da repressão, estendida até 1968.²²⁰

Próprio deste momento foi a instalação dos Inquéritos Policial-Militar (IPMs), responsáveis por colocar em suspeição toda a sociedade a fim de apurar casos de subversão, e conduzir a investigações que não raro culminavam na detenção e tortura dos atingidos. Os IPM's aparecem, assim, como um dos primeiros mecanismos da repressão levada a cabo pelo regime militar.²²¹

Visando a eficiência do aparato repressivo em desenvolvimento, foi criado, em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informação (SNI). Como principal objetivo, estabelecia-se a coleta e análise de informações pertinentes à Segurança Nacional. Contudo, seu alvo não se limitou ao suposto “inimigo interno”, funcionando na prática como uma “agência de espionagem de cidadãos”, assumindo importância vital para o governo em seu ímpeto de garantir a contenção política e social.²²²

À parte as questões práticas voltadas à segurança, o interesse na validação do processo desencadeado com a chegada dos militares ao poder forçou-os a blindar o novo regime com uma fachada democrática, a qual se empenhariam em manter ao logo dos 21

²¹⁸ No dia 1º de abril de 1964, a sede da UNE foi ocupada e parcialmente incendiada por partidários do golpe. Cf. LANGLAND, Victoria. La casa de la memória em Praia de Flamengo 132: memorias estudantiles y nacionales en Brasil, 1964-1980. In: JELIN, Elizabeth; LEGLAND, Victoria (Comps.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

²¹⁹ Algumas sondagens apontam para 50 mil o número de detenções ocorridas nos primeiros meses após a chegada dos militares ao poder. Contudo, Maria Helena Moreira Alves chama a atenção ao fato de que muitas prisões decorreram da impossibilidade de algumas pessoas em provar sua inocência ou apresentar documentos de identificação, comprometendo uma estimativa precisa. ALVES, Maria Helena Moreira, *op. cit.*, p. 72.

²²⁰ Samantha Quadrat sustenta a possibilidade de periodizar a repressão no Brasil, identificando três momentos principais: entre 1964 e 1968; entre 1968 e 1974; e entre 1974 e 1984. QUADRAT, Samantha, *op. cit.*, 2005, p. 39.

²²¹ “Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do ‘inimigo interno’, como primeiro passo. [...] Configuravam o primeiro núcleo de um Aparato Repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais linha-dura no interior do Estado de Segurança Nacional.” ALVES, Maria Helena Moreira, *op. cit.*, p. 69.

²²² Idem, p. 87-88.

anos em que estiveram à frente do país.²²³ Na busca por legitimidade, observa-se o esforço em combinar o autoritarismo e o recurso à força com estratégias de reconhecimento e aceitação, que pretendiam a institucionalização do regime através de um arcabouço jurídico, forjado, sobretudo, pela edição dos Atos Institucionais, e da adoção de uma margem controlada de abertura e oposição:

O Congresso funcionou durante quase todo o período, apesar das cassações de mandatos parlamentares em momentos de crise, da imposição do bipartidarismo, no final de 1965, e de ser fechado de tempos em tempos, além de outros constrangimentos. Havia julgamento legal de prisioneiros políticos, embora na Justiça Militar e sob leis duras, sem contar perseguições a opositoristas, torturas e mortes à margem da lei e do próprio regime. Os militares governaram sob a vigência de uma Constituição, mesmo com os limites daquela de 1967, reformada estruturalmente em 1969, em sentido ainda mais autoritário.²²⁴

O governo de Castello Branco fracassou em seu compromisso de reconduzir o país à democracia. Ao invés disso, deu claras demonstrações de que o retorno à ordem democrática não era uma pauta inadiável. A começar pela prorrogação de seu mandato, que, previsto para se encerrar em janeiro de 1966, estendeu-se por mais um ano. Decretou, ainda, o AI-2, que conferiu ao regime dos militares contornos ditatoriais ainda mais nítidos ao estabelecer eleições indiretas para presidente da República, extinguir os partidos políticos existentes, criando as bases para o bipartidarismo, e promover novos expurgos no legislativo e no executivo. Encerrado em 15 de março de 1967, abriu vaga à ascensão do general Arthur da Costa e Silva.

Costa e Silva participou do regime desde sua gestação. Compôs a Junta Militar que assumiu o país após o golpe e arrogou-se o papel de ministro durante a gestão de seu

²²³ “As Forças Armadas brasileiras tinham vasta experiência política e consideravam a si próprias como democráticas, embora em uma forma muito restrita. A deposição de Jango em 1964 contradisse totalmente essa imagem, mas não a história de intervenções anteriores realizadas com o fim de corrigir o que muito oficiais – e civis – viam como certa incapacidade dos políticos para governar o país. Depois de 1964 os líderes não queriam ser vistos como ditadores ou torturadores, mas como verdadeiros praticantes da democracia que protegiam o Brasil do comunismo totalitário. Ao contrário de mãos-de-ferro como Augusto Pinochet, no Chile, e Alfredo Stroessner, no Paraguai, que permaneceram por longo período no poder, os generais brasileiros fizeram rotatividade na Presidência, realizaram eleições regulares e usaram a propaganda para cultivar uma fachada de democracia. As Forças Armadas brasileiras eram uma organização grande e sofisticada, que trabalhou duro para dar uma imagem positiva ao autoritarismo.” SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 60.

²²⁴ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, MARCELO; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-31.

antecessor, ocupando o Ministério da Guerra. Apesar da reiterada promessa de redemocratização, sua chegada à presidência significou a emergência ao poder da chamada “linha dura” e com ela o início do período mais sombrio da ditadura no Brasil.

Este momento coincidiu com a evolução e organização dos grupos oposicionistas – alguns deles oriundos dos setores que haviam apoiado o golpe, mas que viam frustradas suas expectativas ante o fechamento político do regime. Destacava-se o movimento estudantil, que no primeiro semestre de 1968 ocupou as ruas com manifestações de grande aderência pela população ao articular questões próprias dos estudantes ao descontentamento social mais geral.²²⁵ Destaque merece, também, o movimento operário que para este ano organizou duas importantes greves nas cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP).

As insatisfações e demandas sociais foram levadas ao Congresso Nacional, onde se observa um movimento de apoio aos movimentos sociais e de denúncia dos desmandos da ditadura. Neste cenário, o discurso do deputado Márcio Moreira Alves – o qual propunha o boicote da parada de Sete de Setembro e sugeria às mulheres que não namorassem oficiais como forma de protesto ao governo militar – serviu de pretexto para a adoção de medidas que fechassem ainda mais o regime.²²⁶

Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5 e fechou por tempo indeterminado o Congresso. Reafirmou-se o direito de cassar mandatos legislativos e executivos, de suspender direitos políticos e de promover expurgos por meio de demissões e aposentadorias no funcionalismo público e nas Forças Armadas. Medidas inéditas, contudo, evidenciavam a face mais autoritária e arbitrária da ditadura: o AI-5 também proibiu a apreciação judicial dos atos praticados de acordo com o Ato e suspendeu as garantias de *habeas corpus* em caso de crimes políticos contra a Segurança Nacional. À diferença dos dispositivos anteriores, o AI-5 não tinha um prazo para sua vigência.

O novo ordenamento foi responsável pelo endurecimento do regime, que, respaldado juridicamente, pode valer-se amplamente do aparato repressivo criado. Este

²²⁵ “Em 1968 este movimento [estudantil] já tinha adesão de muitas pessoas de diferentes classes e correntes ideológicas. O conflito deslocara-se dos estudantes para as classes médias, em seguida para os trabalhadores, e finalmente, graças à repressão a Igreja Católica.” ALVES, Maria Helena Moreira, *op. cit.*, p. 166.

²²⁶ A crença de que o Ato Institucional nº5 estivesse pronto desde julho corrobora a ideia de que sua edição foi uma reação da ditadura às manifestações de todo tipo que se avolumavam e “ameaçavam a ordem” no país. Neste sentido, os militares apenas estariam aguardando o momento de maior conveniência para decretá-lo, sendo o discurso de Márcio Moreira Alves, de fato, um pretexto para tanto. *Idem.* p. 160.

se fortalecia e sofisticava, sobretudo com a criação da Operação Bandeirantes (OBAN), e, dela derivados, do sistema DOI-CODI.²²⁷ Objetivamente, observa-se o uso desproporcional da força física e uma descontrolada escalada de violência contra qualquer um que constituísse uma ameaça aos olhos do governo ditatorial. A detenção e a tortura viraram práticas ainda mais rotineiras. A repressão assumiu níveis inimagináveis e alcançaria o auge no governo de Emílio Garrastzu Médici, que chega à presidência em outubro de 1969, permanecendo até março de 1974. Eram os “anos de chumbo” da ditadura brasileira.

3.1 Entre partidas e chegadas

Dentro do contexto exposto e pelos motivos elencados ao longo desta pequena introdução, muitos indivíduos se viram forçados a abandonar a pátria, dando início a um processo que se concluiu apenas em agosto de 1979, com a concessão da anistia pelo presidente-general João Batista Figueiredo, o último dos militares a governar o país. Apesar de serem imprecisos os números, estimam-se entre 5.000 e 10.000 aqueles que deixaram o Brasil.²²⁸

Percebe-se, para o caso brasileiro, um caráter constante e progressivo do exílio ao longo dos anos ditatoriais, cuja repressão crescente condicionou a saída daqueles que se sentiam diretamente ameaçados ou acuados pela ausência de liberdade e garantias constitucionais. As reflexões de Herbert de Souza, feitas ainda no exílio, são relevantes para que se percebam tais características acerca do processo iniciado em 1964:

Lembre-se que depois de 64 apenas umas 100 ou 200 pessoas saem. Foi só o listão de políticos, de cassados, que saiu. A partir de 68 vai aumentando, em vez de parar, e hoje tem uma imigração seletiva, muito expressiva, que sai do Brasil. Não tem a mesma proporção que tem em

²²⁷ O Centro de Operações de Defesa Interna e o Destacamento de Operações de Informações são dois órgãos distintos, criados no início de 1970, após a experiência bem sucedida da OBAN no combate aos grupos de esquerda, e que passaram a atuar nas principais capitais do país. O CODI tinha como atribuição o planejamento e a análise de informações, enquanto ao DOI, subordinado ao primeiro, cabia a execução das ações elaboradas. Como instituição executora foi responsável pelos atos mais cruéis e violentos da ditadura. Suas instalações serviram de cárcere, sala de tortura e calvário para muitos dos presos que por elas passaram. QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, p. 44-45.

²²⁸ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedade transnacionais: A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011, p. 36. Ver nota 70.

países como Uruguai, Bolívia, Chile, principalmente porque a crise econômica que se abateu sobre esses outros países não teve a mesma dimensão no Brasil. Porque em muitos desses países existe uma imigração muito econômica. Isso faz com que você possa caracterizar a imigração brasileira como essencialmente política. Se saíram cinco mil caras, foram cinco mil caras que acharam insustentável a sua permanência ou sua sobrevivência.²²⁹

As considerações do ex-exilado aparecem em consonância com o que propõe Denise Rollemberg ao identificar duas gerações no exílio brasileiro entre os anos 1960 e 1970: a de 1964 e a de 1968.²³⁰ A primeira é composta por indivíduos ligados às propostas reformistas da experiência pré-1964 e que pautavam suas ações dentro de marcos legais e institucionais. Eram, em sua maioria, “homens maduros e definidos profissionalmente”, ligados aos sindicatos e a partidos como o PTB e o PCB (ilegal na época). A segunda geração é formada por militantes mais jovens, originários, sobretudo, do movimento estudantil. Muitos se empenharam em organizações dedicadas à luta armada. As características de cada um dos grupos condicionaram tanto as partidas, como o estabelecimento nos países de acolha, além da maneira de se viver o exílio e, conseqüentemente, os significados que a experiência exiliar pôde assumir.

Tal como nos demais casos analisados, foram múltiplas as maneiras de deixar o Brasil. Merece um comentário à parte, contudo, a opção pelo asilo político através das embaixadas, já que nela se observa a ingerência direta do governo brasileiro contra aqueles que o solicitavam, dificultando a saída ou mesmo desestimulando o recurso a este mecanismo legal. A obrigatoriedade de emitir salvo-conduto àqueles que tinham sua solicitação aceita pelo país que procuravam era driblada pela demora em fazê-lo, prolongando os trâmites e infligindo uma espera penosa aos solicitantes que aguardavam nas sedes diplomáticas sem poder sair. Dois exemplos são emblemáticos dos entraves levantados pelos militares: o do ex-sargento Araken, que, uma vez refugiado na embaixada do Uruguai, aí esperou durante um ano a liberação de seu salvo-conduto; e o de Eugênio Caillard, que, dentro da embaixada mexicana e à espera do salvo-conduto para deixar o Brasil, suicidou-se porque “não suportou a angústia de viver entre quatro paredes”.²³¹

²²⁹ Depoimento de Herbert de Souza em CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Orgs.). *Memórias do exílio: Brasil 1964/1977*. De muitos caminhos, vol. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 111.

²³⁰ ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*, p. 49-50.

²³¹ *Idem*, p. 71 e 66-67.

Contraditoriamente, o país que expulsava seus nacionais se tornaria receptor de um expressivo número de sul-americanos, exilados das ditaduras vizinhas. A primeira comunicação de que se tem registro, estabelecida entre órgãos da ONU e o governo brasileiro para tratar o assunto, data de 27 de dezembro de 1976, quando o Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), embaixador Luiz Maria Ramirez Boettner, sinaliza ao embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, então chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores, sua preocupação com os refugiados chilenos e argentinos, que chegavam ao Brasil nas últimas semanas e que se apresentavam ao Escritório do Programa, na cidade do Rio de Janeiro, onde preenchiam formulários remetidos ao Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em Buenos Aires, a fim de serem reconhecidos como refugiados, passando a gozar, então, da proteção e assistência do referido órgão.

Em um Memorandum datado de 28 de dezembro de 1976, o embaixador Azambuja narra os encontros ocorridos por dois dias consecutivos com o representante do PNUD, ressaltando a sua disposição em conversar com o funcionário designado pelo MRE para o tema e proposta de comparência à Brasília do Representante do ACNUR para a América Latina para tratar o assunto. A última colocação de Azambuja no documento informa a negativa por Ramirez Boettner de qualquer assistência prestada pelo PNUD aos refugiados, embora tivesse afirmado seu conhecimento de que estes eram assistidos por organizações católicas de caridade.²³²

Em documento “Secreto-urgentíssimo” de 19 de janeiro de 1977²³³, o ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, repassava ao ministro da Justiça, Armando Falcão, as informações fornecidas por Ramirez Boettner, que teria explicado a facilidade de entrada no país através da apresentação da carteira de identidade, viabilizada pelos acordos²³⁴ existentes com os países limítrofes do sul.²³⁵ Entre os informes falava, também, sobre o início dos processos para a concessão do *status* de refugiado movidos

²³² Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.3, folhas 558-559.

²³³ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0897; folhas 1-6.

²³⁴ De acordo com o artigo 13 do Decreto 66.689, de 11 de julho de 1970 (Estatuto do Estrangeiro), “Ficam dispensados de visto de entrada os turistas nacionais dos seguintes países americanos: Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, El Salvador, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.” Para esses casos a entrada no país ficava condicionada a apresentação de passaporte, documento equivalente ou a carteira de identidade pelo estrangeiro (art. 15).

²³⁵ A grande maioria daqueles que cruzavam as fronteiras brasileiras o faziam por via terrestre, sendo as cidade de Chuí, Uruguiana e Foz do Iguaçu os pontos privilegiados para a entrada no país.

pelo Escritório Regional do ACNUR. Neste sentido, disse ter sido explicitado ao Embaixador Boettner o interesse do governo brasileiro em que os trâmites para a saída dos refugiados e seu reassentamento em um terceiro país corressem com rapidez.

Ainda que a intensificação das chegadas tenha ocorrido a partir de novembro de 1976, como determinam outros documentos, há entradas no país já no primeiro semestre – observáveis, inclusive, nas listagens elaboradas pelos órgãos responsáveis pelo acompanhamento da questão²³⁶ –, bem como nos anos anteriores. Estas últimas não tiveram o respaldo jurídico do ACNUR e provavelmente escaparam ao controle dos órgãos de informação brasileiros – uma vez que não aparecem registrados. Entretanto, os indivíduos envolvidos nestes casos mais esporádicos puderam contar com o apoio e a solidariedade de organizações diversas, como, por exemplo, a Igreja Católica.²³⁷ Essas ações são o objeto principal de nosso estudo e receberão uma análise mais cuidadosa a partir do próximo capítulo.

É de fato verificável a predominância dos argentinos entre aqueles que adentraram o território nacional no período assinalado. A entrada de chilenos é igualmente constatada, embora tenha ocorrido em escala consideravelmente inferior. Sobre estes, cabe mencionar que muitos dos que solicitaram o status de refugiado aos organismos da ONU no Brasil acabaram tendo seus pedidos indeferidos.²³⁸ Uma justificativa para tanto talvez resida na motivação econômica que revestia grande parte dos deslocamentos dos chilenos, ainda que esta não anule o temor de perseguição que pudessem ter.²³⁹

A chegada dos grupos de exilados de ambas as nacionalidades a partir de 1976 torna evidente a importância que o golpe militar na Argentina, em março daquele ano, teve para a debandada do país. Vale lembrar que neste momento um contingente de aproximadamente 15 mil chilenos lá se encontrava na tentativa de escapar à barbárie desencadeada após a instauração da ditadura de Pinochet e que puderam contar com o auxílio do ACNUR para deixar o país, cujo escritório regional localizava-se (e localiza-se até ainda hoje), justamente, na capital argentina.

Uma explicação para que tantos outros não recorressem ao socorro local pode ser atribuída à demora em que corriam os processos, já que a validação da condição de

²³⁶ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0897, folhas 14-16.

²³⁷ Esses casos ficaram registrados nas narrativas daqueles diretamente envolvidos nessas ações: padres, paroquianos e funcionários das entidades religiosas, como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.

²³⁸ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0054, folhas 15, 25-27.

²³⁹ ANDRADE, José Henrique Fischel de. Aspectos Históricos da Proteção de Refugiados no Brasil (1951-1997). In: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de. (Orgs.). *Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97*. São Paulo: Quartier Latin, 2017, p. 57. Ver nota 107.

refúgio se dá caso a caso, e, como vimos, a pressa em abandonar o país, onde a insegurança crescia à medida que se tonavam conhecidos e recorrentes os casos de sequestros e desaparecimentos, ditava as decisões. Além disso, são conhecidos os empecilhos criados pelos governos autoritários na emissão de documentos necessários à saída do país, sobretudo em se tratando dos seus nacionais. Sendo assim, partir pela fronteira em busca de um local onde a dispersão fosse mais fácil surgia como uma possibilidade a considerar.²⁴⁰ Some-se a isso a crença de que o Brasil vivia um momento de distensão política, com uma repressão enfraquecida, capaz de aplacar medos próprios da condição e contexto em que se encontravam, aclara-se a inclusão do país na rota do exílio sul-americano.

Por último, há que se levar em conta as alternativas limitadas de que dispunham os perseguidos políticos. As grandes lideranças dos movimentos de oposição e partidos políticos podiam valer-se de seus contatos em outros países, o que facilitava muito a saída. Mas essa não era a realidade da grande maioria daqueles que desejavam escapar da violência e autoritarismo impostos pelos novos regimes.²⁴¹

Ainda no documento supramencionado, o embaixador Boettner apostava na tendência a uma intensificação do fluxo para os meses que se seguiriam, o que de fato se verificou. Não se restringindo a argentinos e chilenos, como colocou em um primeiro momento, uruguaios passaram a integrar esse movimento. Apesar de extremamente heterogêneo em sua composição, sobretudo ao se considerar as diversas nacionalidades, idades e profissões dos indivíduos levados ao desterro, uma característica comum entre os refugiados das ditaduras do Cone Sul é o passado militante, desenvolvido em algum grau em partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais de oposição.²⁴²

Em termos práticos, Azeredo da Silveira expôs a Armando Falcão, neste mesmo documento, a ausência de compromisso jurídico do governo brasileiro ante a questão dos refugiados latino-americanos no país. Apesar de o Brasil ser signatários dos dois principais instrumentos de regulamentação da condição de refugiado – a Convenção de

²⁴⁰ Indícios desse tipo nos fornece Pablo Yankelevich. Ao abordar as “estratégias de saída” dos argentinos ao exílio diz: “Algunos consiguieron salir en calidad de refugiados con documentación de Naciones Unidas o de Cruz Roja Internacional. El temor a ser detenido durante la tramitación del pasaporte orilló a otros a ingresar a países limítrofes con algún documento de identidad, y una vez conseguido el ingreso solicitar refugio ante ACNUR, que en caso de otorgarlo gestionaba la documentación que acreditaba la identidad del refugiado ante el gobierno que aceptara recibirlo”. YANKELEVICH, Pablo, 2007, *op. cit.*, p. 215-216.

²⁴¹ Entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

²⁴² “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Estudo sobre os instrumentos legais internacionais, aplicação e consequências”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003525201429, p. 07.

1951 e o Protocolo de 1967 –, manteve-se adepto da chamada reserva geográfica, restringindo a concessão do instituto apenas às pessoas de origem europeia, fato que o desobrigava em relação àqueles que aqui chegavam vítimas de perseguição ou com fundado temor de serem perseguidas pelas ditaduras vizinhas.

Entretanto, o ministro das Relações Exteriores chamou a atenção de Falcão para a vinculação do Estado Brasileiro às disposições previstas pela Resolução 428, de 14 de dezembro de 1950, que aprovou o Estatuto do Alto Comissariado. De acordo com o texto da referida resolução, a Assembleia Geral das Nações Unidas “Apela aos governos que cooperem com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no exercício de suas funções relativas aos refugiados sob a competência do seu mandato”.²⁴³ Segue-se, então, uma série de recomendações que apontariam para a cooperação invocada. Dentre elas, solicitava-se aos Estados que agissem, principalmente:

b) Estabelecendo acordos especiais com o Alto Comissariado para a execução de medidas destinadas a melhorar a situação dos refugiados e a reduzir o número de pessoas necessitadas de proteção; c) Admitindo os refugiados nos seus territórios, sem excluir aqueles que pertencem a categorias mais desamparadas; [...] f) Proporcionando aos refugiados documentos de viagem e outros documentos que normalmente são fornecidos aos estrangeiros, especialmente os documentos que possam facilitar seu reassentamento; [...] h) Proporcionando ao Alto Comissariado informações acerca do número e da situação dos refugiados, assim como sobre as leis e regulamentos que lhes dizem respeito.²⁴⁴

Azeredo da Silveira comenta o tom recomendatório da Resolução 428, mas não deixa de mencionar que ela determina, também, “uma obrigação de caráter moral de colaboração por parte dos Estados Membros com o Alto Comissário quando da negociação de problemas relativos a refugiados, qualquer que seja a sua procedência.”²⁴⁵

Outro mecanismo trazido à baila e que também restringia a possibilidade de uma postura mais rigorosa na matéria pelo governo brasileiro é a “Recomendação E” da Ata Final da Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, de 1951, na qual se lê:

A Conferência, expressa a esperança de que a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados seja um exemplo, indo além do seu escopo

²⁴³ Resolução 428, parágrafo 2.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0897, folha 2.

contratual, e que todas as nações sejam guiadas por ela a fim de garantir, o máximo possível, o tratamento ali assegurado para as pessoas que se encontram em seus territórios na condição de refugiados, mas que não são abrangidos pelos termos da Convenção.²⁴⁶

Para o ministro, a recomendação expressava “a esperança de que os Estados se guiarão por princípios gerais de caráter humanitário no tratamento de refugiados, mesmo aqueles cuja situação não esteja compreendida nos termos da Convenção.”²⁴⁷

A conjuntura descrita na Ata coincidia com aquela enfrentada pelos sul-americanos em sua chegada ao Brasil. Os dispositivos jurídicos específicos não os contemplavam como refugiados. Deveriam, então, contar com a solidariedade e complacência do governo brasileiro. Aliás, conforme veremos, o aspecto humanitário se tornaria uma tônica no discurso oficial da ditadura ao abordar as questões referentes aos refugiados. Contudo, não era interesse do regime militar manter tais pessoas por muito tempo em território nacional. Entre partidas e chegadas, seria um contrassenso admitir o estabelecimento no país dos opositores dos governos que compartilhavam o *status quo* brasileiro.

Ambos os documentos – a “Resolução 428” e a “Resolução E” da Ata Final da Conferência de 1951 – passaram a ser invocados quando do reconhecimento como refugiado pelo ACNUR. A concessão do *status* era formalizada por meio de uma carta, assinada pelo Representante Residente do PNUD no Brasil, onde se lia que determinado indivíduo havia sido

reconhecido pelo Alto Comissariado para os Refugiados, estando sob sua proteção, de acordo com a Recomendação (E) da Ata Final da Conferência das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, e em virtude das Resoluções da Assembléia Geral de números 319 (IV) de 3 de dezembro de 1949²⁴⁸ e 428 (V) de 14 de dezembro de 1950.

Endereçada ao ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, a carta era repassada ao Ministério da Justiça. Esta correspondência triangular era retomada quando do reassentamento dos refugiados em um terceiro país e consequente saída do Brasil.

²⁴⁶ ACNUR. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados, p. 47.

²⁴⁷ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0897, folha 2-3.

²⁴⁸ A Resolução 319 (IV) da Assembleia Geral foi responsável pela criação do ACNUR.

Apesar de abordados os casos de argentinos, chilenos e uruguaios que chegaram ao Brasil e pleitearam junto às organizações internacionais a condição de refugiados, nem todos os que cruzaram as fronteiras nacionais fugidos das perseguições em seus países ou reincidentes nesta ação manifestaram tal interesse ou o tinham como objetivo principal. Para os casos em que isso se verifica, houve os que mudaram de ideia, desistindo do refúgio em outro país e escolhendo o exílio em solos brasileiros. Não raro também foram os que aqui chegaram conscientes desta decisão. Por último, houve aqueles que não obtinham o reconhecimento do *status* de refugiados pelo ACNUR, devendo encontrar outros meios para deixar o Brasil, embora a permanência determinada pela negativa contabilizasse as ocorrências mais numerosas.

Fato é que para muitos o Brasil não foi parada, foi destino – ao menos enquanto estivessem interdadas as possibilidades de retorno à pátria de origem. É justo dizer, na verdade, que a grande maioria procurou o estabelecimento no país, ainda que isso representasse grandes perigos, já que era conhecida a ação coordenada dos comandos da repressão no Cone Sul.²⁴⁹ Não são estes casos o objeto deste estudo, contudo, mencioná-los significa fazer jus ao aspecto múltiplo que caracteriza o fenômeno exiliar.²⁵⁰

3.2 Panorama histórico do refúgio no Brasil e a presença do ACNUR no país

Antes de proceder à análise do tratamento dispensado pela ditadura militar brasileira à temática dos refugiados do Cone Sul, cabe uma pequena digressão que nos permita retroceder no tempo e compreender as bases em que tais políticas se desenvolveram, aclarando a margem de ação do governo e das organizações empenhadas na proteção destes indivíduos.

A presença de estrangeiros não é novidade em um país como o Brasil, que tem a sua história contada a partir de inúmeras chegadas. Desde a colonização, passando pelo processo de imigração, até a acolhida de refugiados provenientes do redimensionamento assumido pelos deslocamentos humanos, próprio do século XX, é notória a comparência de indivíduos de diversas nacionalidades em nosso território.

²⁴⁹ Em agosto de 1981, estimava-se em 300 mil os refugiados políticos latino-americanos vivendo no eixo Rio-SP em situação de clandestinidade. Cf. *Jornal do Brasil*, edição de 26 de agosto de 1981, p. 14.

²⁵⁰ Para uma análise do exílio argentino no Brasil Cf. QUADRAT, Samantha Viz. Da Argentina para o Brasil: de uma ditadura a outra. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, o Brasil destacou-se na América Latina ao ser o país da região a acolher o maior número de refugiados europeus gerados pelo confronto, um contingente de aproximadamente 40 mil pessoas até 1954. Esse protagonismo rendeu-lhe um posto no Comitê Consultivo para Refugiados, criado pelo Conselho Econômico e Social da ONU, que elegeu seus integrantes justamente entre aqueles que haviam recebido números expressivos de refugiados e demonstrado empenho na solução dos problemas a eles relacionados. Os mesmos critérios foram observados quando da escolha dos membros do Comitê Executivo do ACNUR, do qual o Brasil faz parte desde a sua criação, em 1958.²⁵¹

No que concerne aos principais dispositivos criados para regulamentar a situação jurídica dos refugiados, o Brasil também se sobressai na região, tendo sido um dos primeiros a ratificar a Convenção de 1951, o que ocorre em 15 de novembro de 1960.²⁵² Vale lembrar que até este momento apenas o Equador o tinha feito. Além da opção pela reserva geográfica, foram suprimidos os artigos 15 e 17 do documento. Especialmente o artigo 15 merece comentário já que prescrevia a respeito dos “Direitos de associação”. Orientando os Estados contratantes a conceder aos refugiados residentes regulares em seu território “no que concerne às associações sem fins políticos nem lucrativos e aos sindicatos profissionais, o tratamento mais favorável concedido aos nacionais de um país estrangeiro, nas mesmas circunstâncias”, sua retirada evidencia uma postura reticente do governo ante o envolvimento de estrangeiros refugiados em agremiações de qualquer tipo, mesmo naquelas sem caráter político claro, já em períodos anteriores à ditadura.²⁵³

A adesão ao Protocolo de 1967 ocorreu em 07 de abril de 1972.²⁵⁴ Suspendeu-se a “reserva temporal” apensa ao texto da Convenção. Manteve-se, contudo, a reserva geográfica.

Apesar do aparente comprometimento dispensado à problemática dos refugiados, este não se converteu no desenvolvimento *de fato* de uma política para o tema. Exemplo disso é que para os grupos que chegaram ao país no marco do pós Segunda Guerra

²⁵¹ MOREIRA, Julia Bertino. A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, v. 2, p. 57-76, 2005, p. 60.

²⁵² A data de 15 de novembro de 1960 marca a ratificação da Convenção de 1951 junto a ONU. Tal procedimento ocorreu após a entrada do documento no ordenamento jurídico brasileiro, que se dá com a promulgação do Decreto-Legislativo 11, de 07 de julho de 1960. Por fim, a Convenção é sancionada pelo presidente da República através do Decreto 50.215, de 28 de janeiro de 1961.

²⁵³ O artigo 17, por sua vez, trata do direito a exercício de profissões remuneradas. A suspensão das reservas aos artigos 15 e 17 da Convenção de 1951 apenas ocorre em 03 de dezembro de 1990, através do Decreto 99.757.

²⁵⁴ O instrumento foi recepcionado pelo ordenamento jurídico brasileiro, em 30 de novembro de 1971, com a edição do Decreto-Legislativo 93, e promulgado por meio do Decreto 70.946, de 07 de agosto de 1972.

Mundial prevaleciam os projetos *ad hoc* de reassentamento. Ademais, não lhes era concedido o *status* de refugiado, sendo normalmente aplicada a legislação para estrangeiros existente à época. Também a iniciativa de abertura de uma Representação do ACNUR no país, nos idos de 1954, cujo desejo era manifestado pela própria agência da ONU, sofreu com a reticência do governo brasileiro, não vigorando.²⁵⁵ Foi a crise inaugurada pelo intenso fluxo de exilados do Cone Sul ao território nacional a desafiar os paradigmas estabelecidos e a impor a ação efetiva do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no país.

É difícil precisar o início efetivo da missão do ACNUR no Brasil. Como já posto, a ditadura na Argentina determinou a vinda de um número considerável de perseguidos ao país em momentos anteriores ao desfecho do golpe, abrindo precedentes a uma movimentação que se intensificaria sobremaneira ao longo de todo o ano e conformando uma situação alarmante em fins de 1976. Durante este primeiro momento, assume importância capital o amparo dado ao grupo pelas entidades católicas, sobretudo àquelas ligadas às Arquidioceses do Rio de Janeiro e de São Paulo, para onde se dirigiam o maior número de refugiados. A Igreja desempenhou um papel fundamental para o estabelecimento do ACNUR no Brasil ao mobilizar os principais atores capazes de lograr essa conquista, dentre os quais merece destaque a Comissão Brasileira Justiça e Paz. Foi esta entidade que, após reunião do seu Conselho, em 14 de outubro de 1976, ao tratar do assunto teria proposto à CNBB que formalizasse o pedido ao ACNUR de presença efetiva no Brasil.²⁵⁶

Antes disso, contudo, buscando os primeiros contatos com a ONU e a assistência imediata àqueles que já se encontravam no país, as questões concernentes aos refugiados foram apresentadas ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que possuía o já mencionado escritório na capital carioca e representava o meio privilegiado para o entendimento da matéria e busca por soluções, ainda que paliativas. Assim foi: a diretora do órgão, D. Celina Magalhães passou a manter diálogos com o escritório do ACNUR, em Buenos Aires, que por sua vez iniciou o atendimento desses refugiados, conformando a situação descrita por Ramirez Boettner ao embaixador Azambuja, em

²⁵⁵ ANDRADE, José Henrique Fischel de, *op. cit.*, 2017, p. 42-52.

²⁵⁶ ALMEIDA, Candido Antonio José Francisco Mendes; BANDEIRA, Marina. *Comissão Brasileira Justiça e Paz (1969-1995): Empenho e Memória*. Rio de Janeiro: Educam, 1996, p. 115. Uma análise mais detalhada sobre os eventos por trás desta decisão serão analisados no último capítulo desta dissertação.

Brasília. Além disso, coube a D. Celina a busca constante por apoio do representante da ONU na capital federal ao problema que se colocava.²⁵⁷

Esses fatos nos autorizam a considerar uma fase preparatória para a instalação do ACNUR no Brasil, onde já eram feitas gestões com vistas a proteger os refugiados que tivessem chegado ao país e que teria se estendido dos primeiros contatos estabelecidos com o PNUD pela CJP-BR, até a abertura de um escritório *ad hoc* na cidade do Rio de Janeiro, em 1977, encarregado do reassentamento dos refugiados perseguidos pelas ditaduras na região e, normalmente, considerado o marco inaugural de sua missão no Brasil.

A abertura do escritório é creditada a um acordo verbal e informal entre o órgão da ONU e o governo brasileiro. Tais características constituem os principais entraves à definição precisa do início dos trabalhos *in loco*, mas também revelam a oficiosidade da matéria que estava sendo tratada. Os termos deste acordo podem ser apreendidos pelos pronunciamentos e conclusões deliberadas em encontro que reuniu o Diretor da Divisão de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Gilbert Jaeger, e demais funcionários do ACNUR em Buenos Aires – Robert Mueller e Guy Noel Prim – com os integrantes do governo Luiz Clovis Anconi, chefe da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, do Departamento de Polícia Federal, e Paulo Emílio Queirós Barcelos, diretor-geral do Departamento de Justiça Federal.²⁵⁸

As ponderações feitas pelo Alto Comissariado expressavam o desejo de revisão pelo governo da opção pela reserva geográfica prevista para a Convenção de 1951 e para o Protocolo de 1967, além do exame sobre a possibilidade de permitir a permanência no país aos refugiados que manifestassem esse interesse. A reconsideração da reserva geográfica foi prontamente rejeitada pelo lado brasileiro, que reiterou as bases puramente humanitárias de sua colaboração no tratamento da questão, já que não há “compromisso jurídico que o obrigue a reconhecer a proteção concedida pelo ACNUR”. A permanência em território nacional não foi vetada, mas se esclareceu sobre a necessidade de ser orientada pelo processo previsto na legislação brasileira sobre estrangeiros. As alternativas elencadas àqueles que assim desejassem proceder previam a solicitação da

²⁵⁷ Idem, p. 115.

²⁵⁸ As informações extraídas da reunião foram compiladas em documento intitulado “INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA”. A data do encontro não é precisa, mencionando-se os dias “20 e 21 do corrente”, sem indicar o ano. Contudo, os documentos correlatos permitem supor que se trate do mês de junho ou julho de 1977. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0897, folhas 7-16.

transformação do visto de turista em visto permanente ou requisição formal da concessão de asilo político. Para todos os casos, explicitava-se a autoridade do Estado brasileiro para decidir conforme lhe conviesse.

Ademais, os representantes do governo deixavam clara a reticência quanto ao processo de concessão de refúgio aos exilados sul-americanos, adotando uma posição esquivada que evidenciava a discordância ante a ideia de perseguição de pessoas pelos regimes vizinhos e ideologicamente conexos. No texto do documento lia-se: “não interessa ao Brasil participar do processo de seleção dos ‘refugiados’ ou agir de qualquer forma que constitua uma aceitação de fato dos processos e critérios adotados pelo ACNUR”. O critério fundamental previsto pela Convenção de 1951, principal instrumento normativo da condição de refugiado, é, justamente a perseguição. Validar tal processo implicaria reconhecer a ação repressiva dos governos com que se mantinha estreita relação e afinidade ideológica, reforçando o supramencionado contrassenso entre os fluxos de estrangeiros que adentravam o país motivados pela violência nos países de origem e o de nacionais que deixavam o território pela mesma razão. Dentro deste espectro, acordou-se com o Alto Comissariado “que seria conveniente evitar qualquer publicidade sobre o assunto e que os representantes do ACNUR deveriam abster-se de contatos imprudentes e indesejáveis.”

Apesar de não desejarem participar do processo de concessão, apontou-se a necessidade de conhecimento das “razões pelas quais o ACNUR recusa em certos casos o pedido de proteção, especialmente quando essa recusa se prende à identificação de antecedentes de criminalidade ou militância terrorista”. A esse pedido, o órgão concordou em assim proceder apenas quando a permanência do “rejeitado” em território nacional configurasse um “risco óbvio à segurança interna”. Contudo, reservou-se o direito de decidir sob os critérios que determinariam essa condição.

Para os que estão no Brasil sob proteção do órgão, reforçou-se a conveniência de se acelerar a saída através, sobretudo, da ampliação da rede de países em que o ACNUR buscava o reassentamento e do aceleramento dos trâmites para sua concretização. Não obstante, para aqueles cuja presença no país se tornasse indesejável, segundo o governo brasileiro, ficava prevista a remoção em um prazo encurtado.

Outras resoluções da reunião estabeleceram o fornecimento pelo ACNUR ao governo brasileiro de informações mais detalhadas sobre cada refugiado, seguindo o

modelo de uma ficha elaborada pelo Ministério da Justiça²⁵⁹, e que o aumento do fluxo de refugiados ao Brasil ou o desequilíbrio entre as entradas e saídas justificariam uma nova reunião para dispor sobre a temática, e buscar novas medidas e soluções ao quadro instalado.

Uma das últimas considerações feitas na reunião determina ter ficado claro “que as atuais condições de segurança dos Escritórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Brasília e no Rio de Janeiro, são satisfatórias”. Esta observação faz referência a uma importante condição imposta pelo governo para que a presença do ACNUR no Brasil pudesse prosperar: a agência da ONU atuaria de maneira extraoficial, ou seja, sua presença não seria reconhecida oficialmente pelas autoridades brasileiras, sendo apenas tolerada pela conveniência de seu trabalho na retirada do país de pessoas não desejáveis. Desta forma, o ACNUR se instalou nas dependências do escritório do PNUD, no Rio de Janeiro – mais precisamente na Avenida Rui Barbosa, no Flamengo –, valendo-se da infraestrutura oferecida e trabalhando sob a cobertura de seu nome. Uma das justificativas para a semiclandestinidade imposta ao órgão reside no grande receio de que o reconhecimento da presença do ACNUR fosse um elemento de atração, fomentando a entrada massiva de refugiados em território nacional.²⁶⁰ Com o objetivo maior de cumprir com sua missão, tal exigência foi atendida.

Muito em função deste temor, havia a recomendação supramencionada de se evitar qualquer publicidade a respeito do tema. Não raro essa orientação gerava confusão e discursos conflituosos. Em uma matéria do *Jornal do Brasil*, de 23 de maio de 1977 e intitulada “Funcionários da ONU se contradizem no Rio” a responsável pelo PNUD no Rio de Janeiro, Celina Magalhães, empenhou-se em negar a informação de que o escritório na capital carioca tratasse de questões concernentes à temática do refúgio, atribuindo qualquer comunicado contrário a um engano. Em suas palavras: “O escritório do Programa, aqui no Rio, funciona apenas como setor de ligação com a sede do

²⁵⁹ O modelo apresentado pelo Ministério da Justiça previa informações de identificação (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, sexo, estado civil e profissão); local, data e condição em que entrou no Brasil (se como turista ou clandestinamente); informações contidas no documento utilizado para ingresso no país; e o endereço no Brasil. Requeria, também, as informações de identificação falsa – para aqueles que assim tinham procedido – fornecidas quando da entrada em território nacional. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0054, folha 72. Apesar da mencionada elaboração da ficha pelo MJ, sua autoria é atribuída, em outros documentos, ao chefe da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Luiz Clovis Anconi.

²⁶⁰ Entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

Programa, em Brasília. É um programa de assistência técnica e não trata de assuntos de refugiados políticos”.²⁶¹

Inicialmente, o trabalho do representante do ACNUR no Brasil, Guy Noel Prim, esteve limitado a um prazo de três meses, onde se esperava conseguisse acelerar os trâmites de partida das pessoas reconhecidas como refugiadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas. Este prazo, entretanto, foi prorrogado pela constante e crescente demanda de trabalho, determinando inclusive a integração à equipe de outras duas funcionárias – Armenia Nercessian de Oliveira e Naila El Shishiny – quando da decisão de uma estadia efetiva.

Todo o trabalho se pautou pela necessidade de reassentamento dos refugiados no mais breve período. Em linhas gerais, o procedimento adotado seguia o seguinte protocolo: entrevistas com os pleiteantes e produção de dossiê sobre cada caso narrado, e encaminhamento à Genebra, onde se deliberava pelo acolhimento ou rejeição do pedido; comunicação da decisão pelo PNUD-Brasília ao Ministério das Relações Exteriores, dando início à correspondência triangular ora mencionada; encaminhamento ao Departamento de Justiça Federal da ficha com os dados básicos de cada refugiado; após os processos movidos juntos aos consulados e embaixadas na busca por um país que aceitasse receber as pessoas com o *status* reconhecido, a comunicação de aceite era sucedida pela notificação do Departamento de Justiça Federal que deveria encaminhar à Polícia Marítima, Aérea de Fronteira o pedido de concessão do visto de saída a constar no documento (*laissez-passer*) emitido pelo consulado do país de destino em favor do refugiado em questão; por fim, era retomada a comunicação triangular (PNUD-Brasília – MRE – MJ), informando sobre a data de partida e o destino final do refugiado.²⁶²

Um acontecimento, em 1977, alteraria, contudo, parte do procedimento interno adotado pelo ACNUR. Casos considerados urgentes não seriam mais submetidos à Genebra para a consideração sobre a concessão do *status* de refugiado. A decisão sobre estes ficaria a cargo do próprio representante da agência no Brasil. Esta mudança decorre da vulnerabilidade a que estavam condicionados os estrangeiros no país, mais especificamente diz respeito à violência sofrida pela família Ricci.²⁶³ Miguel e sua esposa Maria Elisa chegaram a São Paulo no início de março daquele ano, fugidos da perseguição

²⁶¹ *Jornal do Brasil*, edição de 23 de maio de 1977, p. 04.

²⁶² Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0054, folhas 22-23.

²⁶³ “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Estudo sobre os instrumentos legais internacionais, aplicações e consequências”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003525201429, p. 22-23 e 29-30.

que viviam na Argentina, país de origem de ambos. No dia 10 de junho, o casal foi levado ao DOPS da capital paulista, onde foram detidos e Miguel torturado. Maria Elisa foi liberada no dia 07 de julho e Miguel no dia seguinte. No mesmo dia 07 de julho, foi concedido o *status* de refugiados ao casal – com comunicação expressa ao governo –, que deixou o país, em 26 de julho, com destino à Suécia.²⁶⁴

A prisão de Carlos Alfredo Claret também mobilizou o ACNUR. Claret havia chegado ao Brasil em 17 de outubro de 1976, igualmente motivado pelo medo crescente dos sequestros e assassinatos que sabia ocorrer, inclusive em seu ambiente de trabalho, a Faculdade de Rio Cuarto, na Argentina. Estabeleceu-se no sul do país com esposa e seus dois filhos. Com o intuito de permanecer no Brasil, buscou emprego, conseguindo-o em uma fábrica de equipamentos agrícolas, na cidade de Passo Fundo/RS, sem, contudo, lograr a regularização de sua situação trabalhista, motivo pelo qual, foi denunciado e detido, em 12 setembro de 1978.²⁶⁵ De acordo com o Informe nº 138 da Agência de Porto Alegre do SNI e datado de 03 de outubro de 1978, “A ação da DPF deu-se em função da Portaria nº 444/77 do Ministério da Justiça, decretando a prisão administrativa do epigrafiado, para fins de deportação.”²⁶⁶ Tendo tomado conhecimento do ocorrido, Guy Noel Prim, representando do ACNUR no Brasil, compareceu à Superintendência do Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Sul para analisar a possibilidade de reconhecê-lo como refugiado, o que se concretizou no dia 02 de outubro. No dia 12 daquele mês, Carlos Alfredo Claret e sua família deixaram o Brasil com destino à Suécia.²⁶⁷

Em sua passagem pelo SR/DPF, Guy Prim teria declarado: “os olhos do mundo estão voltados para o BRASIL, com o objetivo de ver se há erros no que se refere a direitos humanos e se efetivamente as palavras do Presidente GEISEL com relação a abertura política serão confirmadas”.²⁶⁸

Não há indícios de que Miguel e Maria Elisa Ricci tivessem procurado o ACNUR com o intuito de dar entrada no processo de concessão de refúgio antes da detenção de ambos, em junho de 1977. Esta hipótese é quase certa para Carlos Alfredo Claret, já que

²⁶⁴ “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Casos concretos”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 11; Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0897, p. 279-180, 347.

²⁶⁵ “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Casos concretos”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 17 e 18.

²⁶⁶ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002802, folha 02.

²⁶⁷ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0058, folhas 51-52, 86.

²⁶⁸ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002802, folha 04.

era claro o objetivo de se estabelecer no país, não havendo o interesse em solicitar o *status* de refugiado e ser reassentado em outro país. Entretanto, é impossível não considerar a atuação do Alto Comissariado como determinante para que se evitassem, em ambos os casos, situações envolvendo a tortura nas prisões e a deportação ao país de origem.

Neste sentido, é válido dizer que o não reconhecimento dos perseguidos das ditaduras vizinhas como refugiados, sustentado pela manutenção da reserva geográfica, eximia o Estado brasileiro de qualquer responsabilidade com relação a estes indivíduos. Enquanto refugiados “sob mandato” do ACNUR – única condição possível –, era o Alto Comissariado o verdadeiro encarregado de garantir a segurança daqueles assim considerados. A agência da ONU valeu-se bem desta prerrogativa no propósito de salvar os perseguidos políticos, mesmo quando não houvessem requisitado a proteção do órgão.

Os casos Ricci e Claret não constituem episódios isolados. Apesar dos esforços do Alto Comissariado e das organizações católicas envolvidas no processo de atendimento aos refugiados assim reconhecidos em assisti-los e protege-los, há registros de ação ostensiva destinada ao grupo e de violência por parte dos órgãos da repressão. Estes evidenciam a precariedade da segurança que possuíam no território brasileiro e sugestionam sobre a declaração de Guy Prim ao refutar um comprometimento real com o reestabelecimento do estado democrático de direito, ainda que a longo prazo, pelo governo Geisel. Outros exemplos em que mesmo a proteção do ACNUR foi violada serão apresentados na última seção deste capítulo.

A condição de turista, através da qual ingressavam os refugiados em território nacional, era regida pelo Decreto-Lei 941, de 13 de outubro de 1969, e pelo Decreto 66.689, de 11 de julho de 1970 (Estatuto do Estrangeiro), que o regulamentava. De acordo com o Título X – “Dos direitos e deveres do estrangeiro” – deste último, o estrangeiro que residisse em território nacional possuía todos os direitos concedidos aos brasileiros, previstos pela Constituição Federal e demais leis (art. 142). Contudo, a ele ficava vedado, qualquer que fosse sua situação no país, o exercício de todo tipo de atividade de natureza política e o envolvimento, direto ou indireto, nos “negócios públicos do país” (art.146). Preocupações deste tipo são também observadas pela série de restrições previstas pelo artigo 145, entre elas: “ser proprietário de empresa jornalísticas, políticas ou simplesmente noticiosas, e de empresas de televisão e de radiodifusão, ou acionistas de sociedade anônima proprietária dessas empresas” (inciso II); “ser responsável ou orientador intelectual ou administrativo das empresas mencionadas no item anterior”

(inciso III); e “participar da administração ou representação de sindicatos ou associações sindicais” (inciso VIII).

Para o caso daqueles que decidiram permanecer no Brasil, abdicando, então, da possibilidade de refúgio em outro país, todas essas proibições implicaram na neutralização do “ser político” que lhes conferia identidade. Projetos e militância precisaram ser revistos e reestruturados.

O prazo de estada previsto para os turistas ingressos em território nacional era de 90 dias iniciais que poderiam ser prorrogados por mais 90 dias. O tempo de permanência dos refugiados sob condição de turista no Brasil foi alvo de constante discussão entre as autoridades brasileiras, que, como vimos, desejavam a saída no período mais breve possível.

Em 1980, através de “Aide-Mémoire” datado de 15 de abril, o então chefe da missão do ACNUR no Brasil, François Fouinat, entre outras proposições, manifestava a conveniência de se abrir um escritório da agência da ONU para refugiados no Brasil, vinculado diretamente à sede do organismo em Genebra, ou seja, não mais sob tutela do PNUD. Inicialmente, esclarecia sobre a expectativa de provisoriedade que permeou o acordo que marcou o início da missão no Brasil:

Essa ação foi lançada sobre uma base de urgência, informal, e, portanto, necessariamente precária, na esperança de que o afluxo de refugiados latino-americanos ao Brasil fosse um fenômeno passageiro. Passados quase três anos, é forçoso reconhecer que o que seria excepcional tende a tornar-se regular e que o Brasil constitui uma via de saída natural para as pessoas que se estimam vítimas de perseguições nos países vizinhos. O ACNUR acredita não haver elementos que permitam supor que esse afluxo venha a se interromper num futuro previsível.

Assim, completava:

O ACNUR, mesmo reconhecendo a validade de um acordo de trabalho que permitiu solucionar de forma relativamente satisfatória uma situação delicada, estima que o prosseguimento do afluxo de refugiados latino-americanos ao Brasil coloca em pauta a necessidade de uma modificação no modus operandi em vigor até o momento. Desta forma: O status e a estrutura atual do ACNUR no Brasil, se puderam constituir uma resposta imediata a um problema urgente, não foram adaptados para dar continuidade a uma ação em condições satisfatórias. [...] ²⁶⁹

²⁶⁹ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85051360, folhas 8-9.

Segundo Armenia, embora ainda prevalecesse a extra oficialidade e a cobertura pelo PNUD, já em 1980 o ACNUR conseguiu uma sede própria, localizada na Rua Martins Ferreira, em Botafogo.²⁷⁰ Menção a tal acontecimento, não aparece nos documentos do governo. Em documento com origem no Centro de Informação do Exército, datado 30 de junho de 1982, com difusão à Agência Central do SNI e tratando justamente da oficialização do escritório do ACNUR no Brasil, reafirmava-se que:

O Escritório, que é dependente do Escritório de Buenos Aires, poderia, nas condições propostas, ocupar dependências e ter domicílio próprios no Brasil, já que, até o momento, está instalado no Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). [...] O Escritório Central do PNUD (em Brasília) está na SCN Quadra 02 bl.B - tel.224-6060 - e o Escritório Regional no Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, na Avenida Ruy Barbosa, nº 910, 29 andar.²⁷¹

Apenas em 1982, o governo brasileiro decidiu favoravelmente à instalação do escritório do ACNUR com submissão ao Escritório Regional, em Buenos Aires, reconhecendo de modo oficial a presença do órgão da ONU para refugiados no país.²⁷²

3.3 O refúgio na agenda do regime militar

A intensificação do fluxo de refugiados a cruzar as fronteiras nacionais, percebida para fins de 1976, ocorre em um momento particular do regime militar brasileiro, pois encontrou a abertura política anunciada pelo presidente-general Ernesto Geisel quando assumiu a presidência do país, em 15 de março de 1974. Contudo, a “política de distensão” de Geisel não se desenvolveria sem contradições. Apesar de permitir vislumbrar, ao longe, o retorno à democracia, os meandros eram marcados pela incerteza, por avanços e retrocessos.²⁷³

²⁷⁰ Entrevista com Armenia Necessian de Oliveira, 19 de novembro de 2019, Rio de Janeiro Brasil.

²⁷¹ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85051360, folhas 3-4

²⁷² De acordo com a Informação 367, de 1982, da DSI/MRE, data precisamente de 20 de julho de 1982 a comunicação pela delegação permanente do Brasil em Genebra ao Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Poul Hartling, da decisão do governo brasileiro. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85051360, folhas 6-7, 11-12.

²⁷³ Apesar de pretender a recondução à democracia através de um processo “lento, gradual e seguro”, a abertura anunciada não se desenvolveu a partir de um projeto claro e bem definido. Pelo contrário. Conforme esclarece Francisco Carlos Teixeira da Silva, os objetivos e prazos estabelecidos pelo poder jamais foram levados a público. Recorrendo à fala do próprio Geisel, o historiador diz que este “afirmaria que ‘[...] não havia projeto algum [...]’, apenas a consciência da necessidade de mudança e de que ao mesmo tempo não se poderiam contrariar fortes interesses existentes no interior da corporação [...]”. SILVA,

Nesse sentido, a transição, em sua primeira fase, se caracterizou, por um lado, pela euforia de um fortalecido e crescente movimento de oposição interna e externa. Dentro do país, encabeçavam-no o MDB, no campo político, órgãos da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que liderou a luta pela defesa dos direitos humanos. No exterior, ganhavam força e eco as vozes dos exilados brasileiros que promoviam campanhas de denúncias contra a ditadura e a sistematização da tortura que patrocinava, fazendo da violência política de Estado.²⁷⁴

Por outro, era ainda forte o sentimento de insegurança, legitimado por um sistema repressivo que não deixou de existir²⁷⁵ e produzir vítimas.²⁷⁶ Durante seu mandato uma série de atentados e arbitrariedades assinalavam os limites da abertura pretendida. Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nas dependências do DOI-CODI, no quartel-general do II Exército, em São Paulo; em janeiro de 1976, outro assassinato, também nas instalações do DOI-CODI de São Paulo, tirou a vida do operário Manoel Fiel Filho. Para o ano de 1976, computam-se ainda dois atentados a bomba nas sedes da OAB e da ABI, em agosto, e a invasão ao comitê central do PCdoB, no bairro da Lapa, em São Paulo, que terminou com a execução de lideranças do partido. O episódio, que ficou conhecido como “Massacre da Lapa”, era mais um passo na repressão travada contra os partidos de esquerda.²⁷⁷

Neste cenário, a chegada de um número expressivo de refugiados das ditaduras vizinhas alarmou as autoridades brasileiras e impôs a discussão do tema à esfera do governo. Logo se organizou um “Grupo de Trabalho informal” que tinha por objetivo

Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 264.

²⁷⁴ Cf. ROLLEMBERG, Denise, *op. cit.*

²⁷⁵ “para dar prosseguimento ao seu projeto de abertura Geisel deveria exercer um controle maior sobre a comunidade de informações, devendo afastar os seus líderes públicos para conseguir o respaldo popular e ao mesmo tempo manter o aparato repressivo atuante para conter a oposição. Porém, mesmo buscando cercar o poder da *linha dura*, Geisel não abriu mão dos mecanismos de controle criados por ela, dentre os quais podemos destacar o AI-5, extinto apenas em 01 de janeiro de 1979, e a Lei de Segurança Nacional.” QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, p. 49.

²⁷⁶ Dados da Anistia Internacional informam que, durante o período 1975-1976, mais de 2 mil pessoas foram presas, além de ter recebido inúmeras denúncias fundamentadas com provas da prática de tortura no país. The Amnesty International Report 1975-1976 “Brazil”, p. 90-92, *apud*, ALVES, Maria Helena Moreira, *op. cit.*, p. 246.

²⁷⁷ Daniel Aarão comenta a perseguição aos remanescentes dos partidos de esquerda como o PCB, que, à exemplo do que aconteceria mais tarde com o PCdoB, também teve seu comitê central invadido e seus dirigentes presos, torturados e desaparecidos. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 108.

garantir a compreensão da situação em curso e a proposição de estratégias para lidar com o problema. O grupo era composto por representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça, do Serviço Nacional de Informação e de um observador da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Muitas das ideias propostas pelo Grupo nortearam o acordo com os representantes do Alto Comissariado da ONU que determinou os procedimentos a serem inicialmente adotados no enfrentamento da questão. Para o plano interno, propunha-se uma linha de ação que tentava equilibrar e articular o ideal de segurança nacional com as preocupações de cunho político, uma vez que era declarado o interesse em garantir a manutenção de uma imagem positiva do país, evitando, assim, a “repercussão política e jornalística, nacional e internacional desfavoráveis”.²⁷⁸

O cuidado com a imagem projetada, tanto interna como externamente, orientou a atitude brasileira desde a percepção dos fluxos iniciais ao país, como evidencia a passagem de umas das considerações feitas por representantes do Ministério das Relações Exteriores em reunião não limitada aos integrantes do Grupo informal, mas aberta aos Ministérios Militares, e à qual nos deteremos mais à frente. Segundo membros do MRE, era de se considerar “a possibilidade, grande, de fortes pressões, internas e externas, caso o Brasil não acedesse ao apelo do ACNUR, apesar de não estar, nosso Governo jungido a acolher tal apelo, vez que só nos obrigamos a receber refugiados europeus”.²⁷⁹ A mesma inquietação aparecia quando da menção a uma deportação sumária:

uma ação rigorosa de deportação sumária, além de levar a uma intensa exploração interna e internacional, poderia causar dispersão dos interessados e a que, no futuro, os que estivessem no Brasil evitassem contatos formais com as repartições das Nações Unidas no Brasil, mantendo-se em clandestinidade.²⁸⁰

Nesses termos, um informe sobre a situação de estrangeiros no Brasil sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, apesar de atentar ao fato de que “a tolerância e boa-vontade não são inesgotáveis e podem encontrar proximamente os seus limites” concluía que

a ação mais apta a resguardar a segurança interna e evitar a exploração política e publicitária do assunto seria aquela que permitisse a condução

²⁷⁸ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIOTT.0.MCP.AVU.0054, folha 20.

²⁷⁹ Idem, folha 11.

²⁸⁰ Idem, folha 20-21.

política e não apenas estritamente jurídica do tema, assentada em duas premissas maiores: a) a de exercer o máximo de pressão para a partida dos indivíduos em questão, e b) a de exercer o máximo de vigilância durante sua permanência no Brasil.²⁸¹

Uma consideração puramente jurídica do tema teria determinado um posicionamento fechado e intolerante pelo governo brasileiro quanto à autorização de entrada e permanência dos refugiados do Cone Sul, e a gestão junto a eles pelo ACNUR. Isso porque, como o Brasil mantinha a cláusula geográfica nos principais diplomas internacionais sobre a matéria, não tinha um compromisso com refugiados que não fossem de origem europeia.

A menção a esse ponto é recorrente na documentação analisada e aparece acompanhada da referência frequente às razões de ordem “estritamente política e humanitária” que orientavam a conduta brasileira. No mesmo informe evoca-se que “o fato de não haver sido tomada qualquer ação quanto às pessoas que já se encontram em situação irregular no País revela boa-vontade, compreensão e espírito humanitário do Governo brasileiro, que devem ser reconhecidos”.²⁸²

O cumprimento literal da legislação também condicionaria à deportação daqueles que excedessem o prazo limite de estadia em território nacional concedido aos turistas, ou seja, 90 dias prorrogáveis por igual período. O descumprimento desta prescrição foi observado pelos órgãos competentes, em especial o Departamento de Polícia Federal. Através do Ofício nº 0345, de 09 de novembro de 1977, o diretor-geral do referido departamento, Moacyr Coelho, explicitava a inquietude coletiva, chamando a atenção, entre outros pontos ao fato de que

1. O DPF vem descumprindo o Decreto-lei nº 941/69 e o seu Regulamento, Decreto nº 66 689/70 (Estatuto dos Estrangeiros), no que se refere à notificação, à autuação por excesso de prazo e à deportação a que estão sujeitos, em sua maior parte, os refugiados.
2. Não se dispõe de pessoal suficiente para manter vigilância sobre os refugiados, que, embora localizados somente no Rio de Janeiro e São Paulo, nem sempre têm os endereços conhecidos e podem, perfeitamente, estar transmitindo técnicas de guerrilha urbana a brasileiros.²⁸³

²⁸¹ Idem.

²⁸² Idem, folha 17-18.

²⁸³ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.1073, folha 02.

Até aquele momento, o Departamento de Polícia Federal disse ter conhecimento de que havia no Brasil 308 pessoas sob a condição de refugiados. Ao levar em conta as poucas saídas e crescentes entradas no país, o órgão alertava para a configuração de um cenário formado por “várias centenas de elementos de alta periculosidade, que poderão pôr em risco a segurança interna do país.”²⁸⁴

As dúvidas e as dificuldades em lidar com o grande número de estrangeiros que adentravam o país acabaram permitindo a ingerência de outros órgãos no assunto, cujas consternações e sugestões passaram a ser consideradas.²⁸⁵ Em 24 de agosto de 1977, ocorreu no Itamaraty uma reunião do Grupo informal que contou com a participação excepcional de representantes dos Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Os resultados do encontro podem ser apreendidos pelas proposições trazidas a posteriori pelos novos atores postos em diálogo. Através do seu exame é possível verificar dois posicionamentos distintos entre as autoridades brasileiras: um prezaria pela ação diplomática, mostrando-se preocupada em dar continuidade ao trabalho do ACNUR e em garantir a emissão de uma imagem favorável da governança brasileira sobre a questão dos refugiados, tanto interna quanto externamente; o outro privilegiava a segurança nacional, ameaçada com a chegada de estrangeiros, sobre os quais se dizia ter informações de envolvimento em atividades terroristas em seus países de origem.

A apreciação da matéria feita pelo Centro de Informação do Exército (CIE) é emblemática do desejo de uma postura mais rígida e de efetivo controle sobre os refugiados sob proteção do ACNUR:

No interesse da Segurança Interna e, tendo em vista que as medidas adotadas, ao contrário do desejável, só incentivaram o reconhecimento de “refugiados” pela ONU, tornando o BRASIL uma espécie de “ponte” para subversivos sulamericanos atingirem outros países, este Centro acredita na necessidade de serem adotadas algumas providências mais objetivas e rigorosas, que venham a dificultar e desestimular a ação do ACNUR.²⁸⁶

²⁸⁴ Idem, folha 2-3.

²⁸⁵ Através de um Pedido de Busca, datado de 09 de agosto de 1977, o Centro de Informação do Exército (CIE) requisitava à Agência Central do Serviço Nacional de Informação dados sobre a “Política adotada pelo Governo Federal para a concessão de vistos de saída a subversivos estrangeiros, reconhecidos como refugiados pela ONU”, pois afirmava saber que argentinos deixavam o país sob a proteção desta organização, sem, contudo, ter informações sobre o assunto em questão. Como forma de dirimir o desconforto trazido à tona, foi solicitado ao CIE que enviasse um representante à reunião no Ministério das Relações Exteriores para uma exposição do problema em voga. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0986.

²⁸⁶ Idem; folha 4.

Entre as medidas sugeridas pelo órgão estavam previstas: o “confinamento” em um único local, custeado pela ONU, e cujo endereço seria fornecido às autoridades competentes para assim ter assegurado o maior controle e fiscalização do grupo; a apresentação em até 24h ao Departamento de Polícia Federal para fichamento; a fixação de um prazo de 30 dias para a saída do país sob pena de deportação sumária; e o acompanhamento das atividades dos refugiados pelos Órgãos de Segurança, que cuidariam para que não ocorresse o abandono do local de confinamento, além de fiscalizar suas bagagens no momento de deixar o país. O CIE lembrava ainda a possibilidade do governo em se negar a receber os refugiados, passando a estar “em consonância com os aspectos jurídicos em vigor”, em alusão à obrigação assumida apenas com refugiados europeus. Nesse sentido seria estabelecido um prazo para suspensão das atividades do ACNUR no Brasil.²⁸⁷

O confronto entre os posicionamentos assinalados foi uma constante no trato da “situação-problema” que configurava a presença dos refugiados sul-americanos em território nacional. Em documento destinado ao consultor jurídico do Ministério da Justiça²⁸⁸, os representantes deste órgão no Grupo de Trabalho informal deixam transparecer as contradições que permeavam os debates sobre a questão e confrontavam um tratamento mais “permissivo” e otimista com relação ao trabalho desenvolvido pelo ACNUR no Brasil a outro mais austero. Este não raro criticava a atuação da agência das Nações Unidas no país, sobretudo, ao frisar a lentidão com que eram operados o reassentamento dos refugiados, a falta de controle sobre os mesmos, a unilateralidade de sua ação e leniência no processo de concessão do *status* de refugiado, e o descumprimento do acordo que previa o repasse de informações “caso a caso” pelo ACNUR aos órgãos brasileiros competentes. Sobre o ACNUR ainda recaía a suspeita de estar

emprestando uma prioridade mais alta à situação de ‘refugiados’ na Argentina, Chile, Uruguai e Peru, considerados mais críticas do que aquela que ocorre no Brasil, que estimam ser relativamente tranquila e não merecedora, portanto, de esforços da mesma intensidade.²⁸⁹

Em parte destinada às considerações sobre a matéria comentou-se que

²⁸⁷ Idem, folhas 4-5.

²⁸⁸ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0054, folhas 50-63.

²⁸⁹ Minuta de “Informação para o Senhor Presidente da República”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0054, folhas 44-45.

desde agosto transato, em reunião do Grupo informal, a qual estiveram presentes representantes do CIE, CISA e CENIMAR – afora as representações usuais do M.R.E. SNI, CSN e desta Secretaria de Estado – os órgãos de segurança trouxeram a colocação circunstâncias que serviram a demonstrar a precariedade das medidas hoje adotadas; fatos novos e importantes estariam a deixar clara a premência em se adotarem providências outras, mais eficazes.

Na reunião subsequente – a primeira descrita no item I desta Nota – o representante do SNI voltou a colocar os riscos graves a derivarem do nenhum controle exercido, hoje, sobre os “refugiados”, da falta de dados essenciais a identificação correta deles, etc.

A escolha das soluções destinadas a controlar lhes as ações e diminuir o possível perigo que elas, em certos casos, possam causar, é tarefa deveras árdua.

Ouvidas as colocações dos órgãos de segurança – lógicas, concretas e preocupantes – e, também, as ponderações das autoridades diplomáticas – seriamente preocupadas com a imagem externa do Brasil, cujo desgaste se refletiria, provavelmente, no campo interno – verifica-se que não só o poder de optar (este privativo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República), mas o de enumerar as opções plausíveis deva ser exercido por nossa alta esfera governamental.

Isto porque o contexto em que se inserem os “refugiados” é melindroso, dotado de alto potencial de risco; se não os controlamos, deixando-os permanecer a conta do ACNUR (como hoje), e a um deles ocorre incidente sério, não teremos sequer como explicar o fato, à míngua de elementos. Caso passemos a fiscalizá-los, cadastrá-los, exigir-lhes se apresentem quinzenalmente às autoridades brasileiras, aí então, porventura um deles seja envolvido em circunstância grave, estaremos talvez apontados como responsáveis.²⁹⁰

Os pontos levantados pelos órgãos de segurança e informação, e a constatação do aumento nas concessões do *status* de refugiado aos perseguidos das ditaduras vizinhas sem um correspondente número de reassentamentos abriram precedente para o reexame da situação, conforme estava previsto no acordo inicial que viabilizou a atuação do ACNUR no país.

Em minuta de informação preparada ao presidente da República sobre a matéria, medidas de “rigor máximo e caráter abrangente” se opunham à reavaliação das anteriormente empreendidas e adoção de outras mais eficazes. Recomendavam-se aquelas que “a baixo ou a nenhum custo político e aceitas as limitações operacionais, permitiram atender os interesses da segurança nacional”. Em suma, tratava-se de disposições que garantiam a continuidade do trabalho do ACNUR no país ainda que reiteradas as preocupações e alertas para a importância de serem efetivadas as saídas dos refugiados no menor prazo possível.²⁹¹

²⁹⁰ Idem, 61-62.

²⁹¹ Idem, folha 45-48.

O tratamento dispensado à problemática dos refugiados das ditaduras vizinhas refletia as contradições do governo Geisel, calcadas, principalmente, na divisão das Forças Armadas que opunham os adeptos do retorno aos quartéis e os que insistiam na permanência dos militares no poder, justificando-a pela continuidade da ação subversiva no país, a qual deveria ser combatida. Isso se torna patente pelas questões trazidas após a participação de representantes dos Ministérios Militares nas reuniões do Grupo de Trabalho encarregado do tema e das proposições por eles elencadas para seu enfrentamento. Ou seja, refletia as indefinições de um projeto de transição que oscilava entre uma posição firme e aferra ao seu caráter autoritário e repressivo, e um movimento de liberalização anunciado e que ensaiava cumprir.

Nesse sentido, o contexto em que as chegadas ao país ocorrem é fundamental para que se pense a abordagem adotada pelo governo. É exemplar a atenção dada ao aspecto político de que a matéria estava absorta, muito mais que aos “determinismos jurídicos” tantas vezes mencionados. A preocupação com a imagem transmitida, dentro e fora do país, cada vez mais posta em xeque com as denúncias, sobretudo no exterior através das campanhas dos exilados, mas também por órgãos internacionais, como a Anistia Internacional e a Comissão de Direitos Humanos da ONU²⁹², torna-se um ponto privilegiado nas tomadas de decisão. Objetivava-se preservar tal imagem o quanto fosse possível.

Dentro desta conjuntura, permeada de conflitos internos, não escapou ao ACNUR a situação delicada em que se encontrava o Itamaraty frente a esse contexto: consciente do múnus que lhe é inerente e que orientava para o cumprimento dos seus compromissos diplomáticos, mas balizado pelas determinações dos militares no poder. A comunicação interna da agência da ONU pra o tema comenta que “O Itamaraty tinha enfrentado obviamente um sério conflito interno com as forças de segurança”.²⁹³

Aliás, uma ação do Ministério das Relações Exteriores é indicativa tanto do seu conhecimento das operações de repressão contra estrangeiros, como do empenho em preservara a segurança dos mesmos e, conseqüentemente, evitar problemas diplomáticos com a ONU. Em janeiro de 1979, o Itamaraty solicitou com caráter de urgência ao ACNUR a retirada imediata de um grupo de refugiados do país “por questões de

²⁹² Cf. QUADRAT, Samantha Viz. A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

²⁹³ “Os Arquivos o ACNUR – A Cooperação entre os Regimes Militares do Cone Sul. Informe Preliminar”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003524201284, p. 19.

segurança”. O pedido explícito indica que o MRE possuía informações sobre operações clandestinas que poderiam resultar no sequestro e deportação de três argentinos – Eduardo Elisondro, Hugo Lambertucci e Hugo Pierro. A operação foi coordenada pela agência no Brasil, que organizou em apenas duas semanas a transferências dos rapazes e seus familiares para a Holanda e a Suécia.²⁹⁴

Num telegrama de 28 de março de 1979, Rolf Jenny, então representante do ACNUR no Brasil, comunicava que “O Itamaraty deixou muito claro que a preocupação era de que, se não houvesse uma solução rápida, a proteção a esses refugiados contra uma deportação a seu país de origem, a Argentina, não poderia ser mantida”.²⁹⁵ A presteza do ACNUR na resolução do caso havia sido reconhecida pelo Itamaraty, que agradeceu à agência da ONU, manifestando claramente o receio de repetição dos casos de Porto Alegre, quando quatro uruguaios foram deportados com a colaboração da polícia brasileira.²⁹⁶

“Os casos de Porto Alegre”, com menção à deportação de quatro uruguaios, era, certamente, uma referência ao sequestro de Lilian Celiberti, seus dois filhos e companheiro, Universindo Diaz. A ação foi compartilhada pela polícia brasileira e uruguaia, sendo os chefes de cada uma o delegado Pedro Carlos Seeling e o capitão do Exército Uruguaio, Yannone, respectivamente – no Uruguai assumiu responsabilidade no caso o capitão Eduardo Ferro. Tudo começou no dia 12 de novembro de 1978, quando Lilian foi detida na rodoviária da capital gaúcha e levada ao DOPS local. A partir daí, seguiu-se um roteiro que incluiu a volta ao apartamento e imediato retorno de mãe e filhos ao DOPS; a viagem em comitiva à fronteira do Uruguai que selou a separação de Lilian, seus filhos, Camilo e Francesca, e Universindo – as crianças foram entregues às autoridades locais e posteriormente aos avós, enquanto Universindo permaneceu todo o tempo detido e sofrendo com as torturas a ele infligidas; o retorno de Lilian a Porto Alegre; idas e vindas às instalações do DOPS; e, finalmente, o desenrolar de um plano por ela traçado em silêncio: ao voltar ao apartamento em que residia dizia colaborar com os militares na captura de outros militantes, no entanto, a “colaboração” serviria para atrair a atenção de seus amigos, o que de fato ocorreu. A suspeita de sequestro entre a comunidade exilada impeliu-os a procurar a imprensa e a convencê-la a uma averiguação

²⁹⁴ Idem, p. 18-19

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Casos concretos.” Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 27.

no local. Com a visita dos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batistas Scalco ao apartamento, no dia 17, as forças policiais envolvidas na trama foram forçadas a modificar seus planos. Em nova viagem, Lilian regressou ao Uruguai, precisamente à capital Montevideú, onde foi obrigada a assinar uma ata, previamente elaborada e datada de 25 de novembro, que dizia que ela e Univesindo haviam entrado clandestinamente no país e portando armas.²⁹⁷ Lilian foi condenada a cinco anos de prisão. As crianças foram criadas pelos avós maternos enquanto a mãe cumpria a pena.²⁹⁸

Lilian e Univesindo não eram refugiados sob mandato do ACNUR no Brasil.²⁹⁹ Entretanto, a proteção atribuída à agência da ONU nem sempre foi suficiente para dissuadir a ação ostensiva da polícia brasileira contra o grupo com tal *status* no país, conforme revela o caso de Miguel Omar Guagnini. “Diagramador gráfico”, conforme consta em sua ficha preenchida quando da solicitação do *status* de refugiado, Miguel chegou ao Brasil, em 07 de junho de 1977, fugido da violência na Argentina que já atingira seus dois irmãos. Veio acompanhado de sua esposa e de seus dois filhos. O reconhecimento como refugiado, extensivo a todos os membros da família, data de 04 de julho de 1978. Contudo, poucos dias depois, em 27 de julho, Miguel teria sua residência invadida por um grupo grande de pessoas, que portando armas levaram livros, jornais e cadernetas telefônicas. Foi intimado a comparecer no DOPS, em São Paulo, onde foi atendido pelo delegado Ubirajara e submetido a um interrogatório de horas, onde o questionaram, principalmente, sobre suas “atividades trotskistas no Brasil”. Apesar de não ter sido submetido a sevícias, o constante manejo de armamentos, com colocação e retirada da munição, a intimidação e ameaça de utilizar “outros métodos” e, principalmente, de deportação a Argentina revelam a tortura psicológica que lhe

²⁹⁷ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DRANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85050817, folhas 20-32.

²⁹⁸ <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Lilian-Celiberti-tres-decadas-depois/5/25009>. Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

²⁹⁹ Na verdade, Univesindo era sim um refugiado. Tendo se exilado inicialmente na Argentina, com o golpe militar no país, viu-se obrigado a partir. Asilou-se na Suécia onde lhe foi concedido o status de refugiado. Tendo recebido um passaporte expedido pela ONU, tinha a liberdade de viajar desde que não retornasse à Argentina ou ao Uruguai, o que estava previsto no próprio documento. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DRANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85050817, folha 24. Essas informações estão contidas na entrevista que concedeu juntamente com Lilian à Comissão de Representação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e a Entidades representativas dos Direitos Humanos, em 30 de novembro de 1983. Fragmentos desta entrevista foram utilizados para a reconstrução do episódio apresentado neste capítulo.

impuseram.³⁰⁰ Miguel Omar Guagnini e sua família deixaram o Brasil no dia 21 de agosto com destino ao México.³⁰¹

Apesar da anuência ante a presença do ACNUR no país, para os exilados e refugiados no Brasil a repressão dos anos Geisel deixava suas marcas, além de mostrar a eficiência e articulação das forças de inteligências das ditaduras do Cone Sul sob a égide da Operação Condor. Documentos do Centro de Informação do Exército (CIE), produzidos entre 1978 e 1979, informam sobre o monitoramento pela repressão brasileira de grupos de estrangeiros, de autoridades do ACNUR e de funcionários da rede Cáritas – entidade ligada à Igreja Católica e responsável pelo primeiro atendimento prestado aos refugiados sul-americanos, posteriormente encaminhados ao escritório do Alto Comissariado.³⁰²

A colaboração entre os regimes sustentou-se, também, no repasse de informações aos órgãos de espionagem e repressão das ditaduras vizinhas. Essas informações incluíam fotos de refugiados protegidos pelo ACNUR, tiradas nas ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Somavam-se a estas os retratos 5x7 dos vistos temporários para estrangeiros, fornecidos quando de seu cadastro na Polícia competente, mas que, por ocasião da obrigatoriedade de renovação a cada três meses, ficavam confiscadas em troca do novo documento – um procedimento burocrático que mesmo os refugiados sob proteção da ONU deveriam cumprir. Esse conjunto fotográfico era encaminhado aos órgãos de repressão na Argentina, cujos agentes utilizavam nas sessões de tortura no intuito de forçar os detentos a reconhecerem seus companheiros.

A descrição desta operacionalidade aparece nos depoimentos de dois argentinos que enquanto presos foram confrontados com essas fotos e instigados a colaborar com as forças de repressão na identificação das pessoas exibidas. Trata-se de Horácio Guillermo Cid de la Paz e Oscar Alfredo Gonzalez, que conseguem fugir juntos da prisão. Ambos chegam ao Brasil no dia 27 de fevereiro de 1979. De acordo com Horacio, por saber que informações suas poderiam ser repassadas à polícia argentina, optou, inicialmente, por não

³⁰⁰ “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Estudo sobre os instrumentos legais internacionais, aplicação e consequências”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003525201429, p.18; “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Casos concretos”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 20-21.

³⁰¹ BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0057, folhas 153-154; BR RJANRIO TT.0.MCO.AVU.0058, folha, 01.

³⁰² Os documentos em questão são dois dossiês – “Relatório nº8/78 – Palestra” e “Operação Gringo/Caco” – encontrados no sítio do tenente-coronel Paulo Malhães, ex-agente da repressão. *O Globo*, “Operação Gringo: documentos são maior prova de cooperação entre as inteligências latino-americanas”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/operacao-gringo-documentos-sao-maior-prova-de-cooperacao-entre-as-inteligencias-latino-americanas-14636215>. Acesso em 21 de junho de 2017.

recorrer ao ANCUR. Foi o conhecimento de que um dos oficiais que o manteve na prisão circulava pela região onde residia, em São Paulo, que determinou a solicitação do *status* de refugiado e o reassentamento em outro país. Prevalencia o medo do sequestro e do desaparecimento.³⁰³ Cid de la Paz e Oscar Alfredo Gonzalez deixaram o Brasil no dia 18 de abril, com destino à Holanda.³⁰⁴

A presença de agentes argentinos no Brasil é apontada também nas comunicações internas do ACNUR, como indica um telegrama datado de 14 de fevereiro de 1978: “A inteligência militar argentina está ativa no Brasil (...) Um nome que está sendo mencionado em particular é o de um oficial da Marinha, conhecido como El Gato e que esteve em novembro no Uruguai, e que foi visto no Brasil recentemente”. O mesmo comunicado reportava a presença no país de Silvina Labayru, ex- militante dos Montoneros e naquele momento integrante das forças repressivas da Junta Militar: “Ela agora responde à Marinha argentina. Ela foi vista no Brasil”.³⁰⁵ Podemos inferir sobre os resultados das operações aqui desencadeadas a partir de dados concretos: seis argentinos integram a lista de estrangeiros desaparecidos no país, em ações ocorridas no período de 1974-1980.³⁰⁶

Apesar do ambiente repressivo e da atmosfera de medo e insegurança próprios das movimentações entre as ditaduras – fosse na saída de um dos países analisados, na chegada, permanência ou partida do Brasil –, os caminhos trilhados por estrangeiros e nacionais pôde contar com algumas manifestações de apoio e solidariedade. Destaco aquelas empreendidas pela Igreja Católica, mencionada neste capítulo como peça fundamental para a presença e atuação do ACNUR no país, e que surge no período como canal privilegiado para a denúncia do regime militar, encabeçando a batalha pela defesa dos direitos humanos, sobretudo ao longo da década de 1970. No interesse por conhecer tais ações, seu alcance e impacto em um contexto autoritário, o próximo capítulo propõe uma análise sobre a instituição, seus matizes e contradições, enfocando os traços do seu relacionamento com a ditadura e engajamento na proteção integral do homem.

³⁰³ “Os Arquivos o ACNUR – A Cooperação entre os Regimes Militares do Cone Sul. Informe Preliminar”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003524201284, p. 12-13; “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Casos concretos”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 29-30.

³⁰⁴ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0059, folhas 223-224.

³⁰⁵ “Os Arquivos o ACNUR – A Cooperação entre os Regimes Militares do Cone Sul. Informe Preliminar”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003524201284, p. 10.

³⁰⁶ Enrique Ruggia (1974), Norberto Habegger (1978), Horácio Campiglia (1980), Jorge Adur (1980), Lorenzo Viñas (1980) e Mônica Bisstock (1980). Cf. QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, 2011, p. 180. Ver nota 23.

4 – A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Estudar a história da Igreja Católica no Brasil implica ter claro tratar-se de uma instituição essencialmente complexa e heterogênea.³⁰⁷ Essa consciência nos permite compreender as oscilações que marcam sua atuação ao longo dos anos, tanto no que concerne a aspectos puramente religiosos – sem que isso represente a transformação dos fundamentos teológicos próprios da sua doutrina – como no que tange às questões sociopolíticas do país e sua relação com o poder exercido pelo Estado. As mudanças por que passa a instituição em determinados momentos são sentidas de modo igualmente heterogêneo internamente, ou seja, atingem e se manifestam de modo diverso pelo clero, fato que explica as muitas tendências existentes dentro da hierarquia eclesiástica, desde as bases até a autoridade máxima no país na figura dos bispos.³⁰⁸

Estas tendências se exteriorizam nos grupos formados – jamais compreendidos unicamente pela divisão dupla que opõe conservadores e progressistas – e que trabalham pela imposição de suas opiniões e projetos. A vitória de um ou outro condiciona às feições principais imprimidas à coletividade, embora não seja capaz de suprimir discursos e posicionamentos dissonantes.

4.1 Igreja e ditadura: os primeiros anos

As análises prevalecentes das relações entre Igreja e Estado se caracterizam pela ênfase à oposição praticada pela instituição eclesiástica ao regime autoritário e repressivo imposto pelos militares durante o período em que vigorou a ditadura no Brasil. Essa memória foi sustentada por uma produção acadêmica que tendeu a enaltecer o posicionamento combativo e crítico da Igreja – tido muitas vezes como uniforme e constante – e a ignorar ou diminuir os matizes e as oscilações de conduta do clero brasileiro durante aqueles anos.³⁰⁹ Se durante a década de 1970 alguns de seus membros

³⁰⁷ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 9-10.

³⁰⁸ No primeiro capítulo de seu livro, Paulo César Gomes faz uma revisão bibliográfica, indicando as principais vertentes explicativas para as transformações operadas na Igreja Católica brasileira no século XX. Cf. GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

³⁰⁹ O destaque dado a Igreja progressistas pela literatura sobre o tema, durante as décadas de 1970 e 1980, é apontada por Kenneth P. Serbin e igualmente percebida por Paulo César Gomes, que diz que tal realidade apenas começa a se alterar “a partir do processo de restabelecimento do regime democrático, da crise que

assumem uma posição proeminente na denúncia às arbitrariedades do governo, passando a encabeçar a luta pelos direitos humanos e a campanha pela redemocratização, sobretudo a partir de 1974, no momento do golpe, outros, contudo, legitimaram a atuação dos militares, principalmente através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).³¹⁰

A CNBB, criada em 1952, é fruto do trabalho engajado de dom Hélder Câmara³¹¹, à época bispo auxiliar no Rio de Janeiro. Na análise de Márcio Moreira Alves, a Conferência foi concebida como forma de promover a necessária reestruturação – administrativa, política e ideológica – da instituição, ameaçada em um momento de crise.³¹² Entre suas atribuições, constavam: “estudar os problemas do interesse da Igreja, no Brasil em particular; apresentar as normas, aprovar e coordenar as medidas que facilitem e promovam a unidade de orientação e a necessária atualização da pastoral”.³¹³ Em termos práticos, assumiu o importante papel de porta-voz da hierarquia, além de facilitar a comunicação do episcopado e coordenar suas atividades.³¹⁴

Ao fundar a CNBB, dom Hélder se tornou secretário-geral da entidade, cargo que exerceu durante 12 anos. Sua compreensão progressista da fé, preocupação com a justiça social e compromisso com os mais pobres definiram as diretrizes da Conferência nos anos

eliminou o predomínio acadêmico do marxismo, da liberação do acesso a documentos sigilosos do Estado autoritário e, sobretudo, do movimento, ainda bastante incipiente, de crítica à construção de memórias heroizantes sobre o período.” GOMES, Paulo César, *op. cit.*, p. 21. Cf. SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 50-51.

³¹⁰ Sendo os bispos a autoridade máxima da Igreja a nível local, a CNBB representa, por consequência, a autoridade máxima da Igreja Católica no Brasil. Contudo, tal consciência não nos faculta a equipará-las já que o catolicismo se desenvolve em diversos níveis e regiões, permitindo identificar discursos e práticas heterogêneas e discordantes do proposto pela Conferência, que, de mesmo modo, apresenta-se dividida internamente em diversas vertentes, conforme veremos. Este entendimento orienta o nosso trabalho.

³¹¹ Hélder Pessoa Câmara nasceu em Fortaleza, no Ceará, em 1909. No início dos anos 1930, participou da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político de extrema-direita e inspirado no fascismo, chegando a ocupar a chefia do setor de educação da AIB no Ceará. Desvinculou-se do movimento até o final daquela década e sobre sua incursão pelo integralismo brasileiro declararia, anos mais tarde, ter sido “um erro de juventude”, explicando que “o aspecto social não era o forte de meus mestres (no seminário). Tanto assim que a nossa visão era a de que o mundo se dividiria entre direita e esquerda, entre capitalismo e comunismo. E nos sopravam, discretamente, que dos males, o menor. Pouco a pouco foi fácil ver que não era verdadeiro este embate”. Cf. “CÂMARA, Hélder”. In: ABREU, Alzira Alves de (et. al.) (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helder-pessoa-camara>. Acesso em 18 de abril de 2018. Conforme veremos, dom Hélder se tornou um expoente da luta por justiça social e pelos direitos humanos no Brasil, travando embates com o regime militar e sofrendo com a repressão de diversas formas.

³¹² ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 64.

³¹³ Artigo 1º dos estatutos da CNBB, em CNBB, *Plano Pastoral de Conjunto*, Rio de Janeiro, Livraria Dom Bosco, 1966, p. 19, *apud*, ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 66-67.

³¹⁴ Márcio Moreira Alves observa que “Desde a sua fundação, as cartas pastorais isoladas começaram a tornar-se raras e foram quase totalmente substituídas por declarações coletivas”. ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 67.

em que esteve à sua frente. Nas eleições de outubro de 1964, o secretariado-geral passou para dom José Gonçalves e a presidência para dom Agnelo Rossi, então arcebispo de São Paulo, ambos reconhecidos como conservadores. Dom Hélder deixava sua liderança, assumindo o cargo secundário de secretário da Ação Social. O conservadorismo de seus novos dirigentes imprimiu novas feições a CNBB que, em um período que se estende até 1968, volta-se para assuntos internos, relegando a um segundo plano as preocupações com a situação política do país e com a ação social, um posicionamento que casou bem com os interesses do recém-estabelecido regime militar, que chegara ao poder meses antes.³¹⁵

Às vésperas do golpe, vivia-se um momento de grande ebulição política no país. O Comício da Central, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, animava as camadas populares que bradavam as reformas anunciadas por João Goulart. Por outro lado, o evento alarmou setores conservadores da sociedade que se mobilizaram em passeata pela defesa dos tradicionais valores cristãos. Seis dias após o comício, a 19 de março, ocorria, em São Paulo, a primeira Macha da Família com Deus pela Liberdade. Políticos de direita, empresários e organizações de mulheres da classe média guiavam um contingente de, aproximadamente, 500 mil pessoas pelas ruas da capital do estado. Apesar da orientação contrária do arcebispo da cidade, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, muitos padres participaram do ato. A marcha se repetiu em outras cidades. Quando de sua ocorrência na capital carioca, a 02 de abril, o tom não era mais de protesto, mas de conquista e euforia, fato que permitiu a alcunha de “marcha da vitória”.³¹⁶

A instabilidade e a polarização política vividas nos momentos pré-golpe preocupava setores da Igreja. A ameaça comunista e a iminência de desordem social favoreceram a aliança da instituição com a oposição direitista e conservadora. Vitorioso o golpe, a CNBB deu seu apoio à intervenção e sancionou o regime militar. O documento elaborado pelo episcopado e publicado em 03 de junho de 1964 deixa claro esse posicionamento:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças

³¹⁵ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 104-105.

³¹⁶ “As direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, comemorou o sucesso do golpe e festejou a derrocada de Jango e das forças favoráveis às reformas e do projeto nacional-estatista popular.” REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 45-46.

Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. [...] Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontrava as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. [...] Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação.³¹⁷

Contudo, sua elaboração não ocorreu sem disputas entre os grupos que compunham o episcopado brasileiro, conforme nos permite saber o rascunho do texto confeccionado pela ala progressista, encontrado por Kenneth Serbin na Biblioteca do Instituto Nacional de Pastoral:

Sente-se a Igreja ameaçada em sua legítima liberdade e missão pelas violências contra ela praticadas em quase toda a extensão do território nacional. Com efeito, representantes do poder temporal arvoam-se o direito de julgar autoritariamente a doutrinação da Igreja, reservando-se a competência de decidir se o que ela ensina é o cristianismo ou o marxismo, proíbem a divulgação de documentos episcopais, apreendem livros editados sob sua responsabilidade, proíbem transmissões de seus programas, identificam a Ação Católica – colaboração oficial do laicato no apostolado hierárquico da Igreja – com ninhos de comunização, de envolta com outros inocentes – aos quais a Igreja não pode recusar conforto de sua solidariedade humana e cristã –, prendem líderes autenticamente católicos como agentes comunistas, encarceram ou impedem de exercer seu ministério sacerdotes que cumpriam sua missão sacerdotal por determinação de seus bispos, acusam os próprios bispos de subversivos ou comunistas, não poupam o Vaticano, acusado de dar carta de boa conduta a bispos para pregar a subversão no Brasil, forçam a transferência de sacerdotes e insinuam a transladação de bispos, invadem propriedades da Igreja e destroem instalações, envolvem a Igreja em suspeita generalizada e desprestigiam, perante o povo cristão, seus ministros [...].³¹⁸

A declaração nunca publicada refletia, sem dúvidas, as consternações causadas pela repressão desencadeada contra os militantes católicos e religiosos imediatamente após a instauração da ditadura. Não à toa, Márcio Moreira Alves³¹⁹ explica as primeiras

³¹⁷ “Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional”, em Souza Lima, *Evolução Política*, p. 147, *apud*, MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 102.

³¹⁸ CNBB, “Reunião extraordinária dos metropolitas”, CNBB/INP, doc. nº 4019, *apud*, SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 102-103.

³¹⁹ Márcio Moreira Alves foi um jornalista e político opositor do regime militar. Como enviado especial do *Correio da Manhã*, foi à Recife apurar a tortura imposta aos presos da capital pernambucana, já em 1964. O resultado das suas investigações viabilizou a escrita de artigos sobre o tema e do livro *Torturas e torturados*, em 1966, detalhando a prática, sistematizada em vários estados do país. Em 1968, como

manifestações dos bispos em prol dos direitos humanos como uma “reação de autodefesa” já que logo após o golpe seriam os militantes do Movimento de Educação de Base (MEB) e da Ação Católica – sobretudo aqueles ligados ao trabalho sindical no campo – os mais afetados pela repressão.³²⁰ Na interpretação de Serbin, caso tivesse sido levado a público “esse documento teria tido um impacto maior ainda do que as declarações episcopais dos anos 70, que criticavam duramente o regime mas não pediam a ruptura com o Estado”.³²¹

De qualquer forma, ainda que não divulgada literalmente, muitas das ideias presentes na declaração dos progressistas foram incorporadas ao documento oficial de junho de 1964. O resultado foi, para os estudiosos do período e da Igreja, a produção de um texto contraditório e que, apesar de se pretender representativo de um grupo coeso em seu posicionamento, era a consequência direta dos discursos dissonantes e conflituosos que o conformavam. Entre seus parágrafos, trechos que endossam a preocupação com os ataques – físicos e verbais – das forças repressivas contra o clero e os círculos católicos:

Não podemos concordar com a atitude de certos elementos, que têm promovido mesquinhas hostilidades contra a Igreja, na pessoa de bispos, sacerdotes, militantes leigos e fiéis. [...] Não aceitamos a acusação injuriosa de que bispos, sacerdotes ou fiéis ou organizações como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB) sejam comunistas ou comunizantes.³²²

Num primeiro momento, alguns bispos mantiveram uma posição de neutralidade e expectativa ante a nova ordem política. Um deles foi dom Hélder, quem nutria esperanças de que fossem possíveis conquistas sociais sob o governo dos militares. O bispo cearense teria dito a Castello Branco: “Não é preciso mais ter medo. Foi vencido o perigo comunista. [...] Agora temos que nos unir e partir para um desenvolvimento com justiça nesse nosso imenso país”.³²³ Contudo, a postura inicial do religioso de não enfrentamento direto seria insuficiente para desvanecer ressalvas e desencorajar suspeitas

deputado federal pelo MDB, discursou no Congresso Nacional, convocando a população ao boicote aos eventos comemorativos da Independência e conclamando às mulheres à não namorarem oficiais como forma de protesto contra a ditadura. Sua fala foi utilizada como pretexto para a decretação do Ato Institucional nº 5. Cassado, Márcio Moreira Alves se exilou na Europa. O livro *A Igreja e a política no Brasil* é fruto de sua tese de doutoramento à *Fondation Nationale des Sciences Politiques* de Paris, em 1973, sendo publicada ainda no exílio, em 1979, do qual retornou após a Lei da Anistia, de agosto do mesmo ano.

³²⁰ ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 184.

³²¹ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 103.

³²² Stepan, *Military in Politics*, p. 148, *apud*, MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 103-104.

³²³ CAVALHEIRA, Marcelo. “Fioretti” do Irmão Francisco. In: ROCHA, Zildo (Org.). *Hélder, o Dom: uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 37-45, p. 42, *apud*, SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 104.

precedentes a seu respeito entre os militares. Estas se reverteram em embates desde o começo do regime.³²⁴

Ademais, o desenvolvimento planejado pelos militares não se realizaria acompanhado dos avanços esperados. Pelo contrário. No norte do país, a Operação Amazonas, lançada por Castello Branco com vistas ao desenvolvimento da região, fundamentou-se no subsídio estatal à agroindústria, condicionando a formação de latifúndios a partir da expulsão dos camponeses que ali já se encontravam, mas que não possuíam o título de propriedade. Essa situação foi marcada por violentos conflitos entre os camponeses, os latifundiários e empresários da região, e as forças policiais do governo. Observada de perto pelos padres e agentes de pastoral, foi repassada aos bispos das dioceses locais.

O nordeste, parte mais pobre do país e onde a Igreja, desde a década de 1950, desenvolvia um consistente trabalho pela promoção humana e pela transformação das antigas estruturas, sofreu com a hostilidade e a coerção antes mesmo do golpe de 1964, quando lideranças envolvidos na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais foram presos, torturados, mortos e desaparecidos pela polícia ou por forças paramilitares. Com chegada dos militares e a intensificação da violência contra os movimentos populares, foi também a região que sofreu a mais dura repressão, a qual não tinha hora nem lugar para ocorrer.³²⁵ Ali as forças repressivas desmantelaram a mobilização social ao prender sindicalistas, camponeses, políticos e militantes de esquerda.

A CNBB, fechada em seu conservadorismo e burocratização, não se manifestou. De acordo com Scott Mainwaring:

Em contraste com os anos pré-golpe, a CNBB nada tinha a dizer sobre as condições sociais. Os documentos episcopais limitavam-se a formulações teóricas abstratas que não faziam nem mesmo referência aos eventos da época, quanto menos prescrever mudanças. Embora os

³²⁴ Segundo Scott Mainwaring: “Dom Hélder e o novo governo entraram em choque desde o início. Pouco depois de sua chegada ao Recife, seus documentos foram revistados – o início de reiteradas tentativas de molestá-lo e de intimidá-lo. Porém dom Hélder recusou-se a silenciar.” MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 116.

³²⁵ Um exemplo da violência desencadeada e dos absurdos cometidos contra a vida humana pode ser apreendido das circunstâncias em que ocorreu a prisão de Gregório Bezerra, ex-sargento do Exército, deputado federal pelo PCB, em 1946, camponês e uma liderança entre os trabalhadores rurais em Pernambuco: “Em 2 de abril de 1964, aos 64 anos, Gregório Bezerra foi preso e torturado, amarrado pelo pescoço a três cordas e arrastado pelas ruas do Recife, atado a um Jipe, ao mesmo tempo em que era espancado por soldados sob o comando do coronel Darci Villocq. Bezerra esteve preso por 23 anos, de 1964 a 1987.” COMISSÃO Nacional da Verdade. Violações de direitos humanos dos camponeses (texto 3) In: Comissão Nacional da Verdade: relatório. Volume II. Textos temáticos. Brasília: CNV, 2014, p. 116-117.

documentos criticassem o “capitalismo injusto e opressor”, os bispos nada diziam sobre o governo militar, sobre a repressão ou sobre o modelo econômico.³²⁶

Diante do imobilismo da Conferência Nacional, a luta por mudanças e as denúncias a respeito da realidade social e da violência escalonar, empregada contra aqueles que se levantavam contra o regime ou os seus interesses, passaram a ocorrer a nível local, através de algumas dioceses e das conferências regionais.

No norte, o acirramento dos confrontos que acabavam por subjugar os lavradores e grupos indígenas condicionou uma reavaliação da Igreja sobre seu papel. Os bispos da região se posicionaram contra o modelo desenvolvimentista adotado pelo governo, as injustiças praticadas contra a população local e a condição de vida a ela imposta, e, principalmente, condenaram a violência levada a cabo tanto pelo Estado como por forças particulares. Dom José Martiniano, bispo em Macapá, e dom Estevão Cardoso, de Marabá, foram expoentes na luta encetada pelo episcopado local, em fins da década de 1960. A partir de 1971, consagrado bispo, dom Pedro Casaldáliga, à frente da diocese de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, somaria seus esforços no combate à repressão e aos desmandos do regime e dos setores privados que agiam na localidade.

Dando continuidade à tradição reformista e sob a liderança de dom Hélder, a Igreja no Nordeste manteve o posicionamento firme contra as desigualdades sociais e o compromisso com a parcela mais empobrecida da sociedade. O bispo cearense, nomeado arcebispo de Olinda e Recife, em março de 1964, retornava ao nordeste transferido do Rio de Janeiro, onde era bispo-auxiliar de dom Jaime de Barros Câmara. A transferência teria sido uma bem arquitetada estratégia para silenciá-lo, contudo, “surtiu efeito contrário, pois libertou-o da dependência do cardeal conservador”.³²⁷ Já em 1966, através de um manifesto nacional os bispos declaravam:

Não pode haver desenvolvimento ou promoção onde não se coloca o homem em primeiro lugar. Onde se desrespeita a pessoa humana, onde não se tem as vistas voltadas para o bem comum, onde não se defende a igualdade essencial de todos os homens, não existe desenvolvimento nem cristianismo.³²⁸

³²⁶ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 104.

³²⁷ *Idem*, p. 116.

³²⁸ Centro de Pastoral Vergueiro, pt. 1, p. 33, *apud*, MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 118.

O documento foi confiscado e proibido de ser publicado pelos bispos. Dom Hélder foi acusado de comunismo e subversão, e ameaçado ser preso. Membros do episcopado, inclusive moderados e conservadores, saíram em sua defesa e condenaram os ataques ao clero progressista.

A Igreja, nas duas regiões, despontava no cenário nacional pelo ativismo de alguns de seus sacerdotes e bispos, assumindo protagonismo na defesa dos direitos humanos e na luta por justiça social. O ponto mais alto de suas ações e declarações chegaria no início da década de 1970, quando lançaram os dois documentos mais progressistas elaborados até então por um grupo de bispos: *A Marginalização de um Povo* e *Eu Ouvi o Clamor do Meu Povo*, no norte e nordeste, respectivamente.

Publicados no mesmo dia, a 06 de maio de 1973, os manifestos foram fruto de um trabalho articulado do episcopado local³²⁹, e traziam à tona duras críticas ao regime e ao seu sistema repressivo, e as consequências nefastas, principalmente para a população mais pobre, de um modelo econômico que acentuava as desigualdades sociais. Em *Eu Ouvi o Clamor do Meu Povo* lê-se:

a necessidade da repressão, para garantir o funcionamento e a segurança do sistema capitalista associado, manifesta-se cada vez mais imperiosa, revelando-se inexorável no cerceamento das instituições constitucionais dos legislativos, na despolitização dos sindicatos rurais e urbanos, no esvaziamento das lideranças estudantis; enfim no dispositivo da censura, nas medias de perseguição a operários, camponeses e intelectuais, nos vexames infligidos a padres e militantes das Igrejas cristãs, tudo isso assumindo as mais variadas formas de encarceramento, torturas, mutilações e assassinatos. [...] A classe dominada não tem outra saída para se libertar, senão através da longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção. Este é o fundamento principal de gigantesco projeto histórico para a transformação global da atual sociedade, numa sociedade nova, onde seja possível criar as condições objetivas para os oprimidos recuperarem a sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classes, conquistarem, por fim, a liberdade.³³⁰

O documento condenava a institucionalização da violência pelo Estado e acusava o capitalismo vigente como responsável pelas condições inumanas em que se encontrava

³²⁹ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 122.

³³⁰ “Eu ouvi os clamores do meu povo” (Documento dos Bispos do Nordeste, maio/1973) em SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga de. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil*: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 168-199, *apud*, AMARAL, Roniere Ribeiro do. *Milagre político: catolicismo da libertação*. 333 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 108. Ver nota 285.

a grande parcela da sociedade, condicionando a transformação social à sua supressão. Contudo, antes que a década de 1970 apresentasse terreno fértil para posições mais exacerbadas e contestatórias, gradativamente os discursos dos bispos do norte e do nordeste ecoaram em diversas partes do país incentivando novas denúncias, sobretudo a respeito da repressão de que lançava mão o Estado e que não distinguia entre suas vítimas.

Saindo em defesa do povo, de seus paroquianos e pares, nem mesmo a autoridade dos bispos era respeitada. Muitos foram assediados e submetidos à detenção e a interrogatórios. À frente de uma das dioceses mais atingidas pela repressão, dom Pedro Casaldáliga foi um alvo constante da polícia e do poder local. Em 1971, a Associação dos Empresários do Amazonas (AEAA) tentou, sem sucesso, impedir sua sagração episcopal, apelando ao núncio apostólico. Naquele mesmo ano, dom Pedro foi detido e interrogado. Em janeiro de 1972, precisou ir à Brasília prestar depoimento ao ministro da Justiça. Em junho, o bispo teve sua residência cercada por barricadas e foi posto em prisão domiciliar, sem direito a visitas.³³¹

É exemplar, também, a violência a que foi submetido dom Waldyr Calheiros, em novembro de 1967, quando o bispo de Volta Redonda teve sua residência invadida por forças policiais em busca de material subversivo. O episódio terminou na detenção do bispo no 1º Batalhão de Infantaria Blindada, na cidade de Barra Mansa, onde foi mantido incomunicável por várias horas. Dom Waldyr teria ido voluntariamente ao quartel em busca de notícias dos agentes de pastoral da diocese, presos na noite da invasão do bispado.³³²

As agressões físicas e morais infligidas aos círculos católicos e à hierarquia episcopal levaram à crescente solidariedade e mobilização da alta cúpula eclesiástica em favor dos seus, representando resultados contrários aos que pretendia o governo:

enquanto a repressão efetivamente silenciou as outras instituições e movimentos, no caso da Igreja ela provocou uma mudança dentro da instituição. Incontáveis atos de repressão contra a Igreja levaram a fortes defesas de sua própria autonomia e integridade institucional; até mesmo os bispos conservadores perceberam as tentativas de neutralizar o clero progressista como uma intrusão ilegítima. Os bispos conservadores podem ter discordado do tipo de trabalho pastoral que conduziu aos problemas com o Estado, mas resistiam à interferência no

³³¹ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 110-111.

³³² Para detalhes sobre o caso Cf. Texto 4 (Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs) do Volume II do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, p. 165.

trabalho da Igreja. Então, ironicamente, as tentativas para silenciar os progressistas fortaleceram a sua posição.³³³

A CNBB não mais podia fechar os olhos e se calar diante das graves – e cada vez mais frequentes – violações aos direitos humanos. A partir de 1968, quando novas eleições levaram dom Aloísio Lorscheider à posição de secretário-geral da Conferência, pode ser identificada a adoção de uma posição mais crítica, ainda que moderada, em relação ao regime. Em fevereiro de 1969, publicou um documento que, em resposta ao decreto do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, criticava-o por permitir violações aos direitos humanos, e ao governo militar por constituir uma ameaça à dignidade física e moral dos indivíduos. Não deixou, também, de comentar os problemas sociais derivados da política econômica adotada.³³⁴

4.2 “A voz dos que não tem voz”: Igreja, justiça social e direitos humanos

O preâmbulo do AI-5 informa que o presidente da República, após ouvir o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;
Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;
Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição;
Resolve editar o seguinte Ato Institucional [...].

Apesar da motivação salvacionista e do comprometimento com a ordem e a democracia, na prática, o novo instrumento jurídico significou o fechamento do regime e o recrudescimento da repressão. Os danos para a oposição e para os setores mais

³³³ Idem, p. 121-122.

³³⁴ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 130.

engajados da sociedade fazem-se sentir no número de vítimas do período, na prevalência do medo, e no silenciamento de parte da sociedade. Era o “golpe dentro do golpe”.

A chegada dos “anos de chumbo” trouxe o agravamento dos conflitos entre a Igreja e o Estado. O ano de 1969 foi decisivo para as duas hierarquias. Para o governo dos militares e as suas forças repressivas “é o ano do combate intenso aos movimentos de guerrilha urbana organizados à volta de Carlos Marighella e de Carlos Lamarca, combate que deu origem aos grandes centros de tortura da Operação Bandeirantes, em São Paulo, e do CODI, no Rio de Janeiro”.³³⁵ Para a hierarquia eclesiástica, o ano marcava a opção definitiva pela defesa dos direitos humanos. Uma matéria do jornal *O Globo*, de 22 de setembro de 1969, divulgava uma declaração da Comissão Central da CNBB, segundo a qual:

ninguém pode negar que o Brasil se encontra sob um regime de exceção, circunstancial e transitório. Compreendemos as causas da atual situação, mas consideramos indispensável que o país volte à normalidade jurídica, por intermédio de uma constituição capaz de satisfazer os verdadeiros interesses e aspirações nacionais. Esta exigência supõe, evidentemente, o funcionamento normal dos poderes legislativos e judiciário. Verificamos, com profunda tristeza, o alargamento dos conflitos ideológicos no seio da família brasileira. Lamentamos as posições extremistas e as suas diversas manifestações, tais como os movimentos terroristas da direita e da esquerda, as atividades clandestinas, as prisões, as torturas, os sequestros e, fruto trágico deste ambiente, a pena de morte.³³⁶

Ainda que ressalvada a transitoriedade do regime militar, condicionando-o a uma situação específica – provavelmente o necessário combate ao comunismo e à subversão –, é notória a mudança de tom da declaração, que clarifica o posicionamento da instituição ante questões como as restrições políticas, a violência – atribuída ao Estado e aos grupos de direita e esquerda – e a reintrodução da pena de morte na legislação brasileira naquele ano.

³³⁵ Márcio Moreira Alves prossegue: “Construíram-se então salas de tortura especiais de lavagem ao cérebro, equipadas com aparelhagem de som, de iluminação, de aquecimento e de ar refrigerado, complementares às salas de torturas físicas, onde imperam os aparelhos de choques elétricos, o ‘pau de arara’ e outras invenções destinadas a destruir os prisioneiros pela dor física. A partir do momento em que tais instalações passaram a existir, a tortura tornou-se uma decisão burocrática, orçamentária. Em vez de comprar tantos tanques ou construir tantos alojamentos com as verbas anuais das Forças Armadas, oficiais altamente graduados passaram a decidir, na calma das suas mesas de trabalho, a construção de salas de tortura. Pura e monstruosa rotina!”. ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 188.

³³⁶ *O Globo*, 22 de setembro de 1969, *apud*, ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 188-189. Um texto bastante semelhante seria apresentado no documento produzido durante a XI Assembleia Gera, em maio de 1970, pela CNBB, como se verá adiante.

Márcio Moreira Alves nos fornece uma análise sobre os dilemas enfrentados pela hierarquia e refletidos na reorientação da CNBB no que diz respeito a decisão de protestar contra as torturas e os abusos da repressão – uma decisão que, em suas palavras, “não amadureceu facilmente”:

A maioria dos bispos estava habituada demais a servir o Poder para assumir sem hesitações uma atitude crítica: mais ainda que a sua formação conservadora, era o lugar que desfrutavam na sociedade que neles despertava a simpatia por esse novo regime, que fazia da imutabilidade da ordem a sua razão de ser. Admitir que o preço desta ordem que tanto estimavam era a tortura, a liberdade violada, os choques elétricos, os cadáveres esburacados jogados nos montes de lixo, era para eles muito duro. Por outro lado, como os padres que eram perseguidos pela polícia eram quase sempre os mesmos que, no interior da Igreja, contestavam a sua autoridade, a solidariedade que se viam na obrigação de lhes dar violentava as suas emoções pessoais. A amizade e as opiniões compartilhadas são melhores advogados que o dever.³³⁷

A entonação pessimista que seu exame assume é, em grande medida, derivada da predominância que dá às motivações institucionais para as mudanças operadas pela Igreja. Nesse sentido, é principalmente quando a repressão a atinge diretamente – ainda que através dos seus subordinados – que os bispos adotam uma postura “solidária” e de confronto aos abusos do regime. A mudança de discurso aparece, então, condiciona ao contexto específico marcado pelo endurecimento do regime.

Aproximo-me da explicação proposta por Scott Mainwaring, que ao sugerir uma análise articulada, evita reduzir a problemática às justificações monocausais. Teriam influído na reorientação da CNBB tanto alterações na política e na sociedade brasileira, como as mudanças na Igreja internacional.

De acordo com o autor, a repressão e as desigualdades sociais não são suficientes para explicar uma guinada ao progressismo religioso, haja vista os exemplos encontrados na própria Igreja Católica de convivência harmônica com governos autoritários e elitistas.³³⁸ A encíclica *Populorum Progressio*³³⁹, publicada por Paulo VI, em 1967, e a reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em Medellín um ano depois, empolgaram o clero progressista por incentivarem a renovação pastoral, e insistirem na atenção e cuidado maior com os mais pobres. Mas como uma reavaliação doutrinal é

³³⁷ ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 185.

³³⁸ Mainwaring menciona tanto o caso brasileiro no Estado Novo de Vargas como o apoio dado pela Igreja espanhola ao regime de franquista, até a década de 1960. MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 132

³³⁹ “A encíclica subordinava o direito à propriedade privada a direitos que ela valorizava como mais essenciais e pedia transformações para criar sociedades mais justas”. Idem.

também insuficiente para fornecer uma explicação para a mudança por que passa a Igreja brasileira em fins da década de 1960 e início da década 1970, há que se pensar o seu impacto no contexto específico brasileiro de acentuada repressão. Em sua conclusão afirma:

Assim, não é a intenção de proteger interesses institucionais, nem o processo político, por si só, que explicam a mudança da Igreja. É a função de uma nova identidade institucional e de novas condições econômicas, políticas e sociais que a explica. Isolar as condições políticas e sociais ou a nova doutrina institucional como fator único de mudança, é deixar de perceber o caráter dialético desse processo.³⁴⁰

Dois episódios naquele ano de 1969 envolvendo a violência a membros da Igreja chamam a atenção. Em 26 de maio, o padre Antônio Henrique Pereira, coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife e um colaborador de dom Hélder, foi brutalmente torturado e assassinado por um grupo paramilitar: o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). O inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco foi arquivado e nenhum dos acusados foi condenado, “apesar dos testemunhos e provas irrefutáveis”.³⁴¹ Esse caso é considerado o primeiro assassinato de um clérigo no Brasil.

Em 04 de novembro, um grupo de frades dominicanos foi preso em São Paulo, acusado de envolvimento com a Aliança de Libertação Nacional (ALN) – movimento revolucionário criado por Carlos Marighella –, em operação que culminaria, ainda, com o assassinato do líder da organização pelas forças da repressão. Entre os detidos estavam os frades Carlos Alberto Libaneo Christo (o frei Betto), Tito de Alencar Lima, Fernando Brito, Ives Lesbaupin, Roberto Romano e frei Maurício. Com exceção deste último – preso por menor período –, o grupo seria condenado a 4 anos de prisão sendo submetidos a repetidas sessões de tortura durante o tempo em que estiveram no cárcere.³⁴² Para o frei Tito o episódio teria um desfecho ainda mais cruel. Detido inicialmente no DOPS, foi torturado durante 40 dias pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. De lá saiu transferido para o Presídio Tiradentes e, posteriormente, para o DOI-CODI do estado, onde teve como algoz o Capitão Maurício Lopes Lima. Barbaramente torturado, tentou suicídio nas dependências do centro de detenção e tortura. Deixou a prisão e o país, em

³⁴⁰ Idem, p. 134.

³⁴¹ DOSSIÊ *dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995, p. 56.

³⁴² COMISSÃO Nacional da Verdade. *Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs (texto 4)* In: Comissão Nacional da Verdade: relatório. Volume II. Textos temáticos. Brasília: CNV, 2014, p. 169.

janeiro de 1971, banido junto com o grupo de presos políticos trocado no sequestro do embaixador alemão, no ano anterior. Frei Tito partiu primeiramente para o Chile e depois para a França. Sofrendo com transtornos psicológicos decorrentes das torturas a que foi submetido, suicidou-se enforcado em uma árvore, em 23 de fevereiro de 1974, aos 31 anos.³⁴³

A consternação e a execração pelo episcopado diante da recorrência de atos de violência e da instrumentalização da tortura pelo Estado – cujos acontecimentos citados são apenas dois exemplos – apareceriam manifestas no documento elaborado durante a XI Assembleia da CNBB, em maio de 1970. A declaração dos bispos era enfática no que tange à tortura e, como na declaração de setembro de 1969, reiterava a condenação à violência de qualquer tipo, fosse ela um recurso dos grupos de direita ou de esquerda:

Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzida na forma de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. [...] Pensamos primeiramente, no exercício da JUSTIÇA, [...] que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com frequência, por processos levados morosa e precariamente por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e lavados a diante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa. [...] Seríamos omissos se não frisássemos, neste momento, nossa posição firme contra toda e qualquer espécie de tortura.³⁴⁴

Também em maio de 1970, dom Hélder faria um pronunciamento de enorme repercussão, denunciando a situação vivida no Brasil. Diante de uma multidão de aproximadamente 10 mil pessoas que lotavam o Palácio dos Esportes, em Paris, divulgou casos de tortura de presos políticos comprovados pela Comissão Internacional de Juristas e disse:

Meu governo propaga que quem fala de torturas é inimigo de sua pátria, principalmente quando fala fora do Brasil. Parece-me, porém que traição será não falar. [...] Os culpados de traição ao povo não são os que falam, mas sim os que persistem no emprego da tortura (aqui dom Hélder começa a agitar os braços). Quero pedir-lhes que digam ao mundo todo que no Brasil se tortura, peço-lhes isso porque amo profundamente minha pátria e a tortura a desonra.³⁴⁵

³⁴³ DOSSIÊ, *op. cit.*, p. 198-199.

³⁴⁴ Documento da Décima Primeira Assembleia Geral da CNBB, *SEDOC*, 3 (1970-1971): 85-86, *apud*, MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 130.

³⁴⁵ Reprodução e análise da fala de dom Hélder pelo Centro de Informação do Departamento de Polícia Federal. Cf. CI/DPF Processo S 24337/66. MC/P. Caixa 585, *apud*, GOMES, Paulo César, *op. cit.*, p. 67.

De volta ao Brasil, dom Hélder enfrentou uma forte campanha através da imprensa, recebendo ataques e críticas de intelectuais e políticos brasileiros. Além disso, foi proibido de discursar no país, de falar no rádio e na televisão ou ter seu nome vinculado aos meios de comunicação de massa, uma situação que se manteria nos anos seguintes. Quando de sua indicação ao prêmio Nobel da Paz, o governo, através de uma campanha difamatória, fez “arranjos” para que não ganhasse o prêmio, o que de fato aconteceu. Proibido de se pronunciar em seu país, dom Hélder recebeu muitos convites para falar fora dele, dando início a uma série de viagens pelo exterior. Em suas palestras abordava os problemas sociais e econômicos do terceiro mundo, condenando o capitalismo como grande responsável, e deu prosseguimento à sua luta contra a violência imposta pelos regimes autoritários, tornando-se uma liderança na batalha pelos direitos humanos.³⁴⁶

No final de 1970, um novo incidente opondo Igreja e Estado marcaria um dos momentos mais crítico da crise vivida entre as duas instituições. A partir de agosto, foram realizadas uma série de ataques à Juventude Operária Católica (JOC) em diversas cidades. A JOC era àquela época uma das mais radicais organizações ligadas à Igreja no Brasil e atraía o olhar do regime por sua atuação junto aos movimentos populares.

No Rio de Janeiro, o ataque à JOC, com a invasão de sua sede, foi fruto de uma operação que também visava o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), uma organização religiosa dirigida por jesuítas e que promovia um trabalho de treinamento com militantes ligados à Juventude Operária Católica e outros movimentos populares para porem em prática os postulados católicos de justiça social.³⁴⁷ Em setembro, agentes do DOPS da Guanabara e do I Exército invadiram o prédio do Ibrades, localizado no bairro de Botafogo, e realizaram uma busca minuciosa por material de cunho subversivo. Na ação, foram detidos e vítimas de maus-tratos vários padres e líderes leigos que se encontravam no local. Entre o grupo estava o bispo e então secretário-geral da CNBB, dom Aloísio Lorscheider, que foi mantido incomunicável por mais de quatro horas.

O acontecimento mobilizou o clero brasileiro que protestou uníssono. Os cinco cardeais do país – dom Agnelo Rossi, dom Vicente Scherer, dom Jaime de Barros

³⁴⁶ “CÂMARA, Hélder”. In: ABREU, Alzira Alves de (et. al.) (Orgs.), *op. cit.*; SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 108.

³⁴⁷ Para uma exposição detalhada do episódio de invasão à JOC e ao Ibrades Cf. SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, capítulo 4.

Câmara, dom Eugênio Sales e dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta – se reuniram e redigiram uma carta particular endereçada a Médici protestando pelo ocorrido no qual reconheciam a “deterioração do relacionamento entre a Igreja e o Estado”. Para discutir e evitar essa deterioração, criou-se a Comissão Bipartite, um fórum secreto que reunia lideranças do episcopado e intelectuais católicos – o Grupo Religioso –, e homens de alto escalão do regime ou a ele ligados – o Grupo da Situação. A Bipartite se reuniu de novembro de 1970 a agosto de 1974, em um total de 24 encontros.³⁴⁸

A existência da Comissão Bipartite ajuda a refutar a ideia de uma ruptura entre Igreja e Estado nos anos mais críticos do regime militar. Mesmo quando vigoraram as denúncias contra as violações aos direitos humanos e a luta por justiça social ganhava força, o diálogo entre as duas instituições se manteve com vistas a preservar a “concordata moral” que havia orientado o relacionamento entre ambas por tanto tempo. A continuidade da relação entre Igreja e Estado – garantida pelo diálogo – em detrimento do rompimento, que oporia um Estado opressor ante uma Igreja que resiste, é defendida por Kenneth Serbin em seu livro *Diálogos na sombra*.

Se, para os militares, a Bipartite permitiu um controle da Igreja através da pressão exercida sob as autoridades eclesiásticas ali presentes, para que contivessem os “excessos” de seus pares e bases, os bispos, por sua vez, a utilizaram como um canal a mais na defesa dos direitos humanos. Levaram para as reuniões casos concretos, exigindo posicionamentos e respostas, e trabalharam por resoluções que garantissem a preservação da dignidade humana dos indivíduos em questão. De acordo com Kenneth Serbin:

Na área dos direitos humanos, os bispos não conseguiram o tipo de concessões que eles próprios fizeram nas questões políticas. Isso não é surpreendente, dada a força das linhas-duras e das forças da repressão nesse momento da história do regime. Mesmo assim, o Grupo Religioso desafiou, sem descanso a Situação no tema dos direitos humanos e conquistou algumas vitórias políticas.³⁴⁹

No primeiro encontro da comissão, no início de novembro de 1970, conformaram o Grupo Religioso dom Vicente Scherer, dom Avelar Brandão, dom Aloísio e dom Eugênio, além de Candido Mendes, intelectual católico e secretário-geral da Comissão Pontifícia Justiça e Paz – Seção Brasileira. Outras reuniões contaram com novos nomes

³⁴⁸ Os encontros da Comissão Bipartite são o objeto de estudo do historiador norte-americano Kenneth Serbin, que deu origem ao livro *Diálogos na sombra*.

³⁴⁹ Idem, p. 356.

como o do núncio apostólico, dom Umberto Mazzoni, dom Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB de 1971 a 1979, dom Fernando Gomes e dom Paulo Evaristo Arns, que ao longo daqueles anos se tornaria o principal líder na luta pela defesa dos direitos humanos.

Dom Paulo, nascido em Criciúma, Santa Catarina, em 1921, foi sagrado bispo em maio 1966 e designado a trabalhar com dom Agnelo Rossi, na Arquidiocese de São Paulo. Dom Agnelo era considerado um conservador e imprimiu essa feição à Igreja paulistana enquanto esteve à sua frente. Tendo legitimado desde o início o governo dos militares instaurado pelo golpe de 1964, não criticava publicamente o regime e colaborou com este na tentativa de amenizar sua imagem no exterior, declarando serem exageradas as notícias de tortura no Brasil. Apesar de seu conservadorismo, algumas atitudes do cardeal são dignas de nota: recusou-se a receber uma condecoração militar naqueles anos e defendeu as vítimas da repressão, sobretudo aquelas ligadas à Igreja. A linha de atuação naquela arquidiocese mudaria com transferência de dom Agnelo para o Vaticano e a nomeação de dom Paulo para o arcebispado, o qual assumiu em novembro de 1970.

Considera-se que durante os anos Médici, em nenhum outro lugar a repressão tenha sido tão forte como foi em São Paulo.³⁵⁰ A violência crescente condicionou o enfraquecimento dos movimentos populares e de oposição; acou e calou parte da sociedade, dominada pelo medo de se tornar mais uma vítima do regime. Neste contexto de vacância representativa e difundido sentimento de impotência, a Igreja, por sua posição privilegiada, sustentada pela detenção de uma “estrutura internacional poderosa e de grande legitimidade moral”³⁵¹, despontou como um importante veículo de denúncia e pressão contra as constantes e graves violações aos direitos humanos, e como defensora da vida e da dignidade do homem. Essa tarefa foi executada de modo incomparável pela Igreja de dom Paulo, que chegou a afirmar que “a sociedade necessita de uma voz e, devido à repressão, nenhuma outra instituição poderia oferecer essa voz. A Igreja tornou-se a voz de todos aqueles setores que não tem voz”.³⁵²

Tendo seu mandato com arcebispo se iniciado oficialmente em 01 de novembro de 1970, uma de suas primeiras providências foi visitar os frades dominicanos presos

³⁵⁰ Uma explicação para isso reside na força das oposições sindical e estudantil e, principalmente, das organizações de guerrilha e dos grupos clandestinos lá atuantes, além da predominância da linha-dura militar sob o II Exército, sediado na capital, e da atividade do Esquadrão da Morte. MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 124.

³⁵¹ *Idem*, p. 125.

³⁵² Entrevista com dom Paulo Evaristo Arns concedida a Scott Mainwaring, em 01 de outubro de 1981. *Idem*, p. 125.

desde o final do ano anterior, conforme comenta Frei Betto em uma de suas cartas escritas na prisão: “Dom Paulo Evaristo Arns, novo arcebispo de São Paulo veio visitar-nos no dia seguinte à sua nomeação pelo Papa Paulo VI. Ouvimos sua posse e gostamos muito de sua locução, firme, simples (03.11.70)”.³⁵³ Este encontro fora adiado em virtude da proibição pelos militares de que dom Paulo, à época bispo-auxiliar de São Paulo e responsável pela região norte da capital paulista, estivesse com os religiosos no presídio Tiradentes.³⁵⁴

Os significados da atuação de dom Paulo junto aos dominicanos presos pode ser apreendida a partir da fala do frei Fernando, que, em 20 de janeiro de 1971, escreveu:

Atualmente já não estamos mais privados da eucaristia. A proibição caiu desde que D. Paulo Evaristo Arns foi nomeado arcebispo de São Paulo. Desde meados de novembro do ano passado, após um ano, comecei a celebrar na cela. Para nós isto tem uma importância capital.³⁵⁵

As visitas aos presídios e o contato direto com os prisioneiros passaram a ser práticas frequentes de dom Paulo, que acompanhou pessoalmente todo o processo dos frades dominicanos.

Ao final de janeiro de 1971, interviria no caso da prisão do Pe. Giulio Vicini e da assistente social Yara Spadni, ambos colaboradores da Arquidiocese paulistana. Após tomar conhecimento dos maus tratos sofridos pelos prisioneiros, foi ao presídio e constatou a tortura infligida aos dois. Dom Paulo elaborou um documento denunciando os abusos e o fez ser entregue a todas as paróquias da cidade, além de ter enviado uma cópia à CNBB, que a publicou nacionalmente.³⁵⁶

Em junho de 1972, os bispos paulistas, após reunião da Assembleia Ordinária do Regional Sul-1 da CNBB, realizada na cidade de Brodósqui, elaboraram um documento onde denunciavam a tortura. O Documento de Brodósqui, mais conhecido por *Testemunho de Paz*, era uma contundente declaração sobre o tema e teve grande repercussão nacional. Em parte do seu texto lia-se:

³⁵³ BETTO, Frei. *Das Catacumbas*. Prefácio de dom Paulo Evaristo Arns. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 96, *apud*, FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. *Justiça e Paz: memórias da Comissão de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 25

³⁵⁴ FESTER, Antonio Carlos Ribeiro, *op. cit.*, p. 27.

³⁵⁵ BRITTO, Frei Fernando de; LESBAUPIN, Frei Ivo; CRISTO, Frei Carlos Alberto Libânio. *O canto na fogueira*. Prefácio de Carlos Mesters. Petrópolis, Vozes, 1977, 63, *apud*, FESTER, Antonio Carlos Ribeiro, *op. cit.*, p. 26.

³⁵⁶ O texto do documento aparece transcrito no livro de Márcio Moreira Alves. Cf. ALVES, Márcio, *op. cit.*, p. 211-212. Pode também ser encontrado no Texto 4 (Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs) do Volume II do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, p. 170-171.

Não é lícito efetuar prisões de forma como frequentemente estão sendo feitas entre nós: sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem comunicação ao Juiz competente dentro do prazo legal. [...] Não é lícito utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas, com o fim de obter confissões, revelações ou delação de outros, métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até a mutilação, quebra da saúde e até a morte, como tem acontecido. [...] Não é lícito privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudica-lo mediante ameaças, nem prejudicar o acusado como réu, antes de julgado.³⁵⁷

Sobre a elaboração do documento e sua publicação, dom Paulo esclareceu:

Coloquei em pauta o problema das prisões arbitrárias, das torturas e do desaparecimento de pessoas presas.

Discussão difícil. Para tudo havia provas. Mais testemunhos orais do que escritos. Assim mesmo, alguns médicos do Hospital das Clínicas e de outras partes prometiam passar-nos as provas, caso fosse indispensável.

Afinal constituímos a comissão de redação do documento Testemunho de Paz, denunciando a situação de terror entre nós. [...]

Nenhum órgão de imprensa pode divulgá-lo. Em São Paulo imprimimos cinquenta mil exemplares para distribuição após as missas, com os cuidados indispensáveis. Ainda prescrevemos um dia de jejum total aos fiéis das dioceses paulistas. Um padre capuchinho teve a coragem de ler o texto Testemunho de Paz durante uma missa no Clube Militar. Evidentemente sob protestos.³⁵⁸

A questão da violência e do desrespeito aos direitos do homem era muito inquietante para dom Paulo, que envidou esforços a fim de apurar denúncias de prisões e de tortura. A criação da regional paulista da Comissão Justiça e Paz é fruto dessas consternações. Ademais, surge em consonância com a prescrição do II Conselho Episcopal Latino-Americano, ocorrido em Medellín, na Colômbia, em 1968.³⁵⁹

³⁵⁷ *SEDOC*, 5 (1972-1973): 108-109, *apud*, MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 126-127.

³⁵⁸ ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro, Sextante, 2001, p. 353, *apud*, FESTER, Antonio Carlos Ribeiro, *op. cit.*, p. 30.

³⁵⁹ De acordo com o texto oficial *Conclusões da Conferência de Medellín*, eram encorajadas as organizações que objetivassem a reivindicação e consolidação de direitos e busca pela justiça. Neste sentido, apontava para a Comissão Justiça e Paz, a qual “deverá ser promovida em todos os países pelo menos em nível nacional. Deverá ser integrada por pessoas de alto nível moral, qualificação profissional e de representatividade nos diferentes setores sociais; deverá ser capaz de estabelecer diálogo eficaz com as pessoas e instituições mais diretamente responsáveis pelas decisões relativas ao bem comum; deverá denunciar tudo o que possa lesar a justiça e colocar em perigo a paz interna e externa das comunidades nacionais e internacionais; ajudará a buscar os meios concretos para conseguir soluções adequadas a cada situação”. *Conclusões da Conferência de Medellín*, *apud*, FESTER, Antonio Carlos Ribeiro, *op. cit.*, p. 18.

As discussões para sua criação datam de 1972 e sobre esse momento o arcebispo comentou:

Pensei em uma comissão de defesa contra a tortura e contra as prisões. Foi aí que vi que já existia em Roma, fundada por Paulo VI, uma Comissão (Justiça e Paz), da qual participava um membro da Universidade de Notre Dame, que mais tarde me concedeu o título de Doutor Honoris Causa, juntamente com Jimmy Carter. Quando fui a Roma, este homem me disse o que fazer. Alertou para não deixar ninguém sozinho, para formar uma comissão de juristas e de pessoas respeitáveis dentro da sociedade.³⁶⁰

Dom Paulo também mencionou as dificuldades encontradas para formar a Comissão:

Voltei e convidei mais de dez e um por um disse que gostaria, que achava necessário, mas que não poderia aceitar, um por medo, outro porque tinha cargo de responsabilidade, outro porque tinha família, ninguém aceitou. O único que aceitou na hora, imediatamente, foi o Dalmo Dallari.³⁶¹

Por fim, dom Paulo encontrou pessoas dispostas a compor a Comissão. Entre seus primeiros membros figuram nomes como o de Fábio Konder Comparato, Dalmo de Abreu Dallari e Mário de Passos Simas. Outros integrantes convidados foram Luiz Antônio Alves de Sousa, à época presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP, e Waldemar Rossi, metalúrgico e integrante da Pastoral Operária. Por último entraram o criminalista José Carlos Dias e Margarida Bulhões Pedreira Genevois.

A Comissão recebia denúncias e prestava assistência jurídica às vítimas do regime. Composta por uma equipe de bons advogados, a CJP-SP ajudou inúmeras famílias. De acordo com José Carlos Dias:

A Comissão foi recebida por nós, advogados, com bastante entusiasmo porque passávamos, assim, a ter um organismo – a Igreja já fazia isso, mas não de uma forma tão estruturada. A Comissão passou a ser o porão, a catacumba para onde as pessoas iam registrar suas queixas, suas expectativas familiares, ou, então, para relatar a violência praticada no DOI-Codi, no Dops principalmente e em outros locais. Para nós foi muito importante, porque não tínhamos isso.³⁶²

³⁶⁰ FESTER, Antonio Carlos Ribeiro, *op. cit.*, p. 32.

³⁶¹ Idem.

³⁶² Idem, p. 40. Em seguida comenta sobre a atuação da OAB: “A Ordem dos Advogados funcionava de uma maneira mais institucionalizada, representa uma categoria extremamente burguesa e liberal e foi assumindo posições mais progressistas justamente quando os advogados começaram a ser atingidos e

Por sua atuação, a Comissão da Arquidiocese de São Paulo acabou por obliterar o trabalho das outras regionais, inclusive o da própria Comissão Justiça e Paz – Seção Brasileira (CJP-BR), criada em 1968. O relato de José Carlos Dias, advogado e membro da comissão, nos fornece indícios para pensar as diferentes abordagens de trabalho assumidas pelas duas Comissões:

Tínhamos reuniões, avaliações e participávamos também da Comissão nacional, que tinha uma política diferente, um pouco mais conservadora, dom Paulo ousava mais, lógico. Dom Eugênio era extremamente conservador naquela época, e o Cândido Mendes administrava com habilidade esse conservadorismo de dom Eugênio. Mas, indiscutivelmente, a grande comissão foi a paulista, com repercussão internacional. Eu sou testemunha disso, tive várias reuniões no exterior, na Europa, e a Comissão era conhecidíssima.³⁶³

A partir de 1973, a cadeia de golpes que atinge o Cone Sul faz com que inúmeros perseguidos políticos optem por deixar seus países. Nesse contexto, muitos estrangeiros procuraram a Cúria da Igreja Católica de São Paulo e foram acolhidos pela Comissão. É nas palavras de Margarida Genevois que melhor se apreende a situação enfrentada com os refugiados:

Não estávamos dando conta, eu me lembro do pátio cheio de gente, você olhava assim, uma multidão... no pátio da Cúria, atrás, em cima. [...] Ficavam ali com crianças, mulheres. Esperavam para ser atendidos. E a gente aflita porque não estava dando conta, não tinha possibilidade. Precisavam de tudo, de casa para morar, de roupas para vestir, de médico e atendimento psicológico.³⁶⁴

Com a presença do ACNUR no Brasil, o trabalho com refugiados pode se desenvolver de maneira mais consistente:

Por outro lado, Henri e Marina Bandeira tinham pedido o auxílio do Acnur, que mandou uma representante. Ela veio, foi ao Rio, veio aqui e viu que, realmente, era um fato complicado. E, depois disso, veio uma pessoa para ficar fixa. Era o Guy Prim [...] Eles tinham verba, tinham um tanto para cada refugiado, que recebia uma espécie de mesada, era pouco, mas dava para não morrer de fome. Quem se ocupou disso

começaram a fazer denúncias de torturas. Mas o primeiro passo foi dado, em São Paulo, pela Igreja, por dom Paulo, indiscutivelmente”. Idem, p. 40.

³⁶³ Idem, p. 41.

³⁶⁴ Idem, p. 64.

depois foi a Rosa Maria. O Acnur estava aqui por causa da Comissão, estava dentro da nossa sala, funcionava na nossa sala.³⁶⁵

A responsabilidade pelo trabalho desenvolvido com perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul foi compartilhada com a Arquidiocese do Rio de Janeiro, sob o comando de dom Eugênio de Araújo Sales, através da Cáritas local. A vinculação da Arquidiocese carioca à questão dos direitos humanos será introduzida na terceira parte deste capítulo e a ação voltada ao atendimento e proteção dos refugiados sul-americanos analisada no quinto e último capítulo desta dissertação. Buscarei, na medida do possível, o estabelecimento das diferenças entre esses dois trabalhos que, salvo aspectos técnicos, foram igualmente conduzidos por um espírito humanitário sincero e cuja relevância se comprova pelo número de pessoas que deixaram o país através de sua implementação.

Em 1978, criou-se, especificamente para atender ao número crescente de refugiados políticos latino-americanos, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, o Clamor, vinculado à Igreja Católica através da Comissão Arquidiocesana de Pastoral e Direitos Humanos e Marginalizados, e instalado nas dependências da Cúria Metropolitana de São Paulo. Envolvidos nesse projeto estavam, além de dom Paulo, Luis Eduardo Greenhalgh, Jaime Wright e a jornalista inglesa Jan Rocha.³⁶⁶

O primeiro documento do grupo, datado de junho daquele ano, explicita seus objetivos e estratégias:

Clamor tem por objetivo a defesa dos direitos humanos na América Latina, especialmente nos países do Cone Sul. Com a finalidade de dar o conhecer de suas atividades, periodicamente editará o presente boletim com informações. É interesse do Clamor estreitar vínculos com órgãos congêneres para cooperação mútua. A perspectiva do Clamor é cristã, ecumênica, sem filiação partidária e seus objetivos são humanitários. [...].³⁶⁷

O Clamor foi responsável não apenas pelo auxílio imediato aos refugiados, mas também pelo acolhimento e análise das denúncias que com eles chegavam ou que eram

³⁶⁵ Idem, p. 64-65.

³⁶⁶ QUADRAT, Samantha Viz. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. In: Jornada de Trabajo sobre Historia Reciente, IV, 2008, Rosario – Argentina. Rosario: Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario, 2008, p. 12-13.

³⁶⁷ Informativo Clamor, ano 1, número 1, junho de 1978. Arquivo do Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” - PUC (São Paulo), *apud*, QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.* p. 13.

ao grupo encaminhadas pelo conhecimento de seu ativismo na luta pelos direitos humanos. A comunicação constante com grupos e organizações semelhantes de todo o mundo, viabilizou a denúncia a nível internacional das graves violações que ocorriam na América Latina.³⁶⁸

Na definição de Mainwaring, dom Paulo “era um homem cauteloso, não era conhecido por ter opiniões radicais”, mas sua opção pela denúncia pública da tortura tornou-a conhecida e encorajou o seu enfrentamento de forma conjunta.³⁶⁹ A Igreja passou a encarar como sua a missão no combate pela defesa dos direitos humanos. Passou a ser conhecida como “a voz dos que não tem voz”, o que de fato queria dizer a voz de vários setores da sociedade brasileira.³⁷⁰

No dia 30 de março de 1973, ocorreu na Catedral da Sé, no centro de São Paulo, a celebração da missa de sétimo dia de Alexandre Vannucchi Leme. Alexandre era estudante de geologia da USP, foi preso, acusado de envolvimento com a ALN, torturado e morto nas dependências do DOI/CODI-SP, pelas forças de repressão do regime militar. Dom Paulo, dom José Melhado Campos – bispo de Sorocaba e vizinho da família de Alexandre – e mais 24 padres realizaram a celebração. Kenneth Serbin descreve as circunstâncias em que esta ocorreu: “Apesar da proibição imposta pela censura a qualquer anúncio da missa, das tentativas de bloquear o tráfego, da presença de tropas de choque nas imediações da Sé e na USP, 3 mil pessoas estiveram presentes ao serviço religioso”.³⁷¹ Para Serbin, a morte de Alexandre Vannucchi Leme teria ocasionado a primeira grande manifestação popular contra o regime da década de 1970, precedendo a que aconteceria por ocasião da morte do jornalista Vladimir Herzog, dois anos depois.³⁷²

A Igreja com dom Paulo foi, também, a responsável pela vinculação da pobreza à questão dos direitos humanos. As contradições sociais frutos de um desenvolvimento

³⁶⁸ QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, 2008, p. 15.

³⁶⁹ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 125-126.

³⁷⁰ Foi criada no dia 20 de fevereiro de 2019 a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos dom Paulo Evarito Arns, ou apenas “Comissão Arns”. A ação é uma iniciativa de 20 intelectuais ligados à pauta e que serão responsáveis por empreender um trabalho em rede com as demais organizações receptoras de denúncias de violações aos direitos humanos. O objetivo é acolher, sobretudo, casos de menor visibilidade, garantindo a assistência e o acompanhamento necessários. Extremamente atual pelo contexto em que surge, marcado pelas incertezas que envolvem o tema, a Comissão relembra àquela criada por dom Paulo, em 1972, sobretudo ao levar seu nome, uma homenagem justa a quem se dedicou à defesa das minorias, liderando a luta pelos direitos humanos num dos períodos mais tristes de nossa história. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/intelectuais-criam-comissao-para-monitorar-direitos-humanos-sob-bolsonaro.shtml>. <https://jornal.usp.br/atualidades/comissao-arns-sera-criada-para-garantir-direitos-humanos-a-minorias>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

³⁷¹ SERBIN, Kenneth, P., *op. cit.*, p. 395.

³⁷² Idem, p. 383. Para uma análise do assassinato de Alexandre Vannucchi Leme e da sua repercussão Cf. SERBIN, Kenneth, P., *op. cit.*, capítulo 10.

desigual naquela que era a cidade mais industrializada do país condicionaram esse entendimento.³⁷³ Essa ampliação se estenderia a nível nacional, sendo incorporada pela CNBB e predominando seus manifestos desde então. O documento elaborado pela XIII Assembleia Geral, de fevereiro de 1973, ano do 25º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, foi, assim, um marco ao estabelecer que as condições de vida marcadas pela miséria representavam, também, violações aos direitos humanos:

O fato concreto que primeiramente nos aflige é a situação de marginalização em que ainda vivem milhões de nossos irmãos, que nem sequer tem condições de conhecer, e muito menos de gozar dos benefícios que os Direitos Humanos lhes garantem. [...] Lamentamos o alto preço humano que vem sendo exigido do povo brasileiro como condição do seu desenvolvimento econômico.³⁷⁴

Com a chegada do general Ernesto Geisel à presidência, anunciou-se o início da abertura “lenta, gradual e segura” do regime. Por um bom período, contudo, pode-se dizer que as relações entre a Igreja e o Estado continuaram conflituosas. A repressão permanecia a assolar algumas regiões³⁷⁵ e os abusos não deixaram de ser cometidos. A hierarquia católica não se furtou aos pronunciamentos, lançando documentos firmes e contestadores.

Após a morte de Vladimir Herzog, em 1975, os bispos de São Paulo lançaram um outro enfático documento sobre a tortura, intitulado *Não Oprimas teu Irmão*:

Em nome do Evangelho de Jesus Cristo, nós, bispos da Igreja deste Estado de São Paulo, erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos, e diante, sobretudo, dos graves acontecimentos que vem estarecendo a população de São Paulo. Assistimos de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam, geralmente, a forma de verdadeiros sequestros; pelo recrudescimento das torturas, acompanhadas até de mortes; por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive de autoridades.³⁷⁶

³⁷³ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 126.

³⁷⁴ Declaração da XIII Assembleia Geral da CNBB, *SEDOC*, 5 (1972-1973): 1383-1384, *apud* MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 131.

³⁷⁵ A partir de 1978, quando se pode perceber uma diminuição da repressão nos centros urbanos, Scott Mainwaring chama a atenção para a continuidade dos conflitos – com alto grau de violência e repressão – nas zonas mais afastadas, sobretudo no norte e centro-oeste. Entre os principais motivos estava a questão da distribuição da terra, onde saíam favorecidos os latifundiários incentivados pelo governo em detrimento dos camponeses que apenas podiam contar com a Igreja. MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 182-186.

³⁷⁶ *SEDOC*, 8 (1975-1976): 729, *apud*, MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 175.

Em setembro de 1976, o bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, foi sequestrado por um grupo de direita armado. Em um carro, o grupo deu voltas com dom Adriano. Vendado e sem saber para onde estava indo, o bispo sofreu agressões físicas e verbais, sendo frequentemente acusado de comunismo. Ao final, dom Adriano foi deixado em Jacarepaguá, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, amarrado em uma calçada, nu e com o corpo coberto de tinta vermelha. Seu carro foi abandonado e explodido em frente à sede da CNBB, no bairro da Glória, zona sul da cidade.³⁷⁷

Outro caso emblemático foi o do assassinato do padre João Bosco Burnier, na cidade de Ribeirão Bonito, no Mato Grosso, onde atuava dom Pedro Casaldáliga. O caso ocorreu em outubro de 1976, mas os conflitos na região, como já mencionado, datavam do início da década. Com o intuito de dar queixa das prisões e torturas contra dois irmãos camponeses, a mãe dos rapazes e a esposa de um deles, ocorridas dias antes, padre e bispo se dirigiram à delegacia. No local, sem motivo aparente e depois de algumas ameaças, um dos policiais agride o padre Burnier e dispara contra o sacerdote.³⁷⁸

Os dois episódios levaram a um pronunciamento da CNBB, em novembro daquele ano. Sua Comissão Central publicou a *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus*. Entre os pontos abordados estava a condenação aos ataques à Igreja, a violência generalizada e muitas vezes impune, a injusta distribuição de terras e a situação dos índios, além de censuras à Doutrina de Segurança Nacional. Para Mainwaring, o documento trazia como novo a crítica mais incisiva contra o autoritarismo, o que por certo balizaria as relações entre Igreja e Estado no que diz ser uma nova fase da conferência episcopal brasileira.³⁷⁹

Em *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*, importante documento produzido por ocasião da XV Assembleia Geral da CNBB, em março de 1977, são reiteradas as críticas ao autoritarismo, à repressão e à Doutrina de Segurança Nacional:

A segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidade de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e

³⁷⁷ O depoimento de dom Adriano Hipólito pode ser encontrado no livro de Márcio Moreira Alves. Cf. ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 213-216. Pode também ser encontrado no Texto 4 (Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs) do Volume II do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, p. 165 – 166.

³⁷⁸ DOSSIÊ, *op. cit.*, p. 172.

³⁷⁹ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 175.

inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo, e numa impunidade frequente e quase total.³⁸⁰

Alguns acontecimentos a partir de 1978 permitem que identifiquemos uma maior liberalização dentro da abertura política anunciada quatro anos antes. A greve entre os operários do setor automobilístico do ABC paulista naquele ano é exemplar da rearticulação dos movimentos populares. Em 1979, a reforma partidária também possibilitou a reorganização da sociedade. Junto com a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa, os novos partidos de oposição passaram a encabeçar a luta pelas liberdades civis.

Esse novo cenário favoreceu um movimento de inflexão do envolvimento da Igreja em questões políticas.³⁸¹ A Igreja já não precisava ser “a voz dos que não tem voz”. Sem se eximir de suas responsabilidades, passava à coadjuvante atenta dos movimentos sociais reavivados pelos novos atores que com maior liberdade podiam mover-se em cena.

Seu legado na luta pela defesa dos direitos humanos e por justiça social, em anos de marcado autoritarismo e repressão, merece reconhecimento. A Igreja, justamente por constituir um canal privilegiado de denúncia e crítica aos arbítrios dos militares, assumiu um papel fundamental naqueles anos. Entretanto, há que se considerar as mudanças pelas quais passou a instituição ao longo deste período. Para além do respaldo inicial dado aos militares no momento do golpe de 1964, houve um contínuo esforço pela manutenção do bom relacionamento com o regime, mesmo nos anos de maior repressão. Assim, a relação entre a Igreja e o Estado deve ser pensada de forma não linear e considerando-se, sobretudo, os muitos matizes que conformavam o episcopado brasileiro.

Muitas destas inconstâncias e contradições que marcaram a Igreja enquanto instituição se encontram sintetizadas na figura de dom Eugênio Sales, cuja trajetória, pela importância para o contexto político-religioso de que falamos e para o trabalho aqui apresentado, procurarei apresentar agora.

4.3 Dom Eugênio de Araújo Sales: ação, diálogo e controvérsias

³⁸⁰ *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*, apud, MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 176.

³⁸¹ Cf. MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 171-172.

Eugênio de Araújo Sales, natural de Acari, Rio Grande do Norte, ordenou-se sacerdote, em novembro de 1943, mediante uma autorização do Vaticano, pois a idade mínima para tanto era de 24 anos e possuía apenas 23 recém completados.³⁸² Em julho de 1954, tornou-se bispo-auxiliar na Arquidiocese de Natal. Sua sagração episcopal ocorre em agosto do mesmo ano e, a partir de 1962, passa a administrador apostólico. Ali permanece até 1964, quando é transferido para Salvador, Bahia.³⁸³ Nesta Arquidiocese é, também, administrador apostólico até 1968, quando se torna arcebispo da capital baiana e primaz do Brasil. Em maio de 1969, o papa Paulo VI o eleva a cardeal. Com a morte de dom Jaime de Barros Câmara, então arcebispo do Rio de Janeiro, em 1971, dom Eugênio é nomeado seu sucessor. O cardeal permaneceu durante 30 anos à frente do Arcebispado, tornando-se arcebispo emérito após sua aposentadoria, em 2001. Sua trajetória, de acordo com Mons. Raimundo Menezes Brasil, “de ascensão em ascensão, foi a mais rápida de toda a História Eclesiástica do Brasil”.³⁸⁴

A vida de dom Eugênio, como homem da Igreja, foi marcada por controvérsias e o episódio da transferência da Arquidiocese de Salvador para a do Rio de Janeiro é exemplar. Em comum à saída da primeira e à chegada à segunda apenas os protestos. A indicação do papa Paulo VI para deixar a capital baiana foi acompanhada pelo reclamo dos paroquianos, inconformados com a escolha.³⁸⁵ Nesta ocasião, dom Eugênio teria manifestado ao pontífice o desejo de permanecer à frente da Igreja na Bahia, insuficiente, contudo, ante a decisão final do papa de que assumisse a Arquidiocese carioca.³⁸⁶

A notícia foi bem acolhida em algumas dioceses que se manifestaram positivamente à designação papal.³⁸⁷ Recebida sem surpresas em Fortaleza, a nomeação

³⁸² Dom Eugênio nasceu em 08 de novembro de 1920. Cf. “SALES, Eugênio”. In: ABREU, Alzira Alves de (et. al.) (Orgs.), *op. cit.*

³⁸³ Dom Eugênio continuou como administrador apostólico de Natal até a nomeação e posse de seu sucessor, que ocorre no dia 09 de maio de 1965, quando dom Nivaldo Monte assume o cargo na Arquidiocese.

³⁸⁴ BRASIL, Raimundo Menezes. *Homenagem ao pastor: cinquenta anos a serviço da Igreja*. Rio de Janeiro: Forense, 1996, p. 30.

³⁸⁵ FERRAZ, Silvío. *Dom Eugênio de Araújo Sales: 50 anos de sagração episcopal*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2005, p. 30.

³⁸⁶ *Jornal do Brasil*, edição de 30 de março de 1971, p. 04 e edição de 27 de abril de 1971, p. 07.

³⁸⁷ São citadas as declarações da Arquidiocese de Niterói, através do monsenhor Sampaio, que substituíu o arcebispo dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, e da Arquidiocese de Porto Alegre, através de cardeal-arcebispo dom Vicente Scherer. Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, contudo, não se manifestou sobre o assunto, revelando apenas os votos aos novos nominados – dom Eugênio, para o Rio de Janeiro, e dom Avelar Brandão para a vacância aberta na Arquidiocese de Salvador – através dos telegramas que enviou. *Jornal do Brasil*, edição de 29 de março de 1971.

de dom Eugênio foi vista como “uma vitória da ala dos prudentes da Igreja”, sendo atrelada aos esforços religiosos e diplomáticos.³⁸⁸

No Rio de Janeiro, após um polêmico processo para a escolha do sucessor de dom Jaime³⁸⁹, no qual era unânime a preferência por dom Aloísio Lorscheider³⁹⁰, então presidente da CNBB, a opção final por dom Eugênio Sales causou surpresa e descontentamento ao clero local. Em resposta à nomeação de dom Eugênio, cinco padres que diziam representar um grupo composto por 30 membros do clero da Guanabara publicaram uma nota de protesto, onde expunham os resultados das três convocatórias, reafirmando a escolha pela maioria de dom Aloísio Lorscheider, de modo a não reconhecerem no desígnio papal os anseios do grupo, e declaravam: “Ignoramos que outros critérios estranhos ao clero da Arquidiocese possam ter influído no preenchimento da sede vacante”.³⁹¹ Dias depois, uma nova nota foi divulgada pelo grupo, a qual apresentava a assinatura de mais 62 padres em adesão espontânea ao que foi chamado “Manifesto dos Cinco”.³⁹²

Em carta datada de 02 de abril de 1971 e endereçada à presidência da Conferência Episcopal brasileira, os mesmos cinco padres explicavam residir os motivos para a recusa ao nome de dom Eugênio em questões pastorais, e não em fatos que dissessem respeito a sua pessoa.³⁹³ Primeiramente, creditavam a dom Aloísio uma “capacidade para ouvir e

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ Em um processo atípico, foram convocadas pelo Núncio Apostólico três reuniões com o clero carioca para a indicação do candidato à sucessão de dom Jaime como Arcebispo do Rio de Janeiro. Evidenciou-se o favoritismo de dom Aloísio Lorscheider, que já na primeira consulta tinha seu nome escolhido unanimemente. Na segunda reunião, apesar de confirmada a preferência por dom Aloísio, surgiram mais dois nomes – dom José de Castro Pinto e dom Alfonso Niehues. O terceiro encontro, mais uma vez atribuía um maior número de votos a dom Aloísio – 121 contra 55 divididos entre outros 10 indicados. Dom Eugênio, que figurava entre os votados, saía do pleito com apenas três votos. Nestes termos, sua escolha pelo papa foi recebida pelo clero do estado com surpresa e desagrado.

³⁹⁰ Dom Aloísio Lorscheider nasceu em Estrela, Rio Grande do Sul, em 08 de outubro de 1924. Foi ordenado sacerdote em agosto de 1948, e nomeado bispo em 1962, assumindo a Diocese de Santo Ângelo, cidade gaúcha. Em 1968, foi eleito secretário-geral da CNBB, mantendo-se no cargo até 1971, quando assume a presidência da Conferência. Tendo seu mandato renovado em 1974, permaneceu à frente da entidade até 1979. Neste período, assumiu a Arquidiocese de Fortaleza a partir de 1973, à frente da qual esteve até 1995, quando em agosto daquele ano foi nomeado cardeal-arcebispo da Arquidiocese de Aparecida do Norte, em São Paulo. Apresentando sua renúncia em janeiro de 2004, tornou-se arcebispo emérito daquela cidade. De acordo com Mainwaring, dom Aloísio era um reformista embora moderado, fato que teria permitido exercer influência entre os mais conservadores. Serbin também menciona a característica moderada do bispo gaúcho, embora comente que este passou gradualmente a assumir posições mais progressistas acompanhando um movimento à esquerda da CNBB, já na década de 1970. Cf. “LOSRCHEIDER, Aluísio”. In: ABREU, Alzira Alves de (et. al.) (Orgs.), *op. cit.*; MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 130; SERBIN, Kenneth P, *op. cit.*, p. 32.

³⁹¹ *Jornal do Brasil*, edição de 01 de abril de 1971, p. 7.

³⁹² *Jornal do Brasil*, edição de 12 de abril de 1971, p. 29.

³⁹³ Ministério do Exército. I Exército - 2ª Seção. Informação 832/71-SC. Rio de Janeiro, Guanabara, 24 de maio de 1971. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política (POLPOL). Setor: Secreto. Notação: 87. Caixa: 418 (2). Folha: 268-264.

dialogar, sensibilidade para os problemas pastorais e conhecimento da realidade carioca e nacional”, e reforçavam a “atuação firme e serena dele, por ocasião das últimas prisões de cristãos, leigos e padres, em nosso país”. Em seguida, tendo afirmado ser o nome de dom Eugênio de favoritismo do núncio apostólico, o texto informava que “os padres repelem explicitamente a imagem de uma Igreja conivente com os aspectos mais ambíguos da atual realidade brasileira, imagem que a Nunciatura vem promovendo através das nomeações episcopais”, a qual, dedutivamente, acreditavam que se materializaria na atuação pastoral do bispo potiguar.

Explicitam, também, que sua nomeação “contrariou frontalmente os critérios pastorais e evangélicos adotados pelo Clero, e evidenciou que houve uma prevalência de interesses estranhos ao Clero da Arquidiocese”. Poderíamos indagar sobre esses “interesses estranhos” ao contrapor a indicação de dom Eugênio à liderança assumida por dom Paulo Evaristo Arns na Arquidiocese paulistana quando de sua elevação a arcebispo, poucos meses antes, em novembro de 1970. Neste sentido, a opção por dom Eugênio em detrimento de dom Aloísio corresponderia a uma forma de equilibrar linhas distintas de ação dentro da Igreja. O posicionamento crítico de dom Paulo e sua opção pela denúncia pública dos crimes da ditadura seriam, então, atenuados pela ação discreta e comedida de dom Eugênio, e sua preferência pelo diálogo e pela conciliação. Deve se ter claro que se tratavam das instâncias máximas da Igreja Católica nas duas cidades mais importantes do país – Rio de Janeiro e São Paulo.

Os padres ressaltam, ainda, que a sua posição baseia-se, em parte, “na aguda consciência que a humanidade de hoje tem pelo respeito da dignidade da pessoa humana”, fato que demonstra uma preocupação com os rumos que o tema dos direitos humanos tomaria uma vez que dom Eugênio assumisse a Arquidiocese. Sua identificação com o governo dos militares o desacreditava como um defensor desta causa. Entretanto, contradizendo as expectativas, seria sob sua governança que a entidade viria a desenvolver um importante trabalho em favor dos direitos humanos com a implementação do projeto pioneiro de atendimento sistematizado aos refugiados das ditaduras vizinhas através da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro – objeto desta dissertação. Confrontar sua pessoa e atuação mostra-se, assim, tarefa imperiosa apesar complexa.

Recuperamos um pouco de sua trajetória – recuada aos tempos do presbiterado no nordeste –, com especial ênfase em sua relação com o regime ditatorial pós 1964 e no seu envolvimento na questão dos direitos humanos, na tentativa de compreender aquele que

foi considerado “um dos homens mais poderosos e mais controvertidos da história da Igreja do Brasil”.³⁹⁴

4.3.1 *O bispo do Nordeste*

Nordestino, dom Eugênio conhecia a miséria e o sofrimento que caracterizavam a vida naquela região marcada pela seca, a fome e a ausência dos direitos básicos ao seu desenvolvimento. Durante a Segunda Guerra Mundial, seu estado de origem, o Rio Grande do Norte, e, mais especificamente, Natal assumiram grande importância aos Aliados por seu posicionamento geográfico, tido como estratégico ao proporcionar ligação com o teatro de operações no norte da África. Com a instalação da Base de Parnamirim, a capital passou a ser considerada o “trampolim da vitória” e, durante os anos em que o conflito se desenvolveu, foi intenso o fluxo de tropas norte-americanas à região. A nova configuração da cidade influiu na reorganização da população local, que, atraída pelas possibilidades de trabalho, deslocava-se do interior e das zonas mais afastadas para o centro urbano. O fim da guerra e a retirada do contingente militar de Natal foram determinantes para o agravamento dos problemas sociais, sobretudo com a diminuição do emprego e o conseqüente aumento da pobreza.

É neste contexto que é gestado o Movimento de Natal. Dom Eugênio, ainda como padre e juntamente com o padre Nivaldo Monte e outros membros do clero, esteve à frente deste empreendimento em favor dos mais necessitados e que se operou através da articulação com os grupos leigos. O Movimento encontra definição nas palavras de Lucília de Almeida Neves Delgado e Mauro Passos:

Era um movimento cristão integral. Foi uma ação conjugada de evangelização e de ação social que cobria aquelas populações desamparadas não só de bens materiais, como também dos direitos sociais e humanos. Era um programa comprometido religiosa e politicamente com a renovação, a educação de base e a mudança social. Diante das situações conflituosas e da carência de recursos básicos para a sobrevivência dos pobres, esse movimento foi se expandindo e buscando formas mais objetivas de organização.³⁹⁵

³⁹⁴ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 26.

³⁹⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007, p. 119.

Iniciadas em 1945, as primeiras ações do Movimento de Natal se circunscreveram no meio urbano, valendo-se significativamente da participação e empenho de membros da Ação Católica, através da Juventude Feminina Católica (JFC) e da Juventude Masculina Católica (JMC). Desenvolvidas nos bairros da periferia da capital, tais ações surgem como um esforço em minorar uma situação perturbadora, assumindo assim um caráter emergencial e imediatista. Foram muitas as iniciativas, dentre as quais a experiência das Escolas Ambulatório é apenas um exemplo.

Paralelamente à ação desenvolvida na cidade, as preocupações com o meio rural motivaram o empreendimento de um trabalho nesta região. Tais preocupações advinham da consciência da “relação de causa-efeito” entre os problemas do campo e aqueles dos centros urbanos, e da confrontação “entre os valores sociais cristãos e a realidade temporal”.³⁹⁶ Assim sendo, em dezembro de 1949, dom Eugênio criou o Serviço de Assistência Rural (SAR), que iniciou suas atividades no final do ano seguinte, inaugurando a fase rural do Movimento, que pode ser pensada a partir de duas etapas fundamentais.³⁹⁷ A primeira, estabelecida com o começo das atividades do SAR, objetivava o “soerguimento” das populações do interior. Através, principalmente, da instalação da Missão Rural no estado, pretendia-se possibilitar o bem-estar das comunidades rurais a partir do auxílio religioso, da educação, da orientação no trato da terra e no socorro à saúde.

Pouco a pouco, percebeu-se a importância de um trabalho que atingisse as estruturas, modificando-as. Vale dizer que por “mudança das estruturas”, o Movimento de Natal se referia “à transformação dos sistemas tradicionais que, de direito ou de fato, regulavam as relações políticas, político-administrativas e de trabalho (inclusive a relação homem-terra)”.³⁹⁸ Essa ideia era anunciada por dom Eugênio, que declarou:

A comunidade é força de pressão para mudança de estrutura. Não se justifica um trabalho de desenvolvimento de comunidade que fique a atender os efeitos sem atingir as suas causas. Estaria fora da realidade sociológica do Nordeste quem se contentasse em organizar clubes, grupos artesanais, maternidade, etc., em integrar todo esse trabalho em metas comuns visando às causas que determinam a promoção dessas comunidades. A destruição de uma estrutura obsoleta, injusta e,

³⁹⁶ BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p. 71.

³⁹⁷ A divisão do Movimento de Natal em duas fases, urbana e rural, e a identificação de duas etapas nesta última é uma opção de Mons. Raimundo Menezes Brasil, apresentada em obra já referenciada.

³⁹⁸ *Idem*, p. 81.

portanto desumana é objetivo indispensável em qualquer trabalho de desenvolvimento comunal.³⁹⁹

O percurso nessa luta por transformação passava pela ação educativa. Nesse sentido, assumiram destacado papel o trabalho de educação de base e de sindicalização rural, e as campanhas de politização, implementados de modo articulado com vistas ao desenvolvimento da população local.

A preocupação com a educação foi uma constante no Movimento de Natal – no meio urbano e rural, e independente da etapa – através de um trabalho desenvolvido nas paróquias e escolas locais. Contudo, com a criação no estado da Emissora de Educação Rural, em 1958, e lançamento de um programa de alfabetização no campo por meio das escolas radiofônicas, este assumiu maior vulto. Foi um trabalho pioneiro que sedimentou o caminho para a criação do Movimento de Educação de Base (MEB). A oficialização do serviço das escolas radiofônica ocorre em 1961, através de um acordo entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o governo Jânio Quadros. É justo apontar para a amplitude do projeto concebido pelo MEB. Nas palavras de Thomas Bruneau, “a educação de base, tal como era entendida pelo MEB, não visava apenas à alfabetização, mas principalmente, à mobilização social, ou politização, através do conceito de ‘Conscientização’”⁴⁰⁰, compreensão igualmente presente no projeto educativo desenvolvido pelo Movimento de Natal, para o qual a educação de base

não deve ser entendida como simples processo de transmissão de padrões mentais de comportamento, consagrados pela cultura local. Na mente dos líderes do Movimento, o processo educativo consistia na criação de novos padrões mentais ou concepções (conscientização) e politização, enfim, novos métodos de comportamento.⁴⁰¹

No que concerne às campanhas de politização, havia um setor específico para essa tarefa no SAR – o Setor de Politização –, que, através de cursos, palestras, textos e artigos publicados e distribuídos, e das falas dominicais de dom Eugênio, buscava alcançar a população rural.

Segundo Mons. Raimundo Menezes Brasil, tais ações constituíram

³⁹⁹ Idem, p. 94-95.

⁴⁰⁰ BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p. 156 *apud* DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro, *op. cit.*, p. 120.

⁴⁰¹ BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p. 85.

[um] verdadeiro “assalto” organizado contra os padrões culturais, que regulavam o sistema tradicional de relação do meio rural. Quer procurando despertar uma consciência de classe, quer suscitando aspirações de posse da terra, quer ainda, e principalmente, estimulando e criando condições para organização da classe trabalhadora em sindicatos, o Movimento, através de um processo educativo visava, em primeiro lugar, atingir as relações de trabalho. O mesmo se diga das relações ou fidelidades políticas (aliás, intimamente ligadas às primeiras), através do combate ao “curral” eleitoral, ao “cabresto”, à venda do voto, e da pregação do voto livre e consciente. O adulto analfabeto era motivado a alfabetizar-se para progredir, para apagar uma “mancha” no mapa do Brasil, para ler e conhecer a legislação trabalhista e, finalmente, exercer seu direito de voto.⁴⁰²

Por sua vez, o trabalho de sindicalização do SAR teve início em agosto de 1960, quando foi criado o Setor de Sindicalismo. De acordo com dom Eugênio, encontrava-se no cerne deste processo o desejo de “dar autonomia ao leigo no campo temporal”.⁴⁰³ Em palestra dominical de 25 de abril de 1961, dia do encerramento do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, realizado em Natal, declarou que “entre os grandes objetivos do conclave, destacaram-se: dar uma consciência à classe que se reúne; fazer surgir o espírito de união, condição indispensável à defesa dos direitos dos mais fracos”, para então concluir que “na legislação vigente, a fórmula reconhecida no meio operário para essa união é o sindicato”.⁴⁰⁴ Dom Eugênio buscava nos fundamentos da própria Igreja respaldo para o trabalho de sindicalização operado pelo SAR e que alarmava parte dos fiéis:

A sindicalização é um dos postulados da Doutrina Social da Igreja. Os documentos pontifícios são peremptórios nas afirmações de que a caridade não substitui a justiça nas relações entre patrões e operários. Assim, é um escárnio a Cristo o cristão que combate a sindicalização bem orientada, ou que oprime o pobre.⁴⁰⁵

A ideia de uma sindicalização “bem orientada” parece corresponder à ingerência da Igreja no assunto a fim de afastar a possibilidade de uma ação embasada na ideologia marxista. Em que pese a sua importância, é necessário dizer que a sindicalização do homem do campo respondia bem ao temor da expansão dos sindicatos criados pelos comunistas, tendo sido encorajada pela CNBB. A Conferência viria a elaborar um

⁴⁰² Idem, p. 77.

⁴⁰³ *O Globo*, edição de 15 de agosto de 1979, p. 10.

⁴⁰⁴ BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p. 74-75.

⁴⁰⁵ Idem, p. 75.

programa, à luz da encíclica *Mater et magistra*, para a ação dos católicos nesse sentido, além de orientar o clero para sua estimulação entre os trabalhadores rurais.⁴⁰⁶ Assim, a criação e atuação do SAR e de outros centros de sindicatos rurais ligados à Igreja são constantemente justificadas pela proeminência que as Ligas Camponesas pernambucanas assumiram na década de 1950 e ao temor que criaram nos meios eclesiásticos.⁴⁰⁷

Amparados e instruídos pela Igreja, os sindicatos então criados prezariam pela harmonia de classes a partir de uma ação conciliatória, anulando uma possível potencialidade revolucionária. Márcio Moreira Alves, por exemplo, ao analisar o sindicalismo desenvolvido pelo Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) escreve:

O objetivo do SORPE era formar sindicalistas segundo o magistério social da Igreja e coloca-los à frente dos sindicatos em formação com a missão de resolverem harmoniosamente os conflitos entre os camponeses e proprietários. Os padres deviam conservar o controle destes sindicatos ou passá-lo a jovens advogados da sua confiança. O papel dos camponeses devia ser semelhante ao dos indígenas das missões jesuítas do século XVII: executores fiéis das palavras de ordem que os agentes da Igreja lhes transmitiam, para seu próprio bem.⁴⁰⁸

Uma análise deste tipo deixa entrever a instrumentalização do sindicalismo rural pela Igreja a fim de garantir a manutenção de sua influência e privilégios, negando aos trabalhadores uma capacidade decisória de ação e mudança. Nestes termos, incentiva a refletir sobre os resultados – revertidos em avanços reais para estes trabalhadores – de um projeto aparentemente mais lento e mediado de sindicalismo.

Contudo, sem subestimar o peso que as ameaças externas exerciam sobre a Igreja – das quais o comunismo é exemplar e que se manifestavam através dos movimentos populares –, há que se ter em mente a ressonância que movimentos como as Ligas Camponesas tiveram em membros do clero, não no sentido de criar uma competição por influência, mas sim por propiciarem uma crescente conscientização dos históricos e profundos problemas sociais do país, despertando em setores da Igreja uma sensibilidade

⁴⁰⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro, *op. cit.*, p. 119.

⁴⁰⁷ Resposta ou não ao crescimento das Ligas Camponesa e resolução à ameaça comunista que representavam, o general Antônio Carlos da Silva Muricy observaria pouca diferença entre os métodos dos sindicatos do SAR e das Ligas Camponesas de Francisco Julião. SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 151

⁴⁰⁸ ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 135-136.

para a população empobrecida e marginalizada, e encorajando a reavaliação da prática pastoral.⁴⁰⁹

Fato é que a sindicalização rural implementada no Rio Grande do Norte ressonou nos demais estados nordestinos que acabaram por inaugurar movimentos semelhantes. Alguns dados dão prova dos resultados alcançados: em setembro de 1961 havia apenas seis sindicatos rurais reconhecidos; até dezembro de 1963, chegaria a 156 o número de sindicatos em todo país aceitos pelo Ministério do Trabalho.⁴¹⁰

Contudo, mesmo representando um programa de centro e com característica anticomunista⁴¹¹, o SAR atraiu a atenção das classes detentoras do poder político e econômico na região. Nas palavras de Mons. Raimundo Menezes Brasil, “Foi, sem dúvida, o sindicalismo rural que fez tanto o SAR como dom Eugênio merecerem os maiores elogios e receberem também as mais graves acusações”.⁴¹² Com o golpe, o então bispo auxiliar de Natal chegou a ser acusado de comunismo. Nesta ocasião o trabalho desenvolvido até o momento, sobretudo no que diz respeito à sindicalização, sofreu grave revés. Diante de uma total paralização de suas atividades e das arbitrariedades cometidas contra seus líderes, dom Eugênio precisou se mobilizar para restituir a liberdade de vários destes e impedir novas prisões.⁴¹³ De acordo com Menezes Brasil:

Quando, vários meses mais tarde, a Federação pode novamente reunir seus líderes sindicais para balanço e para mais que prudentemente tentar uma lenta recuperação, suas bases acusavam, no conjunto, um desfalque de quase metade de seus associados e vários sindicatos não mais podiam constar no mapa.⁴¹⁴

Essa colocação contradiz a fala de dom Eugênio em matéria do jornal *O Globo*, de 1979. Nesta, o então arcebispo do Rio de Janeiro declarou que “Quando veio a revolução de 64 apenas três sindicatos foram fechados ou desapareceram. Em maio de 64 eu fazia em Natal uma reunião com todos os presidentes de sindicatos do Rio Grande do

⁴⁰⁹ “Eles [os movimentos populares] também ajudaram a gerar uma nova consciência dos problemas fundamentais da sociedade brasileira, modificando assim a forma com que muitos líderes e instituições percebiam a sociedade. Politizaram os problemas sociais que existiam a gerações, tornando o clero progressista mais consciente das injustiças sociais e da necessidade da Igreja de dedicar-se a elas. [...] Não foi a existência da pobreza, mas sim a politização dessa pobreza que fez com que alguns setores da Igreja repensassem o seu conservadorismo político”. Cf. MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 55-56.

⁴¹⁰ BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p. 76.

⁴¹¹ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 151

⁴¹² BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p.73.

⁴¹³ Idem, p. 80.

⁴¹⁴ Idem.

Norte.”⁴¹⁵ O discurso adotado pelo bispo-cardeal, negando ou atenuando a intensidade da repressão desencadeada pelo governo golpista contra os líderes sindicais, reflete a opção por uma apresentação do regime militar consonante com aquela que os próprios militares queriam transmitir, tanto dentro do país como no exterior. Ao se inserir no contexto de uma anunciada abertura política e transição democrática – tendo sempre em mente as contradições em que o período está absorto –, a preservação de uma imagem de respeito aos direitos humanos – tema bastante em voga, então – era extremamente importante. Desta declaração de dom Eugênio, em 1979, sobressaem aspectos da colaboração que assumiu com o regime, principalmente, no que diz respeito à formulação e sustentação positiva de sua reputação.

Objetivando a mudança nas estruturas, advogadas pelo SAR na segunda etapa da fase rural do Movimento, levantou-se a bandeira da reforma agrária. A fixação do homem à terra foi uma preocupação constante para dom Eugênio.⁴¹⁶ De modo geral, a questão fundiária preocupava a Igreja como um todo. De acordo com Paulo César Gomes, tal assertiva se sustenta na crença de que uma vida marcada por conflitos com os poderosos latifundiários e pela exploração da força de trabalho abalava a fé das populações camponesas, ameaçando a prática pastoral. Nesses termos, a solução para esse impasse passava pela reforma agrária.⁴¹⁷ Contudo e ainda segundo Gomes, apesar da defesa da redistribuição de terras pela Igreja Católica, suas iniciativas nesse assunto foram sempre muito limitadas e partiam do entendimento da necessidade de um trabalho conjunto com o Estado.⁴¹⁸

De modo concreto, dom Eugênio lograria avanços nessa questão a partir da experiência bem-sucedida de colonização dos vales úmidos norte-rio-grandenses. O modelo a ser seguido seria o do Núcleo Colonial do Pium, criado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), mas que apenas prosperou ao passar à administração do agrônomo Antônio Coelho Malta, contando, a partir daí, com o apoio do bispo e do governador do estado, Dinarte Mariz. Dando prosseguimento ao empreendimento, foi

⁴¹⁵ *O Globo*, edição de 15 de agosto de 1979, p. 10.

⁴¹⁶ A inquietude com o homem do campo e a defesa da reforma agrária não se limitaram à época em que o cardeal atuou no nordeste brasileiro. Em entrevista de 1988, quando o assunto foi a Constituição recém-elaborada, dom Eugênio, há quase 20 anos à frente da Igreja no estado do Rio de Janeiro, foi catedrático em dizer que, no tocante à reforma agrária, “Ficou muito aquém do que desejávamos”. *O Globo*, edição de 02 de outubro de 1988, p. 11.

⁴¹⁷ Não obstante, os métodos para concretizá-la, como tantas outras questões, dividiam o clero. Além disso, as posições e declarações a respeito do tema mudaram ao longo do tempo, embora mantivesse certa moderação até o início da década de 1960. Cf. MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 72-77.

⁴¹⁸ GOMES, Paulo César, *op. cit.*, p. 74.

comprada pelo governo estadual do Rio Grande do Norte um terreno no vale do Punaú.⁴¹⁹ A extensão de terra seria preparada para o plantio inicial de arroz, recebendo, a princípio, imigrantes japoneses encarregados dos primeiros cultivos e, posteriormente, da transmissão das técnicas agrícolas às famílias de nacionais então assentadas na nova colônia. Cerca de aproximadamente 49 famílias foram beneficiadas com a doação dos lotes de terra no vale do Punaú.⁴²⁰ Na execução e concretização do projeto, a Arquidiocese de Natal pôde contar com o financiamento da Misereor, entidade da Igreja Católica alemã comprometida com o desenvolvimento e luta contra a pobreza. Os recursos providos pela organização permitiram a construção de casas para os colonos de Punaú.⁴²¹

A experiência de colonização levada a cabo no estado era apresentada como uma importante inovação, cujos resultados deveriam inspirar os demais:

Sem favor o Rio Grande do Norte está proporcionando um grande exemplo para o Nordeste e seria de toda conveniência que os responsáveis pela administração pública dos outros Estados, bem como os representantes do poder legislativo e sobretudo dos agrônomos, tanto com função pública como particular fizessem uma visita aos trabalhos de recuperação dos vales úmidos para colonização.⁴²²

Ademais, a experiência era referenciada como percussora da reforma agrária a ser realizada ou mesmo um exemplo de sua efetivação:

Adquiriu o Governo, por compra, o Vale do Punaú onde serão localizadas em breve os colonos que darão início à obra de recuperação daquelas terras destinadas a serem o grande celeiro do Estado. Oportunamente remeteremos ao Legislativo a mensagem que institui

⁴¹⁹ “Ciosos das possibilidades do empreendimento, conscientes da produtividade dos vales úmidos e sobretudo antevendo a felicidade para milhares de famílias que irão ser colocadas nessas glebas dadas, não tiveram dúvidas os dois homens de governo do poder civil e do eclesiástico e entraram em ação. Sr. Dinarte Mariz mandou adquirir a propriedade julgada conveniente pelo agrônomo e Dom. Eugênio viajou ao Rio de Janeiro para tomar outras providências, inclusive levar o pedido de exoneração do administrador do Núcleo Colonial do Pium, dr. Antônio Malta, pois este chegou à conclusão de que não seria possível enfrentar os novos trabalhos no vale do Punaú, estando ainda ligado ao outro núcleo.” *Jornal O Poti*, Natal, edição de 29 de julho de 1958, p. 1 e 4.

⁴²⁰ “Experiência de Reforma Agrária”, disponível em <https://domeugeniosales.webnode.com.br/experiencia-de-reforma-agraria-no-rn/>. Acesso em 02 de abril de 2018. Menção à contribuição de dom Eugênio Sales no assentamento de famílias em áreas rurais do Rio Grande do Norte pode ser encontrada no trabalho de Silvio Ferraz e de Mons. Raimundo Menezes Brasil. Cf. FERRAZ, Silvio, *op. cit.*, p. 23-26; BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p. 72-72.

⁴²¹ *Jornal Diário de Natal*, Natal, edição de 27 de junho de 1962, p. 6 e 4.

⁴²² *O Poti*, Natal, edição de 29 de julho de 1958, p. 1.

uma Fundação tendo como patrimônio o Vale do Punaú, obra pioneira que marcará nas devidas proporções o início da reforma agrária.⁴²³

Em matéria cujo título e subtítulo eram, respectivamente, “Vale do Punaú recebe colonos brasileiros” e “Uma experiência triunfante de reforma agrária”, lia-se:

Quinze novas famílias serão instaladas no dia 7 do corrente no vale do Punaú, no núcleo pertencente à Fundação Pio XII. São colonos norteriograndenses selecionados, que, graças ao trabalho social da Igreja, entre nós, terão acesso à terra. O setor de colonização do Serviço de Assistência Rural já preparou a programação, no intuito de não haver contratempo, na instalação desses rurícolas.⁴²⁴

A ênfase em uma ação articulada com governo nascia da própria compreensão do papel que a Igreja tinha para dom Eugênio. Em palestra dominical de 07 de maio de 1960 o bispo afirmava: “Realmente, não pode a Igreja resolver problemas de ordem econômica e material. Isso, pois, compete ao Governo. Mas pode realmente ensinar o caminho e organizar seus filhos para que, dentro da verdade e da caridade, façam cumprir deveres e façam valer direitos”.⁴²⁵ A consciência das responsabilidades da instituição e dos limites de sua ação definiu a postura e as estratégias por ele adotadas no exercício do seu ministério ao longo dos anos. Favorável ao diálogo e à conciliação, como se verá mais a frente, sobretudo quando tratarmos do seu relacionamento com o regime militar, dom Eugênio conviveu com membros da elite e figuras importantes do meio político e econômico de seu tempo. Tal comportamento, contudo, não deve ser confundido ou pensado a partir de uma atitude passiva. Pelo contrário, o bispo nordestino se tornaria conhecido por sua autonomia.

A postura incomplicente de dom Eugênio ante a exploração dos mais pobres e a ganância desmedida de alguns o colocaria em evidência em 1958, por ocasião da seca daquele ano na região. Levando a questão ao governo federal, através de contatos diretos com o então presidente Juscelino Kubitschek, e mobilizando-se junto ao clero, o bispo denunciou e batalhou pela desarticulação da “indústria das secas”, um conjunto de atividade que, oriundas da incompetência na gestão do dinheiro público e da desonestidade dos detentores do poder político e econômico local, faziam da seca e, por

⁴²³ Trecho do discurso do governador do Rio Grande do Norte, Dinarte de Medeiros Mariz, à Assembleia Legislativa, em 01 de junho de 1959, e publicado na íntegra pelo jornal *Diário de Natal*, Natal, edição de 06 de junho de 1959, p. 14.

⁴²⁴ Jornal *Diário de Natal*, Natal, edição de 09 de maio de 1963, p. 4 e 7.

⁴²⁵ BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p.75.

consequente, do sofrimento dos mais pobres, uma fonte de enriquecimento.⁴²⁶ Minada a ação dos industriais da seca, dom Eugênio contrariou importantes grupos, rendendo-lhe desafetos entre políticos corruptos, aos quais teria respondido: “Diante da miséria tremenda não restava outra atitude a ser tomada... É missão do pastor velar pelo seu rebanho. Reconheço que contaria interesses, mas acima de tudo deve estar o cumprimento do *múnus episcopal*.”⁴²⁷

Ainda que essa atitude pretendesse mais à “eliminação de um subproduto da estrutura político-administrativa do que propriamente uma mudança de estruturas”⁴²⁸, mostrou-se fundamental para a reorientação do Movimento que passava a agir nessa frente. De acordo com Alceu Ravello Ferraro:

Dela o Movimento de Natal saiu fortificado. Apesar de a ação em favor dos flagelados ter sido concebida, encetada e assumida pelo bispo e pelo clero, principalmente do interior, numa iniciativa partida do alto e, à primeira vista, inteiramente paternalista, as comissões locais mobilizaram grande número de pessoas do interior, já engajadas ou não nas atividades do Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese, para serviços de alistamento, supervisão das frentes de trabalho, e distribuição de gêneros alimentícios aos trabalhadores. Essa participação no enfrentamento do principal problema da seca – desorganização e desonestidade administrativa – levou muitos a tomarem consciência e a interessarem-se pelos problemas cotidianos do homem do campo, particularmente do trabalhador rural.⁴²⁹

Dom Eugênio certamente não era um comunista. Possuía uma opinião forte e contrária à Teologia da Libertação⁴³⁰, e sobre o marxismo e a sua instrumentalização para formulação da Doutrina Social da Igreja.⁴³¹ Ademais, empenhou-se em garantir a

⁴²⁶ FERRARO, Alceu Ravello. O Movimento de Natal e a indústria das secas (1958). Revista Educação em Questão, Natal, v. 26, n. 12, p. 198-211, mai/ago. 2006.

⁴²⁷ Jornal *A República*, Natal, edição de 11 de maio de 1958, *apud*, FERRARO, Alceu Ravello, *op. cit.*, p. 208.

⁴²⁸ BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p. 78.

⁴²⁹ FERRARO, Alceu Ravello, *op. cit.*, 208-209.

⁴³⁰ “Os documentos da Santa Sé sobre a Teologia da Libertação são de uma clareza absoluta. Apenas algumas pessoas interpretam de forma errada, porque há uma vertente marxista que defende a luta de classes e o recurso da violência. A busca da libertação do homem é legítima e necessária, é o Papa quem diz isso. Toda a linha da diocese do Rio segue a Doutrina da Libertação, segundo o documento da Santa Sé. Eu sou é contra a linha errada da Teologia da Libertação. [...] É impossível uma vida cristã sem justiça social. A Teologia da Libertação pretende libertar o homem do pecado e das injustiças sociais. [...] Nós procuramos a libertação espiritual e material das pessoas. Se dependesse de todos os Bispos, acabariam a injustiça, a fome e a miséria. Defendo uma luta sem trégua nesse sentido. Agora o método não pede luta de classes.” *O Globo*, edição de 02 de outubro de 1988, p. 11.

⁴³¹ “Quanto ao marxismo, minha posição sempre foi clara: há uma diferença profunda e radical entre cristianismo e marxismo. Jamais pode haver uma conciliação entre filosofia marxista e visão cristã. São Tomás de Aquino e Aristóteles puderam se entender (aquele cristianizou este), mas a radicalidade da oposição entre o materialismo de Marx e a visão do Cristianismo, torna impossível batizar Marx. Não nego

subordinação dos movimentos leigos à hierarquia eclesiástica, condenando a radicalização e o crescente envolvimento de seus membros com a esquerda brasileira. Exemplar é o caso da Juventude Universitária Católica (JUC)⁴³², no qual o bispo assumiu a liderança na oposição ao grupo, que desde o final da década de 1950 abraçava posições mais autônomas e radicalizava-se através da opção pela ação política, condicionando uma série de sérios conflitos com setores da Igreja, que acabariam por enfraquecê-lo, culminando em sua dissolução até 1966.⁴³³

Contudo, o período em que atuou no Nordeste, sobretudo a década de 1950, assistiu à renovação do catolicismo brasileiro, sentida sobretudo na região, então marcada pela extrema pobreza, sofrimento e marginalização de sua população.⁴³⁴ Dom Eugênio se influenciou deste movimento e o incorporou em seu trabalho pastoral. Entretanto, não se deve diminuir sua responsabilidade neste processo. Chama a atenção sua liderança e engajamento pela mudança social, cujas iniciativas mencionadas apenas corroboram. Para aqueles anos, é crível alinhá-lo ao setor reformistas do clero⁴³⁵, cujas preocupações com a justiça social e dedicação em promovê-la se sobrepõem a de grupos mais conservadores e tradicionalistas. O relato de dom Waldyr sobre o cardeal é elucidativo do que se coloca:

Eu soube que logo que Castello Branco tomou posse, na conversa com outros militares, assim passaram para nós, bispos, o Castello disse que o bispo mais perigoso do Brasil era dom Eugênio Sales. Porque dom Eugênio era uma capacidade organizativa lá no Nordeste, muito marcante dentro do episcopado. Eugênio, morando lá em Natal, dentro daquela miséria, ele só lidava mesmo com a miséria. E as iniciativas dele eram mesmo amplamente sociais. A dimensão social dele, a opção social dele, a dimensão do trabalho dele era conhecida no Brasil inteiro.

merecimentos em Marx, e o próprio Concílio afirma que há parcelas de verdade em todas as doutrinas. Ele despertou maiores preocupações entre os homens para com seus semelhantes e nesse ponto se poderia dizer que há semelhanças com o Cristianismo, mas são apenas semelhanças externas, periféricas. Na raiz profunda da doutrina, há uma dessemelhança essencial.” *O Globo*, edição de 15 de agosto de 1979, p. 10.

⁴³² Ramificação da Ação Católica – movimento leigo, tutelado pela Igreja e que logrou em fornecer quadros à sua ação pastoral –, a JUC daria origem à Ação Popular (AP), grupo revolucionário que participou da luta armada. Sobre a Ação Católica e, especialmente, a JUC, sua evolução e conformação da AP Cf. ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 121-134.

⁴³³ MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 83-85.

⁴³⁴ Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves, PASSOS, Mauro, *op. cit.*

⁴³⁵ Oriento-me pela definição de reformista apresentada por Scott Mainwaring: “Os reformistas aceitaram a secularização como inevitável e acreditavam que ela traria algumas consequências positivas. Eram menos antiprotestantes e mais anticomunistas do que seus predecessores e mais preocupados com a justiça social e com a comunidade. Os reformistas acreditavam que a mudança política era necessária para criar uma sociedade mais justa, mas rejeitavam as transformações radicais. Eram mais democráticos nas práticas eclesiásticas, dando mais autonomia aos grupos leigos. Estimulavam várias reformas eclesiásticas, inclusive na liturgia e no catecismo, e davam mais atenção ao trabalho com as massas do que seus predecessores.” MAINWARING, Scott, *op. cit.*, p. 66.

Eu mesmo, como bispo auxiliar no Rio, ia participar dos encontros e cursos que dom Eugênio proporcionava lá em Natal. Como bispozinho novo, eu fui participar. Porque a gente se atualizava e dom Eugênio tinha uma capacidade de liderança muito grande. E foi ele quem trouxe para nós aquela alfabetização pelo rádio, o MEB...⁴³⁶

A dimensão social do trabalho de dom Eugênio não pode ser, assim, negligenciada. Os projetos executados durante o período em que estive no Nordeste, sobretudo à frente da Arquidiocese de Natal, atestam a importância que as consternações pela condição humana tiveram numa tomada de consciência e empenho pelo combate às desigualdades, e substituição da velha ordem político-econômica por outra que preconizasse a vida e o desenvolvimento integral do homem. É com o conhecimento deste trabalho que a conclusão a que chega Kenneth Serbin a respeito do bispo nordestino se faz elucidativa:

Apesar de anticomunista, não se alinhava com o setor tradicionalista e direitista do catolicismo, que aplaudira o golpe. Ele tinha compromisso com a reforma da sociedade brasileira. Ajudou a construir os alicerces para o catolicismo progressista no Brasil, embora evitasse seus elementos radicais e confiasse menos nos movimentos populares e mais nas classes altas e médias para a obtenção da mudança social.⁴³⁷

Retomando a ideia ora anunciada, a “confiança” nas classes médias e altas para a mudança definiu o comportamento de dom Eugênio no enfrentamento dos problemas com os quais se deparou e capazes de atrapalhar sua missão como pastor. A análise de alguns episódios marcantes de sua trajetória demonstra a busca pelo entendimento com as autoridades, o que não representa o descuido de um trabalho realizado junto às bases e os mais necessitados. O diálogo, antes de tudo, definia sua forma de agir. O insucesso deste, contudo, não condicionou uma atitude condescendente. É pela postura firme, por vezes ativa e autoritária, que dom Eugênio seria lembrado.

4.3.2 *Dom Eugênio e o regime militar*

A figura de dom Eugênio Sales é normalmente lembrada por representar a mais importante ligação entre a Igreja Católica e o governo dos generais. O bom

⁴³⁶ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 58-59.

⁴³⁷ *Idem*, p. 159.

relacionamento com homens do alto escalão do regime permitiu Márcio Moreira Alves defini-lo como o “grande defensor da união com os militares e da colaboração com a ditadura”.⁴³⁸ A mencionada colaboração se operou, sobretudo, na defesa da imagem que se queria projetar do Brasil, principalmente no exterior, onde as campanhas pela defesa dos direitos humanos praticadas pelos exilados brasileiros ganhava repercussão internacional; mas, também, internamente ao silenciar-se sobre temas importantes da vida política, impondo esta mesma conduta ao clero carioca.⁴³⁹

O relacionamento com os sacerdotes sob sua jurisdição parece ter sido marcado por constantes atritos. Para além da ação movida por um grupo de padres contrários à sua nomeação ao arcebispado do Rio de Janeiro, já comentada, uma matéria publicada em 1979, por ocasião da sagração da Catedral Metropolitana na cidade, permite entrever que os conflitos marcaram a década:

A ação de D Eugênio no Arcebispado do Rio de Janeiro não é nada tranquila. Enfrentou a oposição de um grupo de padres e, no fim da Quaresma de 1974, quando o lema da Campanha da Fraternidade era Onde está o teu irmão?, uma carta anônima o questionava: “Onde estão os teus irmãos que pressionaste a deixar o sacerdócio porque foram sinceros contigo?”; ou “Por que não desces do teu trono e não saís do teu palácio para sentires o povo teu irmão?”

Perguntas duras, creis [sic], mas que não abalaram o Cardeal, que enfrentou os momentos difíceis das deserções sacerdotais (“doloroso para quem deixa e para quem fica, como escreveu) e dos processos judiciais movidos contra ele por padres. E são raros os momentos de desabafo, como o que ele se permitiu um dia, a jornalistas: “Eu ficaria bem feliz se alguns padres deixassem o Rio”.⁴⁴⁰

Postura igualmente autoritária foi dirigida ao clero na Bahia. De acordo com um telegrama datado 14 de agosto de 1968, dom Eugênio, então administrador apostólico naquela Arquidiocese, teria fornecido uma nota à imprensa na qual se declarava contrário à participação da Igreja em passeatas, proibindo a presença de clérigos em movimentos deste tipo.⁴⁴¹

Contudo, não só de apoio esteve permeada relação de dom Eugênio com o regime autoritário do pós 1964. Algumas manifestações ao longo dos anos em que vigorou a

⁴³⁸ ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 66.

⁴³⁹ VIEIRA, Jessie Jane. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. Passagens: Revista de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 3, n. 2, mai/agosto 2011, p. 203-216, p. 210.

⁴⁴⁰ *Jornal do Brasil*, edição de 12 de agosto de 1979, p. 26.

⁴⁴¹ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.0178, folha 20.

ditadura brasileira lançam luz sobre um comportamento independente e controverso por parte do bispo potiguar.

Recuperar o relacionamento do cardeal com o regime militar implica tecer alguns comentários sobre características particulares de dom Eugênio e das Forças Armadas. Articuladas tais características, percebemos o cultivo de valores comuns que os aproximava e, em grande medida, permitiu o bom convívio que atravessou a ditadura. É Candido Mendes quem melhor nos oferece uma observação deste tipo. Por ocasião das reuniões da Comissão Bipartite, avaliou:

Dom Eugênio sabia muito bem criar as distâncias necessárias e definir um comportamento idêntico aos militares no sentido da preservação da hierarquia e das aproximações de conversa. Mantinha a cerimônia necessária para o respeito das reuniões, e sabia também excepcionalmente ter os seus momentos de intimidade, que valiam inclusive uma certa descompressão das reuniões [...] Ele ria! Sabia falar também. [...] Ele tinha um sentido de pontualidade e de realização das suas tarefas num tipo de disciplina que era profundamente sensível também para os militares.⁴⁴²

O zelo pela ordem e disciplina conduziu a uma aproximação de Dom Eugênio aos militares já em 1958, quando, em seu combate à indústria da seca no Nordeste, solicitou ao presidente da República que entregasse a coordenação das obras ao general comandante do Exército em Natal, no qual depositava a esperança de que pudesse pôr fim à bagunça operada pelos governantes corruptos na gestão dos recursos públicos, aplicados conforme interesses próprios. Mesmo advertido da configuração de uma intervenção federal, dom Eugênio afirmava que a nomeação de um interventor para a região driblaria os impasses causados pelas divergências entre o governo federal e estadual, além de que “a nomeação de um general seria também a única maneira de excluir os políticos que teriam medo do Exército”.⁴⁴³ Ainda em suas palavras:

O presidente disse que tomaria todas as medidas necessárias, que nomearia um General. Eu voltei imediatamente para Natal. Foi designado o General Manoel Guedes. Este convocou todos os órgãos federais. Convocou-os como se fossem oficiais. Ao Diretor de uma dessas autarquias que criou dificuldades, ameaçou prendê-lo. Foi uma verdadeira operação de guerra. Mapas nas mesas: os pontos atingidos, levantamento de estoques, uma verdadeira operação militar. A Igreja, então, à medida que o Exército ia assumindo, foi retirando-se de sua

⁴⁴² SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 228.

⁴⁴³ FERRARO, Alceu Ravello, *op. cit.*, 207.

posição de enfrentar pessoalmente o problema, ficando mais com a parte assistencial: assistência aos velhos, inválidos, viúvas, doentes.⁴⁴⁴

Essa cooperação não impediu, todavia, que deflagrado o golpe em março de 1964, dom Eugênio, então bispo auxiliar da Arquidiocese de Natal, proibisse o *Te Deum* em comemoração à vitória militar, uma atitude isolada, que encontrou pouco eco no episcopado.⁴⁴⁵ Apesar da posição de “neutralidade e expectativa”⁴⁴⁶ ante a nova ordem política, a atitude – um primeiro indício da postura autônoma que lhe seria característica – apontava para sua insatisfação ante os acontecimentos recentes: “Eu podia estar de acordo com a derrota dos comunistas, mas não com os métodos seguidos para combatê-los”, relembra.⁴⁴⁷ Como exposto, após o golpe, dom Eugênio teve que intervir contra os arbítrios imediatos do novo governo que agiu sobre as lideranças sindicais no estado, prendendo muitas delas.

Em 1968, ano de significativa efervescência política e de grandes manifestações contra a ditadura, seu discurso de posse como arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil caracterizou-se pelo esvaziamento político do seu conteúdo, conforme denuncia Jessie Jane Vieira: “Nenhuma palavra sobre a conjuntura política pela qual passava a sociedade brasileira”.⁴⁴⁸ Por outro lado, após a promulgação do Ato Institucional nº 5 – o “golpe dentro do golpe” –, negou-se a celebrar uma missa em louvor ao ditame: “Vocês que estão contentes com o AI-5 podem agradecer a Deus, mas não por meu intermédio”, teria dito ante o pedido de Abdon Sena, comandante na região.⁴⁴⁹ Sobre o novo ordenamento jurídico, escreveu ao general Antônio Carlos da Silva Muricy, deixando clara sua crítica. Em trecho da carta, que abordava também a questão da deterioração das relações entre Igreja e Estado, escreveu:

3. O último Ato afeta a ordem jurídica e isso me preocupa vivamente. Um homem a depender da vontade de outro sem ter para quem apelar é grave. Se as pessoas fossem como você, eu poderia estar momentaneamente tranquilo. A realidade, entretanto é outra e não há um prazo para o retorno à normalidade. Como sair dessa situação? Não vejo. Muricy, não deixe tocar no Supremo Tribunal Federal.⁴⁵⁰

⁴⁴⁴ Idem, p. 208.

⁴⁴⁵ FERRAZ, Silvio, *op. cit.*, p. 17; SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 159.

⁴⁴⁶ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 159.

⁴⁴⁷ FERRAZ, Silvio, *op. cit.*, p. 17.

⁴⁴⁸ VIEIRA, Jessie Jane, *op. cit.*, p. 209.

⁴⁴⁹ CASADO, José. 2008b. “O general do Papa”. *O Globo*, 03 de março, p. 04.

⁴⁵⁰ Carta de dom Eugênio para Muricy, Salvador, 25 de dezembro de 1968, FGV/CPDOC, ACM, rolo 1, doc. nº 784, p. 2, *apud*, SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 162. Nas palavras de Kenneth Serbin: “O apelo para que se preservasse a Suprema Corte, que se mostrara pouco cooperativa com os militares ao libertar

Em 1980, mais uma negação diante das Forças Armadas: condecorado pelo Exército com a Medalha do Pacificador, dom Eugênio negou-se a receber a comenda. Sem prestar grandes esclarecimentos sobre sua decisão, o cardeal afirmou ter apreço pela condecoração, embora declarasse: “quanto à recepção da mesma, deixo o assunto para posterior apreciação”.⁴⁵¹ Em entrevista concedida ao jornalista Geneton Moraes Neto, dom Eugênio mencionou a situação política do país e a tortura praticada pelo regime como motivos levados em conta para sua decisão. Ademais, citou a atitude de dom Agnelo Rossi, então arcebispo de São Paulo e presidente da CNBB, ao negar a mesma condecoração, em 1968, e cujo exemplo desejava seguir.⁴⁵²

Apesar de alguns gestos simbólicos, a ligação com o círculo militar era inegável. Não podem ser esquecidas algumas conferências prestadas na Escola Superior de Guerra (ESG), nos primeiros anos da década de 1970⁴⁵³, e a negativa dada ao convite do general Muricy para estudar na instituição, no final de 1966, um “sonho” que o bispo precisou declinar em função dos seus compromissos na Arquidiocese de Salvador.⁴⁵⁴

A afinidade com o regime se sustentava em termos ideológicos e, embora discordassem metodologicamente a respeito da guerra interna representada pelo combate ao comunismo e à subversão, talvez tenha sido esta identificação, perceptível por um patriotismo partilhado, a motivadora do empenho pela defesa e recuperação da imagem do Brasil – ponto onde reside substancialmente a colaboração apontada por Márcio Moreira Alves.

Conforme se operava o endurecimento do regime, cuja violência atingia indistintamente militantes de esquerda, militantes católicos e membros do clero, a CNBB assumiu uma postura mais crítica em relação ao governo. Igualmente, no exterior, exilados brasileiros e ativistas dos direitos humanos denunciavam a prática da tortura levada a cabo pelo Estado brasileiro.⁴⁵⁵ A imagem atroz vinculada ao país contradizia a ideia de progresso que se desejava transmitir ao mundo.

estudantes prisioneiros pouco antes do AI-5, resultou em vão. No mês seguinte, o governo removeu três de seus membros – Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Victor Nunes Leal – e restringiu seus poderes”.
Idem.

⁴⁵¹ “SALES, Eugênio”. In: ABREU, Alzira Alves de (et. al.) (Orgs.), *op. cit.*

⁴⁵² Entrevista concedida ao jornalista Geneton Moraes Neto, para o programa “Dossiê Globo News” exibido em 06 de novembro de 2011. Disponível online no site <https://www.youtube.com>.

⁴⁵³ BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p. 19.

⁴⁵⁴ Dom Eugênio de Araújo Sales para o general Antônio Carlos da Silva Muricy, Salvador, 5 de janeiro de 1967, FGV/CPDOC, ACM, rolo 1, doc. n° 783, p. 1, *apud*, SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 53.

⁴⁵⁵ Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Dom Eugênio, consciente da importância de seu papel como liderança eclesial na mediação de conflitos entre Estado e Igreja, trabalhou juntamente com o general Muricy para reverter este quadro.⁴⁵⁶ A comunicação estabelecida entre os dois revela esforços neste sentido, embora seja indicativa de que tal trabalho não se desenvolveu de maneira irresponsável por parte do cardeal, já que havia de sua parte a consciência das arbitrariedades e atos de violência cometidos pelo governo, e da importância de pôr um fim a esta conjuntura:

A situação, na Europa, é difícil em relação ao Brasil. Confirma aquilo que lhe falei, aqui, em Itapoan. Mantive muitos contatos, tentando reestabelecer a verdade. Infelizmente, eu creio que isso só será possível, definitivamente, com a supressão das torturas e um conhecimento mais amplo dessa mesma situação.⁴⁵⁷

No velho continente, o arcebispo concedeu “entrevistas positivas” à imprensa local como forma de dirimir a impressão desfavorável a respeito da “grande perseguição religiosa no Brasil” que parecia prevalecer a nível internacional. Atuando na Comissão Pontifícia Justiça e Paz, em Roma, dom Eugênio, através de informações compiladas pelos órgãos competentes ligados ao Exército – as quais teve acesso por Muricy –, munia-se de material para arquitetar a defesa do país ante possíveis acusações.⁴⁵⁸ Na interpretação de Kenneth Serbin, sua atuação teria ensejado de maneira decisiva a moderação do poder que a Comissão teria para denunciar os abusos contra os direitos humanos.⁴⁵⁹

Ao retornar de Roma, dom Eugênio manifestou sua consternação com a imagem brasileira apresentada nos noticiários internacionais e reafirmou o posicionamento adotado no exterior em busca do reestabelecimento da “verdade”:

Quanto a violação dos direitos humanos, embora reconheça a existência no Brasil de alguns fatos lamentáveis, contra os quais já me manifestei de público, há, no entanto, uma exageração com intuítos políticos, criando um clima muito deprimente para o Brasil como nação civilizada. Procurei, sem justificar os erros, reestabelecer a verdade.⁴⁶⁰

⁴⁵⁶ Cf. SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, capítulo 3.

⁴⁵⁷ Carta de dom Eugênio para Muricy, Salvador, 08 de maio de 1970, FGV/CPDOC, ACM, rolo 1, doc. n° 798, p. 1-2, *apud*, SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 184.

⁴⁵⁸ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 184-186.

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 186.

⁴⁶⁰ *Jornal do Brasil*, edição de 01 de maio de 1970, p. 14.

Em carta de junho de 1970 a Branca de Mello Franco Alves, líder da Ação Católica e nomeada ao Pontifício Conselho dos Leigos – posição da qual se valeu para denunciar as atrocidades cometidas no país⁴⁶¹ – dom Eugênio deixava claro o conhecimento e a condenação da violência praticada tanto pelo regime, através da tortura, quanto dos militantes envolvidos em ações terroristas, e o seu pensamento a respeito das denúncias que tomavam corpo no exterior. Estas, em sua opinião, acabavam por produzir uma imagem distorcida da realidade brasileira:

Creio que a Sra. se equivocou em dizer que, depois de Deus, só eu poderia ajudar a resolver o problema da tortura. Não me julgo tão poderoso. Se eu pudesse, não haveria torturas nem terrorismo, nem tão pouco, luta contra o govêrno, como é feita aqui no Brasil. Haveria, sim, dentro de uma harmonia cristã, um esforço para resolver os problemas em função do maior progresso de nossa Pátria. Continuarei na mesma posição, diante de Deus, contra as torturas, as prisões, os sequestros, certa orientação ideológica que não pode ser confirmada com o Evangelho. Também continuo firmemente contra, prezada Dona Branca, toda deformação da Opinião Pública, a respeito de nossa Pátria. Se há fatos verídicos, são apresentados de forma não verídica no exterior.⁴⁶²

A passagem é indicativa, também, da preferência do cardeal pelo entendimento pacífico, “harmonioso”, em situações de conflitos e que passava, sem dúvida, pelo diálogo, como ele próprio fazia questão de dizer: “O entendimento pessoal, tanto nos problemas religiosos quanto nos políticos ainda é o melhor caminho. [...] Sou partidário da conciliação dentro da Justiça. Firmeza nas afirmações mas sem agredir”.⁴⁶³

A busca pela concórdia pautou sua atitude com relação ao regime, muito embora representasse, de fato, uma característica essencial de sua pessoa. Nas palavras de dom Paulo, “Ele é uma pessoa que gosta da mediação. Ele tem isso no sangue”.⁴⁶⁴ No momento de maior crise entre a Igreja e o Estado, dom Eugênio foi considerado fundamental para restaurar a relação entre as duas instituições, encarnando o verdadeiro significado da Comissão Bipartite.

Ainda assim, manteve uma postura firme e autônoma. Em janeiro de 1972, diante da prisão de um padre por suspeita de atividade subversiva, dom Eugênio, ao tentar sem

⁴⁶¹ Idem, p. 172-173.

⁴⁶² Dom Eugênio para Branca Alves, Salvador, 19 de junho de 1970, CAALL, pasta nº 26 E/2, *apud*, SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 176.

⁴⁶³ *Jornal do Brasil*, edição de 30 de março de 1971, p. 04.

⁴⁶⁴ BITTENCOURT, Getúlio; MARKUN, Paulo Sérgio. *D. Paulo Evaristo Arns: o cardeal do povo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 70, *apud*, SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, 181.

sucesso o contato com autoridades capazes de solucionar a questão conforme desejava, decide deixar a Bipartite. Mesmo sob protestos e inúmeras tentativas de convencê-lo a rever sua decisão, o cardeal não voltou atrás:

Eu imediatamente rompi e não fui mais a essa Bipartite. Essa Bipartite terminou assim porque eu me neguei a ir porque não tinham cumprido, não a palavra oficial, mas o *modus vivendi*. Esse *modus vivendi* que eu estou falando [...] Havia toda uma espécie de acordo tácito.⁴⁶⁵

Como aponta dom Waldyr Calheiros, sua decisão selou o futuro da Comissão: “Ali começou a comissão a ficar sem força, que a força era a presença dele”.⁴⁶⁶

O relacionamento com o governo dos militares se caracterizou pela confiança mútua. “As Forças Armadas o respeitavam e admiravam mais do que qualquer outro bispo”.⁴⁶⁷ De igual maneira, dom Eugênio sentia segurança na postura adotada pelos militares do alto escalão, sobretudo daqueles a quem era diretamente ligado. Um exemplo emblemático desta confiança se deu por ocasião do caso “Lanari”. Tratava-se da morte de um rapaz nas dependências do hospital militar. Em relato, dom Eugênio conta que ficou sabendo da notícia através de um padre que, revoltado com o ocorrido, desejava um posicionamento do cardeal. Tendo dissuadido o sacerdote de uma declaração pública, dom Eugênio optou pelo protesto silencioso:

Eu vou ao sepultamento, disse, e tomei o carro placa número um; um carro grande, ainda dos tempos de D. Jayme, placa vermelha. Era um gesto de protesto mudo e eloquente. Mas não foi só isso. Eu rezava a missa do soldado, todos os anos, na Igreja São Francisco Xavier, na Tijuca para o comando do Primeiro Exército. É uma tradição cívica e eu telefonei para o comandante [...].⁴⁶⁸

O comandante em questão era o general Sylvio Frota, a quem dom Eugênio comunicou que não celebraria mais a missa, acusando o I Exército de ter matado o jovem. Tendo protestado com o arcebispo, Frota conseguiu convencê-lo de que não tinha responsabilidade na ação:

Verifiquei e cheguei à conclusão que Lanari foi morto pelo governo, pelo regime ditatorial, mas não pelos militares do Primeiro Exército. Na

⁴⁶⁵ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 328.

⁴⁶⁶ Idem, p. 329.

⁴⁶⁷ Idem, p. 228.

⁴⁶⁸ *Jornal do Brasil*, edição de 25 de maio de 2000, p. 10.

noite anterior, Lanari tinha se reunido na casa dele com um grupo de comunistas, o que para mim não diz nada, nada tenho com isso. Algumas horas depois, em frente ao Palácio Guanabara, foi sequestrado e levado para casa. Houve contatos telefônicos que estavam sendo interceptados e o grupo conseguiu fugir. Quando chegaram e não acharam ninguém, os policiais torturaram o rapaz, que apesar dessa barbaridade não falou.⁴⁶⁹

Questionado sobre quem o teria torturado, dom Eugênio considerou a ação da OBAN que disse vir de São Paulo ao Rio de Janeiro realizar operações, criando “irritações profundas” na área militar, e reafirmou: “Ou foi a polícia ou os militares, mas não do Primeiro Exército”.

A estima e crença que os militares nutriam por dom Eugênio não foram suficientes para privá-lo da ingerência dos órgãos de informação. Além de grampos instalados nos telefones da Arquidiocese⁴⁷⁰, do policiamento ostensivo ao Palácio São Joaquim – sobretudo após a instalação do serviço de atendimentos aos refugiados do Cone Sul, promovido pela Cáritas nos jardins do prédio –, documentos do DOPS mostram que o cardeal também foi monitorado pela ditadura.

Em resposta ao Pedido de Busca nº 514/DSI/SI, a Divisão de Informações do DOPS compilou informações sobre uma lista extensa de pessoas, não qual aparece incluso o nome de dom Eugênio. O parágrafo sobre ele elaborado versa, principalmente, sobre o momento em que atuou na Arquidiocese de Natal, trazendo informações sobre as atividades desenvolvidas pelo SAR, que tinha o bispo à frente. O documento em questão data de 28 de setembro de 1972.⁴⁷¹ Poucos meses depois, em 29 de maio de 1973, um novo requerimento, acompanhado de informações básicas do cardeal (nome, filiação, data de nascimento e naturalidade, profissão e endereço), solicitava “certidão do que constar

⁴⁶⁹ O caso descrito se assemelha com as circunstâncias da morte do engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira, filho de Joaquim B. Ferreira e Mariana Lanari Ferreira (de onde se deduz tratar do mesmo caso). De acordo com a Informação nº 2298 de 29 de setembro de 1971, com origem no Centro de Informação do Exército (CIE), Raul teria sido preso em 01 de agosto de 1971, levado inicialmente ao DOPS e posteriormente encaminhado às autoridades do I Exército, onde passou a ser interrogado. Mostrando inapetência e fraqueza foi conduzido ao Hospital Central do Exército no dia seguinte à sua prisão. Após uma semana internado e apresentando considerável melhora, faleceria repentinamente, no dia 12 de agosto, devido a um edema pulmonar. Por ocasião de sua morte, o tio do rapaz que era médico acompanhou a autópsia, escrevendo posteriormente uma carta a dom Eugênio onde descreveria os maus-tratos de que seu sobrinho teria sido vítima. Conclui a carta dizendo: “Ao terminar desejo autorizar a V. Eminência a que faça desta declaração qualquer uso que julgue conveniente”. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0207. O caso deu origem ao livro “Raul Amaro Nin Ferreira: relatório”.

⁴⁷⁰ CASADO, José. 2008a. “O general do Papa”. *O Globo*, 02 de março, p. 16.

⁴⁷¹ DOPS. Divisão de Informações. SD/SAF nº 28126. 28 de setembro de 1972. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política (POLPOL). Setor: Informação. Notação: 117. Folha: 410 e 407.

nesse DOPS contra sua pessoa, a fim de fazer prova junto ao Ministério das Comunicações”. Em resposta, este departamento restituiu informações anteriormente circuladas e um “Resumo do Relatório das Atividades Desenvolvidas do Serviço de Assistência Rural”, referente a agosto de 1962.⁴⁷² Quase um ano mais tarde, em 11 de março de 1974, um Pedido de Busca com origem no I Exército solicitava ao DOPS/GB, entre outros órgãos, dados conhecidos sobre dom Eugênio, e, “dentro da maior discrição, a possibilidade de conseguir fotografia atualizada, tamanho postal, do epigrafado”.⁴⁷³

Ainda que se possa ter por certo que tal atitude fosse mais cautelosa do que ostensiva⁴⁷⁴, não deixa de chamar atenção a observância pelos órgãos de informação de um comportamento ambíguo por parte do cardeal, que de acordo com um documento do Centro de Informações do Exército, estava “apoiando ao Governo e à CNBB”.⁴⁷⁵ As desconfianças a respeito da real posição de dom Eugênio foram uma constante, podendo ser observadas em momentos distintos da ditadura.

Em 28 de junho de 1972, a Informação nº 630 com origem na Agência Central do SNI⁴⁷⁶, responsável por analisar o Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto desenvolvido no âmbito da Arquidiocese do Rio de Janeiro, concluía que

Há provisões, no Plano, que ultrapassam o campo espiritual e penetram no campo temporal; O Plano Pastoral, pelos atos já apontados, poderá influir – contra os interesses do Governo – nos “grupos sociais” já mencionados, subvertendo-os e, dessa forma, prejudicando a efetivação do “controle social”, cujo principal agente é o ESTADO.

Especialmente sobre dom Eugênio, esclarecia que

Foram assinalados pronunciamentos de sua autoria, contra a pena de morte e contra a prisão de sacerdotes. Ultimamente, tem visitado várias unidades correcionais do RIO DE JANEIRO/GB. De modo geral os seus pronunciamentos tem sido cautelosos e ambíguos. [...] De modo geral, a conduta de D. Eugênio não está perfeitamente definida. A

⁴⁷² DOPS. Divisão de Informações. SD/SAF nº 15775. 30 de maio de 1973. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política (POLPOL). Setor: Preventivo. Notação: 219. Caixa 1379. Folha: 768-767.

⁴⁷³ Ministério do Exército. I Exército. Pedido de Busca nº 129/74-E. Rio de Janeiro, Guanabara, 11 de março de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política (POLPOL). Setor: DOPS. Notação: 200. Caixa: 872. Folha: 295.

⁴⁷⁴ O monitoramento do episcopado em geral representava um meio de acompanhar e impedir a intensificação do processo de “esquerdização” da Igreja. GOMES, Paulo César, *op. cit.*, p. 127.

⁴⁷⁵ Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. Informação nº 2260S/102-S3-CIE. Rio de Janeiro, Guanabara, 05 de setembro de 1972. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política (POLPOL). Setor: DOPS. Notação: 181. Caixa: 865. Folha: 185.

⁴⁷⁶ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC,GNC.EEE.82010383.

orientação que o mesmo imprimir à Pastoral em questão poderá defini-la.

Dez anos depois, em 1982 o posicionamento de dom Eugênio continuava indefinido aos olhos do regime. Um documento, cuja origem e difusão não são claras – ainda que se possa crer que se trate do SNI e do Ministério da Justiça, respectivamente –, versando sobre a publicação “O que é que eu posso fazer?”, produzido pela Comissão Pastoral de Favela da Arquidiocese do Rio de Janeiro, ultimava: “O livreto em apreço revela uma das características do Arcebispo do RIO DE JANEIRO, a ambiguidade de suas posições, ora agindo como moderado ora como ‘progressista’”.⁴⁷⁷

A figura de dom Eugênio despertava a desconfianças também em seus pares, militantes e demais parcelas da sociedade brasileira. A temática dos direitos humanos nortearia parte das reservas e censuras feitas ao cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.

4.3.3 *Dom Eugênio e os direitos humanos*

A temática dos direitos humanos é, sem dúvidas, um dos pontos mais controvertidos da trajetória de dom Eugênio, sobretudo no período em que esteve à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro e que coincide com os chamados “anos de chumbo” da ditadura militar no Brasil. Se algumas ações dão provas da sua inserção nesta luta, outras parecem contradizer esse posicionamento. Talvez o excesso de cautela, fruto da consideração que tinha com os militares e da consciência do contexto vivido, marcado pela lógica de uma guerra interna⁴⁷⁸, tenha determinado a não intervenção em alguns casos.⁴⁷⁹

Apesar de proceder à divisão de seção, inaugurando uma especialmente voltada para o tema dos direitos humanos, sua análise é indissociável do relacionamento que o cardeal estabeleceu com o regime. Por motivos óbvios, já que foi a conjuntura política

⁴⁷⁷ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0665, folha 4.

⁴⁷⁸ Quem melhor elucida sobre esse aspecto é Candido Mendes. Em entrevista à Kenneth Serbin explicou: “Mas o mais importante é que ele, em matéria de direitos humanos, sabia distinguir muito bem o que eram problemas da chamada guerra revolucionária e problemas do abuso militar frente aos direitos humanos. Isso não para deixar de sustentar a posição religiosa no primeiro, mas para não se expor a um desmentido do que ele disse como essencial à posição da Igreja. Quero dar o testemunho de que todas as vezes que eu levei a ele casos, indistintamente ele forçou a tomada de posição dos militares”. SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 324.

⁴⁷⁹ De acordo com Serbin: “O cardeal sempre foi muito cuidadoso, recusando-se a agir quando não dispunha de todos os fatos. [...] Porém quando agia era eficiente”. *Idem*, p. 323.

estabelecida com o golpe a favorecer as grandes violações cometidas desde 1964, mas, também, por ter claro que era através dos contatos estabelecidos com as mais altas autoridades do governo dos generais que dom Eugênio agia.

Preferia os canais privados de comunicação na resolução dos impasses, fossem eles de ordem econômico-social, política ou religiosa. Como já foi dito, a grande confiança no poder das classes altas e médias, e a vocação para o diálogo, algo que lhe era próprio e não apenas maquinado a partir das conjunturas, o impeliram a sustentar essa opção no que diz respeito às violações dos direitos humanos, que sabia ocorrer. Dom Eugênio tinha convicção da importância e eficácia do empenho dialógico em detrimento do confronto direto:

Eu estou convencido de que não são as declarações que resolvem e sim todo um trabalho concreto junto às pessoas. As declarações muitas vezes promovem quem as faz e servem a seus próprios interesses, mas nem sempre ajudam aquele que necessita. Acredito muito mais num trabalho concreto realizado junto às pessoas e no diálogo com quem tem poder de decisão. Diálogo respeitoso, mas firme.⁴⁸⁰

Na tentativa de salvar vidas e de localizar pessoas, recorreu à mais alta instância em comando. Logo após o golpe, em abril de 1964, ele e dom Hélder se encontraram com o presidente-general Castello Branco, levando a este a crítica contra a violenta repressão desencadeada contra a esquerda.⁴⁸¹ Anos mais tarde, tratou da tortura diretamente com Médici e Geisel. A este deixou as anotações que levava consigo para uma reunião. Um dos tópicos dizia: “Importância de localização de um grupo de presos que se encontra desaparecido. Comprovará as intenções do Governo em respeitar os direitos humanos”.⁴⁸² Lembrete ou apelo por parte do cardeal, o gesto é indicativo da confiança que depositava em seus interlocutores no poder.

Exemplo concreto da preferência por “quem tem poder de decisão” reside na atitude intolerante que encontrou um funcionário do Serviço de Buscas Especiais da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, que em sindicância vai ao Palácio São Joaquim atrás de informações sobre o padre Vicente Ádamo, diretor do Colégio Santo Antônio Maria Zacarias [Zaccaria], cuja atuação no movimento estudantil e suposto envolvimento em atividades subversivas neste meio e na Igreja chamaram a

⁴⁸⁰ *O Globo*, edição de 15 de agosto de 1979, p. 10.

⁴⁸¹ PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 296, *apud*, SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 160.

⁴⁸² GASPARI, Elio. 1997. “Um sacerdote de intransigência”. *O Globo*, 01 de outubro, p. 07.

atenção dos órgãos de informação. Acompanhado do Chanceler da Cúria Metropolitana, Pe. Cantarelle, dom Eugênio teria dito ao funcionário, a quem impediu a entrada no prédio, atendendo-o nos portões do Palácio:

Não adianta insistir a vinda de vocês aqui em minha casa, pois além de não querer prestar informações e colaborações a vocês, do DOPS, e outras autoridades, proíbo também, que o Pe. CANTARELLE, preste as devidas informações e colaborações. E ademais, não permito a entrada de vocês, em qualquer partes da “Minha Casa”. A não ser só a do Gen. DOMINGUES; pois todos os meus assuntos ou de outra natureza, sempre converso diretamente com o referido General.⁴⁸³

Além de lançar luz sobre os métodos de dom Eugênio e de traços de sua personalidade autoritária, o acontecimento é também revelador da não colaboração com a polícia e, principalmente, da defesa de seus pares.

Em dezembro de 1971, escreveu ao Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, relatando a saga enfrentada pelo estudante salvadorenho Andre Lening Antonio Campos Martinez, que explicou trabalhar para o Celam e que havia sido preso em novembro daquele ano no aeroporto de Viracopos, em Campinas, após desembarcar no Brasil devido ao impedimento de descer no Uruguai, seu verdadeiro destino. Na carta relatou as torturas sofridas pelo jovem na Operação Bandeirantes e apelava por providências:

Ficar-lhe-ia profundamente agradecido, Exmo. Sr. Ministro, pelas providencias que pudesse tomar, contra fatos que ofendem gravemente nossa consciência cristã. Igualmente, agradeceria a V. Excia. se levasse em meu nome, ao conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da República o fato acima relatado. Sabedor da firme decisão de coibir torturas, por parte de Vossa Excelência e do Exmo. Presidente Médici, creio prestar com esta carta contribuição ao bem estar de nossa Pátria.⁴⁸⁴

Especialmente sobre a questão da tortura, duas ocasiões demonstram o empenho de dom Eugênio em tomar conhecimento sobre a real situação em que era operada. Primeiramente, sugere a Muricy uma investigação neste sentido, a qual não teria sido levada adiante. Em segundo momento, encarrega Candido Mendes de apurar a veracidade e a ocorrência de abusos.⁴⁸⁵ De acordo com Kenneth Serbin:

⁴⁸³ Secretaria de Segurança Pública. Departamento Geral de Investigações Especiais. Informação nº 029-J.Santos/75. Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de outubro de 1975. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política (POLPOL). Setor: DGIE. Notação: 247. Caixa: 1220. Folha: 126.

⁴⁸⁴ Arquivo Nacional – Rio de JANEIRO. BR RJANRIO TT.0.MCO, AVU.381 – Dossiê, folha 17.

⁴⁸⁵ Os dois casos são expostos por Kenneth Serbin. Cf. SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 184-185. Contudo, a respeito da orientação de uma sindicância delegada a Candido Mendes, o autor encontra uma contradição

Apesar dos requerimentos extremamente rigorosos e arriscados, Candido Mendes documentou treze casos só no Rio. Anotou dezenas de outros relatos feitos por parentes, amigos e advogados de prisioneiros políticos. Na XI Assembleia Geral da CNBB em Brasília, Candido Mendes apresentou sua informação aos bispos. O episcopado todo viu-se diante de provas consistentes da existência de atrocidades. A evidência foi crucial para convencer os bispos a se tornarem mais críticos em relação ao regime. Eles se manifestaram condenando severamente a violência, a tortura e os males da Justiça Militar.⁴⁸⁶

Além de uma atividade formal, da qual a mediação junto aos homens-chave do regime e a investigação empreendida por Candido Mendes são exemplares, dom Eugênio não negligenciou de um “trabalho concreto junto às pessoas”, o qual dizia ser necessário. Em uma ação que remete aos tempos em que atuou no Nordeste, prestando assistência espiritual e religiosa aos presidiários de Natal⁴⁸⁷, visitava os presos da ditadura. Nos presídios do Rio de Janeiro rezava missas e conversava com os detentos. Dentro de suas possibilidades – alargadas pelos contatos que tinha com membros do governo – agia em prol de suas demandas, conforme relata Sebastião Paixão, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB): “Fui torturado durante 83 dias e depois mandado para o presídio da Rua Frei Caneca. Um dia, Dom Eugênio foi lá e pedi que arranjasse nossa transferência para Bangu, onde as famílias poderiam nos visitar. Dois dias depois mudamos”.⁴⁸⁸

Ao encontrar resistências para visitar os presídios, dom Eugênio mostrou-se irreduzível. De acordo com Elio Gaspari:

Quiseram proibi-lo de visitar os presos da Ilha Grande. Avisou ao Governo que, se o cardeal do Rio não pudesse entrar em um presídio público de sua arquidiocese, preferia se declarar prisioneiro, confinando-se no Palácio São Joaquim. Bastou a ameaça e os portões se abriram”.⁴⁸⁹

na análise feita por Márcio Moreira Alves, que indica ter sido dom Aloísio Lorscheider quem teria pedido a Candido Mendes que procedesse com a investigação. Cf. Moreira Alves, *op. cit.*, p. 189-191. A crença de Kenneth Serbin em que tenha sido dom Eugênio quem realmente propôs apuração dos casos de tortura, sustenta-se em entrevista realizada com Candido Mendes, além da ideia já estar presente na investigação anterior sugerida a Muricy.

⁴⁸⁶ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 185.

⁴⁸⁷ BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p. 45.

⁴⁸⁸ CASADO, José. 2008b. “O general do Papa”. *O Globo*, 03 de março, p. 04.

⁴⁸⁹ GASPARI, Elio. 1997. “Um sacerdote de intransigência”. *O Globo*, 01 de outubro, p. 07.

Numa postura que contrasta com o empenho em prestar assistência aos detentos, acima demonstrado, dom Eugênio teria negado os pedidos de padres que assim também desejavam proceder. Jessie Jane Vieira traz o caso do padre italiano Roenzo Rossi, que em 1976, mesmo residindo na Bahia, solicitou ao cardeal a permissão para visitar os presos políticos do Rio de Janeiro. A resposta teria vindo através de carta. Dom Eugênio negou a autorização e ainda o desaconselhou a agir em favor dos presos em questão ao sugerir que “não era recomendável a defesa daqueles presos”.⁴⁹⁰ Ademais, Jesse Jane aponta o aspecto promocional que recaía sobre a ida de dom Eugênio aos presídios. Em suas palavras: “a partir de 1977, por ocasião da Páscoa, circulava pelos pavilhões, onde estes presos se encontravam, com um cortejo de repórteres. Nestas ocasiões, a coisa mais estranha era o seu gesto de estender o anel de cardeal para que algum preso o beijasse”.⁴⁹¹

A historiadora também questiona a intercessão de dom Eugênio por alguns presos políticos, condicionando-a aos laços de amizade com a família dos perseguidos em questão ou ao fato de serem comprovadamente católicos. Assim, chama a atenção para as famílias que não puderam contar com os seus préstimos para localizar seus entes ou com qualquer outro auxílio neste sentido, permanecendo desamparadas. Fala em uma indiferença por parte do cardeal aos sofrimentos desses familiares, que muitas vezes não eram nem ao menos recebidos.⁴⁹²

Um caso de destaque foi o de Zuzu Angel, que teria recorrido ao arcebispo do Rio de Janeiro na esperança de salvar seu filho, Stuart Edgart Angel Jones, sem que obtivesse sucesso. Stuart foi sequestrado por agentes ligados ao Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) e levado à Base Aérea do Galeão, onde foi torturado e morreu em julho de 1971, aos 25 anos. A menção ao caso é feita pela filha de Zuzu Angel, Hildegard Angel, em seu blog.⁴⁹³

Impressiona, também, o episódio vivenciado por Ana Miranda, ex-presa política, e narrado por Jessie Jane: em 1974, Ana procurou dom Eugênio por sugestão de um amigo de sua família que se dizia próximo ao cardeal. Ela havia passado em um concurso público, mas se encontrava impedida de assumir o cargo porque precisava apresentar um documento conhecido por “atestado ideológico”, emitido pelos órgãos policiais e que atestaria que não havia nada contra ela. Ao conseguir uma audiência com dom Eugênio,

⁴⁹⁰ VIEIRA, Jessie Jane, *op. cit.*, p. 214.

⁴⁹¹ Idem, pp. 213-214.

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ Cf. <http://www.hildeangel.com.br/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

a moça esperava que ele pudesse agir a seu favor junto a Sylvio Frota para que conseguisse o referido documento. Segundo Ana Miranda, a audiência, que mais teria parecido um interrogatório, terminou com a ligação do cardeal ao comandante. Dom Eugênio, em sua frente, explicaria a Frota se tratar de alguém não recuperável e que por isso as sanções deveriam permanecer.⁴⁹⁴

Todos os fatos trazidos à baila parecem insuficientes para entender o posicionamento de dom Eugênio frente ao tema dos direitos humanos já que acabam por demonstrar oscilações e inconstâncias, além de uma lógica bastante própria. No esforço por compreendê-lo, poderíamos retomar a ideia de uma exagerada precaução na hora de agir, contudo não seria suficiente para negar a consequência direta de sua opção: muitas pessoas ficaram desatendidas.

Em detrimento da oposição aberta ao regime e das denúncias públicas das violações aos direitos humanos, dom Eugênio Sales privilegiava a ação discreta e sustentada pelo diálogo. Novamente o relato de dom Waldyr lança luz sobre a conduta do cardeal:

Agora, vamos dizer, dom Eugênio mudou em questão de relacionamento em defesa dos problemas sociais? Eu digo que ele mudou os métodos. Ele entrava, mantinha o diálogo direto com as autoridades responsáveis, mas sempre em defesa daquilo que a gente defende. Ele não estava de acordo de maneira alguma com a questão da violência. Isso a gente pode dizer tranquilamente. Eu sei, estou aqui esse tempo todinho, ao lado dele, e estou observando. Agora, como fazer, aí a gente tem divergência. A divergência está justamente na linha de um trabalho pastoral. Ele resolve tudo pelo telefone. Comunica-se com o presidente, da República, comunica-se com o governador, comunica-se com o prefeito e acabou-se. Ali ele dá suas ordens e é tudo executado [...] E eles tinham medo na época de perder esse entendimento com dom Eugênio, isso é pacífico. [...] Aí a prática que nós denunciávamos e ele dialogava com as autoridades. Aí que vem a mudança.⁴⁹⁵

A fala de dom Waldyr é importante porque evidencia a opção por uma estratégia de ação diferente frente a um problema enfrentado em conjunto pelo episcopado: a violência do regime. Ainda que muitos não concordassem com os métodos de dom Eugênio, à sua maneira o cardeal se mostrava inserido na luta pelos direitos humanos. Não obstante, o excesso de cautela e a opção pelos bastidores para a solução de

⁴⁹⁴ Idem, p. 212.

⁴⁹⁵ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 59.

problemas, sobretudo no que tange à tortura e ao desaparecimento de presos políticos, renderam duras críticas – dentro e fora da Igreja – ao cardeal, que disse ter questionado a postura que escolhera para lidar com a questão. Aconselhou-se com o advogado católico Sobral Pinto:

Eu era pressionado por outros, que não concordavam. Expliquei que minha posição era essa, porque o Papa Paulo VI me chamou, e o padre que era o número três no Vaticano completou, disse-me que continuasse naquele rumo. Disse expressamente “continue nesse rumo”. Então contei ao Sobral e ele disse: “Se é o Papa quem diz isso em carne e osso, então ele tem razão”.⁴⁹⁶

Em outra ocasião, dom Eugênio comenta orientação do advogado, que em suas palavras “era um homem em que eu confiava muito, e era um homem muito contra o governo”:

Ele me disse: “O senhor está certo, porque o senhor tem que proteger as pessoas. Eu não tenho mais ninguém porque meus filhos são casados. Eu só tenho a Maria” – Maria era a mulher – “então eu posso protestar contra o governo. Eu sou eu. O senhor não é o senhor. O senhor é o pastor de uma diocese. O senhor tem que proteger as pessoas”.⁴⁹⁷

Apesar das avaliações, na maioria das vezes, negativas, e dos esforços de lograr um convencimento do cardeal em aderir à campanha pública pela denúncia das violações aos direitos humanos e contra o governo, o trabalho silencioso e discreto de dom Eugênio foi também reconhecido. Em carta ao cardeal, Alceu Amoroso Lima, sem deixar de comentar os horrores da tortura, as dificuldades em abordá-la e, sobretudo, a importância da denúncia, ainda que exagerada, legitimava sua atuação ao agradecer “pelas providências que tomou junto às autoridades e redundaram, seguramente, na libertação das pessoas [...] e [que] certamente influirão muito para que cessem os terríveis abusos policiais que todos conhecemos, embora sem poder comprová-los”.⁴⁹⁸

O mérito de seu trabalho é também apontado como determinante para que atuação da Igreja Católica no Brasil nos anos em que vigorou a ditadura diferisse, por exemplo, da Argentina, onde houve um apoio declarado e colaboração efetiva com regime

⁴⁹⁶ CASADO, José. 2008b. “O general do Papa”. *O Globo*, 03 de março, p. 04.

⁴⁹⁷ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 181-182.

⁴⁹⁸ *Idem*, p. 179.

militar.⁴⁹⁹ Talvez seja com essa consciência que a frase dita por dom Hélder – com quem dom Eugênio nutria verdadeira relação de amizade – e repetida por outros bispos nos momentos mais efervescentes das décadas de 1960 e 1970 assumia sentido: “Há tempo eu não poderia ser quem sou se Dom Eugênio não fosse como é”.⁵⁰⁰

4.3.4 Para além das controvérsias

A presente exposição não possui um caráter conclusivo e muito menos se pretende uma produção biográfica, sobretudo por saber que a recuperação da trajetória de uma figura importante como a de dom Eugênio de Araújo Sales, que teve uma atuação em tantas frentes, merece uma análise não apenas de alguns de seus projetos e manifestações, mas sim um exame aprofundado de seu pensamento, cujo melhor ponto de partida é o seu compilado bibliográfico. Contudo, cabem algumas considerações a partir das colocações feitas até aqui.

Conhecido por sua rigidez e combate implacável à instrumentalização da doutrina marxista dentro da Igreja, nos idos de 1964 teria sido acusado de ser comunista. Seu papel engajado como padre e bispo no nordeste em busca de justiça social e consequente aproximação das populações mais pobres da cidade e do campo, provavelmente condicionaram esse entendimento. Não há linearidade em sua trajetória, uma característica que poderia ser aferida ao percurso trilhado por alguns dos bispos considerados mais progressistas e dos quais dom Hélder Câmara seja, talvez, o exemplo mais clarividente. Não se pode esquecer sua associação com o integralismo na juventude antes de optar por um caminho marcado pelo combate às desigualdades e luta pela defesa dos direitos humanos, de fundamental importância e pelo qual é normalmente lembrado. Vale dizer que crer em uma suposta linearidade implica incorrer no erro de uma “ilusão biográfica” da qual nos alerta Bourdieu.⁵⁰¹

⁴⁹⁹ CASADO, José. 2008b. “O general do Papa”. *O Globo*, 03 de março, p. 05. A matéria vincula os casos dos padres Christian Von Wernich e Miguel Angel Regueiro, ambos acusados de participarem da tortura e do assassinato de presos políticos, em colaboração com os militares, e estabelece: “a Igreja argentina não só sabia o que estava acontecendo no país, como, em muitos casos deu sinal verde para que os militares perseguissem e assassinassem opositores”.

⁵⁰⁰ BRASIL, Raimundo Menezes, *op. cit.*, p. 57.

⁵⁰¹ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”, in: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Pensar o caminho trilhado por dom Eugênio Sales exige considerar subjetividades de sua pessoa. Fiel seguidor dos desígnios papais, chegou a ser considerado a “xerox do papa” pelo excesso de ortodoxia – para ele um grande elogio.⁵⁰² Sempre zeloso com a preservação da doutrina católica e com a defesa da hierarquia, sua opção por estas condicionou muito de seus gestos e escolhas. Feito cardeal, em fins da década de 1960, passou a carregar “o fardo do poder, o que significava lidar com os ditadores e desempenhar o papel de político e diplomata”⁵⁰³, características que já conformavam sua personalidade, mas que foram elevadas para que, em um momento de exceção, fosse bem sucedido em seu dever de mediar conflitos a fim de conservar a unidade da Igreja e cumprir sua missão de pastor. Concordo, assim, com a ideia de que dom Eugênio, conforme crescia na hierarquia eclesiástica, precisou “distanciar-se de seu antigo e controvertido trabalho de organizador sindical no Nordeste”⁵⁰⁴, sem, contudo, crer que tenha sido uma escolha arquitetada friamente e movida por vaidades. Dom Eugênio tinha consciência das consequências dessa escolha:

Creio que sou menos popular hoje do que há 25 anos. O social é que recebe aplausos. Mas, antes de tudo, sou coerente comigo mesmo e com a missão que recebi do Senhor. Deus não me fez Bispo para ser popular, mas para servir a Igreja e ao povo. Quando estou convencido de que é necessário, para ser fiel à minha missão e à minha Igreja, sacrificar o aspecto pessoal, sacrifico e sacrificarei sem duvidar. Antes eu recebia muito mais aplausos, tanto no país como fora dele. Entretanto sacrifiquei muito de popularidade, de conceito, de nome, para ser fiel ao que acredito ser verdadeiro. Devo servir à Igreja de Cristo e não me servir desta Igreja.⁵⁰⁵

Controverso em suas ações, a biografia do cardeal está permeada de oscilações e de decisões polêmicas e intrincadas. Seu exame exige cautela para não correr o risco de cair em categorias simplistas e por isso insuficientes. Na tentativa de compreender a figura de dom Eugênio Sales, Samantha Quadrat recorre às contribuições de Pierre Laborie e diz que “dom Eugênio Sales representa a ‘ambivalência’, a convivência entre o apoio e a rejeição, a zona cinzenta e o *penser-double*” apontados pelo historiador francês para a França de Vichy.⁵⁰⁶

⁵⁰² FERRAZ, Silvio, *op. cit.*, p. 10.

⁵⁰³ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 160-161.

⁵⁰⁴ Idem, p. 181.

⁵⁰⁵ *O Globo*, edição de 15 de agosto de 1979, p. 10.

⁵⁰⁶ QUADRAT, Samantha Viz, *op. cit.*, p. 8-9.

A atuação do arcebispo do Rio de Janeiro é comumente contraposta à de dom Paulo Evaristo Arns à frente da Arquidiocese de São Paulo. Chefes da Igreja em duas das mais importantes cidades do país, seria impossível evitar comparações, principalmente ao considerar a maneira de agir tão diferentes dos dois.⁵⁰⁷ O primeiro, discreto e favorável ao diálogo, é tido como conservador. O segundo, adepto da denúncia pública das arbitrariedades do governo, assumiu a liderança na luta pelos direitos humanos e engrossou a fileira dos progressistas. Contrapondo o comportamento dos dois bipo-cardeais, Kenneth Serbin questiona:

Dom Eugênio e dom Paulo representavam, sem dúvida, duas estratégias diferentes em relação ao regime militar. Seria dom Paulo realmente mais eficiente? Ou será que os pesquisadores simplesmente deixaram de olhar mais de perto ao que os chamados conservadores faziam nessa época? Somente progressistas podem defender os direitos humanos? Será a dicotomia progressista/conservador uma categoria adequada para a análise da Igreja brasileira?⁵⁰⁸

A tendência ao enquadramento em categorias dicotômicas, tais como conservador e progressista, pode ser entendida como um esforço de análise do objeto em questão, pois, de certa forma, oferece um norte investigativo. Contudo, essa ideia se sustenta por muito pouco tempo, uma vez que engessam tal objeto não permitindo ultrapassar as superficialidades de cada uma das categorias aplicadas. Essa inclinação à opção por categorias estanques inviabiliza um exame consistente, que abarque particularidades intrínsecas daquilo que se estuda. Retomando Laborie, o historiador coloca:

Profundamente atual, por sua dimensão moral, mas muito frequentemente reduzido a generalidades abusivas, a alternativas simplistas ou mesmo radicalmente reduzido a condenações sem apelo – do tipo “todos são culpados, todos colaboracionistas” – o problema dos comportamentos encontram-se sempre no centro de um debate no qual se trata menos de enfrentar a complexidade – ou compreender do que julgar, ou mesmo estigmatizar.⁵⁰⁹

⁵⁰⁷ Apesar do que possa sugerir tais comportamentos tão diversos, não havia atritos entre dom Paulo e dom Eugênio. Pelo contrário, existia um sentimento de amizade e cooperação. Cf. SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 58; Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁰⁸ SERBIN, Kenneth P., *op. cit.*, p. 57.

⁵⁰⁹ LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 35.

Apesar de ter outra realidade em mente, a colocação de Laborie ajuda a pensar a insistência em dividir estaticamente o episcopado brasileiro entre progressistas e conservadores, permitindo entrever posicionamentos oscilantes e intermediários entre esses grupos que certamente o segmentavam.

Não se deseja aqui promover a redenção de dom Eugênio diante do progressismo. Para além do anticomunismo e da condenação da Teologia da Libertação, ele por certo se manteve contrário diante de questões como divórcio, o aborto e a utilização de métodos contraceptivos, em uma postura bastante conservadora – ainda que se possa dizer que no que tange aos assuntos de ordem moral o consenso prevalecia entre os bispos.⁵¹⁰ Afirma-se, contudo, o imperativo de “enfrentar a complexidade dos comportamentos” e considerar as mudanças que ajudam a formar os indivíduos, além das trajetórias particulares daqueles que procuramos entender, cuja dicotomia conservador/progressista nem sempre contempla. Uma análise disposta a levar em conta tais pontos vai perceber incontáveis matizes entre esses dois extremos e permitirá uma melhor compreensão da Igreja no Brasil, sobretudo do seu episcopado.

Para além das controvérsias e atendo-me aos resultados desta pesquisa, é correto dizer que dom Eugênio, contradizendo a unânime opinião de um impensável ator na luta pelos direitos humanos, foi responsável direto pela proteção a milhares de perseguidos políticos sul-americanos que chegavam ao Brasil fugidos da violenta repressão desencadeada em seus países de origem. Por determinação sua, a Arquidiocese do Rio de Janeiro iniciou um importante serviço de acolhimento e assistência às vítimas do Cone Sul. Promovido em sigilo, era desconhecido por muitos no período, sendo desacreditado ou recebido com surpresa quando divulgado.⁵¹¹ Foi um trabalho edificado sob sua autoridade e moldado às suas características: discreto, silencioso e compartilhado com as autoridades militares no governo, para as quais deu ciência dos fatos desde o início. Assim nasceu o serviço de atendimento a refugiados da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.

⁵¹⁰ GOMES, Paulo César, *op. cit.*, p. 78.

⁵¹¹ VIEIRA, Jessie Jane, *op. cit.*, p. 213; *O Globo*, edição de 04 de março de 2008, p. 04.

5 – CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO: UMA HISTÓRIA DE SOLIDARIEDADE NO ATENDIMENTO AOS REFUGIADOS DAS DITADURAS DO CONE SUL

5.1 A rede Cáritas

Como introduzido no primeiro capítulo desta dissertação, a Cáritas é um organismo da Igreja Católica voltado à ação social, cujas origens remontam ao final do século XIX, e que se desenvolveu e estruturou ao longo do século XX. Está organizada em forma de rede: uma rede de solidariedade e cooperação manifesta em quatro níveis – internacional, regional, nacional e local – e espalhada por todo o globo terrestre. Sua instância máxima é a Caritas Internationalis, com sede em Roma, de onde coordena operações de emergência, formula políticas de desenvolvimento e implementa ações em prol de mundo melhor para todos, inspirada pelos valores do Evangelho e pela Doutrina Social da Igreja. Sem considerar raça ou religião, e guiada por princípios como dignidade e justiça, sua visão e missão podem ser assim definidas:

Caritas ve al mundo como una familia humana unida. Nos conmueve profundamente el sufrimiento de otros y tenemos la obligación moral de responder a dicho sufrimiento.

Tenemos una opción preferencial por los pobres, los marginados y los oprimidos; y estamos comprometidos a combatir la pobreza deshumanizante que despoja a la gente de su dignidad. Nos guiamos por las Sagradas Escrituras para trabajar por la liberación de los oprimidos y lograr que los bienes de la Tierra se compartan de forma equitativa, ayudando a los marginados a ser agentes de su propia liberación y de su propio desarrollo.⁵¹²

Na persecução de seus objetivos, a Caritas Internationalis assume posicionamentos em diversas frentes, envolvendo-se em uma infinidade de ações. Atua no socorro às crises humanitárias e desenvolve atividades que viabilizem a promoção humana de modo integral. Na conjuntura mundial presente, suas gestões aparecem ligadas aos problemas sensíveis e crônicos como os desastres naturais, os conflitos diversos, a alimentação, o desenvolvimento, a saúde, a migração e o tráfico.⁵¹³

⁵¹² CARITAS INTERNATIONALIS. *Somos Caritas*. Sem data. Disponível em: <https://www.caritas.org/wordpress/wp-content/uploads/2018/11/Spanish-online.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2018.

⁵¹³ Para mais informações Cf. <http://www.caritas.org>

Atualmente, a rede Cáritas é conformada por 165 organizações católicas dispostas em mais de 200 países e territórios.⁵¹⁴ A preferência pela estruturação em rede e ação descentralizada determinou sua subdivisão em regiões, reunindo as entidades membro de uma mesma área geográfica e abrangendo todos os continentes: África, América Latina e Caribe, América do Norte, Ásia, Europa, Oceania, e Oriente Médio e Norte da África (MONA).

A Cáritas Internationalis detém o “*status* consultivo geral” atribuído pelo Conselho Socioeconômico da ONU⁵¹⁵ e, além de sua matriz na Santa Sé, possui escritórios em Nova Iorque e em Genebra, responsáveis por representá-la ante as Nações Unidas.⁵¹⁶ A fim de garantir a implementação e o sucesso de suas ações, a confederação, sobretudo a partir das suas organizações membros, busca parceiros a nível nacional e internacional. Dois importantes colaboradores são a Cruz Vermelha e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.⁵¹⁷

Nacionalmente, as organizações Cáritas são autônomas e ligadas às Conferências Episcopais de cada país. Assim sendo, a Cáritas Brasileira foi fundada em novembro de 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Aprovada na 3ª Assembleia ou Reunião ordinária da CNBB, realizada em Serra Negra, São Paulo, estabeleceu-se como seus principais objetivos “1) articular, em plano nacional, todas as Obras Sociais católicas ou de inspiração católica; 2) planejar, executar e fiscalizar a distribuição dos donativos do povo norte-americano ao povo brasileiro através da CNBB”.⁵¹⁸

No que concerne à segunda disposição, passava à alçada da organização recém-criada a responsabilidade pela partilha dos alimentos que chegavam ao país desde 1954, provenientes do programa “Alimentos para a Paz” – posteriormente chamado de “Alimentos para o Desenvolvimento” –, subsidiado pelo governo estadunidense como

⁵¹⁴ CARITAS BRASILEIRA. *Somos Cáritas*. Série Cartilhas. Sem data, p. 4. Disponível em: http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383069693somoscaritas_cd.pdf. Acesso em 16 de outubro de 2018.

⁵¹⁵ SOUZA, André Ricardo de. O processo educativo dos Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas. In: III Encontro Internacional de Economia Solidária Solidária, 2005, São Paulo. Caderno de Trabalhos do III Encontro Internacional de Economia Solidária (CD). São Paulo: NESOL-USP, 2005. v. 1, p. 02-03, p. 01. Disponível em: http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Edu-3.htm#_ftnref2. Acesso em 09 de outubro de 2018.

⁵¹⁶ CARITAS INTERNATIONALIS. *Somos Caritas*, op. cit.

⁵¹⁷ CARDOSO, Ana Helena Varela Correia. *A Cáritas Caboverdiana: desenvolvimento e impactos da sua acção social em Cabo Verde (1976-2001)*. Trabalho científico apresentado para a obtenção do grau de Licenciado em Ensino de História. ISE. 2006, p. 19.

⁵¹⁸ CNBB. *Cáritas brasileira: 50 anos promovendo solidariedade*. Col. Estudos da CNBB 92. São Paulo: Paulus, 2006, p. 46.

parte da sua política de “Aliança para o Progresso”. Até então, as doações, encaminhados pela Catholic Relief Services – órgão da Conferência Episcopal norte-americana – eram redistribuídos pela Fundação Leão XIII e pela Conferência dos Religiosos do Brasil.

A determinação foi fundamental para a formação de equipes da Cáritas nas dioceses de todo o Brasil – encarregadas da distribuição dos donativos à população local –, incrementando uma rede incipiente que crescia conforme a demanda de trabalho. E foram realmente grandes os esforços envidados com vistas a atender satisfatoriamente o programa. Os números indicam que apenas para o ano de 1966, 66 mil toneladas de alimentos e roupas foram distribuídas.⁵¹⁹ Consequentemente, afirmou-se como prioridade da entidade o atendimento ao povo através do suprimento de suas necessidades básicas e mais prementes como, por exemplo, a alimentação. Consolidava-se, assim, o primeiro modelo de caridade seguido pela Cáritas⁵²⁰ nos seus anos iniciais: a caridade assistencial.⁵²¹

Tal realidade não se estabeleceria sem questionamentos e críticas dos próprios agentes da Cáritas, de demais setores da Igreja e da sociedade de forma geral. Versando sobre a importância de um trabalho mais consistente junto à população, capaz de superar aspectos puramente assistencialistas e de garantir a verdadeira promoção humana, levaria tempo até que esta visão se tornasse predominante e condicionasse novas abordagens e ações com esses objetivos.

O volume dos bens encaminhados pelo programa entrou em um franco declínio a partir da segunda metade da década de 1960, passando para 19 mil toneladas, em 1967, até ser definitivamente extinto, em 1974.⁵²² Ligadas quase que exclusivamente a sua realização pelo vasto território brasileiro, várias Cáritas Diocesanas encerraram suas

⁵¹⁹ Idem, p. 47.

⁵²⁰ Segundo André Ricardo de Souza, é possível identificar três modelos de caridade desenvolvidos pela Cáritas ao longo de sua história – a caridade assistencial, a promoção humana e a caridade libertadora –, cada qual marcado pelas transformações ocorridas no seio da Igreja Católica e combinadas com contextos históricos específicos. Em nota, o autor esclarece que a formulação desta tipologia é atribuída por alguns agentes de pastoral ao padre José Pegoraro. Entretanto, tal adjetivação da caridade seguida pela Cáritas parece bastante internalizada, constando em grande parte da literatura sobre o tema. SOUZA, André Ricardo de, *op. cit.*, p. 02-03.

⁵²¹ André Ricardo de Souza chama a atenção para a diferença, enfatizada pela Cáritas, entre a assistência social e o assistencialismo, definido como “uma forma demagógica utilizada, sobretudo por homens políticos, com interesse em tirar proveito da situação de privação alheia.” Ainda segundo o autor, há uma condenação moral pela Cáritas daquilo que seria por ela caracterizada como “caridade interesseira”, e identifica tal prática no paternalismo, “responsável pela deturpação do modelo assistencial de caridade e a manutenção da ordem conservadora ou o *status quo* de pessoas e grupos sociais.” Idem, p. 02.

⁵²² CNBB, *op. cit.*, 2006, p. 48.

atividades, deixando de existir também a grande maioria das Regionais criadas para promover a articulação dos trabalhos.

Segundo as avaliações, *já não havia motivos para manter as equipes*. Em outras palavras, a quase totalidade dos bispos não percebia, até 1974, o que significavam as orientações sociais do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín. Ou, se tivessem essa clareza, a excessiva dependência financeira estrangeira na manutenção das pessoas e infra-estruturas fez com que não tivessem condições de dar continuidade com recursos locais. Nesse sentido, podemos dizer que havia igualmente uma limitação na visão e na prática da gestão dos agentes da Cáritas absorvidos com o programa de alimentos.⁵²³

Este foi um momento de crise para a Cáritas Brasileira e para enfrentá-la foi necessária uma autocrítica e a disposição em se reestruturar. Parte desta reflexão dizia respeito, também, sobre a vida política do país, conforme indica trecho de uma publicação da CNBB sobre a entidade na ocasião da comemoração do seu 50º aniversário:

Afinal, enquanto em 1964, os militares dão um golpe de Estado para garantir os interesses dos grupos tradicionalmente privilegiados, a Cáritas continuava ocupando-se da coordenação da distribuição de alimentos enviados pelo mesmo país que apoiara e até financiara o golpe. Pouco ou nada marca suas reflexões e suas ações o fato de que, em 1968, acontecesse um golpe dentro do golpe, com edição do Ato Institucional 5, dando poder ainda mais autocrático aos militares ditadores. O que a Cáritas tinha a ver com repressão, que atingia também militantes cristãos da Ação Católica ou que atuavam em sindicatos?⁵²⁴

O autoexame, a busca de uma identidade consonante às prescrições conciliares e episcopais, e a redefinição dos objetivos e estratégias de ação permitiram o “renascimento” da Cáritas em todas as suas esferas.⁵²⁵ A “promoção humana” ganhava ênfase nos fóruns da entidade conforme revelam colocações feitas em 1974, durante um Seminário, e no 8º Congresso Latino-americano da Cáritas, ocorrido em Lima, no Peru. O primeiro estabelecia como objetivo pastoral-social da entidade “assistir, educar, promover pessoas e comunidades mais necessitadas, à luz da doutrina social da Igreja”,

⁵²³ Idem, p. 48.

⁵²⁴ Idem, p. 49

⁵²⁵ Idem.

o segundo declarava que “a Cáritas, como órgão da Pastoral Social da Igreja, expressa e promove a caridade e a justiça”.⁵²⁶

A necessária renovação alterou, também, o organograma da Cáritas Brasileira que, em 1966, desligou-se do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, constituindo-se como uma entidade jurídica autônoma ligada à Conferência Episcopal brasileira. A mesma reestruturação passou a valer para as Cáritas Diocesanas, estabelecidas, a partir de então, como organismos autônomos dentro das dioceses e com estatuto próprio⁵²⁷, embora continuassem a seguir as diretrizes difundidas pelas instâncias superiores, como a CNBB e a própria Cáritas Brasileira, e contassem com o apoio e assessoramento desta última, através, sobretudo dos seus escritórios regionais.

Esta nova organização garantiu autonomia e dinamismo às entidades membros, importantes tanto por possibilitarem a busca própria por novas parcerias e recursos, como por permitirem uma maior interação com as comunidades às quais se ligavam, fundamental para a formulação de projetos e atividades que respondessem satisfatoriamente às suas demandas específicas. Pouco a pouco se buscou a suplantação da ação meramente assistencialista em favor de uma metodologia de trabalho que trouxesse protagonismo aos assistidos e estimulasse a participação conjunta.⁵²⁸ Ajustadas aos novos tempos, as Cáritas Diocesanas enfrentaram a crise e dela saíram fortalecidas, garantindo a manutenção da trama solidária.

Esta trama conta, hoje, com as 182 entidades membros que conformam a Cáritas Brasileira, organizadas em 12 regionais – Ceará, Maranhão, Piauí, Nordeste 2 (Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba), Nordeste 3 (Bahia e Sergipe), Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte 2 (Pará e Amapá) – e articulações – Norte 1 (Amazonas e Roraima), Rio de Janeiro, Centro Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal), Norte 3 (Tocantins) e Noroeste (Acre e Rondônia). Tal disposição atende ao propósito de garantir o diálogo, a

⁵²⁶ CNBB. *Cáritas Hoje*. Col. Estudos da CNBB 31. São Paulo: Edições Paulinas, 1981, p. 76, *apud*, CNBB, *op. cit.*, 2006, p. 49.

⁵²⁷ CNBB, *op. cit.*, 2006, p. 48.

⁵²⁸ Sem deixar de ser o socorro imediato nas horas de emergência, a missão da Cáritas foi se aproximando gradativamente daquela que se compreende hoje, possível de ser apreendida nas seguintes linhas: “Em vez de distribuir bens materiais, previamente doados por pessoas ou instituições, para pessoas que deles detêm carência, o que cabe à Cáritas é despertar as pessoas em relação aos seus direitos e apoiar sua organização para exigir sua realização. Mesmo quando a necessidade extrema exige distribuição de alimentos ou outros bens indispensáveis, essa prática também deve ser explicitamente realizada anunciando às pessoas que isso não é favor, e sim realização de um direito. E não podem ser iniciativas sem continuidade, pois é fundamental que as pessoas socorridas participem da reconstrução das condições de vida, destruídas ou danificadas, e cresça, a partir dessas práticas, a consciência de sua cidadania.” *Idem*, p. 54.

qualidade e a integração das atividades em todo o país, potencializando a estrutura em rede.⁵²⁹

Renovada, a entidade emergiu como o organismo de pastoral social que sempre esteve predestinada a ser, conforme coloca dom Demétrio Valentini, ex-presidente da Cáritas Brasileira:

Ela sempre se sentiu entrosada com a ação das Pastorais Sociais. Mas ela não se limita a uma determinada ação específica, embora possa apoiar qualquer uma delas. E aí começa a aparecer melhor o que é a Cáritas. Ela é um organismo de apoio à ação social da Igreja, que encontra nas diversas “pastorais sociais” campos específicos de ação continuada.⁵³⁰

Os objetivos registrados em estatuto⁵³¹ elucidam sobre as diversas frentes de atuação que assume, norteadas sempre pela defesa da vida e dos direitos fundamentais da pessoa humana. A Cáritas não age sozinha, contudo. É através das parcerias que o seu trabalho se concretiza. Seus parceiros são todos os movimentos e organizações instigados pelo desejo de mudança e pela solidariedade. Novamente, as palavras de dom Demétrio são elucidativas, expressando a sinergia que embasa a obra da Cáritas:

Apostamos na fermentação da história, desde a local, em nossas comunidades e municípios, passando pelas regiões socioculturais e biomas, alcançando o país e o mundo. Desejamos ser parceiros/as de todos e todas que buscam dar conteúdo real à democracia, superando as

⁵²⁹ CÁRITAS BRASILEIRA. *Marco Referencial da Cáritas*. 2017, p. 2. Disponível em: http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1511782671MARCOREFERENCIALDAC%C3%81RITASBRASILERIA20172020.pdf. Acesso em 06 de dezembro de 2018.

⁵³⁰ VALENTINI, Dom Demétrio. Apresentação. In: CARITAS BRASILEIRA. *Cáritas na Promoção da Solidariedade: como organizar a ação Cáritas*. Série Cartilhas. Brasília – DF: Cáritas Brasileira, 2005, p. 5. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/cartilha-c%C3%A1ritas-na-base-%C3%BAltima-vers%C3%A3o.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

⁵³¹ São esses objetivos: I. promover atividades e finalidades de relevância pública e social; II. realizar e articular ações de assistência social, cultural, educação de base, e promoção da solidariedade a famílias e pessoas empobrecidas, em especial crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas em situação de rua e outros que se encontrem em situações de risco, nas áreas rurais e urbanas, para que vigorem a justiça social, a fraternidade humana e a caridade cristã; III. atuar na prevenção, no socorro imediato e na reabilitação de grupos sociais, comunidades em situações de emergência natural e social; IV. realizar ações solidárias de geração de trabalho e renda e de preservação do meio ambiente; V. investigar, estudar, analisar e desenvolver estratégias de combate à miséria e à pobreza; VI. formar e capacitar agentes para a ação social e o exercício da cidadania; VII. defender e promover os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana; VIII. elaborar e publicar livros, revistas, boletins, periódicos e subsídios de interesse da entidade; IX. assessorar e dar assistência técnica e extensão rural a agricultores e familiares, pequenos agricultores, assentados de reforma agrária, extrativistas, pescadores, povos indígenas, remanescentes de quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Cf. Estatuto da Cáritas Brasileira. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/ESTATUTO-DA-C%C3%81RITAS-BRASILEIRA-2017.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

formalidades que, até hoje, a limitaram a ser instrumento de dominação dos que detém o controle do capital em seu exclusivo benefício. Como parte específica de nossa missão, apostamos em ser fermentos da amorização [sic] das relações entre as pessoas. Relações que constituem a sociedade política, relações individuais e coletivas com todas as demais formas de vida e com todas as energias que constituem o Planeta e o Universo.⁵³²

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, a exemplo das organizações congêneres que persistiram no propósito solidário de ser presença atuante junto ao próximo menos favorecido e que, para tanto, atravessaram uma fase de autocrítica e reestruturação, manteve-se ativa na formulação e execução de projetos sociais, sobretudo aqueles ligados ao ideal da promoção humana.

Cândido Feliciano da Ponte Neto, funcionário da Cáritas desde o período em que a distribuição de alimentos era o “carro-chefe” desses projetos, tendo atuado em Parnaíba e em Fortaleza antes de chegar ao Rio de Janeiro, justamente com essa ação de recebimento e redistribuição dos produtos doados, testemunhou e participou das mudanças pelas quais passou a entidade e a diversificação de suas atividades com vistas a contribuir positivamente para a transformação da vida das populações carentes, suplantando o assistencialismo puro. O primeiro passo neste processo passava pela formação e capacitação de pessoas e agentes:

A Cáritas tinha um quadro de serviço social aqui no Rio – em Fortaleza também muito bem, em toda a parte – que aqui era dirigido por uma assistente social que eu acho que todas as assistentes sociais – todas – tem que ler o livro da Balbina Ottoni Vieira. Então, a gente desenvolveu um projeto nacional de transformar a distribuição dos alimentos americanos numa fonte de um processo, meio de um processo de promoção humana e social. [...] Essa era a ideia. Então, para que esse trabalho fosse viável de ser executado, era preciso formar as pessoas que estavam na ponta. E esse trabalho sempre se deu via paróquias. As paróquias eram nossos pontos de trabalho, de venda. Então, uma das coisas que eu me dediquei desde cedo, foi, ao lado da questão logística da distribuição de alimentos, era a questão da formação das pessoas, desse entendimento de que era necessária alguma atividade de transformar as pessoas, de ajudar as pessoas a crescerem a partir ou tendo como meio a distribuição de alimentos. Então esses cursos deram à Cáritas uma visibilidade muito boa no meio – eu volto um pouco mais para o Rio agora, porque passei lá um ano e meio em Parnaíba, três anos em Fortaleza e o resto aqui. Logicamente, quando eu cheguei aqui eu fazia sociologia. Eu já estava no terceiro ano de sociologia. Então, estava naquele momento muito de pegar as coisas teóricas e querer passar para a realidade dentro de um mundo de ditadura no Brasil. Mas

⁵³² VALENTINI, Dom Demétrio. Introdução. In: CNBB, *op. cit.*, 2006, p. 06.

arranjei bons parceiros aqui. Parceiros, inclusive, padres também. Muitas experiências interessantes hoje... O resultado de muita coisa – não de hoje, do passado –, a organização, por exemplo, das associações de moradores de favela... A Igreja teve um papel muito importante nas Comunidades Eclesiais de Base, na organização da comunidade para a associação de moradores. Até para um sentimento de formação cidadã, num sentido de ter uma visão da realidade política, econômica, social. É claro que isso tinha limites como até hoje tem limites para esse tipo de trabalho. Mas o meu trabalho era muito esse. Eu dei muitos cursos fora. [...] Eu saía daqui a noite e ia dar curso para aquelas paróquias, pro pessoal que trabalhava com trabalho social daquelas paróquias, lá em Cavacanti. Eu ia lá em Cavacanti. Na Paróquia Santa Clara de Guaratiba. Eu saía daqui, naquela época, sei lá, eu ia dar curso em Guaratiba. [...] Enfim, o trabalho da Cáritas, antes, era esse. Era formação das pessoas para construir um processo de crescimento humano. A dignidade da pessoa humana sempre à frente. Lógico, às vezes, com a visão própria de cada época. Os problemas de hoje são muito mais complexos. A Cáritas desenvolveu durante algum tempo um projeto que hoje é totalmente já consolidado por Sesc e tudo. Nós levamos para as comunidades algumas coisas: o cartório, o Félix Pacheco, e ia fazendo dentro da comunidade... Um dia desses eu passei ao lado do Borel... Eu ia ao Borel, ao Marcílio Dias, pra fazer essas ações comunitárias que hoje fica muito difícil de fazer por uma entidade como a Cáritas.⁵³³

Cândido permaneceu diretamente ligado à Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro até a transferência de dom Eugênio de Salvador à capital carioca. Pouco tempo depois passou a trabalhar na Arquidiocese, participando do secretariado de pastoral e assessorando o novo arcebispo. Não deixou, contudo, de dar expediente e responder pela Cáritas que à época funcionava no subsolo da Catedral Metropolitana de São Sebastião. Como secretário executivo, seu nome era uma referência para a entidade e de confiança do cardeal.

Quando da decisão de dom Eugênio em promover um trabalho sistematizado de atendimento aos sul-americanos perseguidos pelas ditaduras do Cone Sul, o qual deveria ficar no âmbito da Cáritas, Cândido foi convocado a estar na dianteira da ação, estabelecendo os primeiros contatos, traçando as estratégias e coordenando as atividades delas derivadas. Nesta empreitada, não esteve sozinho. Pode contar com inúmeros parceiros e uma dedicada equipe. Cada qual compôs pontos de uma malha solidária capaz fazer frente àquela caracterizada pela perseguição e repressão, própria do regime ditatorial que vivíamos.⁵³⁴

⁵³³ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵³⁴ Essa conclusão inspira-se nos apontamentos feitos Samantha Quadrat ao propor um caráter internacional à rede de solidariedade formada por organizações engajadas na luta pela defesa dos direitos humanos presentes em todo o mundo em paralelo à colaboração exercida pelos regimes ditatoriais do Cone Sul e

A Cáritas teria parte de sua operacionalidade alterada para assumir essa nova tarefa. Sem negligenciar dos projetos sociais que lhe eram próprios, incumbiu-se de outro igualmente importante e dedicado àqueles que mais sofriam e precisavam de ajuda. Dividiu-se para atender a todos, inclusive fisicamente: sua estrutura principal continuou sediada no subsolo da Catedral da cidade, enquanto o atendimento aos perseguidos pelas ditaduras vizinhas ocorreria, desde os seus primeiros instantes, no Palácio São Joaquim.

A caridade – entendida como solidariedade pela Cáritas – e o amor ao próximo, princípios que norteiam a instituição em todas as suas esferas, estruturaram o trabalho com refugiados cuja história, marcada por perigos e coragem, contaremos a partir de agora.

5.2 “Rua da Glória, 446”: o endereço do refúgio no Rio de Janeiro

O logradouro em questão, localizado no bairro da Glória, região centro-sul da urbe carioca, abriga o Palácio São Joaquim, sede da Mitra Arquiepiscopal. Suntuoso, o edifício, que é residência⁵³⁵ e escritório do arcebispo da cidade, foi cenário de acontecimentos de destaque e que ajudam a contar a história da Igreja Católica, da população local e do refúgio no Brasil.

Muitas das deliberações para a criação, em 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ocorreram no Palácio e se tona emblemática a utilização, em dado momento, de suas dependências como sede. Fruto do trabalho empenhado de dom Hélder Câmara, entre outros, a conferência tornou-se a mais importante instituição representante da Igreja Católica no Brasil, de modo que as decisões tomadas desde a Glória adquiriam

seus órgãos de informação e repressão. Nas palavras da historiadora: “Quase ao mesmo tempo em que testemunhamos o ápice da colaboração à perseguição política entre as forças de repressão dos países do Cone Sul – o Plano Condor –, foi possível assistir à criação de laços de solidariedade entre organizações de direitos humanos. Madres e Abuelas de Plaza de Mayo e SERPAJ em suas várias representações mantinham permanente contato com o Clamor. O que nos levar a pensar que se tínhamos uma operação internacionalista de repressão, como a Condor, havia também a sua equivalente na defesa dos direitos humanos”. QUADRAT, Samantha Viz. *Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros*. In: *Jornada de Trabajo sobre Historia Reciente, IV, 2008, Rosario – Argentina*. Rosario: Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario, 2008, p. 15.

⁵³⁵ A Arquidiocese do Rio de Janeiro possui, também, uma residência no alto do morro do Sumaré.

enorme relevância, incidindo diretamente no meio eclesiástico e no contexto político e social de então.⁵³⁶

Ao longo dos anos, o Palácio São Joaquim teve seu interior transformado em repartição, acomodando algumas entidades católicas como o Banco da Providência e a Cáritas. Quando o Arcebispado do Rio de Janeiro é assumido por dom Eugênio Sales, em 1971, este escolhe o Palácio Arquiepiscopal como residência em detrimento à construção no Alto do Sumaré, onde tinha residido seu antecessor, dom Jaime de Barros Câmara. A justificativa apresentada para a mudança foi a proximidade à comunidade católica, maior que no caso do Sumaré. Para recebê-lo, o prédio passou por uma grande reforma.⁵³⁷

Apesar de ter seu valor ratificado por decreto municipal, em 2005⁵³⁸, foi durante a segunda metade da década de 1970 que mais os olhares se voltaram ao prédio na “Rua da Glória, 446”, e menos pelo ecletismo de sua fachada do que pelo que acontecia por trás de seus portões de ferro, mais especificamente em seus jardins.

Nestes anos, começaram a chegar ao Brasil os primeiros refugiados do Cone Sul, cujo número crescia conforme se operava o endurecimento dos regimes em cada país. Muitos daqueles que passavam pelo Rio de Janeiro procuravam a Arquidiocese. Com pouco ou nenhum recurso, muitos refugiados recorriam à entidade em busca de ajuda. Ali eram acolhidos, narravam suas histórias e recebiam um atendimento autorizado pelo arcebispo. Este atendimento consistia em uma ajuda de custo para pagar uma refeição e/ou o pernoite em algum hotel, já que muitos se apresentavam como em trânsito pela cidade a caminho de outros centros urbanos, como São Paulo, ou mesmo de outros países. Assim, a ajuda era pontual, uma vez que tinha por objetivo o saneamento de uma necessidade momentânea, e esporádica, já que ocorria conforme a demanda. A cada dia, porém, crescia o número de pessoas que procuravam a instituição, conformando uma realidade que não passaria despercebida.

A recorrência condicionou a implementação de um trabalho sistemático para os perseguidos das ditaduras vizinhas pela Igreja carioca. Um caso dentre tantos se tornou célebre, sendo constantemente rememorado como evento determinante para a decisão de

⁵³⁶ “CNBB” In: ABREU, Alzira Alves de (et. al.) (Orgs.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

⁵³⁷ *Jornal do Brasil*, edição de 02 de abril de 1971, p. 7, e de 03 de abril de 1971, p. 17.

⁵³⁸ O edifício foi tombado provisoriamente através do decreto nº 25693, de 23 de agosto de 2005, pelo então prefeito César Maia, uma vez considerada “a importância do bairro do Catete, e da Glória na evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, por seu acervo de bens culturais de alta relevância para a cidade”. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac/anexos/decretos/decreto_25623.pdf. Acesso em 09 de janeiro de 2018.

desenvolver tal projeto: a chegada de um grupo de chilenos, em abril de 1976.⁵³⁹ Os jovens chegaram inicialmente na sede da Cáritas Brasileira, na Ladeira da Glória, 67, onde procuraram por Tibor Sulik.⁵⁴⁰ Traziam consigo uma carta escrita pelo responsável pelo Vicariato da Solidariedade do Chile⁵⁴¹, que relatava o histórico de perseguição e perigos que permeava a trajetória de cada um, e o risco que corriam caso permanecessem no país. A carta, encaminhada a dom Eugênio pelas mãos de Cândido Feliciano da Ponte Neto, guardava o pedido de proteção ao grupo.

Sobre este episódio, algumas considerações que nos ajudem a pensar a relação entre Igrejas e uma possível rede católica de auxílio nos deslocamentos de perseguidos políticos, podem ser feitas. O contato entre a Arquidiocese de Santiago, no Chile, e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, intermediado pelo Vicariato e a Cáritas Brasileira, não nos autoriza a projetar uma cooperação contínua entre as instituições religiosas. O fato de um grupo de chilenos ter aqui chegado com uma carta escrita pelo vigário da diocese local se explica pela relação pessoal que este tinha com Tibor Sulik, algo que se caracteriza pela sua pontualidade e não repetição.⁵⁴²

Todos os demais casos em que a Arquidiocese do Rio de Janeiro foi procurada com o intuito de se obter ajuda, devem ser atribuídos à frequente atuação de socorro a essas pessoas pela Igreja de forma geral. A Igreja, segundo Cândido, sempre realizou um trabalho com pessoas em trânsito. Em suas palavras, havia “essa ideia de que a Igreja fazia alguma coisa”. E fazia de fato, contudo restrita ao âmbito local e não de maneira coordenada, sobretudo a nível transnacional. É importante ter claro, além disso, que seria

⁵³⁹ SALES, Dom Eugênio. “Tomamos o partido do ser humano” em SALES, Dom Eugênio; ARNS, Dom Paulo Evaristo. A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei nº 9.474/97. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 63-64. Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁴⁰ Membro fundador da Comissão Brasileira Justiça e Paz, organismo da CNBB, e um conhecido militante das causas sociais.

⁵⁴¹ Infelizmente esta carta não consta dentre os documentos analisados durante a pesquisa, de modo que sua apreensão se restringe a memória dos fatos narrados. A Vicaría de la Solidaridad (em espanhol) da Arquidiocese de Santiago foi uma importante organização católica chilena – precedida pelo Comité de Cooperación para la Paz (COPACHI), de caráter ecumênico – criada pelo cardeal Raúl Silva Henríquez, em 1976, e alocada no Palácio Arquiepiscopal. Tendo agrupado em torno de si inúmeras outras organizações e grupos engajados na promoção dos direitos humanos, foi responsável pela assistência social e jurídica prestada a muitos familiares e vítimas diretas da violência imposta pela ditadura implantada no país após o golpe militar de 11 de setembro de 1973. À Vicaría chegavam histórias e testemunhos das graves violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado e suas forças de repressão, tornando-se a organização fundamental para a denúncia de tais atrocidades. Com sua dissolução, em 1992, foi criado a Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, que guarda toda a documentação da entidade e de sua predecessora, constituindo um importante acervo sobre o tema dos direitos humanos. Cf. <http://www.vicariadelasolidaridad.cl>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

⁵⁴² Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

anacrônico transpor àquela época a consciência das diferenças que separam termos como migrante e refugiado – principalmente no que concerne às questões jurídicas e burocráticas da matéria.

Entretanto, ainda que não consideremos a cooperação religiosa a nível regional no que diz respeito aos fluxos exiliares, principalmente por entender que a grande maioria dos deslocamentos foram empreendidos com recursos próprios e motivados pela notoriedade que o trabalho com refugiados assumiu entre os perseguidos políticos – especialmente no caso da Arquidiocese do Rio de Janeiro –, é inegável a conformação de uma rede transnacional de solidariedade e defesa dos direitos humanos. Essa rede foi mobilizada pelas principais organizações surgidas no contexto ditatorial de cada país e engajadas na denúncia da repressão e do terrorismo de Estado, e na assistência às suas vítimas diretas e indiretas.

Neste sentido, é possível dizer que o mundo religioso, por seu simbolismo e caráter universal, respaldou, impulsionou e facilitou o contato e a articulação entre essas organizações.⁵⁴³ A experiência do Clamor, sobre o qual fizemos breve menção no capítulo anterior, é exemplar já que nasce vinculado à Igreja Católica – ainda que liderado por um pastor protestante –, beneficiando-se, assim, do suporte dado pela Arquidiocese de São Paulo na figura de dom Paulo, e logrou importantes vitórias a partir da ação conjunta com outros grupos de direitos humanos. Exemplo semelhante é fornecido pelo próprio Vicariato da Solidariedade do Chile.⁵⁴⁴

Retomando o caso do grupo de chilenos, com dom Eugênio, Cândido reforçou a crescente dos casos e o contexto dramático dos países que atravessavam experiências ditatoriais naquele período. Foi conclusiva a necessidade de uma ação estruturada e contínua para o tema. Apesar desta consciência, permaneciam dúvidas sobre o que realmente fazer. Ao assessor, dom Eugênio pediu que retornasse no dia seguinte, quando,

⁵⁴³ Cf. CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina, LASTRA, Soledad (Orgs.). *Exilios: militancia y represión. Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014.

⁵⁴⁴ Um caso bastante emblemático foi o dos irmãos Anatole e Victoria Julien Grisonas, sequestrados em Buenos Aires, em 1976. A avó das crianças, orientada pelas Madres de Plaza de Mayo, escreveu ao Clamor pedindo ajuda para encontrar os netos, anexando à carta fotos suas. Em seu Boletim nº 4, de dezembro de 1978, o Clamor contou a história das crianças Julien-Grisonas, juntamente com outros dois casos de crianças desaparecidas. Divulgadas internacionalmente as fotos das crianças, iniciou-se uma grande campanha que resultou no reconhecimento dos irmãos em uma praia em Valparaíso, no Chile. A localização delas foi fruto de uma operação bem articulada, que posteriormente pode contar com o Vicariato da Solidariedade no que diz respeito às negociação entre a família adotiva e a família biológica, e que culminou na restituição de identidade das crianças. Cf. Idem.

após refletir, lhe daria a resposta sobre o problema apresentado. O cardeal comentou o drama pessoal que enfrentou ante tal situação:

No meu gabinete tinha um crucifixo grande e rezei um pouco em pé. Pela lei do país, não podia fazer nada, não podia dar proteção a refugiados políticos, receber Montoneros e Tupamaros. Por outro lado, como um pastor, tinha o dever e a obrigação de atender, dentro das minhas possibilidades, a situação tão precária na qual eles se encontravam. Como brasileiro, não poderia assumir responsabilidades outras, principalmente envolvendo outros países. Mas, também, não podia me omitir como pastor. Esse era meu drama. Tudo girou em torno disso. Não houve qualquer motivação política.⁵⁴⁵

O cardeal-arcebispo optou por dar início a um trabalho permanente de acolhida e atendimento aos perseguidos políticos das ditaduras vizinhas. Não deixou, contudo, de dar ciência às autoridades de sua resolução, como ele mesmo relata:

Resolvi assumir. Mas me senti obrigado a informar às autoridades. Liguei para o general Sylvio Frota, ministro do Exército, com quem convivi quando era comandante do I Exército, no Rio. Falei: “Se você receber comunicação de que comunistas estão abrigados no Palácio São Joaquim, de que estou protegendo comunistas, saiba que é verdade, eu sou o responsável”. Ele não disse nada, ficou calado, nunca reclamou.⁵⁴⁶

A opção pelo comunicado revela muito do *modus operandi* de dom Eugênio, a quem atribuíam o telefone como instrumento essencial de trabalho.⁵⁴⁷ Apesar de consciente de que seu dever como bispo não poderia ficar à revelia das determinações dos generais, agia com cautela e sempre buscando evitar o confronto direto, a “área de atrito”, conforme fosse possível.⁵⁴⁸ Em suas palavras:

Minha conduta era a seguinte: cuidava dos refugiados e, ao mesmo tempo, em todas as datas comemorativas da pátria, eu atendia ao convite das autoridades. Por exemplo, todo dia Sete de Setembro eu estava lá, com o governador e as autoridades militares. Nunca faltei às comemorações cívicas, até porque era minha obrigação como arcebispo. E as pessoas diziam: “mas é um governo ditatorial”. E eu dizia: “eu não sou juiz, sou um pastor, dos bons e dos maus”. Isso foi o

⁵⁴⁵ SALES, Dom Eugênio, *op. cit.*, p. 64.

⁵⁴⁶ *Idem.*

⁵⁴⁷ CASADO, José. 2008a. “O general do Papa”. *O Globo*, 02 de março, p. 16.

⁵⁴⁸ Em entrevista concedida a Kenneth Serbin, dom Eugênio narrou o diálogo travado com o general Sylvio Frota, em abril de 1976. Em suas palavras: “Então, eu não podia pedir permissão ao general para cumprir meu dever de bispo. Ao mesmo tempo, eu tomei a prudência, e isto é muito dentro de uma linha de evitar área de atrito enquanto possível. Então eu comuniquei isso. [...] Então nós atendíamos esses refugiados políticos, e o governo fechava os olhos”. SERBIN, Kenneth, *op. cit.*, p. 325.

que possibilitou muitas dessas coisas. [Refere-se, sobretudo, ao trabalho desenvolvido com os grupos de refugiados latino-americanos]⁵⁴⁹

Dom Eugênio acreditava que a divulgação do trabalho empreendido inviabilizaria a ação: “Se eu anunciasse o que estava fazendo, não tinha chance. Muitos não concordavam, mas eu preferi dialogar e salvar. Agora, eu mantinha uma posição da Igreja, que era essa.”⁵⁵⁰ A preferência pelo sigilo sobre as ações realizadas se estendia à todos os envolvidos. Juçara Viana Gama e Silva, uma das três assistentes sociais que conformariam a equipe para o trabalho com refugiados, relembra de nunca comentar sobre a real atividade que desempenhava. Somente a família sabia. Para todos os demais, inclusive amigos, dizia apenas que trabalhava para a Igreja.⁵⁵¹ Mesmo tendo condicionado o desconhecimento por muitos do trabalho desenvolvido sob sua tutela, o posicionamento do cardeal-arcebispo é entendido por alguns dos que o acompanharam como determinante para o seu sucesso.

Seu planejamento e execução foram outorgados à Cáritas da Arquidiocese. No dia seguinte, conforme combinado, Cândido retornou ao gabinete do cardeal para saber de sua decisão a respeito dos chilenos e sobre o assunto de forma geral. Nessas circunstâncias e após presenciar sua ligação ao general Sylvio Frota, relembra em que termos se deram o anúncio por dom Eugênio e o diálogo com ele travado:

- Cândido, pronto! Começa aqui no Palácio São Joaquim um atendimento a refugiados. [...]
- Mas dom Eugênio, do que o senhor chama isso? O que é que eu vou fazer?
- Cândido, se fosse para eu fazer, eu não tinha chamado você nem você estava aqui. É para você fazer.
- Mas como, dom Eugênio?
- Olha, resolva o problema.
E mudou de assunto comigo.⁵⁵²

Ao rememorar como tudo ocorreu, Cândido não deixa de atribuir casualidade aos fatos, evidenciando a fragilidade daquilo que estava sendo proposto:

O problema é que fui eu que fui instigá-lo. Eu participava da pastoral social da Arquidiocese, do secretariado de pastoral. E como era a

⁵⁴⁹ SALES, Dom Eugênio, *op. cit.*, p. 65.

⁵⁵⁰ CASADO, José. 2008b. “O general do Papa”. *O Globo*, 03 de março, p. 04.

⁵⁵¹ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁵² Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017, Rio de Janeiro, Brasil.

entidade que tem – que ainda hoje tem – como finalidade, no Brasil todo, no mundo todo, esse tipo de trabalho social, quando aparecia alguém aqui no Palácio São Joaquim, ou na Catedral, ou alguma coisa, procurando uma ajuda, mandavam procurar quem? O Cândido. Então, por isso é que eu entrei. Talvez se tivesse outra entidade... Podia ter sido o Banco da Providência. Mas caiu na minha mão. Agora, ele olhou pra mim “Cândido você vai”, porque eu estava na frente dele. E a gente discutia esses assuntos. Falava não só dos problemas latino-americanos, mas do problema do Brasil, algumas pessoas que a gente ajudou.⁵⁵³

Cândido comenta, também, o aturdimento ante a novidade e a responsabilidade que lhe era então atribuída, e quais foram seus primeiros movimentos a fim de atender à solicitação de dom Eugênio:

O escritório de dom Eugênio era aqui no Palácio no andar de cima. Eu desci as escadas “meio tonto”. Quando eu cheguei embaixo, no jardim, eu me lembrei de algumas coisas. Eu me lembrei que tinham algumas pessoas... Quer dizer, a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, que fazia parte Marina Bandeira, Candido Mendes, Maranhão, o Tibor Sulik, aquele que trouxe a carta... Era uma equipe. E a CNBB era em frente. Ai, eu me lembrei da Marina. Fundamentalmente, eu me lembrei da Marina. Disse, “eu vou ter que conversar com a Marina”.⁵⁵⁴

Marina Bandeira foi uma importante colaborada de dom Hélder, estando ao seu lado desde o Congresso Eucarístico Nacional, em 1955. Tornou-se um dos grandes nomes da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e da luta pelos direitos humanos. Foi também responsável pelo desenrolar da rede de solidariedade que começava a ser movimentada para a concretização do empreendimento proposto por dom Eugênio Sales. Um dos pontos nodais dessa rede era o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, do qual se tinha conhecimento, mas que não possuía representação no Brasil até o momento.

Para chegar ao ACNUR, buscou-se, inicialmente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que tinha um escritório no Rio de Janeiro, mais especificamente na Avenida Rui Barbosa, no Flamengo. A comunicação com o PNUD foi facilitada através de um contato de Marina que lá trabalhava e que se comprometeu a estabelecer as pontes necessárias para dar continuidade às articulações com o sistema da ONU e sua agência para refugiados. Tratava-se da diretora do escritório, D. Celina Magalhães. Em pouco tempo chegaria a informação de que um representante do Alto Comissariado para

⁵⁵³ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁵⁴ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017, Rio de Janeiro, Brasil.

Refugiados estava a caminho do Brasil com o intuito de analisar preliminarmente a situação e deliberar possíveis soluções ao problema apresentado pela CJP-BR, que como vimos, foi determinante para que um pedido formal ao ACNUR, solicitando presença efetiva no país, se concretizasse.

O apoio dado pela Comissão àquilo que se pretendia fazer ser um trabalho consistente com perseguidos das ditaduras vizinhas não se limitou às intermediações iniciais. Ainda que respondendo, prioritariamente, por uma ação mais intelectual, com a formulação de políticas e de denúncias, a organização esteve sempre junto à Cáritas no tratamento dos assuntos concernentes ao tema do refúgio e do serviço prestado pela entidade: “Então, a Comissão de Justiça e Paz acompanhou sempre, presente sempre, discutia sempre”.⁵⁵⁵ A revelação destes detalhes nos permite compreender a referência, por dom Eugênio, à Comissão de Justiça e Paz da CNBB e à Cáritas Brasileira como “parceiras desde os primeiros momentos” no trabalho com refugiados.⁵⁵⁶

Especificamente sobre a Cáritas Brasileira, a análise desta “parceria” é elucidativa sobre as forças políticas em disputas no contexto ditatorial de então. Exemplo disso é o fato de que, seguindo um protocolo que lhe é próprio, o ACNUR age em determinado país mediante a cooperação com organizações nacionais públicas ou privadas – ONG’s, a própria Igreja, entre outras –, sobretudo no que diz respeito ao contato direto com os solicitantes de refúgio/refugiados. No período em que nos atemos, a primeira e grande colaboradora do ACNUR no Brasil foi a Igreja Católica através da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Entretanto, para o desenvolvimento desta cooperação, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados firmou um convênio com a Cáritas Brasileira, que era a entidade capaz de conferir “maior status” à resolução, necessário naquele momento. Levaria algum tempo até que passasse à competência da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro o estabelecimento do convênio com o ACNUR.

Cândido esclarece sobre os termos da parceria desenvolvida entre a Cáritas Brasileira e àquela ligada à Arquidiocese carioca, trazida à baila por dom Eugênio, e lança luz sobre questões paralelas e sobre a perícia necessária para o enfretamento de alguns entraves, próprios do momento vivido:

A Cáritas Brasileira... Houve a seguinte situação: ficava mais confortável para o ACNUR. Porque a Cáritas Brasileira não executa nenhuma atividade. É um grande chapéu. É a ideia. [...] Mas na Igreja

⁵⁵⁵ Idem.

⁵⁵⁶ SALES, Dom Eugênio, *op. cit.*, p. 65.

tudo se dá na forma hierárquica. A Igreja é essencialmente hierárquica. Então a Cáritas se dá na paróquia, na base. Depois ela tem uma organização aqui. Mas a Cáritas Diocesana executa atividades diretas... [...] Os primeiros convênios do ACNUR com a Cáritas, não foi com a Cáritas do Rio, foi com a Cáritas Brasileira porque era melhor até para fins diplomáticos. Porque a Cáritas Brasileira é um órgão da CNBB, então ficava um negócio mais “barra pesada”, digamos assim, para alguém que quisesse questionar. [...] Mas a Cáritas Brasileira só assinava o convênio, recebia o dinheiro e repassava pra gente.⁵⁵⁷

Como mencionado anteriormente, torna-se difícil precisar a chegada do ACNUR ao Brasil e início efetivo de sua missão aqui. Ademais, conforme relata Cândido, mesmo havendo a motivação do órgão em atender ao pedido e uma disposição em vir para cá, muitas questões precisavam ser analisadas, principalmente de caráter político e legislativo, afinal, o governo brasileiro não tinha a obrigação legal de receber como refugiados os perseguidos pelas ditaduras vizinhas – já que pela manutenção da reserva geográfica, prevista pela Convenção de 1951, comprometia-se apenas com refugiados europeu – ou demonstrava qualquer interesse em dar prosseguimento à matéria.

Foi preciso, então, um período de estudo e negociação que envolveu, essencialmente, o ACNUR, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz e os contatos de dom Eugênio no governo. De acordo com Cândido, teria demorado quase um ano para que o ACNUR tivesse a autorização de instalar um escritório na cidade, ainda que em caráter provisório.⁵⁵⁸ Deste período resultou o acordo que permitiu a ação de reassentamento dos refugiados em um terceiro país, promovida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Nestes termos, o Brasil seria apenas, a princípio, um lugar de passagem.

A fase preparatória que antecede o início efetivo da missão da agência da ONU no Brasil foi também um momento de preparação para a Cáritas, incumbida de coordenar a atividade. Por determinação de dom Eugênio, o trabalho deveria ocorrer “em sua casa”, como tantas vezes frisou em menção ao Palácio São Joaquim. Assim, uma nova logística para o espaço se impôs e o cardeal-arcebispo comentou as modificações realizadas a fim de acomodar a atividade: “tive de construir um pequeno aposento de madeira, com ar condicionado, nos jardins do palácio”.⁵⁵⁹

⁵⁵⁷ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁵⁸ *Jornal do Brasil*, edição de 01 de julho de 1984, Especial, p. 01.

⁵⁵⁹ *O Globo*, edição de 15 de agosto de 1979, Matutina, Rio, página 10. Vale dizer que a menção por dom Eugênio do trabalho com refugiados promovido pela Arquidiocese através da Cáritas em um veículo de comunicação deve ser atribuída à publicidade dada ao tema decorrente da invasão do Consulado da Suécia, no Rio de Janeiro, por um grupo de refugiados, no início de agosto de 1979. Na matéria Dom Eugênio diz: “Há muito tempo que está sendo desenvolvido aqui no Rio todo um trabalho de atendimento a refugiados latino-americanos. São centenas de pessoas que atendemos, mais de dois mil estrangeiros já passaram pelo

A construção é normalmente descrita como um “barracão”, fato que permite apreender a fortuitude e o improvisado que marcaram o contexto de sua implementação e o próprio trabalho da Cáritas no início. Posteriormente, a edificação de madeira seria substituída por outra de alvenaria a qual abrigou o atendimento aos refugiados durante todo o período em que foi mantido nos jardins da Arquidiocese.

A decisão de realizar esse projeto nas dependências do Palácio Arquiepiscopal deve ser pensada como uma estratégia capaz de garantir a segurança necessária para o desenvolvimento do serviço sem qualquer revés. Havia a consciência do seu simbolismo, justamente por ser a residência da maior autoridade eclesiástica local. Essa consciência vinha, antes de tudo, de dom Eugênio, que assim ordenou que fosse feito no momento mesmo que optou pelo atendimento permanente aos refugiados:

Quando ele telefonou para o general Frota – que depois eu fui saber que era o general Frota – ele disse: “eu vou começar na minha casa”. Então ele assumiu naquela hora o compromisso de ser ali. Mas depois de alguns meses a gente pensou em levar para a catedral. Inclusive do ponto de vista físico era melhor. Fisicamente até mais espaço, mais facilidade no centro da cidade e tal. Mas a razão de ter ficado aqui é institucional mesmo. Era dizer que era na casa do cardeal. E a gente tinha muita preocupação de que se perdesse algum deles, que se pegasse, alguma coisa... Lá estavam muito vulneráveis. Eles estariam mais vulneráveis. Aqui não, estavam mais acolhidos. Mas foi o próprio cardeal que na hora disse isso.⁵⁶⁰

Mesmo com as obras em curso para a construção de um edifício nos fundos do Palácio, em 1979, e que receberia toda a parte administrativa da Arquidiocese, dom Eugênio manteve o trabalho com refugiados em “sua casa”: “fiz questão que os refugiados continuassem atendidos aqui.”⁵⁶¹

A escolha do arcebispo de trazer para perto de si o trabalho com os refugiados se mostrou realmente acertada por criar uma situação minimamente confortável tanto para o governo, que demonstrava uma confiança pessoal em dom Eugênio, sobretudo por sua postura contida e conservadora, como para os perseguidos, que o viam como uma autoridade inviolável e, portanto, capaz de garantir a proteção que tanto careciam e desejavam. Armenia Nercessian de Oliveira, à época funcionária do ACNUR no Brasil, define essa situação como uma “dupla segurança”:

Palácio São Joaquim e nunca se deu divulgação a isso, exatamente para não prejudicar o trabalho. Agora veio à tona, por conta da ocupação do Consulado da Suécia”.

⁵⁶⁰ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁶¹ *O Globo*, edição de 15 de agosto de 1979, Matutina, Rio, página 10.

Do ponto do Governo, para eles era uma segurança que esses refugiados estivessem na Cáritas do Palácio São Joaquim, ou seja, “estão sob controle”, “sabemos onde estão”. E de outra parte, para os refugiados era um elemento de segurança de estar na proteção do arcebispo do Rio de Janeiro, ou seja, até fisicamente porque a Cáritas era no Palácio São Joaquim. Fizeram, assim, um barracão dentro do Palácio São Joaquim. Então era essa dupla segurança, eu imagino.⁵⁶²

Uma equipe foi também aos poucos articulada para desempenhar o atendimento aos grupos que chegavam. Em sua conformação final, esta seria constituída por três assistentes sociais, um médico e dois funcionários responsáveis por questões administrativas e financeiras.

Inicialmente, o custeio de todos os gastos gerados pela nova atividade da Cáritas era promovido pela Arquidiocese através de recursos próprios. Esse momento é descrito por dom Eugênio como “sem dinheiro”.⁵⁶³ Conforme veremos a seguir, a entidade desenvolveu uma estrutura realmente grande e preocupada em garantir a estadia mais digna possível àqueles sob seus cuidados, um movimento que se antecipa a qualquer auxílio prestado pela ONU. Mesmo porque, no “marco zero” da ação, ainda se buscava os primeiros contatos, e a convicção de se viver um momento emergencial somado à carência de recursos e ao medo daqueles que procuravam ajuda não permitia a espera. Gestões para atendê-los se deram tão logo foram autorizadas pelo cardeal-arcebispo. De certa forma, eram a continuidade das ações esporádicas desenvolvidas desde que os primeiros sul-americanos bateram à porta do Palácio São Joaquim, em decorrência das perseguições em seus países e que nem sempre esperaram a deflagração dos golpes para acontecer. A diferença passou a ser de volume: a institucionalização do trabalho com refugiados aumentou a procura do mesmo – algo que já ocorria naturalmente, conforme dito anteriormente; conseqüentemente, aumentou também a demanda por verba.

Algum tempo depois, a ONU efetuou repasses via PNUD, os quais teriam como destino essencialmente a ajuda aos refugiados, e não a montagem da estrutura e a operacionalidade do serviço prestado.⁵⁶⁴ Finalmente, com a consumação do convênio com o ACNUR a responsabilidade financeira pelo trabalho com refugiados pôde ser dividida entre Igreja e as Organizações das Nações Unidas, uma situação que permitiu maior estabilidade e eficiência no atendimento ao grupo.

⁵⁶² Entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁶³ SALES, Dom Eugênio, *op. cit.*, p. 65.

⁵⁶⁴ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

Outra fonte de recursos foi o Conselho Mundial de Igrejas e demais organizações católicas, como as alemãs Adveniat e a Misereor, e outras europeias e norte-americanas, além das Cáritas nacionais e de instituições leigas desses ou demais países. No período de dezembro de 1978 a março de 1979, o montante com origem no exterior e destino às entidades religiosas e/ou religiosos brasileiros chegou à Cr\$ 2.601.180,00. A cifra é apresentada pela Informação nº 0152 de 09 de abril de 1979, com origem na Agência Central do SNI, que também discrimina o valor repassado por cada um dos organismos envolvidos na transação e traz anexo um quadro com os respectivos destinatários, de onde conclui:

Pelo exposto no quadro anexo, verifica-se que D. HÉLDER CÂMARA, radical de esquerda, é um dos mais beneficiados com os recursos, seguido pelo Secretariado Regional Nordeste II, ligado ao referido Arcebispo. Salienta-se que a verba destinada àquela Regional visa a financiar um projeto, que tem por objetivo a conscientização de jovens na região Nordeste. De outro lado, a entidade Caritas foi também contemplada com vultosa soma, destinada à ajuda de refugiados.⁵⁶⁵

O valor total remetido à Cáritas Brasileira foi de Cr\$ 60.000,00, sendo impossível, contudo, afirmar que em sua integralidade este dinheiro tivesse como destino o financiamento do trabalho com refugiados. Ademais, a menção a esta finalidade é apontada pela própria agência do SNI, sem que mais informações a respeito fossem expostas.

A partir de julho de 1980, contatos entre dom Aloísio Lorscheider e Ruud Van Hoogeves, Coordenadora de Serviços para Refugiados da Comissão de Ajuda Intereclesiástica, Serviço Mundial e Refugiados (CAISMR), organização do Conselho Mundial de Igrejas, caminharam para a criação de um Conselho Ecumênico, responsável pela captação de “esforços” de católicos e protestantes com vistas a sanar o problema dos refugiados no Brasil, exposto pelo bispo como uma das preocupações da CNBB. De acordo com o Informe nº 001 de 07 de janeiro de 1981, da agência do Rio de Janeiro do SNI, as primeiras gestões nesse sentido passariam pelo repasse pelo CAISMR à Cáritas Brasileira, via CNBB, de 35 mil dólares, com a condição de que igual quantia fosse liberada pelo Conselho Pontifício COR UNUN⁵⁶⁶, criado pelo Papa Paulo VI, em 1971,

⁵⁶⁵ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.79001722. Dossiê, folha 02.

⁵⁶⁶ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.81004172. Dossiê, folha 02.

e responsável pela coordenação das organizações e atividades caritativas promovidas pela Igreja Católica, e do qual faz parte a *Cáritas Internationalis*.⁵⁶⁷

O auxílio financeiro prestado por organizações religiosas e leigas de todo mundo às entidades religiosas e/ou religiosos brasileiros não é uma exclusividade do período que analisado. Outro documento revela doações desde 1959 para o caso específico da *Adveniat* e a *Misereor*.⁵⁶⁸ Essas transações foram acompanhadas durante toda a década de 1970 e 1980 pelos órgãos de informação do regime. Entretanto, o período que compreende os anos de 1979 a 1986 é marcado pela recorrência de informes e registros que identifiquem as quantias e seus destinatários. Entre estes, destacavam-se, na leitura de tais órgão, entidades e clérigos comprometidos com movimentos de esquerda e marxista no Brasil. Sobre o uso dos recursos, chegou-se a afirmar que algumas atividades onde são aplicados, “transcendem os aspectos essencialmente religiosos e apresentam conotações políticas”.⁵⁶⁹

Os principais agentes estão postos: a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a *Cáritas* a ela ligada; a Comissão de Justiça e Paz e a *Cáritas Brasileira*; a Organização das Nações Unidas e seu Alto Comissariado para Refugiados. Além deles todas as organizações preocupadas em apoiar as ações de uma trama solidária que começava a ser tecida. Todos os seus fios mobilizados na busca por soluções à problemática dos refugiados no país, resultando dessa articulação um trabalho pioneiro de atendimento e reassentamento dos perseguidos pelos regimes ditatoriais dos países vizinhos. Os significados desse trabalho podem se apreendidos através dos incontáveis casos que encontraram desenlace a partir da casa do cardeal, afinal, era ali que eles primeiro chegavam e de onde recebiam a notícia da partida eminente.

A divulgação “boca a boca” foi o que, para Cândido, fez o endereço da Arquidiocese “correr as prisões” das ditaduras, tornando-se um dos mais conhecidos entre aqueles que precisavam de socorro. Sobretudo com a novidade de que a *Cáritas* do Rio de Janeiro tinha um trabalho em convênio com o ACNUR, igualmente difundida, em pouco tempo se multiplicou o número de refugiados que chegavam ao Palácio São

⁵⁶⁷ Sobre a ajuda do Conselho Mundial de Igrejas, Cândido define como “muito importante”. O então secretário executivo da *Cáritas* diz ter sido um auxílio apenas financeiro e que o valor repassado era de fato substancial para a época. Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁶⁸ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.2. Dossiê.

⁵⁶⁹ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81014934. Dossiê.

Joaquim. Era a oportunidade de recorrer à ajuda internacional para deixar o continente em território considerado minimamente seguro.

É dom Eugênio quem melhor define o que se passava naqueles anos ao relatar um fato que se tornaria recorrente: “Recordo de um jovem argentino sem documentos, que se refugiou inicialmente no Chile, onde lhe deram um papel com apenas uma linha manuscrita: ‘Rua da Glória 446, Rio’”.⁵⁷⁰ No local indicado encontrava-se o refúgio, o amparo, o acolhimento.

5.3 O início dos trabalhos

Vencida a primeira etapa de contatos e articulações era imperativo passar à ação. “Começamos a delinear o que íamos fazer. Na verdade, nós nunca delineamos direito, porque as coisas vão acontecendo...”.⁵⁷¹ A fala de Cândido é esclarecedora de como a montagem do que viria a ser o programa de atendimento aos refugiados operado pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro se deu de modo gradual e conforme apareciam as demandas próprias da atividade e daqueles que eram assistidos. Não havia um plano a ser seguido, até porque não havia modelos e experiências exemplares. Esta análise vale para todos os aspectos do trabalho: desde a montagem da equipe, passando por sua organização e disposição – apreendida pela evolução da construção erguida para abrigar a entidade –, à maneira mesmo de recepcionar, acolher e atender os refugiados. Juçara endossa o aspecto inovador e “construído” que marcou o início do serviço, e aponta para a presença do diálogo e das trocas para essa edificação:

Tudo a gente improvisou, porque começou e a gente foi... Pela demanda, pelas necessidades, a gente foi se organizando. Não tinha nenhuma fórmula de “Oh, faz assim, assim...”. Não. A gente ia vendo e fomos adaptando. Nós – aí digo “nós” mesmo, as assistentes sociais –, a gente foi se organizando ali, com o Cândido. E levava a proposta: “Vamos assim, vamos fazer assim...”. E geralmente sempre era aceito. Porque quando você tem dinheiro, tudo é fácil trabalhar. E a gente tinha recurso que a ONU dava. Era só sugestão mesmo. E aí era assim, assim que foi feito esse trabalho.⁵⁷²

⁵⁷⁰ SALES, Dom Eugênio, *op. cit.*, p. 64.

⁵⁷¹ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁷² Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

A intervenção da ONU e, principalmente, o convênio estabelecido com o ACNUR parecem indicar um divisor de águas no trabalho com refugiados executado pela Cáritas. Não apenas por representarem uma importante financiadora da ação como também pela troca de experiências e apresentação da operacionalidade e logística seguidas pelo Alto Comissariado para Refugiados em todo o mundo. Os termos desta parceria e as atribuições cabidas a cada uma das partes são expostos por Armenia:

Nós fazíamos reconhecimento, entrevistávamos, víamos se realmente era uma pessoa que atendia os critérios para ser determinado refugiado. Nós recebíamos essa pessoa e quem dava a infraestrutura, quem dava a assistência, era a Cáritas. Mas nós mandávamos os recursos para a Cáritas. Sempre o Cândido dizia que eles também colaboravam, eles às vezes davam parte da moradia. Então, a Cáritas também tinha a sua contribuição... Em termos financeiros e também em termos logísticos. Nós nos ocupávamos da parte, digamos, jurídica. [...] Então, a Cáritas era quem recebia, quem alugava os apartamentos, fazia o pagamento mensal... Que a gente dava uma ajuda de custo para eles se manterem. Eles se mantinham aqui, eles não podiam trabalhar nem nada. Eles eram mantidos inteiramente pela ONU e tudo encaminhado pela Cáritas.

A parte “jurídica” diz basicamente sobre a concessão do *status* de refugiado pelo ACNUR e ao processo de reassentamento deste no terceiro país que o aceitasse receber nessas condições. Contudo, toda essa atividade exigia uma série de diligências e protocolos burocráticos a serem cumpridos. Antes de tudo há o contato com o pleiteante ao refúgio. Ocorre seu cadastramento e a entrevista – fundamental para que se comprove a condição de perseguição vivida no país de origem, o medo dela derivado e, enfim, justifique o *status* concedido. O segundo passo era a comunicação com as embaixadas com as quais os refugiados tivessem manifestado interesse – eles podiam escolher três países sobre os quais incidiriam a preferência de ação. A partir de então tinha início um processo caracterizado pela constante troca de informações, envio de relatórios e “notas verbais”, elaborados de acordo com o idioma do país destinatário.⁵⁷³

A duração dos trâmites que resultariam na saída do Brasil e reassentamento em um novo Estado variava muito de caso a caso. Enquanto alguns cumpriram com folga o prazo de três meses exigido pelo governo brasileiro, outros se arrastaram por meses⁵⁷⁴,

⁵⁷³ Entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁷⁴ O caso de Dante Omar Oberlin é exemplar: segundo a documentação do ACNUR e as correspondências trocadas com o governo, sua entrada no Brasil ocorre em 31 de outubro de 1976; a comunicação via PNUD ao Ministério das Relações Exteriores do seu reconhecimento como refugiado pelo ACNUR se dá em 19 de janeiro de 1977; entretanto, a saída do Brasil acontece apenas em 16 de outubro de 1978. Sua permanência em território brasileiro durou quase dois anos e, admitindo-se que o processo junto as

fato que desagradava o regime e que ficou manifesto através dos documentos, conforme analisado. Armênia relembra a quantidade de trabalho – sobretudo nos primeiros momentos, quando o número de chegadas era mais substancial⁵⁷⁵ – dividida por uma equipe pequena, inicialmente composta por apenas três pessoas:

[...] uma equipe tão reduzida nos primeiros anos, nos primeiros anos é que o *caseload*⁵⁷⁶ era maior, que a gente mandava mais gente. Eu trabalhava até 10 da noite, às vezes até 10 da noite... Ou trazia trabalho pra casa, porque às vezes fechava o escritório, eles queriam fechar... O Guy Prim⁵⁷⁷ levava trabalho para casa. Eu levava trabalho pra casa. Então a gente trabalhava muito, porque era urgente. Aquela urgência... No início, havia pressão para que eles saíssem, depois é que foram relaxando. Mas no início, queriam que eles saíssem em três meses. Era um prazo assim: três meses! Não podia ser mais que três meses.

A parceria entre o ACNUR e a Cáritas influenciou na própria organização desta última, que compôs sua equipe mediante algumas recomendações do órgão da ONU. De acordo com Juçara em todo o mundo o trabalho desenvolvido com refugiados era feito basicamente por assistentes sociais, uma atividade denominada *caounseling*.⁵⁷⁸ Sua chegada à Cáritas ocorre em 1978, e se recorda de haver apenas uma assistente social responsável pelo atendimento ao grupo até aquele momento. Existia, assim, uma demanda por profissionais da área, que, segundo relata, vinha essencialmente da ONU. Principalmente com o aumento no número de casos reconhecidos como configurando situações de refúgio, solicitou-se uma melhor estruturação do serviço oferecido pela instituição e isso passava pela contratação de novas assistentes sociais. Posteriormente, ocorreria nova admissão e a equipe passaria a contar com um total de três assistentes sociais – formação que perdurou durante todo o tempo em que o fluxo de refugiados foi

embaixadas tenha ocorrido tão logo houve a concessão do *status* de refugiado pelo ACNUR, os trâmites teriam se prolongado por mais de um ano e meio. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0897, folhas 28 e 102; Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0058, folha 103. Segundo Armênia não há motivos concretos para a dificuldade em reassentar um refugiado.

⁵⁷⁵ É válido lembrar que com o golpe na Argentina, em março de 1976, o fluxo de perseguidos a cruzarem as fronteiras brasileiras aumenta consideravelmente, sendo integrado por argentinos, principalmente, mas também pelos uruguaios e chilenos que para lá tinham se dirigido, pelo desejo de permanecerem próximos ao país de origem. A instalação da ditadura argentina concluiu a onda autoritária que atinge o Cone Sul, sendo aqui entendida como um marco na possibilidade de muitos sul-americanos de permanecerem na região.

⁵⁷⁶ Termo utilizado para o número de casos em processo pelo ACNUR. Por exemplo, quando Armênia fala que o *caseload* era de 200/300 casos, significa que era essa a média constante dos refugiados atendidos.

⁵⁷⁷ Guy Prim foi o primeiro representante do ACNUR em missão no Brasil para tratar especificamente sobre os refugiados das ditaduras do Cone Sul, e figura uma central nas negociações com o governo que precederam o início efetivo da atuação do órgão da ONU – ainda que não oficial.

⁵⁷⁸ “Aconselhamento” em inglês.

constituído predominantemente por sul-americanos, vítimas das ditaduras da década de 1970.⁵⁷⁹

As orientações da ONU versavam também sobre as condições de trabalho das assistentes sociais, definindo carga horária e regime de férias. Era a consciência do esforço físico e mental que o atendimento aos refugiados requeria que impulsionava determinações desta natureza. É também Juçara quem clarifica sobre esse aspecto, relacionando-o à quantidade de trabalho e ao desgaste emocional fruto do contato com aqueles que chegavam e das histórias que contavam:

A gente recebia muitos, muitos... Diariamente chegavam... Eu não sei te dizer ao certo quantos chegavam por dia, às vezes. Eram muitos, muitos mesmo. Vinte famílias, mais ou menos, em média por dia. Era uma coisa, uma loucura. Nosso trabalho era tão desgastante, com essa questão, por exemplo, essa coisa de tortura, deles contarem, eles chegarem nessa situação, que a gente trabalhava de 11h... Chegávamos 11h para fazer o trabalho administrativo e começávamos a fazer o atendimento, propriamente dito, 13h da tarde até 17h. Mas isso tudo foi uma exigência da ONU. Não era a Igreja. Não era o Brasil que fazia, não. Eles é que pagavam e as condições que eles tinham de trabalho, que é uma realidade totalmente diferente da nossa. De seis em seis meses a gente tirava férias. Não era anual, era semestral as férias. Por que era um trabalho que...⁵⁸⁰

Apesar dos exemplos citados, a ingerência da ONU e do ACNUR no trabalho operado pela Cáritas se limitava a questões desse tipo. Ficava preservada a autonomia no atendimento, o que permitiu que iniciativas surgidas do cotidiano fossem levadas adiante sem objeções:

Eles não colocavam nenhum empecilho. “Não, é assim, assim e pronto”. [...] Sempre respeitaram o trabalho, não interferiam no trabalho da gente. Eles respeitavam. Não iam lá ver se a gente estava fazendo certo, errado ou mais ou menos. Não. Confiavam no trabalho. A gente tinha liberdade de trabalho.⁵⁸¹

A incorporação de um médico ao quadro de profissionais da Cáritas reforça essa percepção de como a vivência junto aos refugiados, suas demandas e as imposições do dia a dia foram determinantes na constituição de uma prática de trabalho que transcende teorias e que não tinha modelo pronto. Dr. Mauro Brandão Carneiro passa a integrar a

⁵⁷⁹ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁸⁰ Idem.

⁵⁸¹ Idem.

equipe a partir de 1979, e sua solicitação está atrelada a um evento que não raro se repetia: a chegada de pessoas com marcas visíveis da violência vivida nos presídios e centros de tortura dos países de origem. Foi Juçara quem intermediou o contato pedindo que fosse à Cáritas para um atendimento de emergência. O primeiro paciente teria sido um rapaz recém-saído da prisão – acredita-se que ele havia conseguido fugir. Tinha queimaduras pelo corpo e se negava a ir a um hospital. A recusa era motivada pela enorme desconfiança e pelo medo da denúncia, reforçado pelo conhecimento da colaboração de muitos médicos com as ditaduras. Esses traumas e receios eram compartilhados com os demais e motivaram uma presença médica permanente.⁵⁸²

Logo os atendimentos de emergência e voltados para traumatismos decorrentes das sessões de tortura e maus tratos gerais passaram para um atendimento contínuo e rotineiro, tanto de possíveis sequelas dos sofrimentos vividos, como das doenças mais comuns e variadas. Para tanto, Mauro relembra o pequeno consultório que montou em uma das salas que conformavam o espaço da Cáritas nos anos iniciais – descrito como uma construção do tipo pré-moldada: “Uma dessas salinhas eu transformei em consultório. Básico. Tinha aparelho de pressão, estetoscópio, termômetro... Aqueles aparelhos básicos”.⁵⁸³

A infraestrutura insuficiente – própria do improvisado e das limitações do trabalho – não possibilitava atendimentos de quadros complexos que exigissem assistência hospitalar. Casos assim eram encaminhados ao sistema público de saúde, conforme relata Mauro:

Eu trabalhava no Hospital Municipal Souza Aguiar, emergência e CTI, entre outros, e quando precisavam eu os encaminhava para lá. Outros tempos! O Souza Aguiar era um hospital de excelência, referência em todo o Estado do Rio de Janeiro, com um Corpo Clínico estável e dedicado. Sempre foram muito bem atendidos, como qualquer brasileiro que necessitasse. Nunca "furaram fila". Eram (bem) cuidados por todos os profissionais de saúde do hospital, como qualquer paciente.⁵⁸⁴

Este procedimento era seguido mesmo com os refugiados que apresentassem graves lesões decorrentes de tortura e, por isso, necessitassem de cuidados médicos maiores. Mauro comenta que casos desse tipo foram poucos, mas que pessoalmente os

⁵⁸² Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁸³ Entrevista com Mauro Brandão Carneiro, 09 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁸⁴ Mauro Brandão Carneiro, por e-mail, em 27 de janeiro de 2019.

acompanhou ao Souza Aguiar, onde mais uma vez pôde contar com a dedicação dos seus profissionais, desconsiderando qualquer reticência derivada do contexto político de então:

a ética profissional *sempre* prevaleceu: não importavam as prováveis “causas”, só o paciente e seu bem estar é que importavam. E o sigilo é parte integrante e fundamental da ética médica. Nunca registrei “hesitação ou questionamentos” de meus colegas, nem dos outros profissionais de saúde.⁵⁸⁵

Diferentemente do time de assistentes sociais, cujo expediente era todo o dia, Mauro dava plantões de uma a duas vezes por semana. Nem por isso deixou de ter influência decisiva no trabalho com refugiados:

Eu desenvolvi uma relação médico-paciente com todos eles. De muito respeito, muito acolhimento, que eles precisavam. E tem muita lembrança triste, dolorida, e ao mesmo tempo gratificante de ter conseguido ajudar. [...] Muitas sequelas psicológicas fruto da tortura e eu fiz o meu trabalho, fiz o que eu pude ajudando a recuperar esses refugiados.⁵⁸⁶

Além das lesões físicas, a preocupação com a saúde mental dos refugiados condicionou o estabelecimento de um serviço de assistência psicológica. A consciência da importância de um trabalho voltado para essa área se origina, de igual maneira, dos atendimentos diários e das histórias então narradas às assistentes sociais, de onde emergiam os relatos sobre as torturas e sobre os sofrimentos vividos, e que atingiam adultos e crianças. Os atendimentos ocorriam fora da Cáritas, no consultório de um psicanalista ligado à entidade apenas pela realização deste serviço. Apresentado e oferecido a todos, aqueles que manifestavam o interesse neste tipo de assistência eram então encaminhados pela Cáritas. A procura e o aproveitamento foram avaliados como positivos por Juçara que disse serem consideráveis as solicitações além de agradarem os refugiados assistidos.⁵⁸⁷

Um comentário a respeito das crianças – com as mais variadas idades – e seus traumas se faz pertinente pelo número significativo que imprimiram à estatística dos refugiados sul-americanos que passaram pelo Brasil e dos atendimentos realizados pela Cáritas. Sobre elas pesava o fardo de não poderem decidir sobre seus destinos, e de

⁵⁸⁵ Mauro Brandão Carneiro, por e-mail, em 29 de janeiro de 2019.

⁵⁸⁶ Entrevista com Mauro Brandão Carneiro, 09 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁸⁷ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

sofrerem o desenraizamento precoce e a consequente inibição de uma identidade fragilmente formada ou em desenvolvimento – isso sem mencionar os casos daquelas já nascidas exiladas.⁵⁸⁸ Algumas – vítimas diretas da violência dos regimes que arrastavam para seus porões sem distinguir idade, militância ou consciência política – se somavam ao número de casos de filhos que assistiram às sessões de torturas e/ou execução dos pais. Quando este não era o caso, influía o medo e a insegurança que atormentavam seus progenitores, muitas vezes incapazes de blindá-los à sua transmissão. De acordo com Juçara, eram crianças “muito estressadas” e um acontecimento específico presenciado pela assistente social diz muito sobre esse aspecto:

Me lembro que um dia a gente foi passar um filme do Walt Disney. A gente fazia aniversário de todas as crianças. Todo o mês, os aniversariantes do mês. Aí tinha bolo... Todas aquelas coisinhas a gente fazia para as crianças. Resolvemos um dia fazer uma sessão com os desenhos do Walt Disney. Não me esqueço nunca mais. Foi “A Bela Adormecida”. Olha, quando veio aqueles monstros, as crianças tiveram uma crise... Nós tivemos que desligar tudo, tirar. Porque elas entraram num desespero... Foi uma coisa coletiva entre elas de terror. Não sei. Aquilo elas devem ter relacionado a alguma coisa, né?! [...] É ali que me despertou mais ainda. As crianças entraram em parafuso. Eram crianças bem... Coitadas! São crianças que assistiram – me lembro que contaram lá – que assistiram a tortura.⁵⁸⁹

Mesmo a vida em casal era afetada pela pressão a que estavam expostos os adultos e pais de muitas dessas crianças. Casos de separação ocorriam. Contudo, para fins legais e protocolares, os processos iniciados no ACNUR tinham continuidade independente de qualquer contrariedade surgida. Assim, as separações já vividas intimamente apenas se concretizavam após o reassentamento.⁵⁹⁰

5.4 O mais amplo sentido da palavra “acolhimento”

“Rua da Glória, 446” era a única referência de muitos que chegavam ao Rio de Janeiro impulsionados pelo conhecimento de um trabalho de assistência a refugiados promovido no âmbito da Arquidiocese local e que, em parceria com o ACNUR,

⁵⁸⁸ Apesar de não constituírem um quantitativo alarmante, houve casos de refugiadas que chegaram grávidas e tiveram seus filhos no Brasil enquanto aguardavam o reassentamento em um terceiro país. Mais comum, contudo, foram os casos de crianças recém-nascidas que cruzaram as fronteiras junto com seus pais.

⁵⁸⁹ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁹⁰ Idem e entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

viabilizava a saída do Brasil para o estabelecimento em um novo país. Desta forma o Palácio São Joaquim era a primeira parada da trajetória em busca do refúgio pretendido.

Na Cáritas, instalada em seus jardins, o primeiro atendimento consistia no preenchimento de uma ficha básica com nome, nacionalidade, data de nascimento e composição familiar (cônjuge, filhos, etc.), por exemplo. A partir dali ocorria o encaminhamento ao ACNUR através de uma entrevista agendada entre as instituições e que determinaria a concessão do *status* de refugiado ao solicitante e, caso houvesse, aos seus dependentes. Confirmado o *status*, iniciava-se o processo de atendimento promovido pela Cáritas. As fichas ganhavam um código em substituição aos nomes que passavam a ter um conhecimento restrito aos funcionários da entidade e do Alto Comissariado para Refugiados. A medida era preventiva, uma forma a mais de garantir a segurança daqueles sob sua proteção. Uma descrição mais precisa dessas fichas é oferecida pelo jornalista José Casado, quem teve a oportunidade de consultá-las por ocasião de uma série de matérias por ele assinada sobre a atuação de dom Eugênio naqueles anos, publicada no jornal *O Globo*, em 2008.⁵⁹¹

“Caso 1.296” – informava uma das fichas manuscritas da Cáritas. A palavra “caso” equivalia a “sobrevivente” – um ou vários, se fosse uma família. O número indicava a ordem de chegada e a inscrição no controle interno. [...] Os adultos adotaram codinomes para a vida clandestina preservando as crianças. Assim, por trás do “Caso 1.296” existiam o argentino “Cláudio”, mulher e sete filhos.

Cada refugiado passava a receber uma quantia para se manter enquanto aguardava o anúncio da partida definitiva. O valor variava de caso para caso, pois se adequava às diversas composições familiares: um refugiado sozinho recebia um valor x ; um casal, y ; e cada filho agregava w ao montante final.⁵⁹² O dinheiro era repassado pelos funcionários administrativos da Cáritas e se destinava, unicamente, aos gastos com alimentação, deslocamento e itens pessoais que precisassem e/ou desejassem adquirir. Moradia e medicamentos⁵⁹³ eram garantidos pela instituição. Ainda que se considerasse uma ajuda

⁵⁹¹ CASADO, José. 2008a. “O general do Papa”. *O Globo*, 02 de março, p. 17.

⁵⁹² A título de ilustração, Casado informa que um solteiro recebia o equivalente a R\$ 417, 37 na moeda da época, enquanto um casal com três filhos R\$ 1120, 93. O jornalista alerta para o fato de a inflação ser cinco vezes mais alta que a registrada em 2008, quando escreve a matéria. *Idem*.

⁵⁹³ Segundo Juçara as receitas médicas eram encaminhadas pela Cáritas a uma farmácia específica que recebia ao final do mês pelo valor dos remédios liberados aos refugiados mediante autorização da entidade durante o período correspondente. Funcionava como uma espécie de convênio informal, uma saída encontrada para diversos aspectos no trabalho desenvolvido naqueles anos. Ademais, Mauro comenta o fato de o consultório ser abastecido com amostras grátis de medicamentos básicos que eram também

substancial, o valor era alvo de questionamentos por alguns que chegavam a reivindicar um auxílio maior.

Àquele grupo de chilenos – importantes personagens do início da história narrada – Cândido recorda de ter dado provisão suficiente para que pudessem se manter enquanto aguardavam por qualquer deliberação ao seu respeito. Em abril de 1976 era muito distante a realidade de uma rede com mais de 70 apartamentos destinados à hospedagem dos refugiados e suas famílias. O que existiu para atendê-los e aos demais foi uma rede de hotéis – “os pequenos hotéis aqui da redondeza”.⁵⁹⁴ Com os proprietários foi estabelecido um acordo para que determinado número de quartos estivessem sempre reservados às pessoas encaminhadas pela Cáritas, devendo o pagamento pelas acomodações ser recebido na própria entidade pelos donos ou responsáveis. Nas palavras de Cândido: “Pagava vazio. Reservava 20 lugares. Se tinha cinco, pagava cinco. Se tinha 20, era 20”.⁵⁹⁵ A movimentação desta logística perdurou por um bom tempo. Sem saber precisar o quanto, Juçara explica que o custo elevado e a exposição a que ficavam submetidos os refugiados impulsionaram a ideia de substituir os hotéis por apartamentos alugados.⁵⁹⁶

Para implementá-la, uma das assistentes sociais assumiria como função específica a busca pelos imóveis adequados aos propósitos – nunca em locais distantes⁵⁹⁷ e grandes, com três ou quatro quartos – e mobília dos mesmos – equipava-os com todo o necessário para que a habitação fosse completa: geladeira, fogão, máquina de lavar, cama, sofá, televisão; inclusive roupa de cama e banho eram comprados e postos à disposição dos novos moradores.

distribuídos aos refugiados – no que tange a essa questão, aventa a possibilidade de o ACNUR ter atuado como viabilizador desse fornecimento já que se recorda de alguns serem provenientes de fora do país.

⁵⁹⁴ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁹⁵ Idem.

⁵⁹⁶ A crença na exposição dos refugiados hospedados em hotéis pode ser justificada a partir de um caso concreto de ação policial contra os estrangeiros. Segundo o “Relatório Preliminar”, divulgado no âmbito da Comissão da Verdade e produzido a partir da consulta dos arquivos do ACNUR, em Genebra, na manhã do dia 19 de janeiro de 1977, a Polícia Federal invadiu um hotel no Rio de Janeiro onde se encontrava um grupo de 13 argentinos, entre eles quatro crianças. Da operação uma pessoa acabou detida. Em resposta o restante do grupo “ocupou” o escritório do PNUD, no Flamengo, exigindo a liberação do companheiro, caso contrário, não deixariam o local. Gestões foram feitas por L. M. Ramirez Boettner, representante do órgão da ONU no Brasil, junto ao Itamaraty para solucionar o caso. Apenas na madrugada do dia seguinte o refugiado argentino seria liberado. Sua detenção se explicaria por suposto contato estabelecido com um brasileiro “sob suspeita”. O relatório, intitulado “Os Arquivos do ACNUR – O tratamento dos refugiados do Cone Sul pelo Brasil. Casos Concretos”, pode ser consultado online pela base de dados SIAN do Arquivo Nacional. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 25-26.

⁵⁹⁷ A grande maioria dos apartamentos foi alugada em bairros próximos à Glória, onde se localizava o Palácio São Joaquim: Tijuca, Estácio, Centro, Catete, Flamengo, Laranjeiras, Botafogo, Copacabana são os citados com maior recorrência. Não há a informação de um número preciso dos imóveis alugados em nome da Arquidiocese. A estimativa apresentada é de 70 a 80 apartamentos.

Os apartamentos eram alugados em nome da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, que era pessoa jurídica e podia se responsabilizar pelos contratos. Segundo Juçara o processo se desenrolava com naturalidade e seguindo procedimentos corriqueiros:

Era um anúncio no jornal, como qualquer outra pessoa põe. Essa outra Lourdes ia lá, via o imóvel: servia, alugava! A pessoa que estava alugando não sabia que estava alugando para refugiados. Ela estava alugando – aí sim entrava a Igreja –, ela estava alugando para a Igreja.⁵⁹⁸

Um único imóvel abrigava várias famílias.⁵⁹⁹ As dificuldades do compartilhamento do espaço e do convívio contínuo não raro levavam a conflitos entre os refugiados. Uma estratégia para evitá-los era a alocação, na medida do possível, de pessoas de uma mesma nacionalidade em um mesmo ambiente, mas que nem sempre era suficiente para impedir “brigas horríveis”, recorda Juçara. Neste sentido, há que se comentar sobre os conflitos derivados de embates ideológicos, decorrentes do contato entre militantes de grupos políticos oponentes. Tornou-se necessária uma incursão no universo das esquerdas para evitar “misturas explosivas”. Todas essas questões eram levadas ao conhecimento da Cáritas, e ficavam a cargo das assistentes sociais a conciliação entre as partes envolvidas e a solução dos problemas apresentados, que às vezes só ocorria com a troca de apartamento de uma ou outra família.

As discussões no interior dos imóveis eram uma preocupação constante pela repercussão que poderiam ter entre os vizinhos e demais condôminos. Neste sentido, eram frequentes os aconselhamentos vindos, justamente, do grupo de assistentes sociais: “E a gente alertava: ‘Olha que pode bater a polícia. Os vizinhos...’”. Nenhum caso, entretanto, culminou em intervenção policial.⁶⁰⁰

Além da rede de apartamentos alugados e mobiliados em nome da Arquidiocese, outro local de hospedagem foi a Paróquia Santa Cecília e São Pio X, em Botafogo. A história da paróquia está atrelada ao acompanhamento e suporte dado pela Igreja Católica aos migrantes, materializada na fundação na Itália, em 1887, da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos) por João Batista Scalabrini. Sua idealização

⁵⁹⁸ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵⁹⁹ Também a título de ilustração, a análise das fichas de registro da Cáritas permitiu José Casado identificar a convivência de 15 pessoas em um único apartamento localizado à Rua Miguel Couto, no centro do Rio de Janeiro: a família “Mendoza” (Caso 1.328), com 09 membros; “Teodoro”, esposa e um filho (Caso 1.273); e “Francisco,” mulher e um filho (Caso 1.274). CASADO, José. 2008a. “O general do Papa”. *O Globo*, 02 de março, p. 17.

⁶⁰⁰ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

decorre do desejo de ser presença junto aos migrantes italianos que engrossaram o fluxo à América naquele período. Desde a fundação, os missionários scalabrinianos foram designados a acompanhá-los nas viagens pelo Atlântico rumo ao Brasil – entre outros países onde a missão scalabriniana se fez presente de modo mais destacado – estabelecendo-se junto a eles e apoiando-os na nova vida distante da terra natal.

Apesar de sua origem e presença no Brasil remontarem ao final do século XIX, apenas em meados do século XX decidiu-se pelo início da missão scalabriniana na cidade do Rio de Janeiro, surgindo vinculada ao novo fluxo de migrantes italianos no contexto do pós Segunda Guerra Mundial. Para atender a demanda apresentada, em 1958, foi erigida uma Paróquia Pessoal dos Italianos dedicada a São Pio X, no terreno em Botafogo. A transformação em paróquia territorial para os fiéis do entorno ocorre em 1966, com a instalação oficial da Paróquia Santa Cecília e São Pio X. Gradualmente, se dá, também, a abertura às novas migrações, embora por muito tempo não houvesse um fluxo que justificasse um trabalho pastoral voltado à questão migratória.

Essa realidade se alteraria com a chegada em peso dos perseguidos pelas ditaduras em curso no Cone Sul ao Rio de Janeiro e com o pedido pessoal de dom Eugênio aos padres da Santa Cecília e São Pio X para que recebessem, abrigassem e ajudassem tais pessoas, que já eram atendidas pela Cáritas, no Palácio São Joaquim. O trabalho dos padres com refugiados das nações limítrofes na paróquia remonta ao final do ano de 1975, certamente compondo o auxílio esporádico àqueles que buscavam o socorro da Igreja – já mencionado –, sistematizando-se juntamente com a decisão do cardeal por um serviço consistente, a partir de abril de 1976.⁶⁰¹ Nas palavras do padre Mário Geremia: “Nesta época foi quando o carisma entrou no coração da paróquia e se desenvolveu um ótimo trabalho de acolhida e pastoral com as famílias dos refugiados”.⁶⁰²

Contando com o apoio da autoridade eclesiástica arquidiocesana do Rio de Janeiro, a paróquia serviu como “base forte” no acolhimento ao grupo, inclusive com a

⁶⁰¹ Entrevista com Maria Amélia e Jácomo Palladino, 29 de janeiro de 2019, Rio de Janeiro, Brasil. Maria Amélia e Jácomo são paroquianos da Santa Cecília e São Pio X há mais de 60 anos, tendo uma trajetória atuante através da presidência de Conselhos e da coordenação de pastorais. Todo o conhecimento e lembranças com as consequentes contribuições que seus relatos trazem são frutos da vivência na paróquia e contato direto com seus padres e párocos, inclusive o saudoso padre Zago.

⁶⁰² Padre Mário Geremia é missionário scalabriniano e trabalha, atualmente, na Paróquia Santa Cecília e São Pio X. Chega ao Rio de Janeiro apenas em 2013, mas desenvolveu pesquisas objetivando a elaboração de um trabalho compilado sobre a história da paróquia. A citação utilizada encontra-se em seus escritos sobre a missão scalabriniana no Rio de Janeiro, gentilmente disponibilizados para o conhecimento da história tanto da igreja e, como objeto próprio da pesquisa, do trabalho desenvolvido com refugiados de 1977 a 1988 (recorte estabelecido pelo autor). O histórico e outras informações sobre a Santa Cecília e São Pio X podem ser também encontrados no endereço eletrônico <http://santacecilia.org.br>.

disposição de alojamentos que se localizavam atrás da igreja, à época uma pequena construção de madeira.⁶⁰³ Contudo, foi pelo amplo sentido dado ao acolhimento oferecido que a Paróquia Santa Cecília e São Pio X seria sempre lembrada.

Um dos responsáveis pelas atividades com o grupo foi o Padre Zago⁶⁰⁴ – mencionado com muito carinho em todas as entrevistas com aqueles que com ele mantiveram contato. Sua atuação adquiriu enorme relevância no trabalho desenvolvido pela Cáritas, antes de tudo e evidentemente, por ter aberto as portas de sua paróquia aos perseguidos das ditaduras do Cone Sul. Mas, principalmente, por ter ido além do provimento das carências materiais dos refugiados, sanadas com a hospedagem.

Havia a preocupação com o lado “espiritual” dos refugiados, de modo que necessidades de ordem religiosa eram também atendidas àqueles que assim desejassem, já que, apesar de empreendido pela Igreja Católica, não havia qualquer restrição ou obrigatoriedade em matéria de credo, prevalecendo o espírito humanitário que sempre orientou este trabalho. Neste sentido, foram realizados casamentos e batizados das crianças nascida no Rio de Janeiro, e missas antes da partida definitiva por ocasião da conclusão dos processos de reassentamento em outros países, sobretudo europeus. É digno de nota a celebração em espanhol das liturgias, pequeno detalhe que revela a grandiosidade do zelo e da ação de acolhimento destinada a um grupo em situação tão vulnerável.⁶⁰⁵

Ademais, a paróquia organizava e sediava festas e celebrações para os refugiados que contavam com a participação dos funcionários da Cáritas e do ACNUR, além da presença de dom Eugênio. Por ocasião da Páscoa, era realizada uma paraliturgia seguida de confraternização. Entretanto, eram as comemorações pelo Natal – chamado “o Natal dos refugiados” – o ponto alto dos festejos, sendo descritas como contando com churrasco, grandes almoços e ceias propriamente natalinas e seus pratos típicos. Para as crianças havia a aparição do Papai Noel e a distribuição de presentes.

Essas atividades não eram abertas aos paroquianos, embora alguns poucos dentre tantos se encarregassem do planejamento e ajudassem nos preparativos. Havia, de certo, uma precaução por trás do gesto, visto ser uma preocupação constante a exposição do

⁶⁰³ Entrevista com Padre Mário Geremia, 14 de maio de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁰⁴ Padre Secondo Guerrino Zago, pároco à época e já falecido. Chega à Santa Cecília em 1971, permanecendo até 1980, totalizando nove anos de dedicação à paróquia. Em tempos mais recentes, teria a ela retornado.

⁶⁰⁵ Entrevista com Maria Amélia e Jácomo Palladino, 29 de janeiro de 2019, Rio de Janeiro, Brasil.

grupo de perseguidos. Conforme relembra Jácomo Palladino, “pouca gente na Igreja sabia” deste trabalho.⁶⁰⁶

Independentemente das diferentes lembranças, o sentido por trás de cada evento, cuidadosamente pensado e promovido, era um só e consensual: a amenização dos sofrimentos trazidos com as violações sofridas, com o exílio e com a espera pela partida.

Sobre os Natais, dom Eugênio comentou:

Era triste para mim, porque grande parte não tinha fé, mas eu sempre respeitei muito isso. Então comprávamos presentes para as crianças. Antes fazia-se um churrasco e depois uma liturgia da palavra para os católicos. Todos conversávamos e as crianças recebiam presentes e era Natal...⁶⁰⁷

Para o Natal de 1978, contabilizavam-se 84 crianças⁶⁰⁸ e para o ano seguinte 56 filhos de refugiados, metade desses com idade até cinco anos.⁶⁰⁹ Às crianças também eram preparadas festas dedicadas aos aniversariantes do mês, como brevemente exposto acima. Juçara relembra de recorrer à estrutura oferecida pela Paróquia Santa Cecília e São Pio X, embora muitos aniversários fossem também comemorados no espaço da própria Cáritas e, eventualmente, em outra Igreja bastante próxima ao Palácio São Joaquim, na Rua Benjamim Constant, na Glória.⁶¹⁰

Além das festas, foi pensada a criação de uma escola para as crianças, também mantida pela Cáritas. Mais do que uma preocupação com a aprendizagem, existia a necessidade e o empenho em desenvolver uma atividade com os pequenos refugiados, talvez pelo entendimento de serem a parcela mais frágil do grupo, marcados por uma prematura ruptura de seus universos referenciais. Buscava-se, assim, a ocupação e a socialização das crianças, já que a partida sempre esperada impedia a elaboração de um trabalho mais consistente, conforme relata Cândido: “Tudo era assim, muito para preencher o tempo, sabe? Para brincar um pouco; para as mães e pais poderem fazer alguma coisa. Porque três meses depois, as vezes, não estava mais ninguém...”. Sem ter um local preciso onde se estruturar, esta ocorria nas paróquias da região, inclusive na

⁶⁰⁶ Idem.

⁶⁰⁷ *Jornal do Brasil*, edição de 25 de maio de 2000, p. 10.

⁶⁰⁸ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto e Lourdes Vieira concedida à Samantha Quadrat, 08 de maio de 2008, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁰⁹ CASADO, José. 2008a. “O general do Papa”. *O Globo*, 02 de março, p. 17.

⁶¹⁰ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

Santa Cecília do padre Zago. “a escola era onde podia” se recorda Lourdes Vieira, também assistente social na entidade.⁶¹¹

Todos esses eventos eram uma oportunidade de escapar a um cotidiano enfadado pela expectativa de conclusão do processo de refúgio, agravado pela impossibilidade de trabalhar e inexistência de ocupação ou atividades destinadas aos adultos. A grande maioria dos refugiados eram pessoas profissionalmente ativas, muitas inclusive com curso superior. A ociosidade imposta tornava-se, assim, um grande incômodo, sobretudo nos casos em que a estadia se prolongava para além do prazo inicial de três meses, previsto pelo visto de turista.

Um dos casos apresentados pelo “Relatório Preliminar”, produzido no âmbito da Comissão da Verdade e com a consulta aos arquivos do ACNUR, em Genebra, ao relatar a prisão de um refugiado por estar trabalhando sem visto de trabalho, nos autoriza a considerar que este, talvez, não fosse uma ocorrência isolada, configurando uma situação em que outros refugiados, ignorando qualquer orientação, se arriscavam em atividades informais e trabalhos sem garantias. O caso trazido pelo relatório conta a história do argentino Horacio Salerno que, preso nas condições acima descritas e levado ao DOPS em São Paulo, permaneceria detido por quase dois meses.⁶¹² Trabalhar era expor-se e representava um grande risco à segurança dos refugiados.

A única possibilidade de ocupação para os adultos é comentada por Armenia. Através do Serviço Universitário Mundial algumas bolsas de estudo foram concedidas a um pequeno grupo de refugiados. Para a conclusão dos cursos iniciados – graduação e pós-graduação – foi negociada com o governo a renovação dos vistos enquanto durassem as bolsas. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) foi uma das instituições que tiveram em seu corpo docente refugiados daquele período.⁶¹³

Apesar da recomendação para que não circulassem à noite, resguardando-se de qualquer percalço, os refugiados tinham liberdade para “ir e vir”, levando uma vida normal dentro do que seria possível.⁶¹⁴ O medo – justificável – foi o grande limitador dessa autodeterminação. A Cáritas e as dependências do Palácio São Joaquim representavam, então, não apenas a possibilidade do refúgio, em termos legais, como o *refúgio* propriamente dito. Era o acolhimento e a proteção; a atenção prestada pelas

⁶¹¹ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto e Lourdes Vieira concedida à Samantha Quadrat, 08 de maio de 2008, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶¹² Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 24.

⁶¹³ Entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶¹⁴ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017, Rio de Janeiro, Brasil.

assistentes sociais aos seus dramas e problemas particulares; a socialização e a familiaridade com seus pares:

Eles não tinham onde ficar passeando, andando por aí. Não conheciam ninguém e tinham medo. Eles tinham muito medo! Eles tinham uma paranoia... Desconfiavam de todo mundo. O Rio de Janeiro sempre foi uma cidade turística. Eles não podiam ver ninguém com máquina fotográfica que eles achavam que estavam tirando retratos deles. Então toda essa paranoia. Então, a referência que eles tinham éramos nós. Então eles iam para lá, porque pelo menos era um lugar que eles tinham, que eles se sentiam seguros, naqueles jardins... Então era um momento. Eles se encontravam ali, ficavam conversando enquanto a gente estava ali... Era um espaço que eles tinham. Todo o dia eles iam para lá. Sempre. Eles estavam sempre lá.⁶¹⁵

A importância da comparência periódica à Cáritas justifica e explica-se, também, por ser ali que tomariam conhecimento do país que os receberia e da data de partida. Havia uma grande expectativa pelo desfecho da situação em que se encontravam que os conduzia à entidade. A angústia causada pela espera e pela indefinição era aplacada apenas por outro tipo de notícia que chegava antes ao Palácio São Joaquim: as notícias de casa e da terra natal, recebidas por meio de cartas de familiares remetidas à “Rua da Glória, 446”. O esquema arquitetado para que as cartas chegassem aos seus verdadeiros destinatários envolveu um dos funcionários da Cáritas: o Sr. José Hélio Marigo⁶¹⁶, responsável pelo trabalho administrativo e contábil, cujo nome aparecia no envelope das correspondências⁶¹⁷:

Tudo, toda a correspondência para os refugiados. Um bolo de carta assim... Tudo para o Sr. Hélio Marigo. [...] Vinha tudo no nome do Hélio Marigo. Só que tinha no envelope um código, que a pessoa escrevia, que só nós sabíamos qual era. Então o Hélio olhava a carta e tinha no canto do envelope ou atrás do envelope um código. Vamos supor: “525”; “525” sabia que era você. Aí o Hélio entregava: “Carta para você”. Mas na carta estava escrito Hélio Marigo. [...] O Hélio andava, todo mundo andava atrás do Hélio Marigo porque ele tinha duas coisas fundamentais da vida deles: um, o dinheiro – que era ele quem pagava; outro as cartas que chegavam. E todo o dia era um pacote de cartas em nome do Hélio Marigo. Eu não sei nem como o correio entregava essas cartas sabendo o que era. Certamente eles tiraram algumas, né?! [...] E aí você há de convir que era naquele banco no meio

⁶¹⁵ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶¹⁶ Infelizmente não foi possível uma entrevista com Hélio Marigo.

⁶¹⁷ A cobertura dada pelo nome de Hélio Marigo ao dos refugiados condicionou seu monitoramento pela ditadura brasileira, conforme veremos adiante.

ali – aqueles bancos são os mesmos, estão ali ainda... Eles saiam, abriam a carta e choravam, choravam, choravam...⁶¹⁸

O desenrolar dos processos conduzidos pelo ACNUR era a vida posta em suspensão para os refugiados. Uma etapa intermediária entre o passado saudoso e, por vezes, carregado de tristeza e agonia, e um futuro incerto, mas ansiado por ser esperança meio a tantos sobressaltos. Uma etapa sob a qual não podiam incidir, restando somente a espera. À Cáritas cabia a missão de humanizar aquele período, o que nem sempre foi uma tarefa fácil, e não somente por estar permeada de histórias dramáticas e comoventes:

Era um trabalho diferente, por exemplo, de serviço social, no meu caso... Não era como depois, os atendimentos que a gente faz. Eram pessoas que você se identificava. Era como se fosse você, entende? Não havia uma relação de cliente ou lá o que for como que a gente diga, de usuário, como profissional. Eu, principalmente, eu me embolava muito naquela história ali. Me identificava. A gente estava passando por uma situação aqui, né?! E eles vinham de lá com a história. Éramos todos iguais. Então era uma coisa pesada mesmo.⁶¹⁹

A fala de Juçara traz a empatia que envolveu todo o trabalho de atendimento – ao menos através da sua experiência –, tanto pessoalmente, ou seja, a partir das realidades particulares de cada um – pessoas que tinham família, emprego, militância, planos e sonhos, e que poderiam ser qualquer um em um círculo de convivência –, como de forma mais ampla, ao contexto de cada país e à vivência coletiva de seus processos e consequências – o Brasil também vivia uma ditadura e tinha suas vítimas, refugiados, exilados, mortos e desaparecidos.

A vivência do período em que aguardavam não se deu sem contradições e sentimentos conflituosos. Ainda que a expectativa fosse penosa e o desejo de partir grande, a consciência da proximidade ao país de origem e à família, muitas vezes deixada para trás, fazia com que o reassentamento em um país distante – a grande maioria europeus – trouxesse mais apreensão do que conforto. Desta forma, não raro o informe de autorização para deixarem o Brasil e embarque próximo desesperava os refugiados, sobre quem pesava a dúvida inquietante de quando poderiam retornar à terra natal.⁶²⁰

⁶¹⁸ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶¹⁹ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶²⁰ Juçara, que muitas vezes foi ao aeroporto se despedir dos refugiados, define como “triste” o episódio da partida e recorre a palavra “desespero” para definir o sentimento mais latente ante as incertezas do futuro. Idem.

As partidas eram a conclusão de um ciclo iniciado meses antes. Para cumprir seus propósitos, todo o trabalho desenvolvido pela Cáritas no período de estadia dos refugiados no Rio de Janeiro requereu sensibilidade e um olhar atento às necessidades alheias, orientados sempre pelo espírito solidário, característico da própria entidade, e pelo desejo de tornar o mais digno possível a espera pelo reassentamento, atenuando os sofrimentos de quem deixava uma vida para trás e carregava consigo traumas irreparáveis da vivência ditatorial.

5.5 O Palácio vigiado e o perigo à espreita

A ação desenvolvida pela Arquidiocese de dom Eugênio não passou despercebida pelos sensores da ditadura. Documentos dão conta de demonstrar o conhecimento da operacionalidade seguida pela entidade, e o monitoramento dos refugiados e dos funcionários tanto da Cáritas como do ACNUR. Além disso, as memórias dos seus colaboradores fazem emergir casos pessoais de vigia e perseguição que explicitam o fato de que o trabalho desenvolvido nos jardins do Palácio São Joaquim esteve permeado de perigos. Estes, contudo, foram incapazes de abalar suas bases calcadas na solidariedade, no amor ao próximo e, sobretudo, na consciência e importância do dever a ser cumprido.

À época, os militares acompanhavam de perto o que se passava naquela que era também a casa do cardeal. Em relato, dom Eugênio revela o patrulhamento constante pela polícia e nos fornece indícios para pensar a atividade coordenada que as forças de repressão brasileira exerciam juntamente às de outros países:

Da janela do palácio episcopal, acompanhava o movimento de agentes na rua, em vigilância ostensiva. Não me incomodava muito com a polícia brasileira. Eu tinha medo era da polícia argentina. Sabia que eles estavam ali, atuavam livremente no Brasil, com a vista grossa das autoridades brasileiras. Assim como a polícia de São Paulo ia agir no Rio. Às vezes, tinha que acompanhar pessoalmente, até o embarque no aeroporto, os refugiados que tinham obtido, através do ACNUR, autorização para viajar a outros países. Temia que os sequestrassem no caminho.⁶²¹

O temor de dom Eugênio era justificável. A atividade da polícia estrangeira no país pode ser apreendida com o caso da invasão por um grupo de refugiados do Consulado

⁶²¹ SALES, Dom Eugênio, *op. cit.*, p 64.

da Suécia. O acontecimento, datado de 06 de agosto de 1979, envolveu 13 pessoas – homens, mulheres e crianças de nacionalidade chilena, uruguaia e argentina. Um dentre esses – conforme se tornaria conhecido muitos anos depois – era, na verdade, um agente do governo argentino infiltrado entre os refugiados.⁶²²

O grupo se dizia integrante da Frente de Refugiados Latino-Americanos e objetivava negociar com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados a saída de quatro mil refugiados latino-americanos da Argentina. Entregou ao Cônsul-Geral da Suécia, Sr. Lennhart Henneings, e ao representante no ACNUR no Brasil, Sr. Rolf Jenny, um documento que denunciava a situação dos refugiados naquele país e uma lista de reivindicações a serem atendidas, ambos então encaminhados à Genebra, onde fica a sede da agência da ONU para o tema.⁶²³ Entre as denúncias,

uma série de repressões aos refugiados na Argentina como destruição de documentos, sequestros, prisões e torturas, expulsão dos estabelecimentos escolares e lugares de trabalho, perseguições e vida miserável nos hotéis para refugiados, nos quais se mantém policiais na porta, controlando os que são ou não protegidos oficialmente pelo Alto-Comissariado.⁶²⁴

O infiltrado era o argentino Roberto Marengo.⁶²⁵ Em sua ficha preenchida no ACNUR, apresentou-se como sociólogo e disse ter chegado ao Brasil em 15 de julho daquele ano. Apesar de se declarar casado, entrou no país sozinho, através da cidade fronteiriça de Uruguaiana (RS), na condição de turista e portando como documento de identificação a carteira de identidade. As correspondências trocadas entre o órgão da ONU e o governo brasileiro comprovam sua condição de refugiado no momento da invasão ao consulado sueco e saída do país com destino à Dinamarca, poucos dias depois do ocorrido, em 16 de agosto, e sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados. Durante toda a ocupação, Marengo assumiu a liderança do grupo, agindo como seu porta-voz, inclusive perante a imprensa.

Em matéria do dia 08 de agosto, Marengo rebateu as acusações feitas por outros refugiados de que ele e seus companheiros na ocupação seriam “agentes de perturbação”: “Acontece que eles não estão interessados numa luta conjunta e sim em sua saída

⁶²² CASADO, José. 2008a. “O general do Papa”. *O Globo*, 02 de março, p. 18.

⁶²³ *Jornal do Brasil*, edição de 07 de agosto de 1979, p. 14.

⁶²⁴ Idem.

⁶²⁵ Nos jornais – mesmo na série de matérias publicadas em 2008 pelo *O Globo* – a grafia utilizada é “Marengo”. Contudo, nos registros do ACNUR aparece “Marengo”. Optamos por seguir a documentação do Alto Comissariado para Refugiados.

individual do país. O nosso movimento objetiva uma repercussão mundial para a solução do problema dos refugiados na Argentina”.⁶²⁶ Em posição articulada, o grupo se negava a declarar a que movimentos pertenciam em seus países de origem. Sobre este ponto, Marengo esclareceu dizendo: “Não vamos fazer definições partidárias e falar de nossas experiências a nível pessoal. Somos refugiados políticos e temos, evidentemente, em diversos graus, militância política em alguma organização”.⁶²⁷

No segundo dia de ocupação, dom Eugênio interveio por conta própria no caso. Em sua passagem pelo consulado, conversou com o representante sueco e com os refugiados, os quais informou terem estado no Palácio São Joaquim na manhã da invasão. A eles propôs a saída do país através da ONU e sob proteção da Cúria Metropolitana – na ocasião já teria sugerido a transferência do grupo à sua residência no Sumaré, à qual acederiam dias depois. Cândido, que acompanhou de perto o caso e as negociações, rememora o diálogo do cardeal com o grupo e as circunstâncias em que este ocorreu:

Tinha uma sala com uma mesa de reunião grande. Tudo com um pano amarrado aqui no rosto. Um pano vermelho amarrado aqui. [...] Na hora que nós sentamos lá na mesa, todo mundo, foi com muito respeito. Dom Eugênio não pediu para eles tirarem os panos. Eles foram tirando lentamente. Todos tiraram depois. Eu fiquei sentado na cabeceira com dom Eugênio – puxei uma cadeirinha, botei ao lado. Dom Eugênio começou: “Vocês estão errados”; “Vocês não sabem a bobagem que estão fazendo”; “Vocês estão criando dificuldades para que outras pessoas com problemas – refugiados como vocês – possam vir”; “Vocês estão fechando as portas”. [...] Todos ouviram calados.⁶²⁸

Com a proposta recusada, o cardeal-arcebispo deixou o prédio. Ao sair explicou que o motivo de sua ida, independentemente de qualquer convite a agir, residia no fato de a Arquidiocese desenvolver um trabalho com pessoas em situação de refúgio. Sua fala à imprensa revela a preocupação com a repercussão negativa e suas consequências, sobretudo ao considerar a importância da Suécia – parte diretamente afetada – em todo esse processo: “Vim apresentar-lhes uma proposta porque este é um problema grave para o Consulado da Suécia, que já atendeu a muitos casos de refugiados, estando, portanto, numa situação difícil com esta ocupação ilegal”.⁶²⁹

⁶²⁶ *Jornal do Brasil*, edição de 08 de agosto de 1979, p. 22.

⁶²⁷ *Idem*.

⁶²⁸ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶²⁹ *Jornal do Brasil*, edição de 08 de agosto de 1979, p. 22.

O grupo foi assistido desde o início pela equipe da Cruz Vermelha que levou medicamentos e alimentos ao Consulado.⁶³⁰ Naqueles dias também o médico da Cáritas, Dr. Mauro, esteve com os refugiados para atendê-los. Segundo relata, “não havia ninguém em situação de urgência, mas a angústia e o estresse estavam disseminados. Lembro que conversei com eles e procurei acalmá-los”.⁶³¹

A ocupação do consulado durou cinco dias e terminou com a transferência do grupo à residência de dom Eugênio no Alto do Sumaré, negociada após longa reunião entre os refugiados, um representante da ONU e outro da Cúria Metropolitana. Para o traslado foi mobilizado uma grande comitiva que contou com a presença do cardeal, além do representante do ACNUR, do cônsul e do vice-cônsul da Suécia. Apesar da tentativa de sigilo sobre o destino dos refugiados, o novo endereço acabou se tornando público.

Em declaração, o grupo expôs que a condição para deixarem o prédio foi a anuência para tanto de dom Paulo Evaristo Arns e de dom Hélder, com quem informaram manter contato e ter afinidade política. Sobre a atuação de dom Eugênio, afirmavam ser motivada por um aspecto “humanístico e não político”. O compromisso do arcebispo do Rio de Janeiro foi, contudo, exaltado pelo próprio dom Hélder ao confirmar o telefonema recebido, onde era questionado sobre seu posicionamento a respeito da solução encontrada para o caso:

Mas o que eu acho é que não devemos diminuir o gesto de D. Eugênio, que vem tomando com muita frequência, atitudes positivas. E isto é que deve ser ressaltado e estimulado. [...] na verdade, D. Eugênio interessou-se muito pelo caso, tentou resolver a questão da melhor maneira possível, chegando até a oferecer sua própria casa para abrigar os latino-americanos. O meu apoio a esta decisão dos refugiados tem muito menor importância que o gesto positivo do Arcebispo do Rio de Janeiro.⁶³²

Os refugiados permaneceram na residência do Sumaré durante toda a espera pelo reassentamento em um país que os aceitasse receber. Acolhidos na condição de hóspedes, segundo o cardeal, tiveram suas despesas arcadas pela Cúria e assegurados privilégios dados a qualquer outro convidado: “podem sair de seus quartos e andar por onde

⁶³⁰ *Jornal do Brasil*, edição de 08 de agosto de 1979, p. 22; edição de 09 de agosto de 1979, p. 16; edição do dia 10 de agosto de 1979, p. 08.

⁶³¹ Mauro Brandão Carneiro, por e-mail, em 27 de janeiro de 2019.

⁶³² *Jornal do Brasil*, edição de 12 de agosto de 1979, p. 27.

quiserem”. Ao grupo foi vetado apenas o uso do telefone, por sugestão de dom Eugênio⁶³³ – certamente uma orientação precavida de quem tinha pleno conhecimento dos métodos da ditadura e estava acostumado aos grampos telefônicos.⁶³⁴ Mesmo este período foi marcado pela ação de assistência continuada prestada pela Cáritas. Diariamente as assistentes sociais iam ao encontro do grupo para assisti-los e cobrir suas necessidades, e uma equipe de médicos foi encaminhada ao local para examiná-los.⁶³⁵

De sua parte, o cardeal-arcebispo deu particular atenção ao caso, estabelecendo contato direto com os refugiados. Residindo oficialmente no Palácio São Joaquim, naqueles dias pernoitou no Sumaré para estar com o grupo e, por ocasião do embarque, afirmou que os acompanharia até a porta do avião. O objetivo era garantir a integridade e o bem estar dos homens, mulheres e crianças sob sua proteção imediata. Em matéria do jornal *O Globo* esclarecia à imprensa que todos passavam bem e declarava: “O que posso oferecer é hospedagem e segurança. Já há dois policiais – um da Polícia Federal e outro da Militar – na porta do Sumaré. Eu perguntei se eles queriam mais segurança, mas eles não acharam necessário. Estamos esperando o resultado das negociações”.⁶³⁶

O caso começou a se desfazer a partir do dia 16 de agosto, quando 10 dos 13 refugiados⁶³⁷ deixaram o Brasil com destino à Dinamarca, contrariando o desejo do grupo de que fossem tratados como tal, sendo então mantidos juntos e encaminhados ao mesmo país. Informado do eminente embarque, dom Eugênio escoltou-os do Sumaré ao Aeroporto Internacional do Galeão, e fez questão de que a saída do país fosse assistida e noticiada pela imprensa.⁶³⁸ A presença jornalística era uma forma a mais de garantir a segurança do grupo, sendo referida como escolta pelo cardeal que relata o estresse da ação empreendida:

⁶³³ *Jornal do Brasil*, edição de 16 de agosto de 1979, p. 12.

⁶³⁴ Marina Bandeira comenta a descoberta dos grampos instalados nos telefones da Arquidiocese: “Fui acompanhar uma reunião dos bispos e, quando cheguei, disseram que havia um homem me esperando. Fomos para uma saleta e ele disse: 'Sou do SNI e estou com um problema de consciência. Quero avisar que vocês estão sendo gravados.' Agradei e disse que não tínhamos nada a esconder. Aí ele completou: 'Tá, mas o problema é que tem gente exagerando nas coisas transcritas para ganhar promoção’”. CASADO, José. 2008a. “O general do Papa”. *O Globo*, 02 de março, p. 17.

⁶³⁵ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018 e com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶³⁶ *O Globo*, edição de 15 de agosto de 1979, Matutina, Rio, página 10.

⁶³⁷ Permaneceram no Brasil três chilenos, que não foram aceitos pela Dinamarca. Estes deixaram o Brasil apenas em outubro de 1979, tendo transcorrido mais de dois meses desde o episódio da invasão do consulado da Suécia no Rio de Janeiro. O grupo permaneceu todo esse tempo na residência do Sumaré, sendo assistido pela Cáritas. A concessão de refúgio foi dada pela França e o embarque ocorreu no dia 15. Cf. *Jornal do Brasil*, edição de 11 de outubro de 1979, p. 17 e edição de 16 de outubro de 1979, p. 18.

⁶³⁸ *Jornal do Brasil*, edição de 17 de agosto de 1979, p. 13.

Fui leva-los ao aeroporto e meu motorista pediu para não ser mais convocado para isso, tal era a tensão e a loucura da viagem. Fui escoltado pela imprensa e pela polícia. Havia um acordo para não tirar fotos, mas a polícia tirou. Um do grupo quis protestar e eu disse baixinho: “Põe o pé lá dentro do avião e você está livre”.⁶³⁹

Todo o episódio da invasão do Consulado da Suécia e seus desdobramentos receberam ampla cobertura jornalística. O *Jornal do Brasil* acompanhou e divulgou a saga dos refugiados sul-americanos desde o início da ocupação até o abandono definitivo do país pelo grupo. Poucas palavras, contudo, foram destinadas ao trabalho desenvolvido no âmbito da Arquidiocese do Rio de Janeiro através da Cáritas e, ainda assim, apenas para citá-lo. Aliás, uma das primeiras menções a este trabalho ocorreu dias antes através da fala de dom Eduardo Koaiik, então presidente da Cáritas Brasileira, ao revelar a realização de um trabalho com perseguidos políticos pela entidade que presidia em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Neste momento, o atendimento aos refugiados já ocorria a cerca de três anos e já havia proporcionado o auxílio a, aproximadamente, três mil indivíduos de nacionalidades marcadamente argentina, chilena e uruguaia, segundo reportou o bispo.⁶⁴⁰

Sobre Roberto Marengo, já recaíam, à época, suspeitas de sua ação como um agente infiltrado. A cisma fazia-se presente tanto entre os funcionários da Cáritas como do ACNUR.⁶⁴¹ Armenia acredita no desejo de gerar uma situação desconcertante, prejudicando, inclusive, aqueles que contavam com o Alto Comissariado para deixar o Brasil e serem reassentados em um novo país. A ex-funcionária do órgão da ONU para Refugiados e, portanto, diretamente envolvida com os solicitantes de refúgio e com a tramitação dos processos movidos junto às embaixadas abertas à prática do asilo, afirma, contudo, que, independente de qual fosse a intenção por trás da invasão, fracassou em seus propósitos uma vez que prevaleceu entre os países o comprometimento ante a problemática – mesmo para a Suécia, parte atingida no incidente, conforme afirma Armenia: “Foi feito aquilo, mas o governo sueco não ia atribuir isso a todos os casos, e continuou recebendo.” A Suécia foi o país que mais recebeu refugiados do Cone Sul

⁶³⁹ *Jornal do Brasil*, edição de 25 de maio de 2000, p. 10.

⁶⁴⁰ *Jornal do Brasil*, edição de 18 de julho de 1979, p. 2.

⁶⁴¹ Tanto Armenia como Juçara, funcionárias do ACNUR e da Cáritas, respectivamente, relatam nas suas entrevistas a desconfiança que sentiam quanto ao ocorrido de forma geral. Ambas desconheciam até então a real identidade de Roberto Marengo.

saídos do Brasil no período que vai de maio de 1977 ao final de 1984, tendo acolhido 1615 pessoas.⁶⁴²

A confirmação de tal suspeita levou quase 30 anos para ocorrer. Foi o jornalista José Casado quem descobriu a verdadeira identidade de Marengo e seu envolvimento no caso do consulado da Suécia, divulgando-os na série de matérias do jornal *O Globo*, já referenciada.⁶⁴³ Cândido também comenta o reencontro com o agente infiltrado muitos anos após a invasão. Na ocasião, este revelou seu verdadeiro papel no caso e a intenção de se infiltrar na comunidade refugiada.⁶⁴⁴

Outros acontecimentos nos levam a acreditar que a invasão do consulado não tenha sido um evento isolado na ação da polícia estrangeira no Brasil. Há casos em que a procura pela Cáritas ocorresse sem que fosse dada continuidade ao processo de concessão do *status* de refugiado. Após receberem o atendimento inicial prestado pela entidade, alguns indivíduos não mais retornavam ou compareciam ao ACNUR para a entrevista previamente agendada. Simplesmente realizavam um primeiro contato e depois desapareciam. Para Cândido essas ocorrências se explicam por se tratarem de pessoas que não buscavam de fato o serviço de atendimento e refúgio prestado pela Cáritas em parceria com o ACNUR, sendo, na verdade, motivadas pelo desejo de conhecer a operacionalidade de uma ou outra instituição, ou mesmo de estabelecer contato com o grupo de refugiados. Obviamente, essa desconfiança não deve recair sobre todos. São verificáveis os casos de pessoas que tenham se valido de um auxílio inicial oferecido pela Cáritas, mas que acabaram encontrado outros meios para deixar o Brasil, alguns, inclusive com o comunicado da desistência de proteção ao Alto Comissariado para Refugiados.⁶⁴⁵

⁶⁴² Dados informados pelo “Relatório Preliminar” produzido no âmbito da Comissão da Verdade e com a consulta aos arquivos do ACNUR, em Genebra. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 39.

⁶⁴³ Cf. CASADO, José. 2008a. “O general do Papa”. *O Globo*, 02 de março, p. 18.

⁶⁴⁴ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto e Lourdes Vieira concedida à Samantha Quadrat, 08 de maio de 2008, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁴⁵ Este é o caso da família argentina Spina: Hector Julio Spina entra no Brasil acompanhado da esposa, Susana Isabel Otero de Spina, e da filha, Adriana Noemi Sambido, no dia 09 de abril de 1977. O reconhecimento de todos como refugiado pelo ACNUR é informado ao governo brasileiro através de Carta Confidencial de 23 de maio de 1977. Em nova comunicação, datada de 09 de novembro de 1977, o representante do PNUD informa a renúncia pela família à proteção do Alto Comissariado para Refugiados. Em outro documento, o ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, reporta à Armando Falcão – uma correspondência rotineira, como verificado – a informação do escritório do PNUD de que haveria a pretensão pelo Sr. Spina de retornar ao país de origem. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.PRO.0897, folha 177. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO TT.0.MCP.AVU.0055, folhas 156-157. Foram bem poucos os casos de desistência do *status* de refugiado verificados pela pesquisa. A opção pelo retorno ao país de origem nesses casos é recorrente, contudo, não podemos afirmar que esta tenha sido, de fato, empreendida.

Ademais, é importante reafirmar que muitos outros optaram por permanecer no país, ainda que conscientes dos riscos que tal decisão pudesse acarretar.

De qualquer forma, atribuída à consciência do perigo a que estavam expostos ou à “paranoia” deste, uma estratégia pra enfrentar as possíveis infiltrações foi forjada e executada pelos próprios refugiados. Muitos permaneciam nos portões do Palácio São Joaquim e recepcionavam aqueles que chegavam. Ali mesmo faziam perguntas aos novos candidatos ao refúgio, antecipando o protocolo a ser seguido. O objetivo era identificar comportamentos dissonantes dos demais e assim sinalizar ou barrar aqueles que se acreditava serem olheiros a serviço dos serviços de inteligência de cada país. “Antes de chegar até nós tinha uma entrevista com eles”, relembra Cândido. Nem sempre, contudo, a triagem era bem sucedida e é o próprio Cândido, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, quem relata um “estranho encontro” que teve naqueles anos:

Muitas vezes os argentinos tentaram infiltrar policiais entre os refugiados, mas eles logo descobriam. Uma tarde chegou um homem e disse que queria falar comigo a sós porque era muito conhecido em seu país e não queria ser identificado. Conduzi-o, sentamo-nos quando ele abaixou-se, levantou a bainha da calça e tinha presa na perna uma cartucheira com um revólver e disse: “Polícia, no salga de aqui!”.

Neste momento conta que se levantou, abriu a porta e gritou: “Há um policial argentino aqui”; e finaliza: “O agente deu um pulo e saiu em desabalada carreira [sic]”.⁶⁴⁶

Ainda assim, a articulação entre os refugiados deu origem à “coordinadora”, uma organização deles que, para além do objetivo acima descrito, se responsabilizava pela integração dos recém-chegados, pela defesa dos direitos do grupo e apresentação de suas demandas àqueles que poderiam responder por elas, ou seja, a Cáritas e o ACNUR. As principais reivindicações eram, normalmente, sobre a “canastra” – o valor recebido por cada família e/ou refugiado – e pela demora de resposta a respeito do reassentamento em um terceiro país.

A mobilização dos refugiados não deixou de ser percebida e, conseqüentemente, examinada pelos órgãos de espionagem e informação da ditadura brasileira. Através do Informe nº 022, datado de 12 de fevereiro de 1981 e com difusão à Agência Central do Serviço Nacional de Informação e ao Departamento de Polícia Federal, a Agência do Rio de Janeiro comunicava sobre a existência de uma “Coordenadoria de Refugiados Latino-

⁶⁴⁶ *Jornal do Brasil*, edição de 25 de maio de 2000, p. 10.

Americanos”, de sigla CRLA, mantida pelos refugiados da América do Sul no país, onde estavam sob a proteção do ACNUR e da “Cáritas do Brasil”.⁶⁴⁷

O documento revela a eficácia da organização criada e, mais uma vez, os perigos que corriam os refugiados ao expor a denúncia pela CRLA da presença no Rio de Janeiro de Alberto Alfredo Novoa, sobre quem pesavam as acusações de ter pertencido à “direita peronista” e integrado a Aliança Anti-Comunista Argentina (AAA), liderada por José Lopez Rega, conciliando sua atuação na organização com o emprego de motorista da então presidenta do país Isabelita Perón. Com o golpe militar, Novoa passaria a compor outro grupo paramilitar anti-comunista caracterizado por sua “ativa participação no combate à subversão”, embora já extinto. Alberto Alfredo Novoa estaria em trânsito pelo Brasil com destino aos Estados Unidos e procurou a Cáritas, no Palácio São Joaquim, a fim de dar início ao processo que lhe permitiria obter o *status* de refugiado, o qual lhe foi negado.⁶⁴⁸

A carta denuncia escrita pela CRLA e endereçada ao vice-presidente da Federação Latino-Americana de Periodistas (FELAP) no Brasil, José Talarico, traz em suas linhas o que para o grupo representava a presença de alguém como Novoa no país e, conseqüentemente, a importância da organização da Coordenadoria de Refugiados Latino-americanos por sua ação vigilante, protetora e, sobretudo, denunciatória:

La COORDINADORA de REFUGIADOS POLITICOS en TRANSITO por RIO DE JANEIRO – BRASIL, se dirige a UD. con el fin de denunciar la presencia en territorio Brasileiro de un sujeto altamente peligroso, ligado a grupos terroristas paramilitares argentinos. Ante todo, queremos aclarar que todos nosotros somos Refugiados Políticos bajo el amparo y protección del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados.

PRIMEIRO – Se encuentra dentro del territorio de los Estados Unidos del Brasil y más precisamente en la ciudad de Rio de Janeiro desde el día diecinueve del corriente mes el terrorista ALFREDO ALBERTO NOVOA, de nacionalidad argentina, de estado civil casado; a continuación detallamos algunos de sus antecedentes [...]

TERCERO – ALFREDO ALBERTO NOVOA se encuentra en Rio de Janeiro aludiendo estar en transito para los Estados Unidos de Norteamérica y con el objetivo de que algún organismo le facilite los pasajes tanto para él como para su familia hasta el ultimo país mencionado. En sus propósitos figuran organismos com el A.C.N.U.R y CARITAS brasilera, los cuales se encuentran debidamente informados sobre la peligrosidad de este individuo, por medio de esta Coordinadora para que descarte cualquier tipo de ayuda.

⁶⁴⁷ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.81004309 – Dossiê, folha 01.

⁶⁴⁸ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81014546 – Dossiê, folha 01.

CUARTO – Es de nuestra máxima preocupación que el hecho de que individuos de esta naturaleza se encuentren en este país y como si ello fuera poco, recurran a organismos [...] para concretar sus atroces objetivos. Ello no solo atenta contra nuestra seguridad e incertidumbre sino que también tememos por la repercusión y posterior inconvenientes que pueda traer aparejado para con la realidade política de Brasil.

Dentro de todo este marco es nuestro deber el denunciar no sólo este caso en particular sino todos aquellos otros como éste que pongan en peligro la libertad y la vida misma, sintetizado ello en la lina y llana violación de los Derechos Humanos.

Sin nada más que agregar y descontando desde ya su buena voluntad y predisposición para hacer extensiva esta denuncia a todos aquellos que considere necesario.⁶⁴⁹

O último apontamento feito pelo informe supramencionado explicita a preocupação que uma organização como a dos refugiados despertava nos respectivos órgãos: “De qualquer forma, ressalta o fato de os asilados argentinos manterem um grupo voltado para a vigilância dos seus patrícios em terras brasileiras, grupo este que pode vir a ser empregado, sob determinadas circunstâncias em outras finalidades.”⁶⁵⁰ Certamente, temia-se o envolvimento em qualquer manifestação considerada insurgente e terrorista pelo regime militar, como, por exemplo, a atividade de propaganda subversiva contra os países de origem a partir do Brasil e, especificamente, do Rio de Janeiro, conforme sinaliza a Informação nº 077 de 14 de julho de 1981, também com origem na agência do SNI na cidade.⁶⁵¹

Baseando-se em informação anterior segundo a qual “argentinos, chilenos e uruguaios, refugiados no BRASIL e sob a proteção do ACNUR, serviriam de ‘ponte’ para a remessa de material de propaganda subversiva aos seus países de origem”, o documento conclui sobre o destaque conferido a algumas pessoas com atividade política a partir da capital carioca, umas atuando como “destinatários e distribuidores” de publicações impressas, sobretudo, na Suécia por “asilados sul-americanos, provavelmente com auxílio de grupos suecos de esquerda”.⁶⁵²

Entre os citados no documento – alguns apresentados como sob proteção do ACNUR – estava José Hélio Marigo, sobre quem se esclarecia:

Exerce, no PALÁCIO SÃO JOAQUIM, sede da ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, à rua da GLÓRIA, 446, as funções de coordenação

⁶⁴⁹ Idem, folhas 02-03.

⁶⁵⁰ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.81004309 – Dossiê, folha 02.

⁶⁵¹ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.81004875 – Dossiê

⁶⁵² Idem, folhas 01-03.

de entrega de correspondência, distribuição de numerário, contabilidade e inúmeras outras atividades relacionadas aos elementos que se encontram no RIO DE JANEIRO sob a responsabilidade do ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS.

Foi apurado que há longo tempo a correspondência endereçada aos refugiados não traz mais o nome dos destinatários e sim o do nomeado, acompanhado de um número que varia conforme a pessoa a que deva ser encaminhada.⁶⁵³

Conforme comentado acima, José Hélio Marigo realmente compunha a equipe da Cáritas, onde desempenhava funções administrativas. A descrição de sua atividade como emissário das cartas aos refugiados, apresentada pelo documento, verifica-se verdadeira, confirmando, para além do fato de serem os estrangeiros alvo de espionagem, a ação dos respectivos órgãos sobre a entidade, determinante para o conhecimento de sua operacionalidade.

Apesar do documento versar essencialmente sobre a entrada no país de publicações estrangeiras de conteúdo “subversivo” e sua distribuição, Cândido defende que as correspondências entregues através de Hélio Marigo aos refugiados eram cartas de familiares e que tangeriam a nada aquelas de outro tipo.

Outro documento que atesta tanto o monitoramento dos refugiados, como o conhecimento operacional das instituições por eles responsáveis – incluindo-se agora o ACNUR – é o dossiê sobre a uruguaia Mônica Alves, composto por uma série de informes trocados entre a Agência de Porto Alegre do SNI e a Superintendência Regional do Rio Grande do Sul do Departamento de Polícia Federal, entre dezembro de 1978 e junho de 1979. À diferença dos demais, o monitoramento se dá sem que Mônica esteja no Brasil, ou seja, sem que fosse considerada refugiada, estando sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados. O controle pelos órgãos de informação sobre as atividades da uruguaia se estendem aos contatos que a auxiliariam dentro do país e no exterior. O primeiro dos informes, datado de 18 de dezembro de 1978, traz tanto a motivação de Monica para deixar o Uruguai como detalhes do plano traçado para chegar à cidade do Rio de Janeiro:

1. Residente no Uruguai, uma tal de MONICA, que devido ao perigo de ser presa pela polícia daquela país, deverá ingressar, em breve, no Rio Grande do Sul, através de Barra do Quaraí – URUGUAIANA.

⁶⁵³ Idem, folha 02.

Posteriormente, seguirá viagem para o RIO DE JANEIRO/RJ, de ônibus, devendo fazê-lo durante dias úteis, evitando feriados e períodos noturnos.⁶⁵⁴

O documento traz ainda os contatos a serem movimentados na capital carioca para o reconhecimento como refugiada e a permanência na cidade até que possa deixar o país, demonstrando um bom conhecimento tanto do ACNUR como da Cáritas – ainda que o correto fosse fazer referência à Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, em detrimento da Cáritas Brasileira –, inclusive ao discriminar corretamente as competências e atribuições de cada uma das entidades:

4. Objetivando sua saída do BRASIL com destino a SUÉCIA, onde está sendo aguardada pelo seu cunhado, a nominada deverá manter contato no RIO DE JANEIRO/RJ com GUY PRIM ou sua secretária ARMENIA, da ACNUR, órgão das Nações Unidas, a fim de que seja reconhecida como refugiada política, e, após esse reconhecimento, deverá solicitar através de MARIA DE LOURDES, da Cáritas Brasileira, auxílio financeiro para aluguel e alimentação até que lhe seja fornecido o visto de saída do BRASIL.⁶⁵⁵

O último informe do dossiê, de 19 de junho de 1979, conclui que até aquele momento, Mônica não havia entrado no Brasil.

Apesar da afirmação de Cândido de que “não perdemos nenhum”, em referência aos refugiados que passaram pela Cáritas⁶⁵⁶, e da possível consonância a esse respeito pelo que propõe Armenia ao dizer que não houve relatos pelos refugiados de uma abordagem policial ostensiva no período em que aguardavam a autorização para deixarem o Brasil e serem reassentados em outro país⁶⁵⁷, casos concretos apresentados no “Relatório Preliminar” informam sobre a ocorrência de detenções de refugiados no país, sobre as frágeis garantias de segurança dadas pelo governo brasileiro ao grupo, além da

⁶⁵⁴ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005301 – Dossiê, folha 01
⁶⁵⁵ Idem.

⁶⁵⁶ Nas palavras de Cândido: “A gente sempre acompanhou, assim, para saber se alguma coisa, se a polícia, se saía alguma notícia: alguém morreu, alguém... não! [...] Não perdemos nenhum!”. Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁵⁷ De acordo com Armeina, havia queixas pelos refugiados de certas dificuldades enfrentados na hora de prorrogação do visto de turista, por ocasião da expiração dos 90 dias de validade. Nessas ocasiões os responsáveis pelo processo faziam muitas perguntas aos solicitantes, uma situação que acabava por gerar certos constrangimentos, desconfortos e insegurança aos refugiados. Segundo Armenia o diálogo com as autoridades competentes teria sido suficiente para amenizar problemas desse tipo. Entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

ação colaborativa e coordenada entre os regimes militares do Cone Sul, inclusive com casos de patente ação da polícia estrangeira em território nacional.⁶⁵⁸

Os registros trazidos acima indicam que a consternação com o que acontecia no interior do Palácio São Joaquim ia muito além do policiamento ostensivo percebido por dom Eugênio. Entretanto, essa prática vigilante não se limitou ao perímetro do Palácio, estendendo-se aos seus funcionários e onde começava a vida privada de cada um. De cada relato surgem experiências particulares que expõe a maneira de um regime de exceção agir, sem grandes ressalvas ou distinções entre seus alvos. Com o perigo à espreita o medo era uma constante, como confirma Dr. Mauro ao abordar o assunto:

O tempo todo. A nossa ditadura, a repressão brasileira, acompanhava aquele movimento o tempo todo. E teve uma vez em que eu estava saindo do consultório e passei pela porta e atrás vinha uma das secretárias... Ela estava saindo também, um pouco atrás de mim, e ela levou um susto porque disse que assim que eu saí tinha um “cara” parado na porta. Ele desembalou um pacote que estava na mão dele, que na verdade era um rádio transmissor, e começou a falar no rádio: “Olha, ele está saindo. Está pegando o ônibus tal.” Começou a dar o meu trajeto, a minha referência para alguém com quem ele estava falando. Ela viu aquilo, ficou assustada, me telefonou depois para que eu tomasse cuidado... Então isso era o tempo todo. O tempo todo a gente viveu essa realidade. Mas o meu trabalho como médico sempre superou tudo isso, não tinha jeito.⁶⁵⁹

Mesmo quando o medo não foi predominante, a consciência dos riscos a que se estava sujeito e do empenho da ditadura em se fazer onipresente condicionaram uma atmosfera incômoda de incessante exposição e vulnerabilidade. Cândido relata a presença frequente de policias na porta do edifício onde morava – talvez por suporem que abrigasse refugiados em sua casa – mas diz não ter temido por sua vida:

...medo, medo, medo eu não tive não. Mas que me incomodava, incomodava. Porque me tirava a liberdade. Eu achava sempre que meu telefone era grampeado. Eu achava sempre que eu estava sendo acompanhado... Mas eu nunca achei que comigo fosse acontecer alguma coisa. Não era muito confortável. Tanto é que para eu arranjar uma equipe para ficar permanente... Eu tive muita sorte!⁶⁶⁰

⁶⁵⁸ Alguns desses casos já foram expostos ao longo desta dissertação e deste capítulo.

⁶⁵⁹ Entrevista com Muro Brandão Carneiro, 09 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁶⁰ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017, Rio de Janeiro, Brasil.

Mesmo nos relatos que trazem histórias de perseguição e controle, é evidente a prevalência do sentimento de uma obrigação ética no trabalho com os refugiados, como no caso do Dr. Mauro, que encontrou no exercício da medicina motivo suficiente para dar continuidade aos atendimentos que fazia na Cáritas. Igual inspiração manifesta Armenia ao declarar sem hesito que a ausência do medo se dava, primeiramente, pela “certeza de estar fazendo o certo”. Ademais, comenta a segurança institucional que a ONU proporcionava: “na época, a ONU era muito respeitada. Havia um respeito muito grande pela ONU. Então, realmente não tinha, nunca tive [medo]”.⁶⁶¹

Foi o somatório dessas ações, calcadas na solidariedade e no dever para com o próximo, que permitiram à Cáritas ser refúgio meio ao caos e aos perigos dos anos ditatoriais vividos no Cone Sul. Homens, mulheres, famílias inteiras e com crianças de todas as idades puderam experimentar o acolhimento em sentido *latu* enquanto tinham a vida ameaçada e vivida em suspenso à espera do recomeço em outro lugar. A concepção de um atendimento consistente e sistematizado às vítimas da violência e da perseguição indiscriminada em seus países de origem, surgida nos idos de abril de 1976, tomou forma, ganhou consistência e deixou um legado de atenção e cuidado à problemática do refúgio, presente ainda hoje.

5.6 Nas tramas da ação: o pioneirismo da Cáritas

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, ao iniciar um trabalho com perseguidos políticos das ditaduras vizinhas à brasileira não pretendia e muito menos imaginava a configuração e a importância que este assumiria. No início, o objetivo era um só: proteger os grupos que procuravam a Arquidiocese da capital carioca – cada vez em maior número e frequência – em busca de ajuda, e garantir sua saída a um terceiro país onde pudessem se estabelecer e gozar da segurança desejada. Não se acreditava, contudo, na manutenção da crise dos refugiados pelo mundo e na continuidade dada pela entidade ao serviço de acolhimento e assistência. É Cândido Feliciano da Ponte Neto, articulador e coordenador desde os primeiros instantes de toda a ação desenvolvida com os refugiados, quem nos fornece indícios para refletir sobre esse aspecto do trabalho implementado:

⁶⁶¹ Entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

Nem nós tínhamos a ideia do tamanho do problema. Hoje a gente sabe da importância que teve, mas naquela época a gente não sabia não. O discurso que a gente fazia – que eu fazia, que dom Eugênio fazia – era dizer o seguinte: “Nós estamos aqui com um trabalho provisório e o resultado final do nosso trabalho é acabar, fechar”. Porque é impossível que isso continue no Brasil ou no mundo, com esse tipo de ditadura ou de opressão e tal. Depois, com o tempo, isso foi tomando mais forma.⁶⁶²

O trabalho tomou vulto. O acolhimento e a ajuda já ocorriam – pontualmente, mediante a demanda e a exemplo do que era feito por outras dioceses. Mas o que acontecia no pátio do Palácio Arquiepiscopal era algo inédito: uma atividade sistematizada de apoio e reassentamento em outros países de pessoas perseguidas por regimes congêneres ao brasileiro. E mais: com o conhecimento e a “anuência” do governo. O convênio com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, até aquele momento sem representatividade no Brasil, foi fundamental para dar consistência ao trabalho, principalmente ao trazer consigo o conhecimento operacional do processo a ser seguido e recursos para sua viabilização. Neste sentido, a compreensão do pioneirismo da Cáritas passa, também, pelos contatos que buscou e a rede que conseguiu tecer a fim de dar forma e colocar em prática uma ideia surgida de onde menos se esperava: a Arquidiocese do Rio de Janeiro.

À sua frente estava dom Eugênio de Araújo Sales, reconhecido por sua ligação pessoal com os altos escalões do governo e pela colaboração com o regime; por seu anticomunismo ferrenho e combate implacável à instrumentalização da doutrina marxista dentro da Igreja; por suas manifestações tímidas e ações silenciosas em prol dos direitos humanos. “A Arquidiocese do Rio de Janeiro, com dom Eugênio Sales, não tinha uma boa fama”, coloca Mauro Brandão Carneiro, médico da Cáritas naqueles anos, justamente em relação ao contexto ditatorial que o Brasil vivia e à estreita relação do cardeal-arcebispo com os militares, antes de completar: “Mas, surpreendentemente, eles albergaram a Cáritas e o ACNUR ali no pátio, e faziam o atendimento ali mesmo”, desempenhando um papel que em sua opinião não se pode deixar de reconhecer.⁶⁶³

A motivação por trás da ação é esclarecida pelo próprio dom Eugênio ao abordar o tema do refúgio e a contribuição dada a tantos perseguidos políticos pela Cáritas, anos depois:

⁶⁶² Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁶³ Entrevista com Mauro Brandão Carneiro, 09 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

Sem dúvida, cada um estava envolvido com a política no seu país, era um militante, e polícia de lá podia vir ao Brasil tentar sua prisão. Eu não entrava na discussão se estava certo ou errado. Estando certo ou errado, a pessoa tem a liberdade de fugir do seu país. E não era com a tortura que se iria resolver o problema. Não se podia combater essa militância com métodos que ferissem a dignidade das pessoas, e a tortura era um desses.

Também nunca perguntei quem era católico ou quem não era. Todos eram seres humanos que estavam sofrendo e não tinham a quem apelar. E, se apelavam para mim e eu tinha a possibilidade de ajuda, isso bastava.⁶⁶⁴

A ênfase na dignidade humana apontada pelo cardeal endossa o humanitarismo fundamentador de todo o trabalho e identificado por Juçara, que diz não existir um estímulo promocional por trás:

a Igreja teve uma participação grande nisso aqui. E não foi uma coisa nem a nível de propaganda porque quase ninguém sabe. Era um trabalho oficioso. Foi realmente um trabalho humanitário que a Igreja fez, sem sombra de dúvida. Acho que de uma relevância enorme. Como eu disse, milhares de pessoas, famílias...⁶⁶⁵

Dom Eugênio, apesar de não ter contato com os refugiados – salvo nas festividades e celebrações mencionadas –, exerceu uma gestão participativa no que concerne à temática do refúgio e, especialmente, àqueles sob sua proteção, como evidencia o caso da ocupação do consulado da Suécia. Não apenas emprestou sua casa, como costumava dizer, mas se manteve sempre informado através de reuniões com os funcionários do ACNUR e de Cândido. Agia com precisão quando necessário, numa postura impecável, segundo Juçara: “Honra seja feita. Apesar de não ser um bispo progressista. Enfim. Mas ele realmente deu muita cobertura a isso aí. Sem sombra de dúvida, isso aí eu digo: ele foi impecável nessa história com os refugiados. Deu uma assistência bem grande.”⁶⁶⁶ Nas lembranças de Maria Amélia Palladino, “dom Eugênio à primeira vista não era simpático” – diz isso sobretudo ao contrapor sua postura a do atual arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani Tempesta, sempre descontraído. Entretanto, era muito atuante e “muito sensível a essas causas sociais”.⁶⁶⁷

⁶⁶⁴ SALES, Dom Eugênio, *op. cit.*, p. 64.

⁶⁶⁵ Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁶⁶ *Idem.*

⁶⁶⁷ Entrevista com Maria Amélia e Jácomo Palladino, 29 de novembro de 2019, Rio de Janeiro, Brasil.

Sobre sua atuação na proteção e atendimento aos refugiados das ditaduras vizinhas, em 2008, Cecília Coimbra, então vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, chamou a atenção ao período de que se fala, condicionando em grande medida o trabalho desenvolvido pela Arquidiocese ao contexto de transição política que se vivia. Em suas palavras: “Não tira o mérito do trabalho, mas foi uma época em que ele já tinha condições de ligar para o Sylvio Frota e dizer que iria ajudar os ‘comunistas’. Já se falava em abertura”.⁶⁶⁸

Atualmente e cada vez mais, o conceito de “transição democrática” tem sido revisto e problematizado por se perceber grandes contradições entre o que era anunciado e o que de fato acontecia. A violência do regime, conforme visto, continuou a fazer suas vítimas, que não conformaram casos isolados. As últimas descobertas documentais evidenciam a face repressiva do governo Ernesto Geisel, o proclamador da abertura. Além disso, ficou demonstrado que a ligação de dom Eugênio com os militares e demais autoridades em exercício se verifica deste o início da ditadura. É impossível afirmar a consideração de um trabalho como o que foi desenvolvido em momentos anteriores a 1976, entretanto, é inegável a abertura de dom Eugênio com os presidentes-generais e os militares de forma geral desde os primeiros instantes do regime.

Paralela à ação promovida pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, a Igreja de São Paulo também desenvolveu um trabalho com os perseguidos políticos do Cone Sul que lá também chegavam em busca de ajuda e proteção. Este ficou a cargo da Comissão de Justiça e Paz, conforme visto. Sobre sua arquitetura, entretanto, teria influído a metodologia desenvolvida pela Cáritas carioca, que auxiliou em questões específicas sobre refúgio, os atendimentos prestados e o processo a ser seguido, além de ser responsável pelo repasse da verba para o custeio das atividades e o manutenção dos refugiados.⁶⁶⁹ Neste sentido, apesar de receber e atender aos perseguidos políticos sul-americanos desde o início do grande fluxo ao Brasil, o trabalho na Arquidiocese paulistana parece ter seguido as diretrizes estabelecidas a partir da parceria entre a Cáritas/RJ e o ACNUR. Apenas em 1981, o Arcebispado de São Paulo foi encarregado pelo órgão da ONU de acolher refugiados do Cone Sul, um trabalho que seguiria sendo

⁶⁶⁸ *O Globo*, edição de 03 de março de 2008, p. 05.

⁶⁶⁹ Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 05 de dezembro de 2018 e com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

desenvolvido pela CJP-SP até ser entregue a Cáritas Arquidiocesana, entre os anos de 1988 e 1989.⁶⁷⁰

As linhas de ação adotadas pelas instituições se diferenciam e em grande medida refletem as diferenças entre seus líderes – dom Eugênio e dom Paulo. De acordo com Padre Mário Geremia, dom Paulo compreendia o acolhimento de forma ampla, o que condicionou um tratamento mais aberto aos fluxos migratórios em geral. A Igreja paulista teria atuado prioritariamente, então, numa linha de migração, comprometendo-se com o migrante, aquele que quer se estabelecer no país e nele prosperar. Transposta ao contexto atual, essa ação permitiu o desenvolvimento de inúmeras instituições voltadas à questão migratória no estado, enquanto no Rio de Janeiro tais instituições se verificam em número bastante reduzido. A ideia de um trabalho preocupado com a permanência daqueles que assim desejassem torna-se patente através do comentário de Armenia sobre a grande assistência dada àqueles que não eram reconhecidos pelo ACNUR como refugiados.⁶⁷¹

Na capital carioca, a Igreja voltou-se essencialmente à problemática do refúgio:

A história do Rio de Janeiro é bem mais comprometida com os refugiados, talvez pela linha que deu a Igreja. Ou seja, o próprio dom Eugênio... Foi como que um compromisso pessoal dele, que ele tinha medo que os migrantes sofressem mais violência daquilo que eles sofreram. Então ele ajudava no sentido de que eles pudessem continuar a sua viagem.⁶⁷²

Esse comprometimento fez com que o Rio de Janeiro fosse a cidade por onde passou o maior número de refugiados naqueles anos.

Os dados obtidos através de pesquisa nos arquivos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, em Genebra, estabelecem que, para o período que vai de maio de 1977 ao final de 1984, 1594 casos receberam a atenção do órgão da ONU no Brasil; um total de 3,9 mil pessoas teriam sido reassentadas.⁶⁷³ O número aparece abaixo

⁶⁷⁰ ARNS, Dom Paulo Evaristo. “Não basta acolher os refugiados, é preciso denunciar a violência” em SALES, Dom Eugênio; ARNS, Dom Paulo Evaristo. A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei nº 9.474/97. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 68.

⁶⁷¹ Entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁷² Entrevista com Padre Mário Geremia, 14 de maio de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁷³ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 38. Apenas para um acompanhamento do fluxo de refugiados naqueles anos, o “Aide-Mémoire” escrito por François Fouinat, em abril 1980, sobre o trabalho do ACNUR até então, referenciado no capítulo 3, estabelecia que “de maio de 1977 a 31 de março de 1980, 845 casos de refugiados (mais de 2.000 pessoas) foram reconhecidos sob o mandato do ACNUR e 742 (1.742 pessoas) foram definitivamente reinstalados num país de asilo definitivo”.

das estimativas feitas pela Cáritas, que acredita terem passado quase cinco mil refugiados pela entidade, entre os anos de 1976 e 1982 – isso considerando apenas o trabalho executado no âmbito da Arquidiocese carioca, ou seja, excluem-se os atendimentos feitos pela Arquidiocese de São Paulo.⁶⁷⁴

A discriminação por nacionalidade entre os sul-americanos que fizeram do país parada até alcançarem o destino final informa que a maioria dos casos em questão dizem respeito a argentinos – 659 casos; os uruguaios representam 618 casos; e os chilenos 80 casos.⁶⁷⁵ Com relação a esse aspecto, é importante ter claro que o número de casos não corresponde ao quantitativo de pessoas. Um caso é um processo movido pelo ACNUR, englobando famílias com diferentes números de membros. Assim, um único caso poderia envolver, por exemplo, cinco ou mais pessoas, de modo que é temerário afirmar que os argentinos foram a maioria dentre os refugiados que fizeram do Brasil rota para o refúgio em outro país.

Independente dos números apresentados, a importância do trabalho desenvolvido pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro é incontestável. Seu valor e suas ressonâncias são comentados pelo representante interino do ACNUR no Brasil em 2016, Agni Castro-Pita:

Nas Américas a Cáritas foi um dos principais sócios em tudo que se refere à atenção imediata, quando o fluxo dos refugiados avançou de um jeito constante e em números importantes na época das ditaduras. Desde então, o seu papel é importantíssimo em dar atenção para as pessoas que vinham de conflitos armados, principalmente de países vizinhos. E poderíamos dizer de um jeito claro, que graças ao trabalho da Cáritas RJ, muitas pessoas continuam andando pelas ruas de Buenos Aires, pelas ruas de Montevideo, pelas ruas de Assunção, e por muitos países Sul Americanos que encontraram justamente moradia, assistência, e principalmente um ponto de referência onde poderiam pedir ajuda quando vinham de situações tão graves, quando sentiam que a sua vida, a sua segurança e a sua integridade estavam em perigo.⁶⁷⁶

O Palácio São Joaquim abrigou as atividades com refugiados da Cáritas até 2008. Neste ano, durante a administração do então arcebispo dom Eusébio Oscar Scheid, sucessor de dom Eugênio, o conjunto de salas construído pelo cardeal na segunda metade da década de 1970, para que, sob sua proteção, se desenvolvesse o atendimento aos

⁶⁷⁴ SALES, Dom Eugênio, *op. cit.*, p. 62. Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017 e 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶⁷⁵ Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. BR RJANRIO CNV.0.OCO.00092003526201473, p. 39.

⁶⁷⁶ <http://arqrio.org/noticias/detalhes/4292/caritas-do-rio-celebra-40-anos-de-historia-com-os-refugiados>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

perseguidos políticos do Cone Sul, foi demolido e os serviços transferidos para uma unidade na zona norte.⁶⁷⁷

Atualmente, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro localiza-se no Maracanã, onde atende refugiados de todo mundo em continuidade ao trabalho iniciado há mais de 40 anos por dom Eugênio, nos jardins do Palácio São Joaquim.

⁶⁷⁷ https://istoe.com.br/11270_IGREJA+EM+PE+DE+GUERRA/. Acesso em 29 de novembro de 2017.

CONCLUSÃO

Acredito que a melhor forma de concluir esta dissertação seja apresentar as ressonâncias nos dias atuais do trabalho empreendido pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro por determinação de dom Eugênio Sales, nos idos de 1976 e cujo pioneirismo foi ressaltado anteriormente.

A decisão do cardeal de instalar um serviço permanente de acolhimento e assistência aos perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul e, sobretudo, a parceria logo estabelecida com o ACNUR – cuja presença e atuação efetiva no Brasil, ainda que sem reconhecimento oficial, era inédita e deve ser atribuída ao compromisso assumido pela Arquidiocese carioca e às intermediações da Comissão Brasileira Justiça e Paz – foi o que de fato permitiu a inclusão do tema do refúgio nas pautas governamentais, de onde não mais saiu. Também a atividade do Alto Comissariado para Refugiados se consolidou, tornando-se contínua e o órgão da ONU um importante agente do refúgio no país ao pressionar e apoiar o governo pelo desenvolvimento nacional de uma política para os refugiados.⁶⁷⁸

Do começo do trabalho com refugiados da Cáritas até hoje, as mudanças processadas mundialmente alteraram a origem dos solicitantes de refúgio e as características de sua implementação. Os uruguaios, chilenos e argentinos para os quais o serviço se estruturou inicialmente deixaram, pouco a pouco, de compor o fluxo daqueles que ingressavam no Brasil em busca de proteção. O termômetro era o processo de liberalização política e a cessação dos contextos de violência institucionalizada que tinham impulsionado os deslocamentos, até que o fim dos governos ditatoriais e o reestabelecimento do estado democrático de direito permitiu o retorno efetivo à terra natal por milhares de pessoas. Entretanto, novas situações de refúgio emergiam em regiões diversas do globo condicionando novos deslocamentos.

No marco da redemocratização, o governo brasileiro se abria à temática do refúgio, passando a reconsiderar seu posicionamento e os instrumentos jurídicos existentes para sua regulamentação, dando exemplos concretos da disposição em atender as demandas que surgiam: em 1986, recebeu 50 famílias de refugiados iranianos,

⁶⁷⁸ Cf. ANDRADE, José Henrique Fischel de. Aspectos Históricos da Proteção de Refugiados no Brasil (1951-1997). In: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de (Orgs.). *Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97*. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

perseguidos por professarem a fé Bahá'í⁶⁷⁹; em 1987 o Conselho Nacional de Imigração decidiu pela concessão de residência a alguns refugiados sul-americanos, o que se efetivou a partir da Resolução nº 17, de março de 1988, com a emissão de visto temporário àqueles que sob a proteção do ACNUR haviam sido indicados para tanto⁶⁸⁰; no ano seguinte, revogou a reserva geográfica por meio do decreto 98.602/89. O Brasil finalmente estendia sua proteção aos refugiados de todo o mundo.

Já no início da década de 1990, a intensificação dos casos de refugiados provenientes da África expôs a fragilidade do sistema de recepção e acolhimento utilizado até então. No período que vai 01 de janeiro a 30 de abril de 1993, 430 angolanos⁶⁸¹ haviam adentrado as fronteiras nacionais e, até 1995, estimava-se em aproximadamente 2.000 o número de refugiados no país.⁶⁸² O crescimento das chegadas e solicitações de refúgio naqueles anos configurou um cenário caótico que impôs a busca por novas abordagens e soluções ao problema apresentado. Neste contexto, as autoridades envolvidas puderam contar com a experiência da Cáritas do Rio de Janeiro, convidada a integrar as reuniões empreendidas no papel de um dos “principais atores do refúgio no Brasil”.⁶⁸³

Crescia o anseio de diversos agentes comprometidos com a efetivação dos direitos humanos, por um procedimento interno capaz de regular e conduzir o instituto do refúgio. Sua conquista data de meados de 1997, quando foi aprovada a Lei 9.474/97, responsável por disciplinar o Estatuto dos Refugiados no Brasil. Todo o seu processo de elaboração e tramitação no Congresso Nacional foi marcado pela participação articulada entre organizações da sociedade civil e a representação do ACNUR no país.⁶⁸⁴ Nesse sentido, vale destacar a importância assumida pela Igreja, reafirmando seu papel de destaque no que concerne à temática do refúgio e à sua concretização. José Henrique Fischel de Andrade destaca, entre os diversos grupos envolvidos, o “apoio fundamental, constante e

⁶⁷⁹ Vale lembrar que em 1979 e em 1980 o Brasil acolheu sob o estatuto jurídico migratório grupos de vietnamitas e cubanos, respectivamente, que abandonavam seus países.

⁶⁸⁰ ANDRADE, José Henrique Fischel de, *op. cit.*, p. 61.

⁶⁸¹ Os angolanos representaram o maior número de refugiados a integrar o fluxo ao Brasil, no início da década de 1990, fato que se explica pelo reinício da guerra civil no país. A importância do fluxo africano para o desenvolvimento de políticas para o refúgio pode ser apreendida pela colocação de José Henrique Fischel de Andrade: “A retomada do conflito armado em fins de 1992, em Angola, veio a ter um impacto decisivo na História e na evolução da proteção de refugiados no Brasil”. *Idem*, p. 64.

⁶⁸² *Idem*, p. 65 e 72.

⁶⁸³ *Idem*, p. 69.

⁶⁸⁴ Para mais detalhes Cf. MILESI, Irmã Rosita; ANDRADE, William Cesar. Atores e Ações por uma Lei de Refugiados no Brasil. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

incansável da Igreja, parceiro que abriu portas, estabeleceu contatos e sem o qual, pouco provavelmente, uma lei sobre refugiados teria sido promulgada em 1997”.⁶⁸⁵

Além de seu aspecto pioneiro, visto ser na América do Sul a primeira lei nacional específica sobre refugiados⁶⁸⁶, a legislação brasileira para o tema é considerada pela ONU “como uma das leis mais modernas, mais abrangentes e mais generosas do mundo”⁶⁸⁷, certamente em alusão à adoção do conceito ampliado de refugiado, inspirado na Declaração de Cartagena, que, apesar de não ter sido assinada pelo Brasil, passou a ser adotada internamente.⁶⁸⁸ Em seu art. 1º, inciso III, temos que: “Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que [...] devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”.

Entre suas disposições, criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), no âmbito do Ministério da Justiça, responsável, sobretudo, pelo reconhecimento da condição de refúgio e das garantias de proteção aos refugiados. Sua composição prevê a presença de “um representante de organização não-governamental, que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no País”⁶⁸⁹, posto ocupado pela Cáritas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Reconhecia-se a importância do papel das Cáritas Arquidiocesanas ao longo de todo o processo que conduziu à efetiva implementação do refúgio no Brasil. Este reconhecimento é endossado pela colocação de Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto: “Foi a Cáritas quem ensinou o governo brasileiro a trabalhar com esse tema e é uma das grandes responsáveis pela boa política que o Brasil tem hoje de recepção e assistência a refugiados”.⁶⁹⁰

Tendo constituído o primeiro trabalho sistematizado de atendimento aos refugiados no país – para o qual a parceria com o ACNUR foi imprescindível – a

⁶⁸⁵ ANDRADE, José Henrique Fischel de, *op. cit.*, p. 79.

⁶⁸⁶ MOREIRA, Julia Bertino. A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil. A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, v. 2, p. 57-76, 2005, p. 65.

⁶⁸⁷ BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. A Lei Brasileira de Refúgio – sua história. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 19.

⁶⁸⁸ De acordo com Julia Bertino Moreira, a Declaração passou a incluir na definição de refugiado “pessoas que deixaram seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas em decorrência da violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva dos direitos humanos ou outras circunstâncias que perturbaram gravemente a ordem pública”. MOREIRA, Julia Bertino, *op. cit.*, p. 64.

⁶⁸⁹ Lei 9.474/97, art. 14, inciso VI.

⁶⁹⁰ BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira, *op. cit.*, p. 17-18.

Cáritas/RJ desenvolveu um sistema de trabalho que prosperou e se aprimorou a cada novo caso tratado, e a cada nova situação de refúgio encaminhada para atendimento. Sempre guiada pelo espírito humanitário dos primeiros dias, transcorreram 43 anos que marcam do início dos trabalhos até o momento atual (1976-2019).

Ao longo deste período, a Cáritas se tornou uma referência que não ambicionava ser – para o governo, para os novos parceiros dedicados à causa do refúgio, para a sociedade civil e, principalmente, àqueles que buscam acolhimento e proteção: os refugiados. Tendo persistido no propósito de ser *refúgio* a todos aqueles que a procuravam, a entidade se deparou com dificuldades⁶⁹¹ e foi a partir de uma gestão compartilhada e dialógica junto ao governo e ao ACNUR que estas foram pouco a pouco superadas.

Novos problemas e desafios constituem uma realidade contínua, porém exacerbada em um contexto de crise como o atual. Assistimos hoje aos maiores índices de deslocamento já registrados. Existem 68,5 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo, das quais 25,4 milhões são refugiadas, 3,1 milhões são solicitantes de refúgio e 40 milhões são deslocados internos.⁶⁹² Dados recolhidos até 2017 indicam que no Brasil há 10.145 refugiados reconhecidos – dos quais 5.134 ainda residem em território nacional – e 86.007 solicitações em trâmite. A maioria dos refugiados reconhecidos até o período mencionado são sírios, compondo 39% do total acumulado. Entretanto, apenas em 2017, 17.865 venezuelanos solicitaram o reconhecimento da condição de refugiados⁶⁹³, representando o maior grupo por nacionalidade (53%) para este ano.⁶⁹⁴

Neste cenário, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro segue como uma grande parceira do ACNUR no Brasil através do seu Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio (PARES).⁶⁹⁵ Informações de setembro de 2016 revelam um total de 6.807 pessoas assistidas direta ou indiretamente pela instituição, das

⁶⁹¹ Face ao grande fluxo de africanos, no início da década de 1990, e à consequente sobrecarga de trabalho do ACNUR e de seus parceiros, em março de 1993, dom Eugênio Sales, ainda arcebispo do Rio de Janeiro, escreve à Alta-Comissária, Sadako Ogata, solicitando mais apoio ao Escritório do Acnur no Brasil. ANDRADE, José Henrique Fischel de, *op. cit.*, p. 66.

⁶⁹² Dados do ACNUR. Disponível em <https://www.acnur.org>. Acesso em 17 de janeiro de 2019

⁶⁹³ Estima-se em 30.000 os venezuelanos no Brasil em situações migratórias diversas ou em situação irregular. CONARE. Refúgio em números – 3ª edição. Ministério da Justiça. 2017.

⁶⁹⁴ Idem.

⁶⁹⁵ A adoção do nome “PARES” para o trabalho realizado com refugiados data de junho de 2017. Até então a entidade respondia apenas por Cáritas do Rio de Janeiro. Vale lembrar que a Cáritas, enquanto organismo da Igreja Católica e, especificamente para este caso, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, realiza projetos sociais em diversas áreas, não restringindo sua atuação à temática do refúgio. Informação retirada da página da entidade na rede social Facebook: <https://www.facebook.com/caritasrj>.

quais 4.187 eram consideradas refugiadas e 2.620 eram solicitantes de refúgio. O total apresentado é composto por 70 nacionalidades, sendo os principais congolezes, sírios, angolanos e venezuelanos.⁶⁹⁶

Conjuntamente com o CONARE, a entidade trabalha com o objetivo de melhor assistir o grupo e de proporcionar-lhes uma proteção em sentido amplo, ou seja, assegurando seus direitos através do acesso às políticas públicas (trabalho, saúde, educação, cultura, lazer, etc.) garantidas pelo Estado. Nas palavras das assistentes sociais Aline Maria Thuller de Aguiar e Debora Marques Alves,

a Cáritas/RJ se apresenta como parte de uma rede de proteção, atuando na mediação entre solicitantes de refúgio e refugiados(as) e as políticas públicas brasileiras. Sua atuação não visa substituir as ações do Estado, mas possibilitar maior interlocução entre ambos.⁶⁹⁷

As linhas de frente do PARES da Cáritas/RJ são a proteção legal e a integração local dos refugiados e solicitantes de refúgio, entendidas como fundamentais para que um indivíduo possa se inserir justa e condignamente na sociedade brasileira.

A proteção da população refugiada em território nacional é um dever do Estado, cabendo a este, inclusive, o seu reconhecimento como tal. Entretanto, a Cáritas conta com uma equipe de advogados responsáveis pela orientação e o acompanhamento dos processos de solicitação de refúgio, encarregada, também, da realização de entrevistas e elaboração de pareceres sobre cada caso com vistas a compilar todas as informações necessárias ao prosseguimento dos feitos judiciais, além da entrada com possíveis recursos diante da decisão negativa aos pedidos encaminhados. A assistência jurídica oferecida não se limita, contudo, ao problema do refúgio *stricto sensu*, tratando de suas questões adjacentes como a obtenção e regularização de documentos, o auxílio em processos de reunião familiar e esclarecimentos sobre a legislação brasileira e, especificamente, sobre a Lei 9.474/97.

A integração plena e autônoma no país de acolhida é o objetivo principal em todo processo de refúgio, pois em grande medida significa a boa adaptação e – mais importante – o bem estar do refugiado. Para alcançá-la a Cáritas trabalha pela criação das condições

⁶⁹⁶ AGUIAR, Aline Maria Thuller; ALVES, Debora Marques. Desafios para a integração local dos refugiados e solicitantes de refúgio e atuação da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. In: Coletivo Rede Migração Rio. *A presença do migrante no Rio de Janeiro: o olhar das instituições*. Rio de Janeiro: Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes, 2016, p. 62.

⁶⁹⁷ Idem, p. 60.

pensadas como indispensáveis para tanto: a saúde mental, o domínio do idioma, a educação e a capacitação profissional do grupo. Além do trabalho com assistentes sociais e psicólogos da casa, é nas parcerias com instituições públicas e privadas que a entidade busca o suprimento das demandas por esses serviços. Dois importantes exemplos são o curso de português para refugiados, desenvolvido juntamente com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e o projeto CORES (Coletivo de Refugiados Empreendedores), implementado desde 2017 pela Cáritas em parceria com o SEBRAE-RJ, e responsável pelo treinamento e habilitação dos refugiados, e incentivo à abertura e profissionalização do “próprio negócio”.⁶⁹⁸

Ademais, a Cáritas estimula e apoia uma série de eventos com a participação de refugiados, como a feira gastronômica Chega Junto – um convite às experiências culturais através da culinária de cada país e que ocorre uma vez por mês – e o Rio Refugia – um festival em comemoração pelo Dia Mundial do Refugiado (20 de junho) e que conta com inúmeras atividades.⁶⁹⁹ Os eventos realizados são uma importante iniciativa que contribui para a informação e quebra de pré-conceitos acerca do refúgio e dos refugiados, além de permitir a interação com a comunidade local.⁷⁰⁰

Como no passado, a Cáritas/RJ desenvolve hoje um importante, necessário e bonito trabalho de acolhimento e assistência a refugiados. Assume com responsabilidade e afinco a missão de devolver a tantas pessoas a dignidade abalada pela guerra, a violência, a pobreza e o abandono, e empenha-se pela reconstrução da vida dessas pessoas no Brasil. Trata-se de uma ação alicerçada na empatia, na solidariedade e no compromisso com o próximo, independentemente de raça, credo, ideologias, gênero e orientação sexual, e que sempre ressonou nas esferas governamentais que até então demonstraram comprometimento com a problemática dos deslocamentos humanos.

Entretanto, na contramão do espírito humanitário e da colaboração internacional, estes alicerces aparecem abalados por uma onda global de desinformação e preconceito

⁶⁹⁸ “Em 2017, os participantes do projeto receberam cerca de 150 horas de capacitação ao longo de seis meses. Dos 20 alunos que iniciaram a formação, todos adquiriram o conteúdo básico de empreendedorismo do SEBRAE, e nove concluíram os três módulos do programa. Em novembro, após seis meses de aprendizado teórico e prático, foi realizado um evento no Nex Coworking, espaço que abriga diversas empresas de economia criativa, para apresentar ao público os negócios desenvolvidos ao longo da formação”. A edição do ano de 2018 do CORES capacitou profissionais do cabelo através de cursos de empreendedorismo voltados à indústria da beleza e da prática em salões parceiros. Informação retirada do site da Cáritas/RJ. <http://www.caritas-rj.org.br>. Acesso em 26 de janeiro de 2019.

⁶⁹⁹ A última edição do Rio Refugia foi uma realização em parceria entre a Cáritas/RJ, o Sesc Rio, Abraço Cultural – uma escola de idiomas com professores refugiados – e Chega Junto. Idem.

⁷⁰⁰ As informações aqui apresentadas foram recolhidas no site oficial da Cáritas e nas redes sociais da instituição – Facebook e Instagram.

que sob a justificativa da soberania nacional impele muitos governantes ao fechamento de suas fronteiras aos migrantes e refugiados de todo mundo.

No dia 08 de janeiro de 2019 o Brasil se retirou do Pacto Global para a Migração, menos de um mês após sua adoção. Elaborado no âmbito da ONU, o texto do documento foi concluído após 18 meses de negociações e debates, sendo adotado por mais de 160 Estados. Representantes da entidade e autoridades ligadas ao tema das migrações explicam que o Pacto não possui caráter vinculante, contradizendo qualquer hipótese de que pusesse “em xeque” a soberania do país. Norteadado pelo respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, o documento fornece, antes de tudo, diretrizes para o enfrentamento conjunto de um problema mundial.⁷⁰¹

Desconsiderando que somos um país com mais nacionais espalhados pelo mundo do que com estrangeiros migrantes vivendo internamente, a decisão é um ato irrefletido que contribui para a vulnerabilidade dos milhões de brasileiros no exterior.⁷⁰² Representa, sobretudo, uma inflexão no desenvolvimento de políticas emigratórias e de refúgio. Novos tempos, novos desafios.

⁷⁰¹ https://nacoesunidas.org/mais-de-160-paises-adotam-pacto-global-para-a-migracao/?fbclid=IwAR1euij6iS8NxZ3i6r2BojPAmvvErI3QByPGimq_HUolBFNT9LLp2OPjruM. Acesso em 27 de janeiro de 2019.

⁷⁰² https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-deixa-pacto-global-pela-imigracao-da-onu,70002671958.amp?_twitter_impression=true&fbclid=IwAR2i4SjISXiL0rBWdOmVYQkVyViFOrQtCv_4zWsL20fiyAGYLkPyH7DxHx4. Acesso em 27 de janeiro de 2019.

CADERNO DE IMAGENS

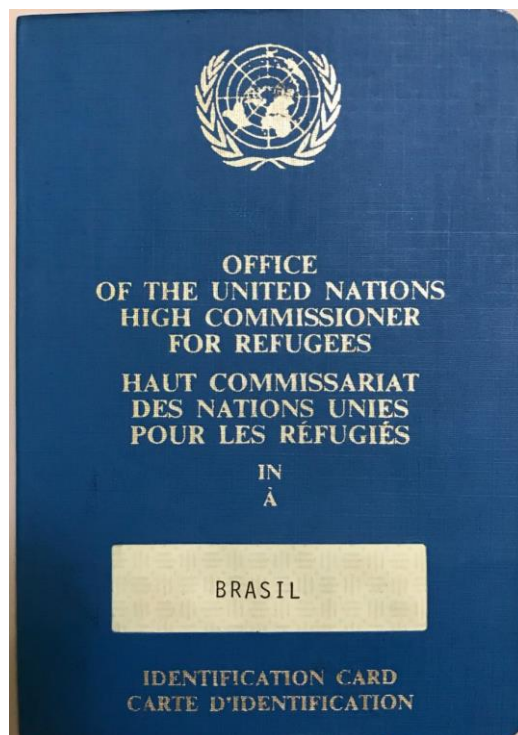


Imagem 1

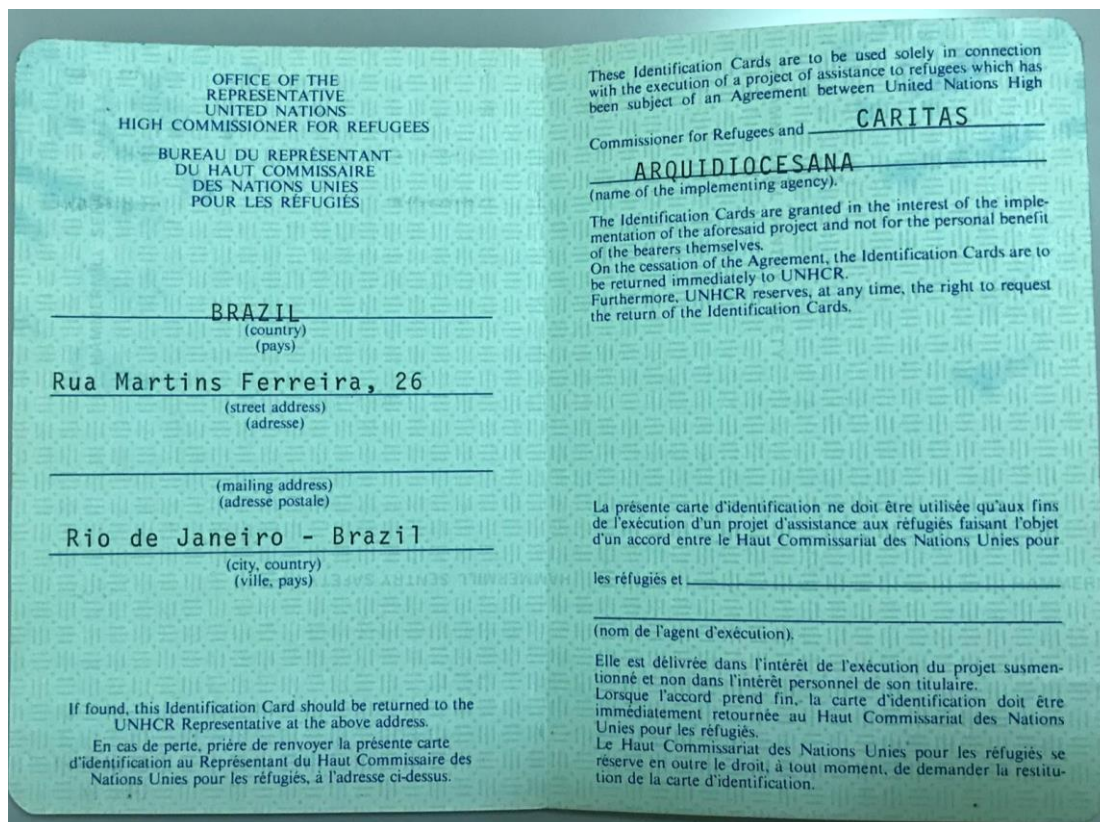


Imagem 2

500

*TO WHOM IT MAY CONCERN:
À QUI DE DROIT:*

This is to certify that the bearer of this card is an employee of
Nous certifions que le(la) titulaire de cette carte est au service de

CARITAS ARQUIDIOCESANA
(full name of the implementing agency)
(nom complet de l'agent d'exécution)

which has been retained under contract by UNHCR
qui est engagé sous contrat par le Haut Commissaire des Nations Unies pour les réfugiés

for the execution of a project of assistance to refugees sponsored
by the Government of
aux fins d'un projet d'assistance aux réfugiés exécuté pour le
compte du Gouvernement

BRAZIL
(name of country concerned)
(nom du pays concerné)

and assisted by the United Nations High Commissioner for
Refugees
et bénéficiant de l'aide du Haut Commissaire des Nations Unies
pour les réfugiés

It is requested that he/she* be afforded all possible courtesies,
facilities and assistance in the performance of his/her* duties.
Nous demandons que le meilleur accueil soit réservé à
l'intéressé(e) et que toutes facilités lui soient apportées pour
l'accomplissement de sa tâche.

* Strike out whichever does not apply.

Name: _____
Nom: _____

Function: _____
Titre fon: _____

Nationality: _____
Nationali: _____

Signature: _____
Signature: _____

Issued on: _____
Carte del: _____

Valid until: _____
Valable j: _____

By: _____
Fait par: _____

Imagem 3

Imagens 1, 2 e 3: carteira de identificação concedida pela ONU aos trabalhadores das agências implementadoras do ACNUR. Neste caso, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Acervo pessoal de Juçara Viana Gama e Silva

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL



UNITED NATIONS
DEVELOPMENT PROGRAMME IN BRAZIL

ESCRITÓRIO NO RIO
AVENIDA RUI BARBOSA, 90 - 2.º ANDAR
C. P. 148 - 20 - 90
RIO DE JANEIRO, BRASIL

EDIFÍCIO PENHENO 3 - 2.º ANDAR
BRASÍLIA, D. F. - BRASIL
C. P. 07.015 - TELEF. 001-048
TELEGR. "BRASILIA BRASIL"
TEL. 204-9318

CONFIDENCIAL

331

Brasília, 2 de agosto de 1979

Excelência,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de informar-lhe que o Sr. Roberto Marengo, de nacionalidade argentina, que se encontra no Brasil, foi reconhecido pelo Alto Comissariado para os Refugiados, estando sob sua proteção, de acordo com a Recomendação (E) da Ata Final da Conferência das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, e em virtude das Resoluções da Assembleia Geral de números 319 (IV) de 3 de dezembro de 1949 e 428 (V) de 14 de dezembro de 1950.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Excelência, meus protestos de mais alta estima e consideração.

Dr. L. M. Ramirez-Boettner
Representante Residente

Sua Excelência
Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro
D. D. Ministro de Estado
Ministério das Relações Exteriores
Brasília, D. F.



Ano Internacional da Criança 1979

Imagem 4

143

DADOS PESSOAIS DO ESTRANGEIRO PROTEGIDO PELO ALTO COMISSARIADO PARA OS REFUGIADOS

1. Qualificação verdadeira e completa

1.1 Nome: Roberto MARENGO

1.2 Pai: Roberto

1.3 Mãe: Blanca Romero

1.4 Cidade em que nasceu: Buenos Aires

1.5 País em que nasceu: Argentina

1.6 Nacionalidade: Argentina

1.7 Data de nascimento: 1 de janeiro 1950

1.8 Sexo: masculino

1.9 Estado civil: casado

1.10 Profissão: sociólogo

1.11 Local e data de entrada no Brasil: Uruguaiana, 15 de julho de 1979

1.12 Condição em que entrou no Brasil: turista

1.13 Número, local e data da expedição do documento de viagem com o qual entrou no Brasil (passaporte ou carteira de identidade):

C.I. 6.464.399

1.14 Endereço atual no Brasil:

São Paulo

2. Eventuais dados falsos que o estrangeiro protegido usou para entrar no Brasil:

3. Dados sobre os dependentes (Nome, lugar e data de nascimento)

Esposa:

Filhos:

Imagem 5

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL



UNITED NATIONS
DEVELOPMENT PROGRAMME IN BRAZIL

ESCRITÓRIO NO 315
AVENIDA RUI BARBOSA, NO - 3.º ANDAR
C. P. 713 - 20 - 00
RIO DE JANEIRO, BRASIL

EDIFÍCIO VENÂNCIO II - 3.º ANDAR
BRASÍLIA, D. F. - BRASIL
C. P. 91008 - TELEX: 061-043
TELEG: "UNODPO BRASIA"
TEL: 324-6070

CONFIDENCIAL

393

Brasília, 14 de setembro de 1979

Excelência,

Com referência à minha carta confidencial número 331 de 2 de agosto de 1979, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que o Sr. Roberto Marengo, de nacionalidade argentina, que se encontrava no Brasil sob a proteção do Alto Comissariado para os Refugiados, deixou o Brasil no dia 16 de agosto de 1979, com destino à Dinamarca.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Excelência, meus protestos de mais alta estima e consideração.

Dr. L. M. Ramirez-Boettner
Representante Residente

Sua Excelência
Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro
D. D. Ministro de Estado
Ministério das Relações Exteriores
Brasília, D. F.

Imagem 6

Imagens 4, 5 e 6: documentação referente à concessão do *status* de refugiado ao argentino Roberto Marengo (Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. Fundo: DSI/MJ; série: MCP; Avulso 0060, folhas 142-143 e 252)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1) Fontes primárias

i. Arquivos

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Fundo: Polícia Política (POLPOL)

Arquivo Nacional

Fundos: Serviço Nacional de Informações; Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Relações Exteriores; Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça; Comissão Nacional da Verdade

ii. Periódicos

A Cruz

A Noite

Correio da Manhã

Correio Rio-Grandense

Diário de Natal

Diário de Notícias

Diário do Paraná

Jornal do Brasil

O Globo

O Poti

Tribuna de Imprensa

iii. Entrevistas

Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto, 04 de julho de 2017 e 05 de dezembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil

Entrevista com padre Mario Geremia, 14 de maio de 2018, Rio de Janeiro, Brasil

Entrevista com Mauro Brandão Carneiro, 09 de novembro de 2018, Rio de Janeiro, Brasil

Entrevista com Armenia Nercessian de Oliveira, 19 de novembro de 2019, Rio de Janeiro, Brasil

Entrevista com Juçara Viana Gama e Silva, 23 de novembro de 2019, Rio de Janeiro Brasil

Entrevista com Maria Amélia Amaral Palladino e Jácomo Palladino, 29 de janeiro de 2019, Rio de Janeiro, Brasil

Entrevista com Cândido Feliciano da Ponte Neto e Lourdes Vieira concedida à Samantha Quadrat, 08 de maio de 2008, Rio de Janeiro, Brasil

Entrevista com dom Eugênio de Araújo Sales concedida ao jornalista Geneton Moraes Neto, para o programa “Dossiê Globo News” exibido em 06 de novembro de 2011. Disponível online no site <https://www.youtube.com>

iv. Legislação e documentos oficiais

Carta das Nações Unidas

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)

Decreto Federal nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961

Decreto Federal nº 66.689, de 11 de julho de 1970

Decreto Federal nº 70.946, de 07 de agosto de 1972

Decreto Federal nº 98.602, de 19 de dezembro de 1989

Decreto Municipal nº 25693, de 23 de agosto de 2005

Estatuto da Cáritas Brasileira.

Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

Lei Federal 9.474/97

Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967)

2) Sites consultados e matérias online:

<https://www.acnur.org>

<http://arqrio.org>

<http://www.caritas.org>

<http://www.caritas-rj.org.br>

<http://cpdoc.fgv.br>

<https://domeugeniosales.webnode.com.br>

<https://www.facebook.com/caritasrj>

<http://santacecilia.org.br>

<http://www.un.org>

<https://www.unmultimedia.org>

<http://www.vicariadelasolidaridad.cl>

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Lilian-Celiberti-tres-decadas-depois/5/25009>. Acesso em 16 de fevereiro de 2019

<https://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/2015/10/27/sitios-de-memoria-do-chile-recebem-lista-de-brasileiros>. Acesso em 11 de março de 2016

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/intelectuais-criam-comissao-para-monitorar-direitos-humanos-sob-bolsonaro.shtml>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

<http://www.hildeangel.com.br/dom-eugenio-salles-otima-relacao-com-os-jornais-antes-da-morte-e-depois-dela/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019

https://istoe.com.br/11270_IGREJA+EM+PE+DE+GUERRA/. Acesso em 29 de novembro de 2017

https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-deixa-pacto-global-pela-imigracao-da-onu,70002671958.amp?_twitter_impression=true&fbclid=IwAR2i4SjlSXiL0rBWdQmVYQkVyViFQrQtCv_4zWsL20fIyAGYLkPyH7DxHx4. Acesso em 27 de janeiro de 2019

<https://jornalggn.com.br/historia/dom-eugenio-sales-e-seu-apoio-a-ditadura-militar/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019

<https://jornal.usp.br/atualidades/comissao-arns-sera-criada-para-garantir-direitos-humanos-a-minorias>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

https://nacoesunidas.org/mais-de-160-paises-adotam-pacto-global-para-a-migracao/?fbclid=IwAR1euij6iS8NxZ3i6r2BojPAmvvErI3QByPGimq_HUolBFNT9L_Lp2OPjruM. Acesso em 27 de janeiro de 2019

<https://oglobo.globo.com/brasil/operacao-gringo-documentos-sao-maior-prova-de-cooperacao-entre-as-inteligencias-latino-americanas-14636215>. Acesso em 21 de junho de 2017

3) Livros, capítulos de livros, artigos e outras referências

ABREU, Alzira Alves de (et. al.) (Orgs.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ACNUR. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados, p. 7. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_critérios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado. Acesso em 12 de março de 2018.

AGUIAR, Aline Maria Thuller; ALVES, Debora Marques. Desafios para a integração local dos refugiados e solicitantes de refúgio e atuação da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. In: Coletivo Rede Migração Rio. *A presença do migrante no Rio de Janeiro: o olhar das instituições*. Rio de Janeiro: Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes, 2016.

ALMEIDA, Candido Antonio José Francisco Mendes; BANDEIRA, Marina. *Comissão Brasileira Justiça e Paz (1969-1995): Empenho e Memória*. Rio de Janeiro: Educam, 1996.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

ANDRADE, José Henrique Fischel de. Aspectos Históricos da Proteção de Refugiados no Brasil (1951-1997). In: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de (Orgs.). *Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97*. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

_____. O Brasil e a organização internacional para refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48 (I), p. 60-95, 2005.

_____. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In: ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de (Coord.). *O Direito Internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

AZCONEGUI, María Cecilia. Chilenos en Argentina, entre la protección del Alto Comisionado de Las Naciones Unidas (ACNUR) y la política de expulsión de la ditadura militar. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, Soledad (Orgs.). *Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 28, setembro de 2003, Mensal, ISSN 15196186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28bandeira.htm>. Acesso em 10 de março de 2016.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. A Lei Brasileira de Refúgio – sua história. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BIELOUS, Silvia Dutrénit. Represión política y asilo diplomático em el Cone Sul. In: MARCHESI, Aldo; MAKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; YAFFÉ, Jaime (Comps.). *El presente de la dictadura*. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”, in: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRASIL, Raimundo Menezes. *Homenagem ao pastor: cinquenta anos a serviço da Igreja*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

CASADO, José. 2008a. “O general do Papa”. *O Globo*, 02 de março.

_____. 2008b. “O general do Papa”. *O Globo*, 03 de março.

CNBB. *Cáritas brasileira: 50 anos promovendo solidariedade*. Col. Estudos da CNBB 92. São Paulo: Paulus, 2006.

CARDOSO, Ana Helena Varela Correia. *A Cáritas Caboverdiana: desenvolvimento e impactos da sua acção social em Cabo Verde (1976-2001)*. Trabalho científico apresentado para a obtenção do grau de Licenciado em Ensino de História. ISE. 2006.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Marco Referencial da Cáritas*. 2017. Disponível em: http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1511782671MARCOREFERENCIALDAC%C3%81RITASBRASILERIA20172020.pdf. Acesso em 06 de dezembro de 2018.

_____. *Somos Cáritas*. Série Cartilhas. Sem data, p. 4. Disponível em: http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383069693somoscaritas_cd.pdf. Acesso em 16 de outubro de 2018.

CARITAS INTERNATIONALIS. *Somos Caritas*. Sem data. Disponível em: <https://www.caritas.org/wordpress/wp-content/uploads/2018/11/Spanish-online.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2018.

CATOGGIO, María Soledad. La trama religiosa de las redes humanitarias y del activismo transnacional en las dictaduras del Cono Sur de América Latina. In: JENSEN, Silvina, LASTRA, Soledad (Orgs.). *Exilios: militancia y represión*. Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta. La Plata: EDULP, 2014.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Orgs.). *Memórias do exílio: Brasil 1964/19??*. De muitos caminhos, vol. 1. São Paulo: Livramento, 1978.

CHIRICO, Selva López. Uruguai. Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

COMISSÃO Nacional da Verdade. Comissão Nacional da Verdade: relatório. Volume II. Textos temáticos. Brasília: CNV, 2014.

COMISSÃO Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas. *Nunca mais*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

CONARE. Refúgio em números – 3ª edição. Ministério da Justiça. 2017.

CRESPO, Victoria. Legalidad y dictadura. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comps.). *Argentina, 1976*. Estudios en torno al golpe de Estado. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

CRUZ, María Angélica. A Igreja católica, a ditadura e os dilemas da memória no Chile. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e Memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007.

DOSSIÊ *dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

FERNÁNDEZ, Jaime Esponda. La tradición latinoamericana de asilo y la protección internacional de los refugiados. In: ACNUR. *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina*. San José, C.R.: EDITORAMA, 2004.

FERRARO, Alceu Ravello. O Movimento de Natal e a indústria das secas (1958). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 26, n. 12, p. 198-211, mai/ago. 2006.

FERRAZ, Silvio. *Dom Eugênio de Araújo Sales: 50 anos de sagração episcopal*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2005.

FERRER, Elisete (Org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: Relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. *Justiça e Paz: memórias da Comissão de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 2005

GARCÍA MÁRQUEZ. *As aventuras de Miguel Litín, clandestino no Chile*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GASPARI, Elio. 1997. “Um sacerdote de intransigência”. *O Globo*, 01 de outubro.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JABILUT, Liliana Lyra. *O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: e ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LANGLAND, Victoria. La casa de la memória em Praia de Flamengo 132: memórias estudantiles y nacionales en Brasil, 1964-1980. In: JELIN, Elizabeth; LEGLAND, Victoria. Introducción: las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente. In: JELIN, Elizabeth; LEGLAND, Victoria (Comps.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedade transnacionais: A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. 271 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. Frágeis e perigosos: a repercussão internacional da violência contra estrangeiros durante o golpe de 1973 no Chile. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), v. 13, n. 1, p. 182-198, jan/abr 2013.

MILESI, Irmã Rosita; ANDRADE, William Cesar. Atores e Ações por uma Lei de Refugiados no Brasil. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

MIRES, Fernando. *La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 2001.

MOREIRA, Julia Bertino. A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil. A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, v. 2, p. 57-76, 2005.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

PACHECO, Vitória Terencastro; MENEZES, Eduardo Silveira de. *A influência da mídia na ditadura chilena: Clarín e El Mercurio sob a perspectiva dos aparelhos ideológicos de estado*. In: Intercom - XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, p. 495-517, jul/dez 2012.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terrorismo de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PETITO, Gonzalo Varela. El golpe de Estado de 1973, revisitado. In: MARCHESI, Aldo; MAKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; YAFFÉ, Jaime (Comps.). *El presente de la dictadura*. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

QUADRAT, Samantha Viz. Da Argentina para o Brasil: de uma ditadura a outra. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. In: Jornada de Trabajo sobre Historia Reciente, IV, 2008, Rosario – Argentina. Rosario: Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario, 2008a.

_____. A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Balanço histórico e Perspectivas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008b.

_____. *A repressão sem fronteiras: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 2005. 223 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, MARCELO; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIZ, Liliana de. De la movilización popular al aniquilamiento (1973-1976). In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comps.). *Argentina, 1976*. Estudios en torno al golpe de Estado. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Record: Rio de Janeiro, 1999.

RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 1, p. 91-122, 2010.

SAN JUAN, César Walter; MANLY, Mark. El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina: Análisis crítico del dualismo “asilo-refugio” a la luz del

Derecho Internacional de los Derechos Humanos. In: ACNUR. *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina*. San José, C.R.: EDITORAMA, 2004.

SAIN, Marcelo Fabián. Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

SALES, Dom Eugênio; ARNS, Dom Paulo Evaristo. A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei nº 9.474/97. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

SOUZA, André Ricardo de. O processo educativo dos Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas. In: III Encontro Internacional de Economia Solidária Solidária, 2005, São Paulo. Caderno de Trabalhos do III Encontro Internacional de Economia Solidária (CD). São Paulo: NESOL-USP, 2005. v. 1, p. 02-03. Disponível em: http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Edu-3.htm#_ftnref2. Acesso em 09 de outubro de 2018.

SZNAJDER, Mario. Os exílios latino-americanos. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

VALENTINI, Dom Demétrio. Apresentação. In: CARITAS BRASILEIRA. *Cáritas na Promoção da Solidariedade: como organizar a ação Cáritas*. Série Cartilhas. Brasília – DF: Cáritas Brasileira, 2005. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/cartilha-c%C3%A1ritas-na-base-%C3%BAltima-vers%C3%A3o.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

VIEIRA, Jessie Jane. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. Passagens: Revista de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 3, n. 2, mai/agosto 2011, p. 203-216.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

YAFFÉ, Jaime. La dictadura uruguaya (1973-1985): nuevas perspectivas de investigación e interpretación historiográfica. *Estudios Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 13-26, jan/jun. 2012.

YANKELEVICH, Pablo. Exilio y dictadura. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comps.). *Argentina, 1976*. Estudios en torno al golpe de Estado. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

_____. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 11.